

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ALFREDO RICARDO SILVA LOPES

**DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MEMÓRIA NO SUL DE
SANTA CATARINA (1974-2004)**

Florianópolis
Fevereiro de 2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Lopes, Alfredo Ricardo Silva
DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MEMÓRIA NO SUL DE SANTA
CATARINA (1974-2004) / Alfredo Ricardo Silva Lopes ;
orientador, Eunice Sueli Nodari - Florianópolis, SC, 2015.
383 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História Ambiental. 3. Desastres
Socioambientais. 4. Memória Coletiva. 5. Santa Catarina. I.
Nodari, Eunice Sueli. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ALFREDO RICARDO SILVA LOPES

**DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MEMÓRIA NO SUL DE
SANTA CATARINA (1974-2004)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História Cultural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eunice
Sueli Nodari.

Florianópolis
Fevereiro de 2015

DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS E MEMÓRIA NO SUL DE SANTA CATARINA (1974-2004)

Alfredo Ricardo da Silva Lopes

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

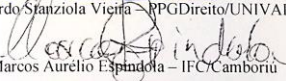

Prof.ª. Dra. Eunice Sueli Nodari (Presidente e Orientadora) – PPGH/UFSC


Prof. Dr. João Kling – PPGH/UFSC


Prof.ª. Dra. Lise Fernanda Sotelo – PPGHIS/UFRJ

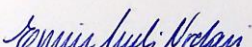

Prof. Dr. Jo Klanoicz – PPGHISTÓRIA/UNICENTRO


Prof. Dr. Ricardo Stanziola Vieira – PPGDIREITO/UNIVALI


Prof. Dr. Marcos Aurélio Espindola – IFCCamboriú

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (suplente interno) – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Marcos Gerhardt (suplente externo) – PPGH/UPF


Prof.ª. Dra. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 24 de fevereiro de 2015.

Dedico esse trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

No segundo semestre de 2007 o professor Paulo Pinheiro Machado, durante a disciplina de Prática de Pesquisa, confidenciou um segredo à turma. Segundo ele, o primeiro lugar que pousa os olhos ao ter um trabalho acadêmico nas mãos são os agradecimentos, toda “árvore genealógica” do trabalho está disponível nessas poucas páginas, que às vezes falam mais sobre o trabalho do que o autor gostaria. A presente tese durou quatro anos, mas foi gestada ao longo dos dez anos que este autor – que nesses agradecimentos alterna sua forma de escrever do impessoal ao pessoal – estudou na Universidade Federal de Santa Catarina. Por causa disso, surgirão por aqui agradecimentos que transcenderão o arco do doutorado e farão referência a momentos do mestrado e da graduação em história na UFSC.

Como é de praxe, a família vem primeiro. Bem antes da vida acadêmica começar, as primeiras aulas de gestão de patrimônio e recursos humanos já foram ministradas pelo Seu Feijão e a Dona Gledis. É lógico que eles queriam algo melhor do que ser professor para seu filho, mas quando acreditaram que esta era a vida que eu queria tudo ficou mais fácil e o apoio incondicional surgiu naturalmente. Aos meus pais Gledis Maria Silva Lopes, Alfredo Ricardo Silva Lopes e ao meu irmão Ernesto Paranhos da Silva Neto todo o meu obrigado.

Quando fiz a prova do doutorado no começo de dezembro de 2010 havíamos recentemente nos conhecido. No começo das aulas em março de 2011 já éramos namorados. No momento da qualificação em julho de 2013 estávamos noivos. Durante os 11 meses da Bolsa Sanduiche no Exterior éramos jovens recém-casados. Mel Simionato Marques, a bem da verdade, deveria receber além de todo o amor que esse coraçãozinho individualista consegue dar, toda a minha gratidão pelo companheirismo ao longo desses quatro anos. Agradeço também a sua Grande Família que tão bem me acolheu.

Aos amigos de longe e de perto – que provavelmente nunca verão essas palavras – desculpem-me pela ausência. Mas, imagino que isso não mudará

com o tempo, tendo em vista a rotina dos professores que acompanho. No entanto, sempre haverá tempo para uma boa cerveja, que pode ser alemã, para um joguinho de RPG e para um rola de Jiu-Jitsu.

Continuando no grupo de pessoas responsáveis por essa tese ter existido, agradeço à minha orientadora Prof^{ra}. Dr^a. Eunice Sueli Nodari, que desde o mestrado, tem me dado espaço para aprender com os próprios erros, sem deixar com que me perca. Logo depois da graduação em história, eu queria encontrar um(a) orientador(a) que me dissesse exatamente o que, quando e como ler, procurava alguém que me desse objetivos claros e fáceis de seguir. Quando ela me deixou aprender com os próprios erros, decidir meus próprios objetivos e lapidar as perguntas norteadoras das pesquisas consegui perceber que o que eu buscava não me faria um melhor professor ou pesquisador. É por ela me dar espaço, mas estar sempre presente que parei de perseguir ilusões e aprendi que orientar é diferente de guiar.

Estendo também minha gratidão ao coordenador do LABIMHA (Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental) Prof. Dr. João Klug, que desde o Programa de Educação Tutorial na Graduação em História compartilha ensinamentos, truques metodológicos e anedotas para que a pesquisa e o ensino de história fiquem menos “chucros”. Ainda no LABIMHA, agradeço aos companheiros Marcos Aurélio Espíndola e Luís Guilherme Fagundes – os desastrosos¹ – que muito contribuíram no lapidar dos conceitos e ideias que permeiam essa tese. Também levo minha gratidão a todos os membros do laboratório pela amizade e pelas oportunidades de crescimento ao longo dos últimos sete anos de reuniões e encontros etílico-gastronômicos.

Sem sombra de dúvida, esta tese não seria o que é sem o apoio do Prof. Dr. Christof Mauch que generosamente me recebeu e ofereceu toda a estrutura do Rachel Carson Center e da Ludwig-Maximilians Universität em Munique na Alemanha. Nesse sentido, também amplio meus agradecimentos a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior) tanto pela bolsa de doutorado, pois sem ela a presente tese sofreria tremenda perda de qualidade e certamente não seria realizada

¹ Forma como carinhosamente nos chamávamos.

dentro do prazo de 48 meses, quanto pela Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior.

Agradeço aos membros da banca pela possibilidade de oxigenação do debate sobre desastres na história ambiental, que corajosamente leram essas páginas no calor de fevereiro, provavelmente durante o feriado de carnaval. Agradeço também a todos os “invisíveis” e mal remunerados funcionários dos arquivos, bibliotecas e órgãos públicos por onde passei coletando fontes, juntando bibliografia e solicitando atestados ou documentos. Em especial aos servidores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sempre prestativos e atentos.

Por fim, estendo minha gratidão a todos os entrevistados, que corajosamente evocaram memórias dos desastres e gentilmente cederam seu tempo para essa pesquisa.

RESUMO

A presente tese tem o intuito de analisar as memórias dos desastres socioambientais no sul de Santa Catarina entre 1974 e 2004. Neste contexto, as intempéries mais marcantes para a memória coletiva foram: A enchente e os deslizamentos de 1974, que atingiram todo o sul de Santa Catarina; a enchente e os deslizamentos no extremo sul, que moldaram as memórias sobre o Natal de 1995; e, finalmente, o Furacão Catarina em 2004, que causou medo e destruição no extremo sul catarinense. Inicialmente é examinada a predisposição que a região possui a eventos extremos, destacando ainda a transformação da paisagem e o aumento da vulnerabilidade a desastres produzido pela introdução do cultivo do arroz pré-germinado irrigado e o aumento da densidade populacional nos últimos 40 anos. Em cada desastre os afetados são tratados e retratados de forma diferenciada pelos periódicos nacionais e estaduais, fruto de transformações nas formas das instituições governamentais lidarem com os flagelados. De forma semelhante às notícias dos periódicos, as memórias dos desastres socioambientais são permeadas pelas lembranças excepcionais, religiosidade e busca pelo entendimento do meio. Por outro lado, diferenças significativas estão presentes na maneira com que as memórias coletivas se articulam em cada cidade ou localidade, fruto das distintas condições locais para subsistência dessas formas de lembrar. A percepção de risco e das vulnerabilidades a novos desastres se mostrou mais acentuada em localidades rurais e nos centros urbanos mais próximos à Serra Geral. A partir de 1974 ocorre a sistemática institucionalização nas ações pós-desastre no Sul de Santa Catarina, no entanto a característica emergencial e assistencialista das ações não colabora para a redução do risco de novos desastres. Pelo contrário, na localidade da Barranca em Araranguá, por exemplo, o aumento da vulnerabilidade é usado pelos atingidos como estratégia para pleitear auxílios da Defesa Civil e da Prefeitura Municipal. No intuito de manter vivas as memórias para diminuir o risco de novas intempéries, os estudos sobre a memória dos desastres socioambientais precisam situar-se na difusa fronteira entre a vontade de lembrar e a necessidade esquecer.

Palavras-chave: História Ambiental; Desastres Socioambientais; Memória Coletiva; Santa Catarina.

ABSTRACT

This dissertation's intention is to analyze the memories of socio-environmental disasters in southern Santa Catarina State between 1974 and 2004. The most remarkable climate hazards for the collective memory were: the floods and earthslides from 1974, that permeated the entirety of southern Santa Catarina; the floods and earthslides from the southern part of Santa Catarina, that shaped the memories of Christmas in 1995; and, lastly, Hurricane Catarina in 2004, which caused fear and destruction in southern Santa Catarina. Initially, the region's predisposition to extreme events was analyzed, with emphasis on landscape transformation, increasing vulnerability to disasters produced by introduced irrigated pre-germinated rice crops, and increasing population density during the last 40 years. During each disaster the affected population was treated and portrayed differently by national or state newspapers, a result of government institutional changes in ways of dealing with the suffering population. Similarly to the newspapers, the memories of socio-environmental disasters are permeated by exceptional remembrances, religiosity and search for understanding of the environment. On the other hand, significant differences are present in the way the collective memories are articulated in each town or city, a consequence of different local conditions to maintain these forms of remembering. The perception of risk and vulnerability to new disasters was more acute in rural areas and urban centers closer to the Serra Geral. Beginning in 1974 the systematic institutionalization of post-disaster actions take place in southern Santa Catarina, however the welfare and emergency characteristics of those actions does not help in reducing the risk of further disasters. On the contrary, in Barranca located in the municipality of Araranguá, for example, increased vulnerability is used by the affected population as a strategy for seeking aid from Civil Defense and City Hall. In order to keep memories alive to further decrease the risk of climate hazards, the studies on memories of socio-environmental disasters need to be in the diffuse boundary between the will to remember and the need to forget.

Keywords: Environmental History; Socio-environmental Disasters; Collective Memory; Santa Catarina State.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mesorregião Sul Catarinense.....	7
Mapa 2	Caracterização geológica do Sul do Brasil.....	46
Mapa 3	Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar.....	52
Mapa 4	Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba.....	55
Mapa 5	Formação Vegetal de Santa Catarina	59
Mapa 6	Mapa dos desastres ocorridos em 1995 com dados da Defesa Civil de Santa Catarina.....	141
Mapa 7	Intensidade dos danos do Furacão Catarina.....	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População do sul de Santa Catarina de 1970 a 2010.....	83
Tabela 2	Rizicultura nas microrregiões da AMESC e AMUREL	91
Tabela 3	Valores recebidos pela Prefeitura Municipal de Tubarão para a reconstrução da cidade em 1974.....	137
Tabela 4	População residente por situação do domicílio.....	148

LISTA DE SIGLAS

ACARESC	Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
AMESC	Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense
AMUREL	Associação de Municípios da Região de Laguna
APP	Área de Preservação Permanente
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASAS	Anticiclone Semifixo do Atlântico Sul
BHRA	Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá
BHRT	Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão
CCM	Complexo Convectivo de Mesoescala
CLIMERH	Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos
CPTEC	Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
DC	Diário Catarinense
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
ENOS	O El Niño-Oscilação Sul
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EUA	Estados Unidos da América
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
mP	Massa Polar
mTc	Massa Tropical Continental
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROVÁRZEAS	Programa para Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis
PSD	Partido Social Democrático
RBS	Rede Brasil Sul
TSM	Temperatura da Superfície do Mar
UNISUL	Universidade do Sul Catarinense
VCAN	vórtices ciclônicos em altos níveis
ZCAS	Zona de Convergência do Atlântico Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Imagem de satélite do dia 21 de novembro de 2006.....	42
Figura 2	Perfil longitudinal da bacia dos formadores do Rio Tubarão	47
Figura 3	Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.....	53
Figura 4	Principais correntes de povoamento em Santa Catarina	77
Figura 5	Distribuição média mensal da precipitação de 1940 a 2008	104
Figura 6	Enchente no Rio Araranguá	115
Figura 7	Morro do Caruru 1974	120
Figura 8	Morro do Caruru em 2012	121
Figura 9	À espera de ajuda.....	122
Figura 10	Foto de capa do periódico O Estado	125
Figura 11	Trajeto do Rio Tubarão.....	139
Figura 12	Blocagem das nuvens no pé da Serra Geral recorrente na região sul	142
Figura 13	Encostas da Serra Geral após os deslizamentos	144
Figura 14	Comparativo da Produção Agrícola Municipal nos anos de 1975 e 2000 nos municípios do Vale do Araranguá	150
Figura 15	Vista aérea do município de Araranguá[s/d].....	152
Figura 16	Fotografia na capa do Caderno Especial	153
Figura 17	Primeiros minutos da gravação da filmagem.....	155
Figura 18	O então vereador José Mota Alexandre entrevistando um produtor de fumo às margens do rio da Pedra.....	156
Figura 19	Autoridades percorrendo o Rio Araranguá.....	160
Figura 20	Encostas da Serra Geral antes e depois dos deslizamentos.....	167
Figura 21	Furacão Catarina chegando à costa brasileira.....	173
Figura 22	Foto de capa do Jornal do Brasil em 29 de março de 2004	182
Figura 23	Pessoas e cenas de destruição.....	189

Figura 24 Divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul..... 285

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 A NATUREZA DOS DESASTRES	17
1.1 HISTÓRIA AMBIENTAL E MATERIALISMO HISTÓRICO: UMA FÉRTIL RELAÇÃO	19
1.2 DINÂMICA ATMOSFÉRICA E RELEVO: A CONFIGURAÇÃO DO DESASTRE	34
1.2.1 Sistemas estáveis	36
1.2.2 Sistemas instáveis	37
1.2.3 Relevo.....	44
1.3 BACIAS HIDROGRÁFICAS, COBERTURA VEGETAL E AGRICULTURA: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM	51
1.3.1 Bacias Hidrográficas e degradação do solo.....	51
1.3.2 Cobertura Vegetal, Desmatamento e Erosão.....	57
1.4 POVOAMENTO AO LONGO DOS RIOS: INTENSIFICANDO A ENCHENTE.....	62
1.4.1 Indígenas.....	62
1.4.2 Europeus e seus descendentes	70

1.5 AGRICULTURA: A DOMINÂNCIA DA RIZICULTURA	84
2 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS	95
2.1 A GRANDE ENCHENTE DE 1974: O DILÚVIO NO SUL	100
2.1.1 O Prenúncio	100
2.1.2 “São as águas de março fechando o verão”	104
2.1.3 Quando as águas se acalmam	110
2.1.4 A água vai embora	136
2.2 A FORÇA DA ÁGUA E DA TERRA: ENCHENTE E DESLIZAMENTOS NO SUL DE SANTA CATARINA.....	140
2.2.1 A (re)construção do desabrigado/flagelado	147
2.2.2 Ações Governamentais	158
2.2.3 O legado das incertezas	164
2.3 O FURACÃO CATARINA.....	171
2.3.1 Ciclone Extratropical ou Furacão?	173
2.3.2 O furacão dos/nos periódicos.....	180
2.3.3 Novas vulnerabilidade(s)	185

2.3.4 Atingidos por desastres: para onde foram os flagelados?	187
2.3.5 Novos desastres, as mesmas estratégias	192
3 AS MEMÓRIAS DOS DESASTRES	197
3.1 NOS CAMINHOS DA MEMÓRIA.....	199
3.1.1 Memória Coletiva e História Oral	200
3.1.2 Primeiras lembranças.....	209
3.1.3 Memórias coletivas, traumas individuais	216
3.1.4 Os lugares da excepcionalidade.....	222
3.1.5 Religiosidade	228
3.1.6 Condições locais de subsistência das memórias coletivas	230
3.2 VULNERABILIDADES E RISCOS	238
3.2.1 Vulnerabilidade Geológica	243
3.2.2 Cobertura Vegetal.....	246
3.2.3 Dinâmica Atmosférica.....	250
3.2.4 Ocupação	253
3.2.5 Agricultura.....	257

3.2.6 Nos meandros da vulnerabilidade: as questões de gênero	264
3.2.7 Perspectivas de Risco	270
3.3 LIDANDO COM O DESASTRE	273
3.3.1 Adaptação	274
3.3.2 Ações coletivas: Solidariedade e o Papel do Estado	282
3.3.3 Os Lugares do Esquecimento	301
CONSIDERAÇÕES FINAIS	316
REFERÊNCIAS	326
FONTES	345
ANEXOS	348

INTRODUÇÃO

Há 4,5 bilhões de anos começa a surgir no sistema solar o planeta Terra, mas foi só 3,85 bilhões de anos atrás que o processo de formação deste planeta terminou. Depois disso, outra série de transformações moldou a face do único planeta do sistema solar que abriga vida, erupções vulcânicas, glaciações, quedas de meteoros, desertificações, mudanças bruscas de temperatura, até mesmo o sol era mais frio do que é hoje. Ao longo dos últimos 250 mil anos – período em que surgiu o *Homo sapiens* – a experiência das intempéries climáticas ofereceu diversos condicionantes para a espécie. Entretanto, foi apenas há 10 mil anos no Holoceno, após a última grande glaciação, que a espécie humana encontrou as condições adequadas para sua contínua e acentuada reprodução, o que a colocou no topo de quase todas as cadeias tróficas.²

Foi ao longo do Holoceno com a diminuição da variabilidade climática, que o padrão de normalidade climática começou balizar o significado dos desastres que chega até o século XXI. Neste momento que a escala e o impacto das intempéries se tornou relativamente menor, a noção de “normalidade” teve sua amplitude diminuída. O desastre, notadamente de origem natural, passou a ser encarado como um momento de excepcionalidade, mesmo em uma realidade onde o mundo natural impunha severas condições à existência humana.

A relativa estabilização da temperatura do planeta e a diminuição das atividades vulcânicas ofereceram aos seres humanos uma possibilidade inalcançada até hoje por nenhuma outra espécie, produzir meios de transformar as dinâmicas naturais do planeta.³ O geólogo alemão Reinhold Leinfelder defende o Antropoceno como uma hipótese científica que se baseia no pressuposto de que a humanidade recentemente se tornou um

² SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL. **Breve História da Terra**. Disponível em:

<http://www.cprm.gov.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1094&sid=129>. Acesso em: 24 nov. 2014.

³ CRUTZEN, P.J.; STEFFEN, W. How long have we been in the Anthropocene era? **Climatic Change**, n. 61, p. 251–257, 2003.

condicionante para transformações globais na circulação de água, no clima, na produtividade biológica, na biodiversidade, nos ciclos biogeoquímicos, nos padrões de sedimentação e na utilização global de terras e mares.⁴

Leinfelder explica que se a hipótese do Antropoceno estiver correta, ela tem implicações de grande alcance, os dados que dão suporte ao início de uma nova era ilustram que aproximadamente 77% de toda área da superfície terrestre já foi ou tem sido de alguma forma utilizada pelos humanos. Desta forma, o mundo não poderia mais ser caracterizado por biomas – conjuntos naturais de habitats – mas, sim, “antromas” – paisagens culturais, tais como florestas manejadas, terras agrícolas, pastagens e áreas urbanas.⁵ A antropização das dinâmicas naturais da Terra teria começado 12 mil anos atrás com a Revolução Agrícola do Neolítico, mas só teria se constituído enquanto tal depois da utilização dos combustíveis fósseis na Revolução Industrial, que encontrou seu ponto de multiplicação com a “Grande Aceleração Industrial” depois da Segunda Guerra Mundial. Essa Grande Aceleração oferece uma oportunidade para comparar a aceleração dos processos naturais às acelerações sociais, tais como: o aumento no Produto Interno Bruto (PIB) global, financialização da economia, a barragem de rios, o uso de fertilizantes, a polinização das flores, o crescimento da população urbana, o consumo de papel, a dispersão dos restaurantes de *fast food*, ou as vendas de telefones celulares.⁶

Nessa perspectiva, o presente trabalho problematiza que seguir um dos pressupostos da história ambiental, a fuga do antropocentrismo⁷ na escrita da história, pode ser uma atitude descabida. No entanto, o contrário, a supervalorização da ação humana nos estudos ambientais corre o risco de produzir um “curto-circuito” teórico. Pois aquela espécie, o *Homo sapiens*, que outrora era vista como herdeira do mundo e responsável pela dominação da natureza, ao longo do século XX passou a ser observada pelos cientistas ambientais como mais uma das espécies que habitam o

⁴ LEINFELDER, R. Assuming Responsibility for the Anthropocene: Challenges and Opportunities in Education. In. TRISCHLER, H. Anthropocene: Envisioning the Future of the Age of Humans. **RCC Perspectives**, Munich, n. 3, p. 9-28, 2013.

⁵ Ibidem, p.10.

⁶ Ibidem, p.12.

⁷ PADUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

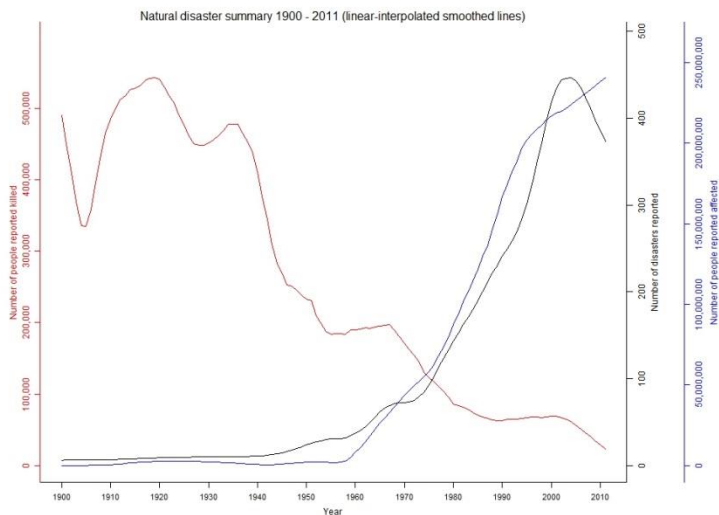
planeta. Entretanto, com a nova percepção sobre o Antropoceno, o papel da espécie humana na dinâmica planetária novamente mudou, pautando novos desafios na escrita da história ambiental. O Antropoceno produziu uma concentração de atribuições à espécie humana, que não necessariamente se traduz em centralidade nas dinâmicas ecológicas em todo o globo. Nesse sentido, nesta tese os seres humanos recebem um papel principal no intuito de compreender de que forma as pessoas no sul de Santa Catarina interagem com o ambiente, como são afetadas pelos desastres e quais memórias são produzidas deste processo.

Com o amadurecimento da discussão ambiental depois da década de 1970, os desastres em geral passaram a ser vistos muito além de “naturais”. Contudo, existem alguns perigos quando se vê a ação humana como responsável por todo e qualquer desastre, pois os componentes naturais estão incessantemente presentes na “equação” desastre.

Um dos pontos centrais para a utilização da categoria de análise de desastre nesta tese é que para a conceituação do termo, a inventariação da origem do evento, se é natural ou provocado pelos seres humanos⁸, perde importância à medida que se percebem as imbricadas relações entre atores humanos e não humanos. Segundo o International Disaster Database, o número de desastres informados desde 1900 cresceu exponencialmente (Gráfico 1). Como se pode ver pela linha preta do gráfico, na virada do milênio o número eventos chegou a aproximadamente 450.

⁸ KOBİYAMA, M., MENDONÇA, M., MORENO, D.A., MARCELINO, I.P.V.O., MARCELINO, E.V., GONÇALVES, E.F., BRAZETTI, L.L.P., GOERL, R.F., MOLLERI, G.S.F. & RUDORFF, F. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006.

Gráfico 1: Resumo dos desastres naturais reportados no período de 1900-2010.



Fonte: EM-DAT. International Disaster Database. Disponível em: <http://www.emdat.be/database>. Acesso em: 24 nov. 2014.

Contudo, vale destacar que o aumento do número de desastres relatados também se deve à disseminação de tecnologias e ao crescimento populacional em escala mundial. Por outro lado, conforme o Gráfico 1, na medida em que o número de desastres foi aumentando ao longo dos últimos 110 anos, a quantidade reportada de vítimas fatais foi sendo reduzida. Por mais que o número de mortes coincida com o da Primeira e da Segunda Guerra Mundial, nestes números estão apenas os desastres tidos como “naturais”. A comparação direta entre as linhas da população afetada (azul) e das pessoas (vermelha) mostra que apesar do crescimento de ocorrências (linha preta) e da quantidade de afetados, o número de mortes diminuiu a cada ano, o que certamente tem relação com a disseminação da Defesa Civil em escala mundial logo após o final da Segunda Guerra Mundial.

A presente tese tem por objetivo analisar as memórias produzidas sobre os desastres socioambientais no sul do Estado de Santa Catarina, região onde foram evidenciados eventos tais como: enchentes, tornados, furacão, granizo e estiagem. A problemática central deste trabalho reside na avaliação de se e como a percepção ambiental das pessoas se transforma com os desastres e como esse processo dialoga com a produção coletiva de memórias sobre os mesmos. Desta forma, aplica a hipótese, com base no Materialismo Histórico, de que a percepção dos seres humanos sobre o ambiente se transforma a todo o momento, contudo na experiência do desastre há uma intensificação da transformação dessa percepção ambiental que deixa suas marcas na memória coletiva, são essas marcas que serão avaliadas ao longo desta tese.

Nesse sentido, a presente tese propõe que para o uso da memória coletiva como ferramenta para redução de riscos de desastres é necessário observar as condições locais para produção e subsistência da memória. Assim, o processo de implementação de medidas mitigativas teria mais condições de eficácia.

O recorte cronológico escolhido para a pesquisa vai de 1974 a 2004, e tem como base os desastres mais marcantes para o sul de Santa Catarina. Receberam destaque: a enchente e os deslizamentos de 1974 espalhados por toda a região sul; a enchente e os deslizamentos de 1995 no extremo sul; e, finalmente, o Furacão Catarina que chegou à costa catarinense em 2004.

Diversos outros desastres menos impactantes foram arrolados pelos entrevistados como importantes, mas estes três podem ser vistos como desastres arquétipos, calamidades que devido às suas proporções ou a características especiais solapam a memória de outros eventos.⁹ Um adendo final relativo à escolha dos acontecimentos abordados, as lentes desse trabalho não foram focadas sobre os desastres provenientes, por exemplo, da degradação produzida pela mineração do carvão, como desmoronamentos e degradação ambiental,, até pelo fato das características e consequências da mineração merecerem um tese só para si, como o

⁹ STEINBERG, T. **Acts of God - The Unnatural History of Natural Disaster in America**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 25.

trabalho de Francisco Jose Barretto da Silva sobre os conflitos pelo uso de água em virtude da degradação produzida pela mineração do carvão.¹⁰

Em Santa Catarina a catalogação das informações sobre os desastres começou na década de 1980. A geógrafa Maria Lúcia de Paula Herrmann, juntamente com a equipe do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina, a pedido do Governo Estadual elaboraram o Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina.¹¹ No volume, os Relatórios de Avaliação de Danos enviados pelas prefeituras à Defesa Civil esclarecem que de 1980 a 2004 “foram totalizadas nos municípios catarinenses 1.299 ocorrências de inundações graduais, 555 de inundações bruscas, 140 de escorregamentos, 492 de estiagens, 342 de granizos, 502 de vendavais e 43 episódios de tornados”.¹² O sul de Santa Catarina também se fez semelhante a todo o Estado, no total foram registrados 346 desastres, relatados exclusivamente como naturais. A maior parte está relacionada a inundações, que totalizam 257 ocorrências, destas 179 foram graduais (51,7%) e 78 inundações bruscas (22,5%).¹³

A relevância do estudo dos desastres pela história na mesorregião não se dá apenas pela sua ocorrência, o que leva em consideração as características únicas da região que é delimitada no oeste pelas escarpas da Serra Geral e ao leste pelo oceano. Ao longo dos últimos 35 anos o sul de Santa Catarina se converteu na mesorregião com maior produtividade de arroz pré-germinado irrigado, o que contribuiu significativamente para a transformação da paisagem e potencializou a produção e/ou o impacto dos desastres. Além dos desastres que incidem sobre o sul catarinense, outros problemas ambientais também fazem parte do cotidiano da mesorregião, destacando-se os problemas relativos à poluição das águas devido à mineração e conflitos pelo uso da água por causa da demanda hídrica do cultivo do arroz irrigado.

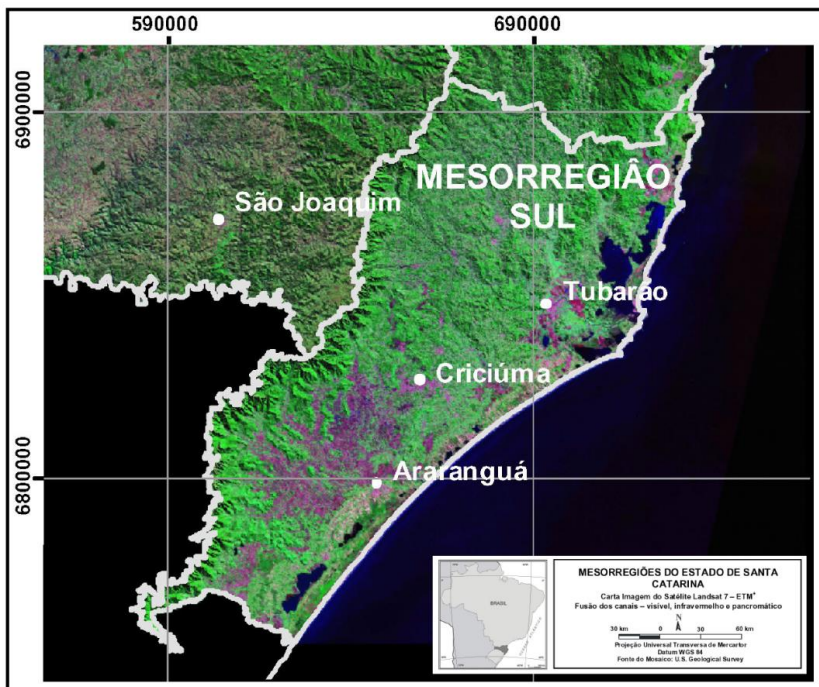
¹⁰ SILVA, F. J. B. da. **Conflitos de uso em área de proteção ambiental**: água, mineração e agricultura. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2002.

¹¹ HERRMANN, M. L. de P. (Org.). **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005.

¹² Ibidem, p. 127.

¹³ Ibidem, p. 135.

Mapa 1: Mesorregião Sul Catarinense.



Fonte: HERRMANN, M. L. P. (Org.). Levantamento dos desastres naturais ocorridos em Santa Catarina no período de 1980 a 2000. Florianópolis: IOESC, 2006.

Uma característica que leva a Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba a ser analisada apenas no lado catarinense é a formação do relevo no extremo sul, pois a partir do Município de Praia Grande as escarpas da Serra Geral passam a se recolher para oeste, o que alivia a pressão das chuvas sobre o norte do Rio Grande do Sul. O botânico Balduino Rambo já denominava, em 1954, o litoral catarinense de corredor

de flora e fauna tropical que teria entrada pela “Porta de Torres” no extremo norte do Rio Grande do Sul.¹⁴ Desta forma, das quatro bacias hidrográficas existentes na região, serão analisadas três: Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão, Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. Apenas a Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga, que não tem sua nascente nas encostas da Serra Geral, não faz parte da análise nesta tese.

A confluência de fatores de origem natural como a relação das dinâmicas atmosféricas e a formação do relevo com, especialmente, a transformação das características do solo pelas novas estratégias agrícolas produziu um ambiente único para a formação dos mais variados desastres. Esses fatores somados ao crescimento da população, verificado após a pavimentação da BR-101¹⁵ em 1971, produziu uma forma delicada das pessoas se relacionarem com os desastres.

O antropólogo Anthony Oliver-Smith esclarece que uma multiplicidade de acontecimentos podem ser enquadrados na categoria de análise “desastre”, entretanto alguns elementos são centrais para categorização e compreensão dos mesmos. No tocante à variabilidade externa referem-se a uma larga gama de “objetos”, fenômenos tidos como naturais e tecnológicos que geram ou desencadeiam tipos diferentes de impactos físicos. Enquadram-se nesse grupo, desde desastres com impactos imediatos, como tornados, a desastres de contato prolongado como exposição a toxinas.

Um dos pontos centrais para conceituação do desastre está em perceber sua variabilidade e complexidade. Oliver-Smith enfatiza que a variabilidade refere-se à imensa gama de fenômenos de caráter natural e tecnológico que geram “gatilhos” de desastres e produzem diferentes tipos de impactos físicos.¹⁶ Por si só a variabilidade das ocorrências de desastres

¹⁴ RAMBO, B. História da flora do litoral riograndense. **Anais Botânicos do Herbário Barbosa Rodrigues**. Porto Alegre. Número 6, 1954. p. 114.

¹⁵ Rodovia que liga o litoral brasileiro de norte a sul.

¹⁶ OLIVER-SMITH, A. “What is a Disaster”: Anthropological perspectives on a persistent question. In.: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Orgs.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. London: Routledge, 1999. p. 20.

já desafia o potencial analítico dos pesquisadores que procuram estabelecer características comuns para o vasto conjunto de eventos. A complexidade também está no centro da análise, em função dos desastres serem um ponto de intersecção de diversos processos e eventos de natureza social, ambiental, cultural, política, econômica, física e tecnológica. Nesta perspectiva, “os desastres são eventos totalizantes”¹⁷, pois neles se desenrolam todas as dimensões da formação da estrutura social. Não se pode esquecer que, a complexidade também está envolvida numa multiplicidade de perspectivas que variam de acordo com os indivíduos e grupos impactados ou participantes dos eventos ou processos. O antropólogo enfatiza que o estudo dos desastres, além de analisar eventos específicos no tempo e no espaço, deve empreender uma abordagem processual que inclua o acontecimento desastre e as formas de lidar com ele dentro do seu contexto.

Caminhando para além da noção do desastre como um acontecimento único, esta tese se vale da história ambiental para entender como as percepções e as memórias dos indivíduos inseridos no ambiente podem ajudar na redução do risco de desastres. Pois, via de regra, as ações da Defesa Civil são amparadas pela relação hierárquica entre Instituição e população vulnerável e por uma percepção a-histórica dos desastres.¹⁸ O historiador ambiental brasileiro José Augusto Pádua enfatiza que, se até o século XVIII as indagações humanas sobre o mundo natural giravam em torno de como a natureza influenciava a história humana¹⁹, com o advento da Revolução Industrial e diversificação das formas de apropriação dos recursos naturais, as indagações começaram a girar em outro sentido, pautadas em sua maioria na racionalidade de uso indiscriminado dos recursos naturais. O juízo de que a ação humana poderia interferir no meio natural e até causar desastres surgiu no final do século XIX, mas só se disseminou mundialmente no início da década de 1970.²⁰

A história ambiental busca repensar o ser humano dentro do quadro mais amplo da história do planeta, “o grande desafio teórico, no

¹⁷ Idem.

¹⁸ VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, 2010, p. 153.

¹⁹ PADUA, op. cit., p. 83.

²⁰ Ibidem, p. 86.

contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural”.²¹ Neste caminho a história ambiental procura formas menos dualistas de perceber e relacionar natureza e cultura, com o intuito de reconhecer a historicidade dos sistemas naturais.

Uma das premissas da história ambiental é a fuga de uma lógica estritamente antropocêntrica. Contudo, balizar a análise na fuga da preponderância dos seres humanos não significa o seu aviltamento frente à magnificência natural. Essa preocupação da história ambiental surgiu antes da proposição do Antropoceno, argumento esse que não se pauta em um especismo, onde os seres humanos seriam a espécie mais importante do planeta, mas, sim, na proposição de que a ação humana pode interferir na dinâmica ecológica de outras tantas espécies.

O livro *Natural Disasters, Cultural Responses* organizado por Christof Mauch e Christian Pfister reúne uma série de estudos de caso em diversos locais do globo, e no decorrer do presente trabalho tais casos serão levantados com o intuito de fazer analogias com os desastres encontrados no sul de Santa Catarina. Na introdução da obra, o historiador ambiental Christof Mauch discute algumas das peculiaridades do estudo dos desastres pela história e pelas ciências humanas, onde normalmente uma linguagem violenta e marcial é usada para compor a narrativa, Mauch lembra que a palavra “catástrofe” vem do grego que corresponde às reviravoltas das tragédias que permitem o reestabelecimento de um equilíbrio moral.²² O historiador ainda lembra que, as memórias dos desastres – que ele chama de naturais – diferentemente das memórias de guerra, tem marcadamente vida curta, pois assim que as águas voltam aos níveis normais, a mídia perde o interesse no desastre, também não existem associações de veteranos dos desastres e apenas uns poucos memoriais espalhados pelo mundo.²³

²¹ Ibidem, p. 91-92.

²² MAUCH, C. Introduction. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history.** Plymouth: Lexington Books, 2009. p. 3.

²³ Idem.

Para Mauch a força da contribuição dos historiadores neste caso está na possibilidade de olhar para trás e aprender com o passado, porque pesquisadores de outras disciplinas raramente lidam com eventos de décadas passadas. Desta forma, os historiadores têm muito a contribuir para o amadurecimento da perspectiva que tomou fôlego a partir da década de 1980, de que as catástrofes não são nunca “naturais” no sentido pleno do termo, ao invés disso, as ocorrências devem ser entendidas como eventos naturais, culturais e sociais. Pois, de fato, a forma como os humanos lidam com as catástrofes é largamente dependente de padrões culturais e sociais, valores, crenças religiosas, instituições políticas e estruturas econômicas que mudam ao longo do tempo.²⁴

Os trabalhos da historiadora ambiental Lise Sedrez sobre as enchentes na década de 1960 no Rio de Janeiro são pioneiros ao unir história ambiental e história oral para compreender o alcance das políticas públicas.²⁵ Amplamente sustentada na história social, Sedrez destaca a ação do Estado e as expectativas da população sobre elas, em seus trabalhos mostra como a sensação de segurança criada pela vida em sociedade é destruída pela ocorrência do desastre, ocorrência esta que surge como resultado de uma mistura perigosa: “ocupação de áreas pantanosas e/ou mangues com a diminuição da capacidade de absorção do solo, em uma área onde a chuva é parte do ecossistema num processo de urbanização desgovernado”.²⁶

Em *História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade* o historiador ambiental Jó Klanovicz destaca a função do desastre para trazer a discussão renovada acerca do retorno do acontecimento na história, o que necessariamente traz à tona as discussões sobre série, longa duração, caos, continuidade ou ruptura.²⁷ Ao analisar a explosão do reator 4 da Usina Nuclear de Tchernobyl em 1986, Klanovicz

²⁴ Ibidem, p. 7.

²⁵ MAIA, A. C. N. SEDREZ, L. F. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 221-254, 2011. SEDREZ, L. F. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória. In.: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. de S. **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 185-202.

²⁶ Ibidem, p. 254

²⁷ KLANOVICZ, J. História ambiental e desastres: encontros entre política, tecnologia e sociedade. **História Unisinos**, v. 17, 2013, p. 293.

destaca que uma das grandes contribuições da história ambiental é retomar o papel da discussão política na história, onde também enfatiza o papel que o Estado deveria exercer, especialmente para proteger os cidadãos em uma sociedade industrial que universalizou de forma desigual os riscos da produção de riqueza.²⁸ Olhando estritamente para o desastre tecnológico, aquele produzido essencialmente pela ação humana, Klanovicz emprega o conceito de Sociedade de Risco, proposto por Ulrich Beck e debatido ao longo desta tese, para defender a necessidade de uma análise mais plural que incida sobre os desastres.

O projeto de pesquisa *Desastres Socioambientais e Políticas Públicas em Santa Catarina sob o viés da História Ambiental*²⁹ coordenado pela Prof^a. Dr^a. Eunice Sueli Nodari na Universidade Federal de Santa Catarina vem desde 2011 produzindo uma série de pesquisas e de publicações. Como ponto central dos trabalhos do grupo está a análise da produção ou potencialização das condições de vulnerabilidade através do tempo.³⁰

No âmbito da Sociologia, há um profícuo debate em curso sobre os fenômenos denominados desastres. Uma gama de interpretações vem se desenvolvendo, sem que haja, até o momento, um consenso estabelecido. Desde a década de 1970 alguns pesquisadores vêm problematizando o

²⁸ Ibidem, p. 300.

²⁹ Projeto ligado ao Grupo de Pesquisa - Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Membros do projeto: Marcos Aurelio Espíndola, Alfredo Ricardo Silva Lopes e Luis Guilherme Fagundes.

³⁰ Entre os trabalhos ver: ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Enchentes inesperadas? Vulnerabilidades e políticas públicas em Rio do Sul - SC, Brasil. **Revista Esboços**, v. 20, n. 30, p. 9-34, dez. 2013. ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S.; LOPES, A. R. S. Situação pós-desastre de 2008 no complexo do Morro do Baú, Ilhota - Vale do Itajaí: a (re)produção social do risco. **CES CONTEXTO**, v. 1, p. 440-463, 2013. LOPES, A. R. S.; ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. . Uma análise histórica e ambiental do deslocamento da pedra do Morro da Mariquinha - Florianópolis (SC). **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, p. 94-114, 2013. ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; CORREA, Silvio Marcus de Souza. (Orgs.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 165-184. LOPES, A. R. S. A natureza do risco: paisagem e risco na análise dos desastres socioambientais. **Revista Esboços**, v. 20, n. 30, p. 52-66, dez. 2013.

conceito: 1) o desastre como um agente externo ameaçador; 2) o desastre como expressão social da vulnerabilidade; 3) o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições.³¹

O primeiro dos paradigmas surgiu nos Estados Unidos da América, durante a Guerra Fria, onde os desastres eram compreendidos como situações de agressão produzidas por elementos externos à comunidade. A partir da década de 1970, com os trabalhos de Enrico Quarantelli, pioneiro nas pesquisas sociológicas sobre desastres, a problematização alargou o modelo, o autor “empreendeu, dentre outros aspectos, uma crítica explícita à vinculação mecânica entre um fator destrutivo e a ideia de pânico, demonstrando, assim, que há autonomia nas reações das pessoas em relação aos problemas que enfrentam”³².

O segundo paradigma, o desastre como expressão social da vulnerabilidade, surge da mudança iniciada em 1970. Neste modelo, a noção de “Sociedade de Risco” representada pelo trabalho de Ulrich Beck³³ e Anthony Giddens³⁴ confere força à ideia de que os riscos são produzidos socialmente e, também, são resultado da profunda antropização dos ambientes. Este paradigma descartou a ideia simplista de que os desastres tidos como naturais causavam impactos nas sociedades humanas,

³¹ GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, E.L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.11-18. MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO N.; SIENA, M.; MARCHEZINI V.; GONÇALVES, J. C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos/SP: RiMa, 2009. v. 1. p. 48-57.

³² MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO N.; SIENA, M.; MARCHEZINI V.; GONÇALVES, J. C. (Orgs.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos/SP: RiMa, 2009. v. 1. p. 49.

³³ BECK, U. **Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

³⁴ GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

fortalecendo o entendimento de que o processo de formação das vulnerabilidades é social.³⁵

Finalmente, o terceiro paradigma, o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições, conceitua o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições na sociedade. Essa condição é fruto das complexas relações sociais e suas frágeis articulações com as especificidades científicas. Cabe destacar que alguns cientistas sociais criticam o paradigma por desconsiderar as dimensões interpretativas e a agência de outros sujeitos sociais.³⁶

A contribuição teórico-metodológica para o estudo dos desastres pela história vale-se da interdisciplinaridade, muito cara à história ambiental. No primeiro capítulo as considerações sobre o espaço produzidas pelo geógrafo Milton Santos são colocadas em discussão com o materialismo histórico defendido por Edward P. Thompson, no intuito de estabelecer as relações dinâmicas que incidem sobre o ambiente para a formação dos desastres. No terceiro capítulo, novamente o instrumental teórico-metodológico da geografia é utilizado para uma melhor compreensão das conexões entre percepção e memória.

As fontes impressas em nível estadual foram coletadas em dois arquivos: a Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e o Arquivo Histórico Municipal de Tubarão. A Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina contém o maior acervo de periódicos do Estado, são diversos os títulos encontrados no local. Salvo exceções de algumas séries trimestrais ou semestrais que se encontram em restauração, os documentos estão sempre disponíveis. O Arquivo Histórico Municipal de Tubarão aglutina uma variada gama de documentos, os principais são registros oficiais da Prefeitura, periódicos de circulação local, regional e fotografias. O Arquivo Municipal de Araranguá também contém diferentes tipos de fontes, destaque especial deve ser dado à iniciativa de digitalizar todas as fotografias da coleção. As fontes impressas nacionais foram coletadas no

³⁵ MARCHEZINI, op. cit., p. 50.

³⁶ GILBERT, op. cit., p. 51.

portal da Biblioteca Nacional³⁷ na internet que disponibiliza uma pequena, mas substancial parte de seu acervo já digitalizado.

Diferente da maioria dos trabalhos históricos, os capítulos não estão encadeados cronologicamente em sequência, assim à medida que os capítulos perdem um pouco de comunicação entre si, ganham em inteligibilidade por expor as diversas fases de produção da memória do desastre. No intuito de oferecer um entendimento mais claro, os capítulos foram estruturados de forma temática seguindo a maneira como as memórias dos desastres foram criadas.

O primeiro deles intitulado *A Natureza dos Desastres* tem o objetivo de seguir a dinâmica dos desastres, por isso volta suas lentes, inicialmente, a interação das dinâmicas atmosféricas com o relevo para produção da precipitação, que por sua vez também se relaciona com a transformação da camada superficial do solo e com os veios hídricos. As ondas de povoamento ao longo dos rios também são associadas ao processo de construção dos desastres, bem como o crescimento populacional na região. Por fim, a cultura do arroz pré-germinado irrigado é discutida como fundamental para compreensão de como as condições de vulnerabilidade também são produzidas pelos seres humanos. O capítulo 1 se valeu de estudos da meteorologia, geologia, botânica, agronomia e geografia para poder caracterizar de forma mais adequada a mesorregião sul de Santa Catarina.

O segundo capítulo *Desastres Socioambientais* tem a função de historicizar os principais desastres de 1974, 1995 e 2004, sendo esta tarefa realizada com o auxílio de periódicos como principais, mas não únicas fontes históricas. Ao analisar periódicos de circulação estadual e nacional se percebe diferenças tanto do conteúdo das matérias, quanto na forma com que foram diagramadas para o grande público. Nesse processo, em cada desastre os afetados são tratados e retratados de forma diferenciada, fruto de transformações nas formas das instituições governamentais lidarem com os flagelados.

O terceiro capítulo *As Memórias dos Desastres* trata das formas coletivas e individuais de evocar o passado, com o apoio da história oral e

³⁷ <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

usando o conceito de memória coletiva para entender como a percepção ambiental das pessoas se transforma com os desastres e como esse processo dialoga com a produção coletiva de memórias sobre os mesmos. Nesse cenário, excepcionalidade e trauma balizam as formas de lembrar e as estratégias produzidas pela memória para esquecer. Outro ponto central para entender a dinâmica da memória no sul de Santa Catarina é pautado no tipo de relação que cada grupo tem com o ambiente, pois a percepção está condicionada ao local, social e espacial, de onde cada um percebe suas relações com o ambiente.

1 A NATUREZA DOS DESASTRES

O primeiro capítulo desta tese descreverá como as condições do ambiente, aliadas ou não à ação dos seres humanos, produzem os desastres no sul de Santa Catarina. Nesse cenário, onde distintos elementos como as condições atmosféricas, a maritimidade, o relevo, a cobertura vegetal, os diferentes regimes de uso do solo e a povoação interagem de forma dinâmica, através da história ambiental é possível analisar o funcionamento do ambiente com o intuito de compreender como tais desastres ocorrem e/ou são produzidos.

O sul catarinense (ver Mapa 1) possui uma superfície de 8.823,5 km², o que corresponde a 9,24 % da área total do Estado, com aproximadamente 850.000 habitantes.³⁸ Atualmente a região abrange 43 municípios. Das quatro bacias hidrográficas existentes na região, serão analisadas três: Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão, Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá e Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba. Apenas a Bacia Hidrográfica do Rio Urussanga, que não tem sua nascente nas encostas da Serra Geral não faz parte da análise nesta tese.

A interdisciplinaridade é um atributo basilar da história ambiental, o que permite o emprego simultâneo de várias disciplinas dentro de um mesmo trabalho para empreitada de abarcar o maior número de variáveis inseridas na problemática do espaço. Entretanto, é preciso tomar cuidado para não haver uma disciplinarização de outros campos do conhecimento que constantemente são utilizados como artifícios retóricos para legitimação de uma disciplina específica. Neste trabalho, a metodologia espacial do geógrafo Milton Santos, foi somada ao aparato da história ambiental para melhor compreender o dinamismo dos processos que incidem sobre o espaço.

Seguindo a estrutura temática defendida ao longo da introdução, a organização do capítulo segue de forma hierárquica e da longa para a curta

³⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 out. 2014.

duração respeitando a dinâmica entre as variáveis envolvidas para ocorrência dos desastres. Inicialmente, a interação entre as dinâmicas atmosféricas e o relevo é elencada para melhor compreensão do regime hídrico regional; consecutivamente, são analisadas as relações das dinâmicas atmosféricas com o oceano Atlântico, a fim de compreender principalmente a formação dos ciclones extratropicais; depois, o envolvimento das chuvas com as condições geológicas são averiguadas na produção das enchentes; na sequência, o alto índice de precipitação é ligado à degradação da cobertura vegetal; seguindo as variáveis antrópicas da “equação” desastre, a ocupação das povoações ao longo dos cursos dos rios é examinada no sul de Santa Catarina; por fim, na esteira do desenvolvimento agrícola, é considerada a implantação do Programa para Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis para entender os novos elementos que passaram a fazer parte da formação do desastre.

A história ambiental, na medida em que tenta redefinir a investigação do passado humano, vem retirando subsídios de diferentes disciplinas. Nessa tarefa, compreende que o mundo natural existe antes mesmo de qualquer conceituação realizada pelos seres humanos, portanto, o conceito “natureza” foi e é usada como uma ferramenta para interagir com esse ambiente não humano. As relações e as transformações no conceito de natureza são evidenciadas pelo antropólogo Edmund Leach, no verbete da Enciclopédia Einaudi “Natureza/Cultura”, onde salienta as diferentes formas de relacionar as ideias de natureza baseadas nas transformações culturais da antiguidade clássica à visão pós-moderna de subjetivas naturezas. O reconhecimento de naturezas subjetivas também implica aceitar que cada ambiente com suas características próprias possibilita entendimentos diferenciados sobre o que é natureza. Fica claro na argumentação de Leach que através dos processos mentais realizados pelos seres humanos é possível construir os modelos de natureza que se agrupam dentro da categoria de cultura e renovar continuamente estes modelos.³⁹

A “dessacralização” do conceito de natureza é fundamental nas análises de história ambiental, pois como condicionante e condicionada tem seus atributos elencados fora de um idealismo que tende a suprimir a

³⁹ LEACH, E. Natureza/Cultura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Einaudi, 1984. v. 5. Anthropos-Homen. p. 97.

possibilidade de transformação advinda do meio natural. Neste caminho, o estudo dos desastres igualmente se vale desse conceito de natureza desprovido de um caráter essencialista para compreender a interação entre natureza e seres humanos na produção dos desastres. A percepção da produção social do desastre é o primeiro passo para políticas públicas que realmente almejam a diminuição dos danos causados pelos desastres, que não devem mais ser conceituados unicamente como “naturais”, mas sim socioambientais e é desta forma que os entendemos na presente tese.

O clima de uma determinada região é formado pela dinâmica dos sistemas atmosféricos com seus respectivos tipos de tempo⁴⁰ e pela influência de fatores como a latitude, a altitude, o relevo, o solo, a cobertura vegetal, a continentalidade e a maritimidade. Uma história dos desastres no sul do Estado de Santa Catarina precisa levar em consideração a sua característica peculiar que é o relevo: uma estreita planície entre o Atlântico e as encostas da Serra Geral. Entretanto, não cabe aqui elencar todos os elementos que agem sobre o clima do sul catarinense, por isso, o presente capítulo abordará exclusivamente os fenômenos que atuam na formação das intempéries climáticas.

1.1 HISTÓRIA AMBIENTAL E MATERIALISMO HISTÓRICO: UMA FÉRTIL RELAÇÃO

No sul de Santa Catarina as características geomorfológicas, a dinâmica atmosférica e a ocupação humana produziram um cenário propício para desastres. No intuito de avaliar as características do meio e suas transformações na produção dos desastres, o presente trabalho parte de uma perspectiva materialista da história. Para tanto é analisada a trajetória do materialismo histórico e defendida sua utilização nos estudos sobre o meio ambiente.

⁴⁰ Na meteorologia existe uma diferença entre o tempo e o clima. O tempo é o estado físico das condições atmosférica em um determinado momento e local. Já o clima é caracterizado pela avaliação de um maior número de dados e eventos possíveis das condições de tempo para uma determinada localidade ou região.

O autor de “A ecologia de Marx: materialismo e natureza” explica que a preocupação de Karl Marx em conectar seus trabalhos com o mundo físico-químico, de alguma forma, sempre esteve presente nas suas obras e em muitos pontos a obra de Karl Marx havia demonstrado uma profunda consciência ecológica.⁴¹ Apesar dos benefícios que a aplicação do materialismo às demandas ambientais pode trazer, é necessário tomar cuidado ao relacionar o materialismo do séc. XIX ao ecologismo contemporâneo.

Sob foco desta tese não repousa a intenção de oferecer uma nova roupagem a um materialismo histórico “fora de moda”, tampouco legitimar a agenda ecológica com um marxismo combativo, pois qualquer possibilidade de interface do materialismo com a ecologia passa pela conexão entre o mundo físico e a interação (das mais variadas naturezas) dos organismos nesse ambiente. O materialismo é valorizado no presente trabalho para buscar compreender a tônica das transformações no ambiente, sejam elas de origem natural ou antrópica.

A fim de perceber as aplicabilidades do materialismo para as demandas ecológicas contemporâneas, Foster destaca que é necessário conhecer as novas visões da (e sobre) a natureza que surgiram nos séculos XVIII e XIX com o materialismo e a ciência.⁴² A discussão geral passa pelas obras de Charles Darwin e Karl Marx, os dois maiores materialistas da época.

O “curto-circuito” idealista, ou a falta de conexão com o mundo material, produzido pela dialética de Hegel é explicado por Karl Marx nos Manuscritos Econômico Filosóficos de 1844, período em que ainda não havia conhecido Friedrich Engels, na seção dedicada à crítica da dialética e da filosofia hegelianas em geral, onde utiliza como exemplo o entendimento da natureza.

Mas também a natureza, tomada abstratamente, para si, fixada na separação do homem, é nada para o homem. É evidentemente por si mesmo que o

⁴¹ FOSTER, J.B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 7-9.

⁴² Idem.

pensador abstrato, que resolve pelo intuir, a intui abstratamente. Como a natureza foi fixada pelo pensador na própria figura dele, oculta e misteriosa, como ideia absoluta, como coisa de pensamento, então ele na verdade, na medida em que se separa de si, separou de si apenas essa natureza abstrata, somente a coisa de pensamento da natureza, mas agora com o significado de que ela é ser outro do pensamento, de que ela é a natureza efetiva intuída, distinta do pensar abstrato.⁴³

Para Marx um dos erros da teoria filosófica de Hegel era a premissa idealista. Nesta repousa a crença que o pensamento é anterior à matéria, Marx contesta que as abstrações idealistas, mesmo as dialéticas, possam ser encerradas em si mesmas. Como explicam em *A Ideologia Alemã*, “no sistema de Hegel, as ideias, os pensamentos, os conceitos produzem, determinam, dominam a vida real dos homens, seu mundo material, suas relações reais”.⁴⁴

Em sua tese de doutoramento Karl Marx analisou a ideia dos atomistas Demócrito (460-370 a.C.) e Epicuro (341-270 a.C.) e, segundo Santos e Cingolini, “conclui que neles há um abandono da ideia de ser e a refutação da ideia de natureza, em benefício de uma interpretação puramente materialista da existência”. Os autores ainda explicam que quem teria aprimorado o materialismo grego seria Lucrecio, depurando da ideia de natureza todo seu conteúdo metafísico.⁴⁵ Segundo Edward P. Thompson, Marx encontrou na obra de Darwin os elementos antiteleológicos que precisava para dar sentido ao seu materialismo, onde as conclusões não estão englobadas nas premissas.⁴⁶

⁴³ MARX, K. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 135.

⁴⁴ MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993. p. 19.

⁴⁵ SANTOS, I. dos.; CIGOLINI, A. Tudo que existe é: considerações sobre a ideia de natureza em Milton Santos. In:___ SCHEIBE, L. F.; DORFMAN, A. (Orgs.). **Ensaio a partir de “A Natureza do Espaço”**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 52.

⁴⁶ THOMPSON, E. P. **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 75.

Foster explica que a fuga da teleologia, que repousa no idealismo transcendental de Kant, onde a verdade existe numa realidade bem além dos sentidos humanos, deu-se pela profunda ligação de Marx com o materialismo de Epicuro. Esse materialismo é pautado na ideia de que “as origens e o desenvolvimento de tudo depende da Natureza, ou seja, da matéria, que produz um nível de realidade físico que independe do pensamento e é anterior a ele”.⁴⁷ Como explicam Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.⁴⁸ Controvérsias à parte sobre as origens do materialismo, o importante, pelo menos para esse trabalho, é perceber que a fuga da teleologia fornece à matéria um status de mutabilidade que dá ênfase aos arranjos e às constantes mudanças.

Em *A Ideologia Alemã*⁴⁹, primeiro livro escrito conjuntamente entre Friedrich Engels e Karl Marx, a crítica recai sobre os “jovens hegelianos” que apesar de se considerarem revolucionários, segundo os autores, eram produtores de uma ideologia alemã conservadora. Engels e Marx ressaltam que cada um dos autores criticados, Feuerbach, B. Bauer e Stirner, apesar de rechaçarem alguns aspectos da filosofia hegeliana, de alguma forma ainda a adotam.

Para fugir do plano do pensamento, a proposta dos autores é partir da premissa material. Antes de se pensar no mundo das ideias, “o primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio desta, sua relação dada com o resto da natureza”,⁵⁰ depois de deixarem claro que seus objetivos não são produzir um estudo da constituição física dos homens, os autores explicam a base material de seu estudo da sociedade.

O modo pelo qual os homens produzem o seu meio de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados, que têm de reproduzir, não se deve considerar tal modo de produção como um

⁴⁷ FOSTER, op. cit., p. 14.

⁴⁸ MARX; ENGELS, op. cit., p. 37.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ FOSTER, op. cit., p. 27.

único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos.⁵¹

O materialismo dialético atribui à matéria a precedência sobre o pensamento, é dialético pelo fato da matéria evoluir, ou para parecer mais atualizado, transforma-se constantemente. Desta forma, o que o materialismo histórico, ao observar a sociedade, vê como a imprevisibilidade e a liberdade da história humana. Ou seja, no sentido mais amplo do materialismo, tudo o que existe é matéria, ou pelo menos depende da matéria, sendo a realidade humana essencialmente material.⁵²

O materialismo histórico surgiu na obra de Friedrich Engels quando ele precisou refutar as premissas de Thomas Malthus. Pois para Engels a Teoria da População de Malthus residia na sua visão religiosa da natureza, uma visão norteada pela concepção idealizada da natureza como entidade imutável. Desta forma, à medida que a população crescia, o medo do pastor Malthus se justificava, pois a escassez seria cada vez mais forte. Para rebater as proposições de Malthus, partindo de uma perspectiva materialista, Marx e Engels passaram a se interessar pela agricultura. Segundo Foster, a contribuição do químico Justus Von Liebig foi fundamental para o desenvolvimento do conceito falha metabólica.⁵³

Liebig, preocupado com a decadência do solo, pesquisou os processos de troca de nutrientes químicos, que até 1830 eram realizados apenas com estrume. O químico alemão desenvolveu a ideia de metabolismo ao perceber que mesmo com o incremento da aplicação de fertilizantes, naquele momento com guano do Peru – em 1835 chegou o primeiro barco carregado de guano à Inglaterra, em 1841 haviam sido importadas 1.700 toneladas, em 1847 já chegavam a 222.000 toneladas⁵⁴ – após a taxa de fertilidade do solo aumentar, o ambiente era rapidamente exaurido. Vale ressaltar que Engels tinha a noção que os cercamentos do crescente modelo agrícola capitalista haviam contribuído para a concentração de indivíduos nas cidades, estas pessoas agora longe do meio

⁵¹ Ibidem, p. 27-28.

⁵² BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p. 254.

⁵³ FOSTER, op. cit., p. 209.

⁵⁴ ERNLE apud FOSTER op. cit., p. 212.

rural não podiam mais produzir seu próprio alimento e, conseqüentemente, encontravam problemas para subsistência.⁵⁵

Esta percepção se ampara no materialismo dialético, pois, “[...] o fato, portanto, é o seguinte: indivíduos determinados, em determinadas relações de produção, que como produtores atuam também de um modo determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas”.⁵⁶

A noção de falha metabólica surge em 1860 quando Marx estava escrevendo *O Capital*, Foster destaca que o alemão já havia se convencido da insustentabilidade da agricultura capitalista, neste caminho enfatiza como preponderante a exaustão do solo, a alienação do trabalho e da natureza. O conceito de metabolismo advém da noção de troca material subjacente a processos biológicos estruturados de crescimento e decadência. Esse conceito foi seminal para Marx, pois nele estava enraizada sua compreensão do processo de trabalho⁵⁷, de um significado derivado da Biologia, o metabolismo passou a representar um conceito social mais amplo.

O descompasso entre materialismo e natureza, segundo o historiador ambiental estadunidense William Cronon, foi produzido na década de 1930, quando o materialismo histórico havia se transformado em ferramenta para lutar contra o determinismo geográfico. Na migração dos marxistas/materialistas para longe das ciências naturais, chegaram ao extremo do determinismo cultural, pois sua preocupação era que o determinismo natural acabasse com a liberdade humana. Esta apreensão marcou as relações entre marxismo e o contexto natural da história humana até o final da década de 1960.⁵⁸

Ao discutir os possíveis usos da história ambiental, William Cronon enfatiza que toda história humana tem um contexto natural. Uma importante contribuição da história ambiental tem sido reintroduzir o estilo

⁵⁵ FOSTER, op. cit., p. 154.

⁵⁶ MARX; ENGELS, op. cit., p. 35.

⁵⁷ Ibidem, p. 221.

⁵⁸ CRONON, W. The Uses of Environmental History. **Environmental History Review**, Durham, 1993, p.13.

materialista de análise para estudar o passado das interações dos seres humanos com o ambiente, enquanto tenta amadurecer e problematizar a ideia de determinismo. A necessidade de trazer seres humanos e natureza para um diálogo que perceba as relações entre cultura e natureza, moldando e influenciando um ao outro, sem simples determinismos, é a base para o entendimento das consequências ambientais da experiência humana e a percepção de que as transformações dos sistemas naturais quase inevitavelmente afetam os seres humanos.⁵⁹

Outro ponto da narrativa de Cronon, amparado no materialismo, que é fundamental compreender, reside na assertiva de que nem natureza nem cultura são estáticas. Pensar em uma estabilidade humana com qualquer meio natural é uma tentativa de ressignificar o mito de uma “Era de Ouro”, onde em um passado longínquo, algum grupo humano vivia em harmonia com o ambiente e que tal passado deve ser “reconstruído”. Na trilha do materialismo, a relação entre natureza/cultura ou ambiente/seres humanos será sempre visualizada numa perspectiva comparativa dinâmica, nunca estática.⁶⁰

Nesta perspectiva, pode-se observar que todo conhecimento ambiental é culturalmente constituído e historicamente contingente. Reconhecer o conhecimento histórico como contingente ajuda a proteger o(a) historiador(a) ambiental, ou qualquer historiador(a), contra os perigos das definições absolutas, das descontextualizadas “leis” e “verdades”, as quais podem facilmente obscurecer a diversidade e as sutilezas da cultura e do ambiente. No fim das contas, essa é mais uma lição sobre humildade, tolerância e autocrítica para aqueles que produzem o conhecimento histórico.⁶¹

Ainda sobre as assertivas metodológicas que nortearão este capítulo, as proposições do geógrafo brasileiro Milton Santos, concernentes a formação socioespacial e ao dinamismo dos processos que incidem sobre o espaço, são seminais para o debate com a história ambiental. O legado materialista, marcante no trabalho de Santos, contribui para uma percepção dinâmica das transformações no espaço.

⁵⁹ Ibidem, p. 14.

⁶⁰ Ibidem, p. 15.

⁶¹ Ibidem, p. 16.

Em *Espaço e Método*⁶² e *A Natureza do Espaço*⁶³ o autor externaliza sua preocupação com o desenvolvimento metodológico da geografia e explica que é uma dúvida frequente dentro da disciplina a conceitualização do espaço, tal anseio deve levar em consideração fatores sociais e naturais. Como ponto de partida propõe que o espaço seja definido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”⁶⁴, e sugere ainda que o espaço assim definido seja considerado como um fator de evolução social, ou seja, uma instância da sociedade, assim como cultura, economia.

A empreitada miltoniana, segundo Dias, caminha na “direção do difícil exercício do pensamento crítico e reflexivo, no qual não há praticamente distinção entre termos teóricos e termos empíricos”.⁶⁵ No caminho pelas definições, Santos também se preocupa em tratar cronologicamente dos elementos constitutivos do espaço, explica que cada variável inserida no espaço muda de valor a cada período histórico e, até mesmo, qualquer análise geográfica que seja, demanda um esforço de periodização, “cada lugar tem um momento no processo produtivo”.⁶⁶ Entretanto a escolha das variáveis que compõem a análise não pode ser aleatória, deve levar em conta o fenômeno estudado e sua significação em um dado momento. O autor ainda explica que a maioria dos estudos espaciais é deficiente em virtude de tenderem a representar situações atuais como se elas fossem resultado das suas próprias condições no passado.⁶⁷ O conceito miltoniano nessa tese é usado para entender as características dinâmicas dos elementos naturais e sociais dentro da equação do desastre, numa situação em que o ambiente que vai sendo transformado pelas ações humanas produz desastres diferenciados. O que, por sua vez, leva os indivíduos que habitam o ambiente a novas interações com o meio.

Nesse espaço como sistema de objetos e ações, Santos explica que “na medida em que função é ação, a interação supõe interdependência

⁶² SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

⁶³ SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 21.

⁶⁵ DIAS, L. C. Prefácio. In SCHEIBE, L. F.; DORFMAN, A. (Orgs.). **Ensaio a partir de “A Natureza do Espaço”**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 11.

⁶⁶ SANTOS, 1992, op. cit., p. 3.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 20.

funcional entre os elementos. Através da estreitada interação recuperamos a totalidade social, isto é, o espaço como um todo e, igualmente, a sociedade como um todo”.⁶⁸ A ânsia pela totalidade em Santos se explica na necessidade da divisão em partes do espaço para uma posterior reconstrução dessa totalidade examinada, pois a distinção entre os elementos de um território é fundamental para compreensão dos encadeamentos de funções e ações destes elementos para análise da lógica das dinâmicas que incidem sobre o espaço.

As especificidades do lugar oferecem subsídios para decifrar as ações e funções dos objetos nele inseridos, pois “cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço uma significação particular”⁶⁹, pela dinâmica dialética das relações com os elementos daquele lugar, “o valor de uma variável não é a função dela própria, mas seu papel no interior de um conjunto. Quando este muda de significação, de conteúdo, de regras ou leis também muda o valor de cada variável”.⁷⁰ No esforço de classificação dessas variáveis pelo ângulo da técnica e suas organizações, mostra-se necessário considerar que cada lugar é marcado por uma combinação técnica, um nível de desenvolvimento tecnológico, e um nível e estruturas de organização social usados para interagir com o espaço.⁷¹ Nesse sentido, tanto a produção social dos desastres quanto as estratégias para mitigação desses eventos estão relacionadas com tais condicionantes espaciais.

Santos ainda defende o valor particular de cada lugar em sua relação com as cadeias produtivas.

Cada lugar é marcado por uma combinação de técnicas diferentes e por uma combinação diferente dos elementos do capital, que atribui a cada qual uma estrutura técnica própria.

⁶⁸ Ibidem, p. 7.

⁶⁹ Ibidem, p. 10.

⁷⁰ Ibidem, p. 11.

⁷¹ Idem.

[...] Como resultado cada lugar é uma combinação de diferentes modos de produção particularmente ou modos de produção concretos.⁷²

Qualquer análise geográfica ou histórica leva em consideração escalas. A primeira advoga em defesa das espaciais e a segunda das cronológicas. Santos explica que até mesmo usando uma escala global, o espaço se mostra como um sistema de sistemas, ou seja, um sistema de estruturas, com base na constatação de que as relações entre os elementos do espaço não são bilaterais, mas relações multivariáveis, onde as interações entre as partes são mediadas pelo todo. “Deste modo, a noção de causa e efeito, que permite a simplificação das relações entre os elementos é insuficiente para compreender e valorizar o movimento do real”.⁷³ O geógrafo explica que o simples nexos causal linear é ineficiente para compreender a dinâmica espacial das variáveis em relação à sua função e ação no interior da totalidade. Seja qual for a forma de ação destas variáveis, o contexto não pode ser negligenciado.⁷⁴

Os movimentos dialéticos de transformação do todo arbitram novas interações sobre as partes, que por sua vez se caracterizam como as relações dos elementos inseridos no espaço.

O movimento que estamos tentando explicitar, nos leva a admitir que o espaço total, que escapa a nossa apreensão empírica e vem ao nosso espírito sobretudo como conceito, é que constitui o real, enquanto as frações do espaço, que nos parecem tanto mais concretas quanto menores é quem constituem o abstrato, na medida em que seu valor sistêmico não está na coisa tal como a vimos, mas no seu valor relativo, dentro de um sistema mais amplo.⁷⁵

⁷² Ibidem, p. 13.

⁷³ Ibidem, p. 14.

⁷⁴ Ibidem, p. 15.

⁷⁵ Ibidem, p. 19.

O que se mantém latente na preocupação de Santos não é a sucessão dos elementos isolados, mas, sim, dos sistemas. A formação de um espaço, ou seja, a acumulação de ações localizadas em diferentes momentos se dá como um processo químico, onde “assim que é formado extrai sua especificidade exatamente de certo tipo de combinações posteriores, a sua continuidade é consequência de sua dependência de cada combinação em relação às precedentes”.⁷⁶

Há uma série de implicações na adoção do conceito de espaço de Milton Santos que devem ser esclarecidas a fim de sua aplicabilidade nos estudos de desastres ambientais sob o viés da história ambiental. Apesar da constante preocupação com as escalas temporais e espaciais, sua percepção está inscrita em uma teleologia, onde cada lugar embora possua sua especificidade está inscrito em um quadro de “evolução social”. Moreira, ao balizar a relação dos indivíduos com o espaço na obra miltoniana, destaca que a interação entre homem e meio também pode ser traduzida na relação história/natureza, onde a história dos seres humanos seria resultado da transformação acumulativa da natureza para promover a subsistência humana.⁷⁷ As considerações de Moreira enfatizam um panorama estrutural, no qual a primazia do econômico dita as regras da existência humana.

A hereditariedade materialista nos trabalhos de Santos considera que o estruturalismo Althusseriano foi fundamental para construção do conceito de formação espacial. Sua contribuição consiste em uma visão mais sistematizada, quase mecânica, da relação do conceito de modo de produção com o conceito de formação econômica e social. Ainda que os trabalhos de Santos, apoiados no materialismo histórico da década de 1970, acusem a existência de uma forte noção de cadeias estruturais derivadas das proposições de Louis Althusser, os pressupostos teóricos metodológicos propostos pelo geógrafo Milton Santos para análise do espaço já apresentam uma percepção de ruptura e descontinuidades que lesa a proposta metodológica de Althusser. Entretanto, o geógrafo brasileiro não abre mão da noção de totalidade, pois “tais descontinuidades não implicam

⁷⁶ Ibidem, p. 23.

⁷⁷ MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In.: __ MOREIRA, R. (Org.). **Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em questão.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

a ausência de interrelação entre as diferentes formas espaciais”.⁷⁸ Como foi destacado anteriormente, é nesta ânsia por totalidade que está legitimada a partilha das múltiplas divisões do espaço, para conseqüente reconstrução do todo.

A particularidade do lugar, ou seja, as especificidades das relações espaciais em cada território para Santos ditam as premissas metodológicas. Neste caso, a relação com o objeto em Santos é bem semelhante à relação do historiador inglês Edward P. Thompson. Ambos destacam que o primado metodológico no materialismo se dá na relação do objeto com o pesquisador, e não o contrário.

O presente trabalho se apropria das ponderações teórico-metodológicas do historiador inglês para refutar a ideia de um materialismo estrutural e estruturado, no qual as relações entre os indivíduos e, especialmente, as interações dos indivíduos e ambiente sejam amparadas num propósito imanente.

Em *Miséria da Teoria*, E. P. Thompson rechaça o materialismo histórico de Althusser enfatizando o seu caráter idealista, e por isso é contrário à proposta desenvolvida por Marx e Engels. Thompson explica que Althusser e os seus seguidores questionam o próprio materialismo, “não pretendem modificá-lo, mas deslocá-lo, em troca oferecem um teorismo a-histórico que em uma olhada mais atenta se revela como um idealismo.”⁷⁹ O estruturalismo marxista de Althusser, de forma geral, é uma teoria que não se estrutura a partir do objeto, conforme elucida Thompson, o materialismo de Althusser se instala como uma lógica autodefinidora, da mesma forma que a matemática, utiliza apenas a lógica e as ferramentas concebidas dentro da própria disciplina.⁸⁰

O marxismo estruturalista do filósofo francês não leva em conta a possibilidade de rupturas e descontinuidades, produzidas segundo Thompson pela agência humana, categoria que será explicada no segundo

⁷⁸ SANTOS, M. apud CRUZ, M. C. da. O Conceito de Formação Espacial: sua gênese e contribuição para a Geografia. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, 2003, p. 68.

⁷⁹ THOMPSON, op. cit., p. 11.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 35.

capítulo desse trabalho. Thompson ainda explica que Althusser se apropria da categoria “luta de classes” e concede a ela um valor atemporal, pois no planetário de Althusser, metáfora utilizada para explicar a movimentação da sociedade, a luta de classes seria a força que produz a movimentação deste universo. O historiador inglês explica que as categorias utilizadas e desenvolvidas pelo materialismo histórico devem considerar o contexto histórico em que são produzidas e utilizadas, pois a história é a disciplina do contexto.⁸¹

Desta forma, a história como disciplina do contexto temporal e a geografia como disciplina do contexto espacial são fundidas para uma análise totalizante do objeto “desastres socioambientais e memória”, sob o aporte da história ambiental. Sem sombra de dúvida, há um foco antropocêntrico que permeia a análise em todo o trabalho e esse aspecto fundamental já evidencia que, por mais interdisciplinar que esta análise ambiental deva ser, ela é muito mais histórica que geográfica.

A trajetória da história ambiental já vem sendo debatida em uma série de trabalhos.⁸² Desta forma, retraçar a genealogia do campo histórico faz-se desnecessário, entretanto deve ser evidenciado que seu surgimento está diretamente relacionado à crescente preocupação com a degradação e o esgotamento dos recursos naturais no planeta. Deve-se ressaltar o paralelo entre a emergência da história ambiental e a crescente ação ambientalista a partir de 1970, endossada pela profunda ligação que os historiadores ambientais possuíram com as demandas ambientalistas, ou seja, demandas da sociedade. Nesse cenário, questões como conservação da natureza e controle da poluição foram somadas à equidade e justiça social, mas apesar

⁸¹ Ibidem, p. 49.

⁸² PADUA, op. cit.; NODARI, E. S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. **História, Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 9, 2009.; WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, v. 5, n. 2, p. 23-44, 2003.; MCNEILL, J. R. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. **History and Theory**, v. 42, n. 4, Theme Issue 42: Environment and History. Blackwell Publishing: 2003, pp. 5-43.; CROSBY, A. W. The Past And Present Of Environmental History. **American Historical Review** 100, n. 4, p. 1177-1189, 1995. Historical Abstracts, EBSCOhost (accessed September 28, 2009). CRONON, op. cit.

da agenda ambientalista amalgamar temas sociais e conservacionistas ela ainda não é consenso.⁸³

Fica evidente na trajetória da história ambiental a apropriação das diversas transformações que adentraram o campo histórico, sejam as estruturas sociais que permaneceram após a década de setenta do século XX ou os aspectos culturais oriundos das aspirações de novos sujeitos históricos. Entretanto, as demandas socioambientais são centrais para entender a trajetória da história ambiental. Desta forma, os desastres – além das características nitidamente naturais – são vistos como acontecimentos representativos da relação entre seres humanos e natureza, onde a noção de risco eclode como central para entender a dinâmica das percepções sobre o meio ambiente.⁸⁴

Nesse sentido, a degradação ambiental⁸⁵, além de ser percebida como um dos resultados da interação com o ambiente, é também compreendida como potencializadora das condições para o desastre. Ao analisar as bacias hidrográficas de Santa Catarina, o agrônomo Álvaro Afonso Simon, destacou que a degradação na região sul está em estado mais crítico do Estado de Santa Catarina e é a décima quarta em relação ao país.⁸⁶ Desta forma, os pressupostos teóricos metodológicos apresentados pelo geógrafo Milton Santos para análise do espaço oferecem uma percepção relativizada das variáveis contidas na “equação” desastre, à medida que a interação dos objetos transforma as características do meio as próprias características dos objetos também tendem a alterar-se. O entendimento do lugar como resultado da interação de diversas técnicas e objetos é basilar para compreensão das dinâmicas produtoras do desastre demonstradas neste trabalho.

⁸³ NODARI, op. cit.

⁸⁴ MAUCH; PFISTER, op. cit., p. 3. SEDREZ, op. cit. MAIA; SEDREZ, op. cit. ESPINDOLA; NODARI; LOPES, op. cit. LOPES, op. cit.

⁸⁵ Degradação ambiental será compreendida nesta tese com base na lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 que institui a Política Nacional de Meio Ambiente onde é designada como degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente.

⁸⁶ SIMON, A. A. **Análise histórico-crítica dos trabalhos em microbacias hidrográficas em Santa Catarina -1984/1990**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Florianópolis, 1993.

Nesta tese foram analisadas as bacias hidrográficas dos rios Tubarão, Araranguá e Mampituba. Do ponto de vista ambiental a Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá é uma das áreas consideradas críticas do Estado em relação à disponibilidade hídrica e à qualidade das águas, pois nesta bacia 2/3 dos rios encontram-se poluídos. Cabe ressaltar que a região também é a maior produtora de arroz irrigado do Estado, sendo que nos meses de cultivo a demanda agrícola por água chega a 80% do volume total consumido na bacia, o que caracteriza o cenário de déficit hídrico. O crescimento do município de Criciúma devido, principalmente, à extração de carvão, constitui-se como um polo abastecedor do comércio, indústria e serviços de toda a região sul do Estado, cujos municípios somam uma população de 600.000 habitantes.⁸⁷

O geógrafo e meteorologista Maurici Amantino Monteiro, ao analisar as condições atmosféricas da BHRA (Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá) e BHRT (Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão) destaca que além das enchentes, as estiagens também têm sido muito frequentes no sul catarinense, o que torna o cenário no sul do estado mais dramático em virtude do uso da água. Desta forma, a competição entre produção agrícola e uso doméstico em condições de estiagem torna os conflitos inevitáveis. Outro ponto marcante para Monteiro consiste em certa similaridade entre as enchentes de 1974 e 1995, o comportamento das condições de tempo, às vezes muito instáveis, tem como condicionante as escarpas da Serra Geral, que acabam produzindo chuvas intensas nas proximidades das encostas.⁸⁸

⁸⁷ SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas do estado de Santa Catarina: diagnóstico geral.** Florianópolis, 1997.

⁸⁸ MONTEIRO, M. A. **Dinâmica atmosférica e a caracterização dos tipos de tempo na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.** Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2007. MONTEIRO, M. A. **Avaliação das condições atmosféricas no entorno do complexo termelétrico Jorge Lacerda para controle da qualidade do ar.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1997.

1.2 DINÂMICA ATMOSFÉRICA E RELEVO: A CONFIGURAÇÃO DO DESASTRE

O primeiro ponto para compreender os desastres consiste em destacar as características do ambiente onde tais memórias são produzidas, e para tanto as dinâmicas atmosféricas e a formação do relevo têm papel primordial. Nesta seção são elencados os elementos que atuam na configuração climática e morfológica no sul de Santa Catarina, bem como as consequências desta interação. Neste caminho, os trabalhos produzidos pelos alunos da Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina foram de grande valia, pois ao analisarem o clima, o solo, a água e a qualidade ambiental viabilizaram uma melhor caracterização da região sul de Santa Catarina, apesar, segundo os autores, da falta de estações meteorológicas e de dados de qualidade.

No intuito da história ambiental de caracterizar os ambientes onde a experiência humana se desenvolve, as narrativas tendem a valorizar uma cultura estável no desenvolvimento do texto, entretanto, segundo William Cronon, é necessário reconhecer o dinamismo dos sistemas naturais e culturais, para tentar situar parâmetros e comparar os tipos de mudanças.⁸⁹ Essa assertiva vai ao encontro da “escola” de estudos meteorológicos proposta por Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, que em *Clima e Excepcionalismo*, traz um levantamento de sua trajetória intelectual ao longo de mais de duas décadas na pesquisa da climatologia geográfica.⁹⁰ Na obra o geógrafo enfatiza a importância do “ritmo” como sequência habitual dos tipos de tempo. Tal metodologia para o estudo do clima no âmbito da geografia brasileira produziu diversos seguidores. Muitos dos ex-alunos de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro são docentes das universidades brasileiras, atuando como orientadores de trabalhos direcionados à climatologia geográfica.⁹¹

Seguindo a nomenclatura da climatologia, torna-se necessário diferenciar o termo clima do termo tempo. O tempo atmosférico é o estado

⁸⁹ CRONON, op. cit., p. 14.

⁹⁰ MONTEIRO, C. A. de F. **Clima e excepcionalismo**: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

⁹¹ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 31.

momentâneo da atmosfera em um determinado instante e lugar.⁹² Tal estado da atmosfera compreende: radiação (insolação); temperatura; umidade (precipitação, nebulosidade, etc.); e pressão. Na esteira da metodologia de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, o meteorologista e geógrafo Maurici Amantino Monteiro traz a definição de clima como “o conjunto dos elementos meteorológicos que caracterizam o estado médio da atmosfera em um lugar determinado”⁹³, onde uma descrição estática se baseia em um conjunto de tempos, condições instantâneas da atmosfera. Apesar do “tempo”, não se apresentar com características semelhantes a todo o momento e a cada lugar, “o ritmo sazonal desses tipos de tempo constitui uma dinâmica singular a cada estação do ano. O clima de um lugar é definido pela sucessão de vários tipos de tempo”.⁹⁴

O clima pode ser estudado conforme sua dimensão espacial ou temporal, sendo que as duas dimensões são empregadas em diversos estudos. A escala climática faz referência à dimensão do fenômeno, o que implica numa ordem hierárquica entre as grandezas climáticas. Mendonça e Danni-Oliveira explicam que, “dessa forma, o microclima está inserido no mesoclima, que, por sua vez, está inserido no macroclima; este somente existe com base nas grandezas inferiores”.⁹⁵ Para entender os tipos de tempo e os climas de determinada região, a climatologia leva em consideração os fatores do clima, também conhecidos por fatores geográficos, que condicionam as características e a dinâmica da atmosfera em diferentes lugares em sua permanente relação com a superfície do planeta.⁹⁶

A região sul do Estado de Santa Catarina possui uma dinâmica atmosférica bem diversificada, principalmente por causa da chegada das massas polares, que potencializam a gênese de outros sistemas atmosféricos, sendo a frente fria o mais comum deles. Segundo Monteiro, esse sistema tem atuação durante todo o ano, apenas perdendo força no verão, a “dinâmica ocorre justamente pela posição latitudinal da região sul

⁹² MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e clima do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. p. 13.

⁹³ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 24.

⁹⁴ Ibidem, p. 27.

⁹⁵ MENDONÇA; DANNI-OLIVEIRA, op. cit., p. 22.

⁹⁶ Ibidem, p. 41.

do Brasil que gera descontinuidades frontais pelo choque entre os sistemas intertropicais e polares”.⁹⁷

As condições de tempo que incidem sobre o sul de Santa Catarina são modificadas à medida que avançam sobre o território especialmente em virtude da distância das escarpas da Serra Geral e da proximidade do Atlântico. Este emaranhado de modificações produz microclimas com diferentes características ao longo de toda a região. A influência do relevo nos sistemas atmosféricos se dá, à medida que a amplitude altimétrica do relevo consegue modificar a compressão ou descompressão adiabática de um sistema a ponto de produzir totais pluviiais de maior ou menor grau, diretamente relacionados à exposição ao terreno.⁹⁸

1.2.1 Sistemas estáveis

Os sistemas estáveis abrangem milhares de quilômetros quadrados e possuem como característica fundamental a uniformidade de temperatura, umidade e pressão atmosférica, pelo menos nas camadas mais próximas à superfície. Estes sistemas também são representados pelas altas pressões atmosféricas ou anticiclones e se caracterizam pela subsidência.⁹⁹ Como o ar descendente é comprimido e aquecido, torna-se difícil a formação de nuvens e de precipitação, ou seja, os anticiclones geram tempo bom.

A Massa Tropical Continental (mTc) se enquadra na categoria de sistemas estáveis por ser uma massa de ar quente e seca mais restrita ao verão, em um determinado momento de seu deslocamento a massa se eleva e se resfria, desenvolvendo alta pressão e tornando-se mais densa. Isso também inibe o ingresso de umidade vinda de outras regiões próximas, a

⁹⁷ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 22.

⁹⁸ ARMANI, G.; J. R. TARIFA. Variação Temporo-espacial da Pluviosidade na Região da Barragem de Barra Bonita (FOLHA BAURU– SF-22-Z-B). In: IV Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica-Clima & Ambiente, 2000. **Anais** ... Rio de Janeiro, 2000. p. 1-16. Apud MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 25.

⁹⁹ Movimento de um corpo a media que se desloca para baixo.

sua área de maior atuação é o Paraguai, norte da Argentina, sudoeste do Paraná, oeste catarinense e centro-oeste do Rio Grande do Sul.

A Massa Tropical Atlântica tem como centro de ação as proximidades do Trópico de Capricórnio, sobre o oceano Atlântico, conhecido como Anticiclone Semifixo do Atlântico Sul (ASAS). No entorno de seu centro o ar fica muito estável, devido à subsidência do ar. A massa atua durante todo ano, no inverno favorece a estabilidade do tempo, mas no verão a massa torna-se instável devido ao aquecimento basal, contribuindo para precipitação.

A Massa Polar (mP) se organiza sobre o Atlântico, nas latitudes da Patagônia, e possui forte influência sobre as condições de tempo na região sul do Brasil. Quando a trajetória é mais continental produz ar seco no sul do Brasil, com a ausência de vapor d'água na atmosfera também inibe a formação de nuvens e favorece a ocorrência de grande amplitude térmica, que resulta em temperaturas muito baixas na madrugada. Mas, quando a trajetória do anticiclone polar é marítima, ou seja, quando se desloca sobre o Atlântico a leste do Uruguai e do Rio Grande do Sul, provoca aumento de nuvens e favorece quase sempre a ocorrência de chuva isolada em toda a zona costeira da região sul devido à circulação marítima.

1.2.2 Sistemas instáveis

De forma geral, os sistemas instáveis possuem grandezas escalares variadas, normalmente estão inseridos nas massas de ar quentes e úmidas. O tempo, geralmente, é chuvoso e as temperaturas ficam estáveis (pequena amplitude térmica) devido à presença constante de grande quantidade de vapor d'água. Conforme Monteiro, na região sul, os tempos instáveis ocorrem, de modo geral, associados às frentes frias, os vórtices ciclônicos em altos níveis (VCAN), os cavados em baixos, médios e altos níveis atmosféricos, as baixas de superfície, os complexos convectivos de meso-

escala, a convecção tropical, a Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS) e os jatos em médios e altos níveis.¹⁰⁰

1.2.2.1 Frente fria

A frente fria é o sistema atmosférico mais comum no sul do Brasil durante o ano inteiro. A frente fria resulta do encontro de massas de ar com densidades diferentes, quando o ar polar, mais denso, avança em direção ao mais quente e menos denso, e força este a subir. À medida que o ar ascende se resfria adiabaticamente, condensa formando nuvens e origina chuva. Quanto maior a diferença de densidade entre as massas de ar envolvidas, mais ativa torna-se a frente, resultando em maior instabilidade com formações de cumulonimbus, pancadas de chuva fortes, ventos intensos e granizo.¹⁰¹ O geógrafo e meteorologista ainda destaca que, apesar dos inconvenientes causados pela entrada das frentes frias, este “é um dos sistemas atmosféricos mais importantes na distribuição da precipitação na região sul”¹⁰².

A maior ou menor intensidade com que as frentes atingem a região sul vai depender também de outros fatores presentes no verão e no outono, ou seja, corrente de jato em médios e altos níveis e a ativação da Baixa do Chaco¹⁰³. Segundo Monteiro,

quando ocorre a manifestação conjunta de todos esses fatores, o resultado é uma frente fria bem organizada apresentando nebulosidade cirrus na parte superior, altocumulus associadas a altostratus e nimbostratus em médios níveis, e em baixos níveis predomínio de nuvens cumulus e cumulonimbus. Nesse caso, a chuva é intensa e bem distribuída. Por outro lado, se qualquer um dos fatores não se configurar, as frentes

¹⁰⁰ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 57.

¹⁰¹ Ibidem, p. 58.

¹⁰² Ibidem, p. 59.

¹⁰³ Uma zona baixa, quente e árida, entre a Argentina e o Paraguai, que serve de ligação entre frentes frias e oceano.

frias se deslocam com fraca atividade, ou seja, com pouca precipitação.¹⁰⁴

1.2.2.2 Convecção

O processo convectivo atua fortemente sobre Santa Catarina, as principais consequências de sua atuação são a formação de tornados e trombas d'água (tornados sobre o Atlântico). No processo, o ar em contato com a superfície quente se aquece e se eleva na atmosfera em forma de correntes ascendentes espiraladas. À medida que o ar sobe, se resfria por expansão e se torna saturado formando nuvens cumulus. Quando surgem correntes descendentes, em virtude do choque térmico, o fenômeno produz chuvas e rajadas de ventos em direção à superfície.

A ocorrência de tornados em solo catarinense entre 1976 e 2009 foi catalogada por Rogério Oliveira *et al.* do Centro Universitário de Estudos e Pesquisa sobre Desastres, localizado em Florianópolis, capital de Santa Catarina. O estudo explica que ocorreram 77 tornados no Estado e aponta que 70% das ocorrências se deram no verão, período em que o aquecimento da superfície é maior. Segundo o climatologista, depois dos Estados Unidos da América, o sul do Brasil é a segunda região mais propícia do mundo a registrar ocorrência de tornados.¹⁰⁵

Monteiro também destaca que para que o processo convectivo seja intenso e provoque chuva em toda região sul é preciso importar mais umidade de outras regiões. Cabe ressaltar que não basta apenas existir calor, é preciso que o ar contenha vapor d'água suficiente para formar nuvem e ocorrer chuva.¹⁰⁶

¹⁰⁴ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 59.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, R. de; OLIVEIRA, R. de; ESTIVALLET, J. Climatologia e sazonalidade em 33 anos de eventos tornádicos em Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 17, 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: CBMet, 2012. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/outros-titulos/climatologia-e-sazonalidade-em-33-anos-de-eventos-tornadicos-em-santa-cata>. Acesso em: 17 out. 2014.

¹⁰⁶ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 64.

1.2.2.3 Baixa pressão à superfície

O fenômeno recebe várias denominações, tais como, baixa pressão, sistema de baixa, ciclone. De maneira geral é caracterizado pela convergência de ventos que ocorrem no sentido horário no hemisfério sul. Em geral, o ciclone é formado pela oposição de massas de ar de características opostas, ao longo da frente fria, entre as massas de ar frio polares e as quentes tropicais. Em Santa Catarina, segundo Monteiro, “esse sistema atmosférico é muito frequente, mas é no verão que, associado ao processo convectivo, torna-se mais instável”.¹⁰⁷

1.2.2.4 Complexo Convectivo de Mesoescala (CCM)

No Atlas dos desastres naturais de Santa Catarina organizado por Maria Lúcia de Paula Hermann, vendavais e precipitações de granizo são descritos como constantes durante a primavera, em maior parte essas ocorrências podem estar associadas à atuação de Complexo Convectivo de Mesoescala.¹⁰⁸ O fenômeno caracterizado pelo aglomerado de nuvens convectivas, com forma aproximadamente circular, origina-se durante a madrugada sobre o Paraguai e norte da Argentina e desloca-se posteriormente para leste atingindo a região sul do Brasil. São mais comuns nos meses de setembro e outubro, meses caracterizados como os mais chuvosos para alguns municípios de Santa Catarina, inclusive da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá.¹⁰⁹

1.2.2.5 Ciclone Extratropical

¹⁰⁷ Ibidem, p. 65.

¹⁰⁸ HERRMANN, op. cit., p. 11.

¹⁰⁹ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 69.

Os Ciclones Extratropicais são sistemas constantes no Atlântico Sul-americano, sua formação é decorrente de profundos centros de baixas pressões que se deslocam constantemente de oeste para leste a uma velocidade de 30 km/h a 50 km/h, sendo mais rápidos no inverno. É um sistema atmosférico formado por um forte contraste (oposição) e compressão entre duas massas de ar de origens diferentes. Para que ocorra a sua formação, entre o litoral centro-norte da Argentina e o do Rio Grande do Sul, há necessidade da presença de uma frente estacionária durante algum tempo, para maior acúmulo de ar no ciclone e para que sejam aumentadas as condições de contrastes entre as massas de ar envolvidas.¹¹⁰

1.2.2.6 Circulação Marítima

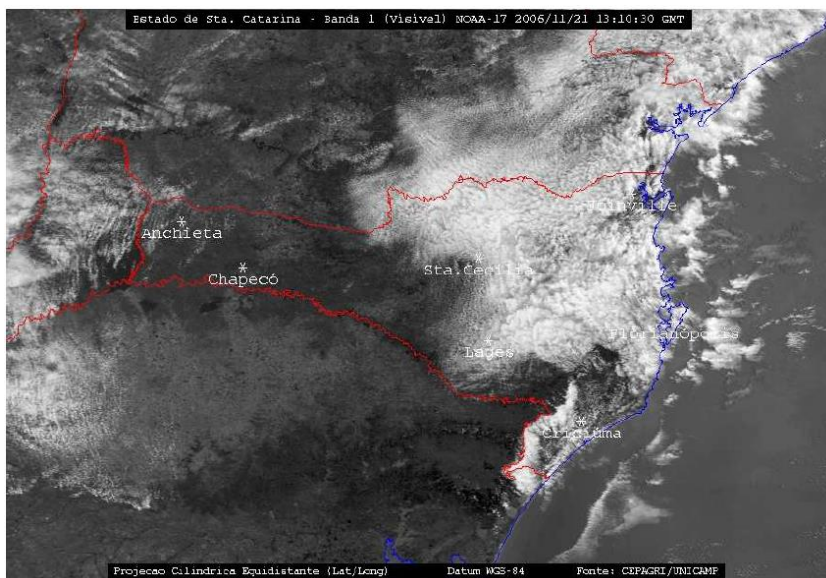
A circulação marítima é a definição dada à circulação de ventos úmidos de sul a nordeste, formados de um sistema estável de alta pressão sobre o Atlântico Sul, dependendo da quantidade de umidade, dos ventos e dos bloqueios encontrados, pode chegar a vários quilômetros no interior do continente.

Monteiro explica que a condição de circulação é, normalmente, temporária devido ao deslocamento quase sempre contínuo dos anticiclones polares. Contudo, quando há o estacionamento do sistema e as condições de tempo impostas pelo fenômeno passam a ser persistentes e o vento estiver soprando de sudeste a leste no sul de Santa Catarina, o tempo fica muito instável e nas encostas da Serra Geral (Figura 1) tende a ocorrer chuva mais forte.¹¹¹

¹¹⁰ Ibidem, p. 74.

¹¹¹ Ibidem, p. 75.

Figura 1: Imagem de satélite do dia 21 de novembro de 2006 as 1310UTC com muitas nuvens no litoral, Vale do Itajaí e maior parte do planalto de Santa Catarina e nas encostas sul da Serra Geral (Circulação Marítima).



FONTE: MONTEIRO, M. A. Dinâmica atmosférica e a caracterização dos tipos de tempo na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2007. p. 76.

O fenômeno que aumenta o tamanho das ondas, principalmente quando com intensidade forte de alto mar para a zona costeira, também é visto como negativo pelos rizicultores das bacias do Araranguá e do Mampituba, em virtude do avanço da água do mar sobre o rio e a salinização das águas que pode esterilizar os grãos do arroz na sua fase reprodutiva.¹¹²

¹¹² Ibidem, p. 78.

1.2.2.7 *Vórtice Ciclônico em altos níveis (VCAN)*

Este sistema, comum nos meses de janeiro e fevereiro, é responsável pela elevação no número de enxurradas na média anual de Santa Catarina. O vórtice ciclônico em altos níveis (VCAN) é definido como um sistema fechado de baixa pressão, de escala sinótica, que se forma na alta troposfera.¹¹³ À medida que o fenômeno atinge a costa, causa instabilidade e precipitação intensa durante até dois dias, quando o VCAN penetra no continente ocorrem, normalmente, instabilidade e precipitação intensa nos setores leste e nordeste do vórtice, em um período de um ou dois dias.

Como destaca Monteiro, diversos temporais no litoral de Santa Catarina têm como origem um VCAN. “A enchente de Tubarão, em março de 1974, foi causada por esse sistema. [...] A catástrofe ocorrida, no dia 23 de dezembro de 1995, nos municípios de Jacinto Machado, Siderópolis e Timbé do Sul, na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, também foi originada a partir de um VCAN”.¹¹⁴

1.2.2.8 *El Niño e La Niña*

Estes fenômenos anteriormente mencionados, bem como os bloqueios atmosféricos, estão entre aqueles que modificam a dinâmica atmosférica da região sul do Brasil. O El Niño-Oscilação Sul (ENOS) é um fenômeno de interação atmosfera-oceano, associado à alteração dos padrões normais da Temperatura da Superfície do Mar (TSM) e dos ventos alísios na região do Pacífico Equatorial, entre a Costa Peruana e a Austrália. O aquecimento das águas é denominado fase positiva, a fase negativa do El Niño surge com o resfriamento das águas do Pacífico, fenômeno este denominado La Niña. O aquecimento ou resfriamento da

¹¹³ GAN, M.A; KOUSKY, V.E, **Estudo observacional sobre as baixas frias da alta troposfera nas latitudes subtropicais do Atlântico Sul e Leste do Brasil.** Apud MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 87.

¹¹⁴ Ibidem, p. 90.

Temperatura da Superfície do Mar altera as pressões atmosféricas pela troca de calor, o que altera o regime dos ventos alísios.

O território brasileiro é bastante afetado pela ação dos fenômenos, secas no nordeste e enchentes no sul e sudeste são comuns dentro da sazonalidade que ocorre irregularmente em intervalos de dois a sete anos, com uma média de três a quatro anos. “No período de atuação do El Niño as chuvas ficam acima da média em Santa Catarina e é comum a ocorrência de grandes enchentes, apesar de não ser o único causador das inundações”.¹¹⁵

Sob a ocorrência do La Niña, que ao contrário do El Niño, provoca tempo seco no sul do Brasil, tem-se o maior incêndio que atingiu o sul de Santa Catarina em 1951. A estiagem que provocou problemas no abastecimento de água e também influenciou uma queimada nas nossas escarpas da serra que se estendeu do município de Praia Grande ao município de Urussanga.¹¹⁶

1.2.3 Relevo

As variações altimétricas produzidas pelo relevo na região não chegam a impedir ou dificultar o deslocamento dos sistemas atmosféricos que incidem sobre o sul catarinense, mas transforma-os tornando em certa medida, mais fracos ou mais ativos. Essa interferência é representada pelas elevações das escarpas da Serra Geral a 1.000 m de altitude, que serve de barreira aos sistemas que incidem na região via litoral. A instabilidade surge como resultado do esfriamento do ar, na proporção de 1°C para cada 100 metros, que colabora para o aumento da intensidade da precipitação. No extremo sul a planície costeira se estende de leste a oeste, até as escarpas da Serra Geral na distância de 50 km, na parte mais ao norte da região estudada essa distância chega até 120 km.

¹¹⁵ Ibidem, p. 91.

¹¹⁶ Ibidem, p. 93.

Além das variações altimétricas, a formação do relevo também influencia na forma com que a água escorre nas bacias hidrográficas das encostas da serra em direção ao Atlântico. A interação do escoamento com as características geológicas locais também transforma as próprias características do solo, como no caso do aumento do gradiente dos leques aluviais.

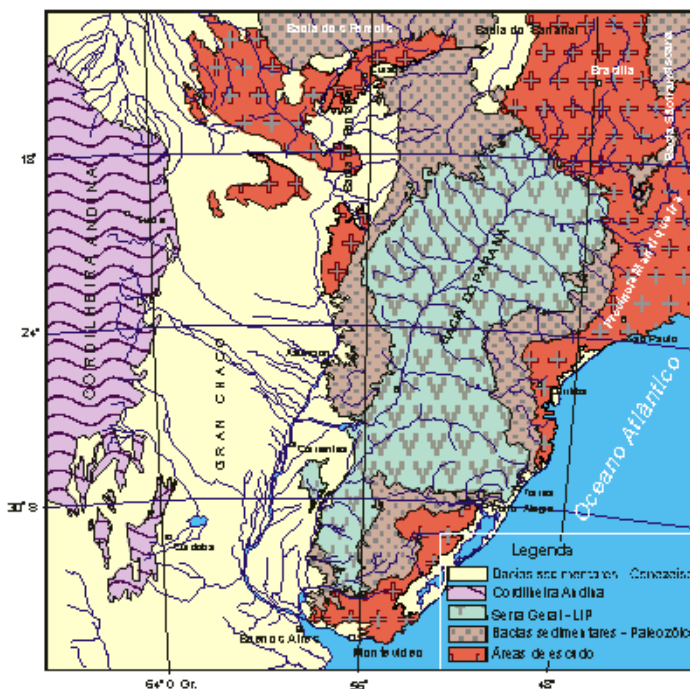
1.2.3.1 Formação Geológica

O sul de Santa Catarina engloba porções de cinco unidades geomorfológicas: a Serra Geral, os Patamares da Serra Geral, a Depressão da Zona Carbonífera catarinense, a Planície Colúvio-Aluvionar e as Planícies litorâneas (Mapa 2). A formação da Serra Geral como se conhece atualmente remete a um levantamento que se processou provavelmente, a partir de fins do Cretáceo (145.5–65.5 milhões de anos atrás) e ao longo de todo o Paleogeno (65.5–23.03 milhões de anos atrás), produzindo os atuais desnivelamentos superiores a 1.400m. Concomitantemente ao soerguimento, ocorreu um progressivo recuo da escarpa de borda de planalto, o que propiciou o estabelecimento de uma extensa baixada litorânea e o afloramento de rochas sedimentares de idade Perminiana (299–251 milhões de anos atrás) no litoral sul catarinense, onde se desenvolveu uma baixada litorânea extensa, associada a uma maior expressão areal dos depósitos sedimentares neo-cenozóicos (23.03–2.588 milhões de anos atrás).¹¹⁷ Nas escarpas da Serra Geral surgem as nascentes das bacias do Mampituba, Araranguá e Tubarão, dali vales fluviais desenvolveram verdadeiros cânions, com aprofundamentos superiores a 500 m em suas nascentes.¹¹⁸

¹¹⁷ DUARTE, G. M. **Depósitos cenozoicos costeiros e a morfologia do extremo sul de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Geologia), Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. p. 7.

¹¹⁸ GOTHE, C. A. de V. **Avaliação dos impactos ambientais da indústria carbonífera nos recursos hídricos da região sul Catarinense**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1993. p. 4.

Mapa 2: Caracterização geológica do Sul do Brasil



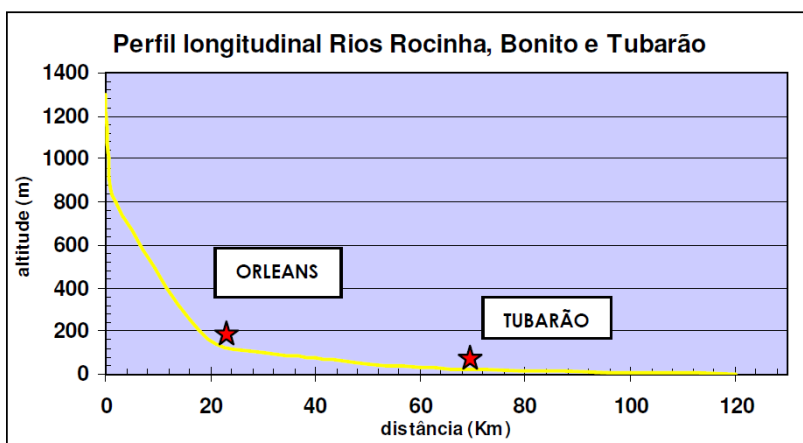
Fonte: SCHOBENHAUS, C. & LOPES, R. da C. (Orgs.). Mapas de Integração da Bacia do Prata e Áreas Adjacentes. Montevideo: CPRM/SEGEMAR/MOPC/DINAMIGE/SERGEOMIN, 2001. 1 CD ROM.

Esta área, hoje denominada sul de Santa Catarina, compreende uma gama variada de depósitos geológicos, segundo a geóloga Gerusa Maria Duarte, “possivelmente, o mais completo registro de sequência deposicional cenozóica na área emersa do Estado de Santa Catarina”.¹¹⁹ No tocante aos aspectos geomorfológicos da região, onde o Domínio Morfoestrutural dos Depósitos Sedimentares é representado pela Planície Costeira Interna e Externa, já o Domínio Morfoestrutural das Bacias e

¹¹⁹ DUARTE, op. cit., p. 2.

Coberturas Sedimentares, é representado nessa região pela Região Geomorfológica Planalto das Araucárias e Unidade Geomorfológica Serra Geral. A acentuada declividade associada à condição das cotas mais baixas, normalmente abaixo de 25 m e os banhados, com altitudes menores que 15 m, como representado na Figura 2, em interação com a rede fluvial possibilitam frequentes inundações.¹²⁰ Vale ressaltar a existência de corpos granitoides formadores de elevações topográficas que, quando em forma de corpos menores, as denominadas “ilhas”, apresentam valores em torno de 80 m, sobressaindo o Morro das Congonhas, ao sul de Tubarão.

Figura 2: Perfil longitudinal da bacia dos formadores do Rio Tubarão.



Fonte: MARQUES, R. Variabilidade da precipitação na Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão/SC de 1946 a 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2010. p. 39.

¹²⁰ Idem.

No entanto, no tocante às características dos solos existem diferenças entre a Bacia do Rio Tubarão e as Bacias do Mampituba e Araranguá. O mesmo relevo íngreme e muito alto é notado nas duas regiões, mas as propriedades do solo oferecem outros condicionantes ao comportamento hidráulico, a permeabilidade dos depósitos rudáceos e do arenito Botucatu no extremo sul produzem condições hidrodinâmicas diferenciadas.¹²¹

Com relação aos movimentos de massa, as rochas sedimentares tendem a produzir terrenos muito rasos, o que somado à alta declividade torna a região suscetível a movimentos de massa, “destacando-se deslizamentos rasos translacionais (slides) no contato solo/rocha nos eventos climáticos de intensa pluviosidade, como o ocorrido no desastre natural de dezembro de 1995, amplamente documentado pela literatura”.¹²² Segundo os autores, os movimentos de massa produzidos nas escarpas da Serra Geral canalizam grandes quantidades de sedimentos que percorrem os principais eixos de drenagem e despejam uma grande gama de detritos na planície à jusante, produzindo a mudança do leito dos rios, danos materiais e expressivas perdas humanas como no desastre de 1995. Exemplos como esse ilustram a dinâmica de geração dos leques aluviais ao longo da costa catarinense.¹²³

1.2.3.2 Leques aluviais

Os leques aluviais são depósitos fluviais que possuem a aparência de um leque, que se desenvolve a partir do sopé de uma elevação montanhosa, de onde se expande do ponto de origem espalhando-se à jusante do canal. Os leques fazem parte de um sistema complexo de erosão e deposição, que através do aumento da vazão do canal com as águas da chuva, passa a transferir detritos a uma zona mais baixa, onde se produz a

¹²¹ Ibidem, p. 63.

¹²² PELLERIN, J.; GAMA, Â. M. R. C.; NASCIMENTO, E. E. D. J.; VALDATI, J.; PAISANI, Julio Cesar; PONTELLI, M. E. Zoneamento e efeitos morfodinâmicos da enxurrada do dia 23/12/1995 nas Bacias dos rios Figueira e Pinheirinho - SC. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 15, 1996, p.197.

¹²³ Idem.

sedimentação. Segundo Duarte, uma das características marcantes dos leques aluviais é delimitação de uma zona em que predomina a erosão e outra onde predomina a deposição.¹²⁴

A geóloga Gerusa Duarte explica que os leques aluviais nada mais são do que um sistema duplo, tanto erosivo, quando deposicional, que se configuram a partir das nascentes das bacias hidrográficas. O substrato se desloca ao longo do leito comum da bacia dependendo sempre de declividade acentuada, com a estabilização da declividade e sem o confinamento das paredes rochosas as águas e os sedimentos se espalham, formando então o leque.¹²⁵

Os dois principais fatores que determinam a existência dos leques aluviais são a tectônica e as condições climáticas, contudo outros fatores podem ser elencados como fortes componentes: dimensões da bacia de drenagem, litologia, cobertura vegetal, declividade do canal e descargas de água e sedimento. Nesse sentido, a intensidade do intemperismo deve muito, não apenas à quantidade de precipitação, mas à densidade da vegetação que além de diminuir o potencial energético produzido pela movimentação da água durante os períodos de alagamento, também facilita a penetração da água no solo. Seguindo essa lógica, em condições de clima árido ou seco, a quantidade de sedimento fornecido para o sistema aluvial pode ser muito maior do que em condições de clima úmido.¹²⁶

Deve-se considerar ainda a relação dinâmica entre a força hidráulica das águas que descem das encostas da Serra Geral e a formação dos leitos dos rios nas bacias do Mampituba e do Araranguá, pois a medida em que os sedimentos foram sendo depositados ao longo das constantes cheias, os leitos dos rios eram reconfigurados.¹²⁷ Os moradores da região relatam em diversos momentos das entrevistas que os rios menores mudam

¹²⁴ DUARTE, op. cit., p. 95.

¹²⁵ DUARTE, op. cit., p. 96.

¹²⁶ PORTELLI, M. E. **Cartografia das alterações em depósitos de leques aluviais com base para uma estratigrafia relativa**. Bacias dos rios Amola Faca e Rocinha, Timbé do Sul, SC. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

¹²⁷ PELLERIN; GAMA; NASCIMENTO; et al, op. cit.

de curso facilmente e que até mesmo a fronteira entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina é transformada pelo processo.

1.2.3.3 As chuvas e o relevo

A configuração do relevo com abertura para leste e sudeste através da planície e fechado de oeste até norte, segundo Monteiro, favorece a entrada de umidade proveniente do oceano Atlântico, que atua de várias maneiras na região. Especialmente no verão, essa condição favorece a formação de nebulosidade cumuliforme quando

[...] o ar quente e úmido ascende pelas encostas, resfria-se e condensa-se, formando as nuvens cumulus, que de acordo com a maior ou menor instabilidade atmosférica local, podem transformar-se em cumulonimbus – nuvens possantes que provocam trovoadas, granizo e pancadas de chuva fortes.¹²⁸

Ao analisar a dinâmica atmosférica da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, Maurici A. Monteiro atesta a variação sazonal da precipitação na região. O geógrafo afirma que no verão os volumes de chuva foram mais elevados nas parcelas mais próximas às encostas da Serra Geral como Timbé do Sul, Praia Grande e Urussanga com médias de 692, 674, 576 e 550 mm, em contraposição a Araranguá e Laguna com médias bem menores. Sendo que a diferença de precipitação entre Araranguá, a 15 km do litoral, e Timbé do Sul, perto das encostas da serra, foi de mais de 50%, o que segundo ele, comprova a influência do relevo na produção das chuvas orográficas.¹²⁹

Outro ponto que atesta o papel do relevo na potencialização dos desastres é o período em que as fortes precipitações ocorrem, pois de acordo com Monteiro, das 21 às 9 horas é o momento em que a precipitação é mais intensa devido à ação conjunta da queda de temperatura à noite e da resfrição causada pelo deslocamento vertical imposto aos

¹²⁸ MONTEIRO, 1997, op. cit., p. 36.

¹²⁹ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 119.

sistemas em virtude do relevo.¹³⁰ Cabe ressaltar que tanto em 1974 quanto em 1995 o ponto alto da precipitação foi à noite.

1.3 BACIAS HIDROGRÁFICAS, COBERTURA VEGETAL E AGRICULTURA: A TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

O entendimento da relação entre a dinâmica hídrica e a cobertura vegetal no sul de Santa Catarina é basilar na busca pela compreensão da natureza dos desastres na região, uma vez que a complexa interação destes condicionantes com as diferentes características do solo gera e/ou potencializa a ocorrência de intempéries climáticas.

1.3.1 Bacias Hidrográficas e degradação do solo

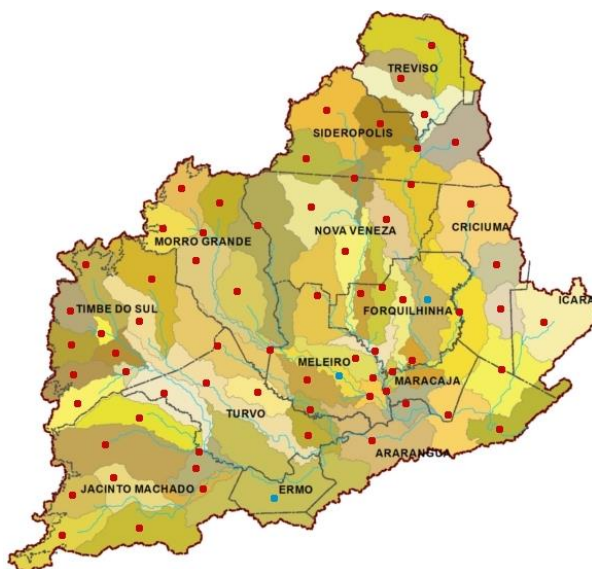
A configuração da rede hidrográfica no sul de Santa Catarina é formada da articulação de vários condicionantes, que vão das relações da dinâmica atmosférica, passando pela formação e características do solo e, finalmente, à influência da vegetação. As áreas conjuntas das Bacias do Tubarão, Araranguá e Mampituba chega a 9.240 km² que a leste encontra o oceano Atlântico, a oeste as escarpas da Serra Geral, ao sul a extensa planície costeira da Bacia do Rio Tramandaí e ao norte o conjunto de bacias hidrográficas da Madre, Cubatão Sul e Tijucas.

A Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e o Complexo Lagunar englobam 5.959,97 km². O Rio Tubarão nasce junto à encosta da Serra Geral e tem como seus principais afluentes os rios Braço do Norte e Capivari, a área de drenagem total da bacia chega a 4.728 km², chegando a percorrer 120 km até desembocar na Lagoa de Santo Antônio, em Laguna. A microrregião compreende atualmente 18 municípios: Lauro Müller, Orleans, São Ludgero, Braço do Norte, Grão Pará, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, Anitápolis, São Bonifácio, São Martinho, Armazém, Gravatal,

¹³⁰ Ibidem, p. 120.

A Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá (BHRA) localiza-se no Sul do Estado de Santa Catarina e faz parte do sistema da Vertente Atlântica. Apresenta uma área de drenagem de 3.020 km² e o comprimento dos cursos hídricos chega a 5.916 km, com densidade de drenagem de 1,95 km/km², drenando total ou parcialmente os territórios de 16 municípios: Treviso, Siderópolis, Morro Grande, Nova Veneza, Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Timbé do Sul, Turvo, Meleiro, Forquilha, Maracajá, Jacinto Machado, Ermo, Araranguá e Arroio do Silva. Atualmente os mais populosos são Araranguá e Criciúma. Suas nascentes também estão localizadas na Serra Geral, são cerca de 15 cursos d'água principais que compõem seu sistema hídrico.

Figura 3: Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá



Fonte: EPAGRI/CIRAM. Disponível em: http://devel.ciram.com.br:9090/portal/website/index.jsp?url=jsp/previsao/monitArarangua_menu.jsp&tipo=previsao. Acesso em: 30 out. 2014.

A Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba abarca as áreas situadas no litoral norte do Rio Grande do Sul e do sul de Santa Catarina, o que torna o corpo d'água compartilhado pelos dois estados. O total da área da bacia é de 1.940 km², no lado catarinense, o rio Sertão, o rio Canoas e a Sanga da Madeira - que drena a Lagoa do Sombrio, a maior lagoa de água doce do sul catarinense - são os principais afluentes.

A bacia compreende, total ou parcialmente, as áreas de 18 municípios. Oito são pertencentes ao Rio Grande do Sul: Torres, Mampituba, Morrinhos do Sul, Dom Pedro de Alcântara, Cambará do Sul, São Francisco de Paula, Três Forquilhas e Três Cachoeiras. Os demais dez pertencem a Santa Catarina: Passo de Torres, Praia Grande, São João do Sul, Santa Rosa do Sul, Sombrio, Balneário Gaivota, Balneário Arroio do Silva, Araranguá, Ermo e Jacinto Machado.

Outro relevante fator para entender o atual *déficit* hídrico que o sul de Santa Catarina enfrenta é a morfologia do terreno, pois a acentuada declividade favorece o rápido escoamento superficial, ainda mais em solos onde a cobertura vegetal sofre constantes transformações, como no caso da agricultura. Além da proteção contra compactação do solo, que tende a impermeabilizar o terreno, as plantas ajudam na redução da velocidade do escoamento superficial da água e também abrem espaço no solo para infiltração da água.¹³²

Caso o *déficit* hídrico do sul de Santa Catarina ocorresse exclusivamente por causa da degradação produzida pela atividade carbonífera, que será analisada mais adiante, apenas a Bacia do Araranguá seria refém da situação. Contudo, esse *déficit* hídrico tem natureza híbrida, ele é oriundo das características naturais da região e, principalmente, do uso da água pelo modelo de rizicultura implantado.

A precipitação média total anual de Santa Catarina fica entre 1.250 a 2.000 mm, já a média do sul do Estado tem uma máxima um pouco menor, variando entre 1.220 e 1.660 mm, com 98 a 150 dias de chuva. Monteiro ainda explica que devido às condições do relevo e ação das Massas Polar Atlântica e Tropical Atlântica esse total é bem distribuído durante o ano.¹³³ O agrônomo Marcos Back ao analisar o balanço entre demanda e oferta hídrica na agricultura em Urussanga explica que o que define o *déficit* hídrico na região é a

[...] evapotranspiração [estar] acima dos valores de precipitação, indicando déficit hídrico. Os dados obtidos na estação de Araranguá, revelam déficit hídrico nos meses compreendidos entre novembro e janeiro. Já aqueles registrados na estação de Turvo, evidenciam valores de precipitação pluviométrica sempre acima dos valores da evapotranspiração, comprovando a maior ocorrência de chuvas nos setores mais próximos das escarpas da Serra Geral.¹³⁴

¹³² Ibidem, p. 33.

¹³³ MONTEIRO, 2007, op. cit., p. 116.

¹³⁴ BACK, A. **Determinação da precipitação efetiva para irrigação suplementar pelo balanço hídrico horário**: um caso de estudo em Urussanga, SC. Tese

Back destaca que os valores de evapotranspiração estão diretamente relacionados com os dados de temperatura, umidade do ar, insolação e velocidade do vento. Eles evidenciam as relações entre as condições de cobertura vegetal da área, de umidade no solo, de presença de água e de vapor na atmosfera, este necessário para a precipitação de chuvas.¹³⁵

Cabe destacar que a interação dos processos de degradação tende a potencializar esses fenômenos. Como é o caso da erosão do solo na planície litorânea no sul de Santa Catarina, que em virtude de suas características naturais de porosidade tende com a velocidade com que as águas escorrem da Serra Geral a aumentar seu potencial degradante. O processo de evapotranspiração na região estudada age de modo a transformar a textura do solo, essa “diferença de textura condiciona a erosão do solo sem cobertura vegetal em épocas de intensas precipitações. Deste modo, a camada de solo arável nas áreas de solo podzólico sofre grandes perdas quando se encontra exposta e em terrenos inclinados”.¹³⁶

1.3.2 Cobertura Vegetal, Desmatamento e Erosão

Na busca pelo entendimento de como os desastres ambientais são construídos e/ou potencializados pela ação humana, o desmatamento surge como um fator importante na e para a transformação da paisagem. A sistemática remoção da cobertura vegetal no sul de Santa Catarina, especialmente ao longo dos últimos 70 anos, possibilitou novas dinâmicas naturais e artificiais entre o solo, condições atmosféricas e seres humanos.

(Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pós-Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Porto Alegre, 1997. p. 37.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ BENDER, M. **Zoneamento Ambiental e Avaliação dos Recursos Hídricos na Sub-bacia do Rio Rocinha, Município de Lauro Müller, SC.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998. p. 45.

Cita-se como exemplo o processo de lixiviação, onde em virtude da falta de proteção do solo, a água que escorre pela superfície tende a extrair os minerais solúveis, tais como fósforo, cálcio e nitrogênio, necessários para a fertilidade do solo.

A geóloga Gerusa Maria Duarte se vale das características geológicas para explicar a composição florística da região sul. Segundo ela, o botânico Balduino Rambo em visita a Santa Catarina, dividiu o litoral sul em quatro faixas N-S entre o oceano e a serra, examinando a flora do litoral, da região lacustre, da zona dos morros e do talude da Serra Geral.

Este autor considerou o extremo sul de Santa Catarina como o limite sul da flora costeira tropical que, para ele, deve-se mais à barreira geomorfológica dada pela presença do planalto até junto ao mar, do que ao clima, sendo um divisor florístico muito marcante, tanto para a planície como para o planalto.¹³⁷

A geóloga ainda lembra que as características do solo não são os únicos condicionantes referentes à composição da cobertura vegetal, as dinâmicas atmosféricas também são fundamentais para toda e qualquer configuração florística. Como exemplo dessa interação, cita os solos hidromórficos das turfeiras, onde a vegetação apresenta-se com maior porte e variedade de espécies arbóreas, com grande número de epífitas e bromélias.¹³⁸

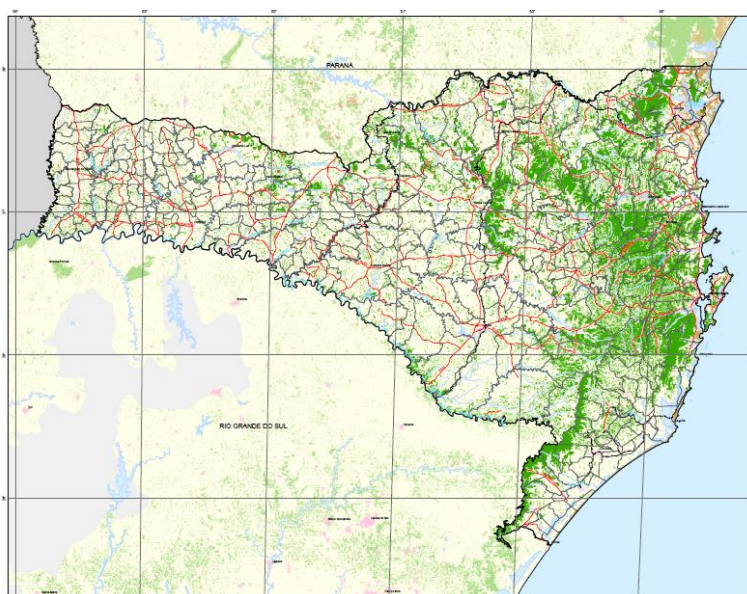
A composição das florestas na região, inseridas no bioma Mata Atlântica, obedece às seguintes denominações: as Florestas de Restingas se estendem pela planície costeira, fixada nos solos mais arenosos, um exemplo seria a figueira-de-folha-miúda (*Ficus organensis*). A Floresta Paludosa, que é também uma forma de Floresta Ombrófila Densa de Encosta, está localizada nos solos turfosos das várzeas das lagoas. A Floresta Submontana pode ser encontrada nas cabeceiras de drenagem com solos profundos, onde a canela-preta (*Ocotea catharinensis*) e o palmito (*Euterpe edulis*) se destacam. As Florestas Montanas são encontradas nas

¹³⁷ DUARTE, op. cit., p. 9.

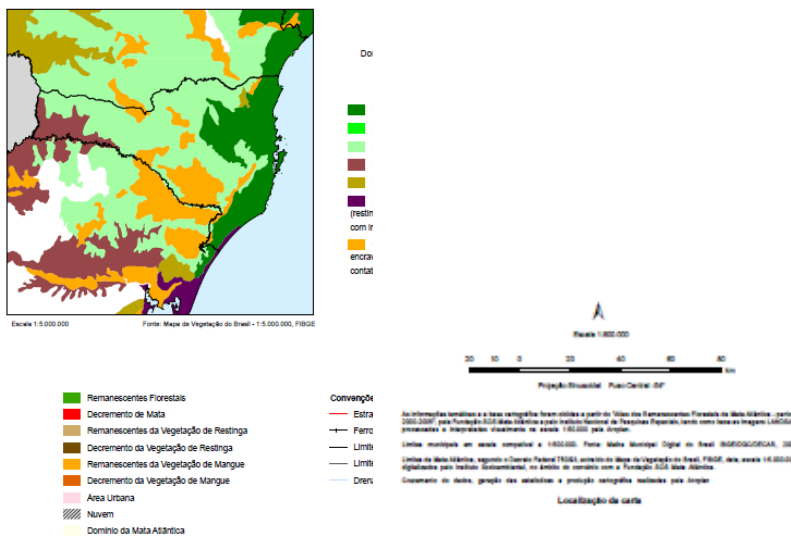
¹³⁸ Idem.

escarpas planálticas, normalmente com altitude superior a 400 metros, e o destaque arbóreo é do família das mirtáceas.¹³⁹

Mapa 5: Formação Vegetal de Santa Catarina



¹³⁹ CAMPANILI, M.; SCHAFFER, W. B. (Orgs.). **Mata Atlântica**: patrimônio nacional dos brasileiros. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2010. VIBRANS, A.C.; MCROBERTS, R. E.; LINGNER, D.V.; NICOLETTI, A.L.; MOSER, P. Extensão original e remanescentes da Floresta Ombrófila Densa Em Santa Catarina. In: VIBRANS, A.C.; SECEGNATI, L.; GASPER, A. L. de; LINGNER, D.V. (Eds.). **Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina**. v. IV. Blumenau: EdFURB, 2013. p. 25-36.



Fonte: SOS MATA ATLÂNTICA. Atlas dos Remanescentes Florestais de Santa Catarina. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, 2013. p. 48.

Na bacia do Araranguá, por exemplo, a geógrafa Nadia Alexandre explica que os remanescentes de floresta atualmente são apenas encontrados nas áreas íngremes das encostas da Serra Geral. A cobertura vegetal nativa do sul catarinense

[...]era quase na totalidade, representada por Floresta Ombrófila Densa, sendo que se destacavam como espécies econômicas: peroba-vermelha, bagueçu, canela-preta, aguaiá, bicuíba, cedro, ipê-amarelo e o palmitero. Essa vegetação originalmente cobria quase a totalidade da bacia do Rio Araranguá estendendo-se até às margens dos cursos d'água formando a floresta ou vegetação ciliar.¹⁴⁰

¹⁴⁰ ALEXANDRE, N. Z. **Análise integrada da qualidade das águas da bacia do Rio Araranguá (SC)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal

Ainda segundo a geógrafa, foram vários os processos que contribuíram para a devastação das matas. A agropecuária teve papel basilar no processo, depois a progressiva utilização da lenha como fonte de energia para a urbanização, para as olarias e estufas de fumo, por fim, com a implantação do PROVÁRZEAS, as florestas ficaram restritas aos terrenos mais íngremes e de difícil acesso.¹⁴¹

Por toda a região sul também se desenvolveu a prática do reflorestamento de *Pinus* e eucalipto, visando as florestas de crescimento rápido, especialmente para indústria moveleira, cerâmica, para o escoamento das instalações subterrâneas de mineração e para fins industriais. Em amplas áreas das bacias do Rio Tubarão, Araranguá e Mampituba, a vegetação original deu lugar a este tipo de cobertura vegetal.¹⁴²

A obra *Mata Atlântica: patrimônio nacional dos brasileiros* destaca uma série de funções da cobertura vegetal: a estabilização das margens devido ao emaranhado de suas raízes; a ciclagem de nutrientes servindo como tampão e filtro do escoamento superficial ou na absorção do escoamento sub-superficial; impedindo o carreamento de sedimentos, o que favorece a manutenção da qualidade das águas; a manutenção da ictiofauna; e a interceptando a radiação solar, contribuindo para a estabilização térmica de pequenos cursos d'água.¹⁴³ Quando as funções ligadas à infiltração da água ou à fixação do solo deixam de ocorrer, os desastres tender a ser potencializados. Como ocorreu na região serrana do Rio de Janeiro, onde de acordo com o *Relatório Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco*, onde as áreas mais atingidas pelos últimos eventos climáticos no Estado do Rio de Janeiro são legalmente protegidas, especialmente as Áreas de Preservação

de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2000.

¹⁴¹ Ibidem, p. 54. VIBRANS, MCROBERTS, LINGNER, et al, op. cit.

¹⁴² KREBS, op. cit. FERREIRA, F. **Aspectos da vegetação e do uso do solo da microrregião costeira sul do Estado de Santa Catarina, Brasil.** Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Florianópolis, 2006. BENDER, op. cit.

¹⁴³ CAMPANILI, SCHAFFER, op. cit.

Permanente (APPs), que foram indevidamente ocupadas para atividades agrícolas, obras de infraestrutura ou edificações.¹⁴⁴

1.4 POVOAMENTO AO LONGO DOS RIOS: INTENSIFICANDO A ENCHENTE

A importância da análise das estratégias de povoamento para compreensão dos desastres tem relação com a dimensão e a quantidade das intempéries climáticas, pois à medida que o território vai sendo ocupado, novos desastres e diferentes impactos vão sendo experienciados.

1.4.1 Indígenas

Um dos contínuos erros da historiografia sobre a ocupação do território catarinense se amparava no estabelecimento do início da narrativa com a chegada dos europeus e seus descendentes. Esta seletividade narrativa ocorreu por diversos motivos, os dois mais importantes são: o eurocentrismo que marcou a historiografia brasileira ao relacionar o “nascimento” do país/do Brasil única e exclusivamente à chegada dos europeus; e, ainda, a ausência de fontes e de pesquisas sobre os povos indígenas e suas interações com os invasores.

Existem relatos de dois grupos indígenas ocupando o sul de Santa Catarina desde a chegada dos europeus. O primeiro grupo que se tem relatos é o Carijó, conhecido por ocupar terras ao sul da Ilha de Santa Catarina até a atual Bacia do Rio Tramandaí no Rio Grande do Sul. O padre Paulo Hobold, em seu livro sobre a história de Araranguá, traz a uma série de documentos eclesiásticos que vão até o final do século XVIII citando

¹⁴⁴ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf. Acesso em: 03 nov. 2014.

ambiguamente a docilidade e o belicismo dos “gentis”.¹⁴⁵ As descrições sobre o contato com o segundo grupo, os Xokleng, surgem à medida que a ocupação do território passa a ser tarefa dos imigrantes que chegam na segunda metade do século XIX. Nesse contexto o relato dos imigrantes e agentes colonizadores representam os indígenas como hostis e incapazes do convívio no seio da civilização. O que, por sua vez, legitima uma série de medidas para o extermínio da ameaça oferecida pelos “bugres”, termo usado para denominar os nativos.¹⁴⁶

De acordo com o autor acima mencionado originalmente o Rio Mampituba se chamava “Mboipetiba”, que significa rio com abundância de serpentes ou cobras, na linguagem o grupo indígena dos Carijós. O Rio Araranguá teria se chamado Iriringuá, que significava bacia ou baixada dos golfinhos, também na língua dos Carijós. Seguindo os rios da região o padre também explica que o Rio Tubarão tem o nome da corruptela de “Tuba-nharão”, o que significaria abundância de peixes.¹⁴⁷ Entretanto, Hobold lembra a falta de unanimidade sobre o nome do rio que deu origem a uma das maiores cidades da região sul. O padre explica que no começo do século XVII, um cacique muito feroz dominava todas estas terras, ele além de defender o próprio território também fazia diversas incursões na região para apresamento e conseqüente venda de indígenas de outros grupos. Nas primeiras páginas do livro do historiador Amadio Vettoretti, sobre as origens da cidade de Tubarão, surge a descrição do brasão aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores em 1991, que marca a fundação do município:

No alto, as oito torres, sendo que somente cinco são visíveis, sinaliza que a cidade é sede de Comarca, isto é, é cidade de segunda grandeza. No centro, faixa ondeada de prata representa o Rio Tubarão. A

¹⁴⁵ HOBOLD, P. **História de Araranguá**: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930. Porto Alegre: Palmarinca/EST, 1994.

¹⁴⁶ SELAU, M. da S. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925)**: resistência e extermínio. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2006.

¹⁴⁷ HOBOLD, op. cit., p.15.

carranca do Cacique Tub-nharô lembra a origem do topônimo Tubarão.¹⁴⁸

É inegável o alcance da herança indígena no Brasil, fruto da articulação cultural realizada nos primeiros momentos da colonização lusodescendente. O manutenção do nome dos principais rios da região sul de Santa Catarina serve como exemplo dessa delicada e multifacetada relação entre indígenas, europeus e seus descendentes.

Explicação muito comum na maioria dos livros de história da região sul do Estado de Santa Catarina é a ideia de que as terras eram desabitadas, tidas como “vazio demográfico”. Este posicionamento marca o tipo de relevância que as populações indígenas receberam nos estudos históricos ligados à ocupação do território brasileiro. Ainda, tão importante quanto o entendimento da ocupação dos Carijós na região é a articulação cultural efetuada entre o indígena, o lusitano e seus descendentes. Essa questão foi abordada por diversos pesquisadores atualmente, presente na obra “Caminhos e Fronteiras” de Sérgio Buarque de Holanda.¹⁴⁹

Nesta direção, a ideia simplista de puro enfrentamento no contato entre branco e indígena deve ser mais bem analisada, em um arcabouço metodológico que espreita as colocações claramente dicotômicas e/ou totalizantes. A averiguação desse intercâmbio entre diferentes culturas vai ao encontro de uma apreciação da aprendizagem sobre o meio, bem como da implementação de técnicas indígenas que auxiliaram na subsistência do invasor/colonizador.

A inserção dos Carijós na região é decorrente do deslocamento constante dos grupos indígenas, pois foram impelidos a realizar uma série de deslocamentos em virtude da disputa indígena por territórios. Com a chegada dos colonizadores ocorreu uma intensa ocupação das terras por imigrantes e uma crescente escravização ou utilização para trabalhos compulsórios análogos à escravidão, o que também produziu o

¹⁴⁸ VETTORETTI, A. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992. p. 20.

¹⁴⁹ HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

deslocamento dos indígenas para terras onde o contato com o invasor fosse mais rarefeito.

Sobre a passividade dos indígenas, o historiador Theobaldo Jamundá destaca diversos relatos de viajantes a fim de atestar a serenidade do grupo. A ausência do instinto bélico é salientada como possível causa da rápida extinção ou captura dos Carijós, quando os bandeirantes, durante o século XVIII, embarcaram no Porto de Laguna os indígenas escravizados. A visão apocalíptica de Jamundá existe em virtude do depoimento trazido em seu texto. “E saberá que no Porto de Laguna em 1635, o Pe. Inácio de Sequeira viu sessenta e duas embarcações ancoradas, esperando a carga estimada de doze mil Carijós que seriam comercializados como escravos”, afirma ainda que durante décadas o porto de Laguna exportou mão-de-obra cativa Carijó para outras províncias.¹⁵⁰

As descrições de Hobold sobre uma “essência” Carijó são antagônicas, pois se em um momento salienta a habilidade com o arco e flecha, noutro denominava-os como a mais dócil das nações.¹⁵¹ Ainda, Hobold traz um depoimento que caracterizou o primeiro apresamento em terras do sul da atual Santa Catarina, de 1548 quando duas caravelas aportaram em Ibiçá (atual Laguna). Parecendo serem muito amistosos os navegantes permitiram que os nativos conhecessem as embarcações. Ao subirem a bordo, foram aprisionados e levados à capitania de São Vicente e Ilhéus.¹⁵² Segundo o padre, esse foi o primeiro contato dos Carijós com os europeus.

Um elemento que salta aos olhos nas obras de Jamundá e Hobold não se trata simplesmente das informações e controvérsias sobre os indígenas, mas da ordem com que o discurso aparece. Essa relação se dá sobre a escravização de indígenas pelos próprios nativos. Os dois escritores dão tamanha ênfase a esse processo, que de certa forma ele parece justificar qualquer tipo de violência que o invasor tenha cometido.

¹⁵⁰ JAMUNDA, T. **Os Carijos lá nas raízes**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1987. p. 25.

¹⁵¹ HOBOLD, op. cit.

¹⁵² *Ibidem*, p. 19.

Em diversos relatos sobre a região as características edênicas são rotineiramente arroladas.¹⁵³ Essa definição ocorre por dois motivos: seja pelas próprias características da área, onde são mencionadas abundantes fauna e flora; ou por relatos produzidos *a posteriori* onde o mito da abundância natural contrasta atualmente com um cenário de crescente degradação. Neste ambiente, coleta, caça e agricultura eram complementares na subsistência do indígena, Sergio Buarque de Holanda ainda complementa enfatizando que tais grupos, tanto litorâneos quanto interioranos não possuíam uma agricultura elaborada, o que por outro lado favorecia os processos migratórios.¹⁵⁴

As trocas culturais que se efetivaram no primeiro momento fizeram com que os euro descendentes pudessem potencializar a exploração da pesca, dentro das suas possibilidades. Como as armadilhas aquáticas para pesca ainda estão presentes nas práticas de pesca na Lagoa de Sombrio, na Bacia do Mampituba, a técnica para confecção das armadilhas consistia no trançado de plantas mais resistentes. O trançado do butiazeiro foi usado durante muitos anos pelos colonos para confecção de cestas e chapéus.¹⁵⁵

As ambiguidades ligadas à invisibilidade do indígena vêm na esteira de um projeto historiográfico ligado à noção de que o indígena nada contribuiu para o desenvolvimento da nação e, além de não contribuir, atrapalhava o colono que buscava desenvolver a economia local à luz do progresso que emanava da Europa. Como destaca Mary L. Pratt em “Olhos do Império”, os nativos são propositalmente retirados da paisagem por causa da sua “feiúra”, quando inseridos no meio natural são retratados como seres sem cultura, o que reforça a ideologia da superioridade europeia. Os “novos” continentes, África e América, nos relatos de viajantes tornaram-se um espaço sem gente, sem história, um espaço onde a

¹⁵³ Idem. COELHO, R. C. S. **Assim Nasceu Sombrio**. Sombrio: Jornal Correio do Sul, 2003. VETTORETTI, op. cit.

¹⁵⁴ HOLANDA, op. cit., p. 70.

¹⁵⁵ LOPES, A.R.S. “**A Lagoa do Sombrio corre que desaparece**”: uma história ambiental da degradação e o atual debate sobre a preservação da Lagoa de Sombrio (1960-2010). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

única história que está por começar é a das organizadas sociedades econômicas.¹⁵⁶

Cabe destacar que quando chegaram os imigrantes do século XIX, a notícia que se tinha era que quase não havia mais selvagens no território que hoje compreende o sul de Santa Catarina.¹⁵⁷ A ideia de guerra de extermínio do indígena está bem difundida na história brasileira, entretanto, até meados do século XIX, segundo as fontes consultadas, não se tem um sistemático ataque aos indígenas com o intuito de extermínio no sul de Santa Catarina. No entanto, é a partir da contribuição de Jared Diamond em “Armas, germes e aço: O destino das sociedades humanas” que se favoreceu uma nova visão sobre a importância do aparato tecnológico e biológico europeu. O autor forneceu novas variáveis à ideia simplista de extermínio. Segundo Diamond, além da guerra existia outro conflito muito mais silencioso, uma guerra biológica.¹⁵⁸

As colocações de Diamond são balizadas pela obra de Alfred Crosby “Imperialismo Ecológico”, onde busca entender os aspectos que auxiliaram e/ou dificultaram a instalação dos colonos europeus nas neoeuropas e, ainda, o impacto ecológico na implementação do novo modo de vida.¹⁵⁹ Crosby vai além das explicações sobre as “vantagens” culturais ou tecnológicas dos europeus, o autor argumenta que é preciso levar em conta toda a biota portátil, ou os animais, plantas e microrganismos que os europeus levaram consigo para as neoeuropas para compreender mais adequadamente a razão do seu rápido estabelecimento. Desta forma, especialmente as doenças,

[...] uma vez em terra firme e alojados no corpo de novas vítimas e novas terras, a sua taxa de reprodução (chegavam a dobrar a cada vinte minutos) permitia que superassem todos os imigrantes de

¹⁵⁶ PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. 393 p.

¹⁵⁷ VETTORETTI, op. cit.

¹⁵⁸ DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

¹⁵⁹ CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico**: a expansão biológica da Europa 900-1900. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

maior porte na rapidez com que se proliferam e na velocidade da sua expansão geográfica.¹⁶⁰

Crosby aponta que o desequilíbrio no intercâmbio atuou em avassalador benefício dos invasores europeus e “para a esmagadora desvantagem dos povos cujos lares ancestrais estavam situados no lado derrotado das suturas da Pangeia”.¹⁶¹

Diamond sofisticada e insere essa discussão em contextos mais específicos, a fim de avaliar que nesse conflito invisível microrganismos vindos da Europa, com um grau de mutabilidade muito elevado, disseminaram pestes e doenças na flora, fauna e seres humanos que não tinham contato com esses germes. Continuando nos argumentos sobre conquista, ressalta a vantagem que povos produtores de alimentos tiveram nos embates com povos coletores, nesse contexto afirma que os produtores de alimentos têm mais facilidade para aumentar sua área de influência territorial e replantar outros grupos.¹⁶²

Inicialmente os Carijós eram considerados pacíficos e indolentes. Contudo depois da crescente fixação de colonos na região e o conseqüente estrangulamento territorial do indígena, relatos de investidas dos nativos tornam-se frequentes. O fato de dois grupos disputarem o mesmo espaço e utilizarem recursos naturais semelhantes para a subsistência também acirrava os embates. Atualmente o único registro de remanescentes indígenas Carijós em Santa Catarina é o grupo encontrado no município de Biguaçu, o que leva a crer em uma progressiva diminuição da população que estava fixada por todo o litoral catarinense. Hobold destaca que no início do século XX os “bugres” eram encontrados apenas na aba da serra. Em 1907, quatro indivíduos foram capturados onde é atualmente Praia Grande, e o destino destes nativos não foi descrito.

Maurício da Silva Selau em sua dissertação analisa os conflitos envolvendo os Xokleng e os imigrantes italianos no sul catarinense nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. O historiador discute a ocupação do território sul catarinense pelos imigrantes, bem como

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 175.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 192.

¹⁶² DIAMOND, *op. cit.*

a modificação na paisagem empreendida pelo grupo recém-estabelecido. Demonstra, ainda, como este processo foi reduzindo as condições de sobrevivência do grupo Xokleng, conseqüentemente, desarticulando seu modo de vida. O extermínio do grupo foi possível, principalmente, devido à política indigenista do século XIX que previa “guerra” aos botocudos, entre os quais estão incluídos os Xokleng. Selau destaca que só 20 anos após a fundação da primeira colônia no interior catarinense, a colônia de Azambuja (1877), na confluência do rio Pedras Grandes com o rio Tubarão, as primeiras hostilidades foram iniciadas.¹⁶³ A partir do embate, o trabalho dos bugreiros passou a ser legítimo, o paulatino extermínio dos Xokleng, realizado com aval das autoridades constituídas, era defendido nos relatórios dos engenheiros das colônias como vital para segurança dos imigrantes.¹⁶⁴

O antropólogo e ativista dos direitos indígenas Silvio Coelho dos Santos descreve que esta ação se valia da busca pela segurança da colônia para legitimar o extermínio e a tomada de terras. Boa parte dos grupos de bugreiros em Santa Catarina era composta por descendentes de portugueses e por descendentes dos novos colonos, sendo que muitos deles recebiam pagamento pela execução do trabalho. Pela “inaptidão” do indígena para a vida em sociedade, seu assassinato era reverenciado como meritório, o bugreiro Ireno Pinheiro, em depoimento a Silvio Coelho dos Santos, explica que “[...] o assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparavam-se uns tiros. Depois se passava o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio”.¹⁶⁵ Ainda, A “tolerância” das autoridades com a atividade dos bugreiros, segundo Santos, pode ser percebida pela captura de mulheres e crianças. O antropólogo enfatiza que era comum serem tiradas do interior e trazidas para o litoral depois dos ataques, e pela falta de medidas e instituições para lidar com os indígenas durante a segunda metade do XIX eram alocadas nas casas das autoridades, na capital do

¹⁶³ SELAU, op. cit., p. 111.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ SANTOS, S. C. dos. **Os Índios Xokleng**: memória visual Florianópolis: Ed. da UFSC/Ed. da UNIVALI, 1997. p. 59.

Estado, e ficavam sob os cuidados do governador e em Laguna na casa do Juiz de Paz.¹⁶⁶

O último relato do padre Hobold da Paróquia de Araranguá sobre a população Carijó traz um aspecto interessante, avalizando que “com a invasão (*sic*) dos colonizadores, o território tornava-se aqui ecologicamente insuficiente em nível de grupos”¹⁶⁷. Não se trata aqui de definir o padre como ambientalista, entretanto o conhecimento sobre a necessidade de um amplo espaço com recursos naturais para subsistência dos grupos coletores/caçadores confere à sua obra uma visão que caminha para longe da dicotomia extermínio/escravidão. A territorialidade também deve ser observada sob o foco do uso dos recursos naturais, em razão dos Carijós serem caçadores, coletores e agricultores a demanda territorial se mostrava necessária a fim de efetivar a subsistência do grupo.

Assim, mesmo que não houvesse a escravização, o extermínio ou a tomada direta das terras, quando o território utilizado para subsistência era comprometido por ocupação de colonos ou pela degradação dos recursos, os grupos precisavam deslocar-se. A narrativa de Hobold mostra-se contundente para elucidar a situação dos indígenas na região sul da província de Santa Catarina, “assim numa atmosfera de fraudes, violência e toda casta de espoliações e atropelos contra os nativos, os donos naturais do solo pátrio, é que se chegou à época da proclamação da Independência Nacional”.¹⁶⁸

1.4.2 Europeus e seus descendentes

A demarcação das terras no além-mar entre Portugal e Espanha, chamada de Tratado de Tordesilhas (1494), fixava o limite máximo do domínio português sobre as terras que vieram a ser chamadas Santo Antônio dos Anjos de Laguna, a atual Laguna. A preocupação em estender

¹⁶⁶ SANTOS, S. C. Sobre a existência de índios Xokleng não contatados na Serra do Tabuleiro, em Santa Catarina. In: **Anais do Museu de Antropologia**. Florianópolis, v. 5, n. 5, 1972, p. 5.

¹⁶⁷ HOBOLD, op. cit., p. 20.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 22.

os domínios lusitanos até a Colônia de Sacramento fez de Laguna um porto de valor estratégico. Durante a ocupação da parte mais ao sul de Tordesilhas, em 1684, houve luta contra os indígenas estabilizados em Ibiaçá. Segundo Hobold, a aliança com o indígena era imprescindível para o processo de colonização lusitano, pois diversos caciques locais eram “mimoseados” para que suas forças fizessem frente às investidas dos castelhanos que instabilizavam as regiões ao sul da Freguesia.¹⁶⁹

Neste processo, para pacificar a região, era necessário ocupar a área compreendida entre o sul de Laguna e a Colônia de Sacramento, fundada em 1679 pelo português Manoel Lobo, alvo de diversas disputas entre Portugal e Espanha. Em 1777 a Espanha decide invadir a Ilha de Santa Catarina e depois disso um acordo foi estabelecido para a troca das duas possessões. O Tratado de Santo Ildefonso restabeleceu o domínio português sobre a Ilha de Santa Catarina e o domínio espanhol sobre a Colônia de Sacramento. O acordo foi ratificado em 1801 sob os termos do Tratado de Badajoz.¹⁷⁰

Os acontecimentos deste processo são de grande importância, pois em consequência das contendas e acordos o Império Português decidiu incentivar e povoar o “vazio” ao sul de Laguna até a província de São Pedro do Rio Grande que foi integrada à capitania do Rio de Janeiro em 1738. Uma série de incursões por terra foi realizada para a criação de uma ligação entre as localidades e entrepostos instalados nesse caminho. Subindo a Serra do Mar foi encontrada uma grande quantidade de gado *vacum* nos atuais limites oeste do Brasil. Com a demanda de animais de tração e de carne na região das Minas Gerais a região sul passou a fazer parte do sistema econômico do Império, fornecendo animais para as áreas de extração de minérios. O padre Hobold afirma que, “[...] a partir de 1732, começam a ser outorgadas, em caráter de título provisório as primeiras cartas de sesmarias, instalando nessa época entre Tramandaí e São José do Norte, nada menos que 27 fazendas de gado”.¹⁷¹

¹⁶⁹ Ibidem, p. 24.

¹⁷⁰ PIAZZA, W. F. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

¹⁷¹ Ibidem, p. 33.

O estabelecimento dos luso-brasileiros nessa região foi semelhante às formas de povoamento do interior brasileiro citadas por Holanda. À vista disso, “[...] os frutos da lavoura não encontravam mercado amplo e acessível para seduzir as ambições dos moradores da terra. E assim, as mesmas razões que condenavam esses homens à instabilidade, reduziá-los à frequente dependência imediata da natureza”.¹⁷² O historiador, tratando ainda de rechaçar a ideia de acumulação, enfatiza que o rendimento da pesca não é elevado, por isso populações se fizeram “escravas” dos mares e rios.¹⁷³ Tais colocações coadunam com as condições de povoamento da região e também exemplificam um dos motivos pelos quais a ocupação do território privilegiava o contato com os rios e lagoas.

As colocações de Hobold soam um tanto quanto diferentes das afirmações de Holanda. O primeiro enfatiza que as povoações surgidas no “Caminho do Sul” estavam inseridas em um contexto dinâmico que possibilitou o florescimento de tantas localidades, pois os moradores se aglutinavam ao longo do caminho construindo povoados nos quais se fazia o trato do gado e uma agricultura que mesclava subsistência e excedentes. Uma questão que não foi tratada por Hobold era a dinâmica aquisição e divisão das propriedades, pois na região era marcante o estabelecimento das pequenas propriedades. Logicamente havia grandes propriedades, mas em virtude da escassa mão-de-obra escrava, os agricultores, lavradores e pecuaristas eram levados a minimizar o raio de ação na lida do campo. Consecutivamente, à medida que a família aumentava e os filhos casavam, novas terras eram necessárias para o sustento da nova família. Esta dinâmica certamente colaborou na ordenação espacial da colonização local.

O primeiro modelo de colonização local aglutinava uma série de fatores. A produção da mandioca estava presente na maioria das propriedades. Havia ainda a pecuária e o trabalho com o couro, que apesar de pouco volumosa inicialmente encontrava bons pastos para a ampliação dos rebanhos. A incipiente pecuária que havia encontrado boas terras desenvolveu-se extensivamente e muitos proprietários de terras de cima da serra tinham propriedades na planície litorânea para direcionar o gado no inverno. A madeira foi fundamental para o sustento das propriedades, seja

¹⁷² HOLANDA, op. cit., p. 60.

¹⁷³ Ibidem, p. 70.

para utilização como combustível, seja para construção de edificações, móveis e ferramentas. Diversos autores que tratam da colonização do sul catarinense conferem à indústria canavieira um papel de grande importância na efetivação e sustentação dos primeiros povoados, pois os seus produtos, o açúcar mascavo e a cachaça, encontravam compradores em qualquer lugar. Segundo Hobold, na contagem populacional de 1797 há a informação que do município de Laguna ao de Mampituba havia 126 engenhos.¹⁷⁴

Nas terras do litoral brasileiro durante o período colonizatório, a indústria da mandioca teve marcante onipresença devido ao seu teor nutritivo, “labutar ao redor da raiz da terra propiciava condições materiais para que uma família sobrevivesse, sobretudo com muitos componentes, não transpusesse a barreira que separava a pobreza da miséria, à época”.¹⁷⁵ Várias razões faziam da mandioca uma boa escolha: a adaptabilidade ao solo; o cultivo, que apesar de exigir certo esforço, não implicava trabalho muito árduo; não está vinculada a alguma sazonalidade, embora houvesse meses mais propícios; e finalmente a conservação da farinha. Sobre esta última, Leandro coloca que, embora o processo de preparação da farinha de mandioca fosse composto em várias partes, descascar, lavar, ralar, socar, peneirar e torrar, comparado com a transformação do trigo em farinha, a transformação da raiz era bem mais simples. A simplicidade dos elementos dessa cultura material no preparo da mandioca facilitou sua presença e manutenção no litoral brasileiro.

Um dos fatores que dinamizou o povoamento na região foi o tropeirismo. A partir do transporte de gado para as Minas Gerais, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul fez da parte sul do litoral catarinense seu primeiro caminho até Sorocaba. Essa rota durou “aproximadamente uma década, dinamizando a região de Araranguá, primeiramente chamada de Capão da Espera, com a instalação de fazendas

¹⁷⁴ HOBOLD, op. cit., p. 128.

¹⁷⁵ LEANDRO, J. A. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007, p. 262.

de criação de gado”.¹⁷⁶ Na passagem do gado surgiram as primeiras trilhas, o pisoteio do rebanho abriu passagens que nunca mais foram fechadas.

O impulso povoador do tropeirismo também se deu em virtude do incipiente comércio realizado por estes indivíduos e da necessidade de parada em locais específicos durante a jornada. Assim, com o passar das décadas e o desenvolvimento desses núcleos, cidades apareceram nos entrepostos de troca e comércio.¹⁷⁷ Posteriormente, com a utilização da serra como caminho para o sudeste, o “Caminho dos Conventos” perdeu sua importância, entretanto o tráfego de tropeiros resistiu atendendo aos mercados locais até a pavimentação da BR-101 em 1971.

Embora a dinâmica estabelecida na Freguesia de Araranguá, que compreendia todo o atual sul catarinense, no século XIX tenha sido preponderantemente a pequena propriedade com mão-de-obra familiar, não se deve acreditar que não havia escravos na região. Justamente sobre esta temática é que Antônio César Sprícigo escreve “Sujeitos Esquecidos, Sujeitos Lembrados”,¹⁷⁸ no trabalho o historiador avalia o discurso sobre a invisibilidade do escravo negro que foi propagado localmente. Tal discurso coaduna com a ideia de que não havia escravidão ao sul de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, muitas vezes os africanos ou descendentes eram tidos como “membros da família” que os escravizava, mas como Sprícigo ressalta, tais indivíduos não eram beneficiários em testamento ou inventário algum, pelo contrário eram propriedade e também não possuíam nenhum nome de família. A explicação para a invisibilidade da escravidão no seio da historiografia catarinense é fruto da pretensa invisibilidade do negro, que caminha na esteira de um projeto de construção da ideia de uma Santa Catarina germinada na tradição europeia.¹⁷⁹

¹⁷⁶ BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. Paisagem na Bacia do Rio Araranguá. In: _____. SCHEIBE, L.F.; BUSS, M. D.; FURTADO, S. M. de A. **Atlas ambiental da Bacia do Rio Araranguá**. Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010. p. 21

¹⁷⁷ ARAÚJO, H. da C. **Caminho das tropas**. Florianópolis: Insular, 2003.

¹⁷⁸ SPRÍCIGO, A. C. **Sujeitos esquecidos sujeitos lembrados: entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no Século XIX**. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

¹⁷⁹ Idem.

No tocante às ondas migratórias que povoaram a região, diversas tradições e afirmações esbarram na busca por uma resposta única. Hobold afirma que a colonização da Freguesia de Araranguá se deu pela vinda dos lusodescendentes que estavam domiciliados em Laguna. Maria das Graças Brightwell não descarta a importância dos colonizadores que desceram a Serra Geral para ocupar a planície litorânea e as encostas da serra.¹⁸⁰ Na busca por uma “verdade” perde-se a percepção de integralidade e de diferentes dinâmicas de povoação que ocorreu na região.

Com o objetivo de efetivar a ocupação do território nacional, durante o século XIX uma série de medidas foram tomadas para facilitar a imigração de europeus. No Velho Mundo o desenvolvimento de novas tecnologias industriais e a crescente concentração de terras colocava uma massa excessiva de trabalhadores urbanos e rurais na miséria, o que levou muitos europeus empobrecidos a aceitar as atraentes e, normalmente, enganosas ofertas de vida nova no Novo Mundo. Ofertas essas orquestradas pela parceria entre iniciativa privada, as nações recém-formadas ou em formação e os países destinatários.

Um dos pilares da nova onda migratória era a necessidade de ocupação do território a fim de evitar possíveis anexações realizáveis pelas novas repúblicas sul-americanas. Nesse sentido, como destaca Selau, ao analisar a legislação da Província de Santa Catarina, os rios tinham importante papel, pois garantiam uma locomoção facilitada para o interior do território. Outra função importante conferida aos cursos de água na primeira metade do século XIX, como a lei nº 142 de 1840 estabelece:

Art.1º. Nos pontos em que os Rios, que descem da Serra Geral, forem cruzados pela linha de defesa mandada medir pelo Decreto Provincial N.º 120, fará o Presidente da Província designar em ambas as margens, Distritos de Colônias, na forma, e para os

¹⁸⁰ BRIGHTWELL, M. das G. S. L. **Os parques nacionais de Aparados da Serra Geral e Serra geral e o município de Praia Grande/SC: dimensões escalares e conflitos..** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2006.

fins declara dos nos artigos 12, 13, 14 e 15 da Lei N.º 49.¹⁸¹

O Governo Imperial Brasileiro iniciou então a segunda fase de ocupação do território sulcatarinense em 1877 com a distribuição dos primeiros lotes para três levas de imigrantes vindos da península itálica que formaram a colônia Azambuja. Na ocasião todas as povoações foram instaladas nas junções de dois rios, o que também permitiria no futuro o deslocamento de pessoas para uma nova ocupação em duas novas posições à montante dos rios.

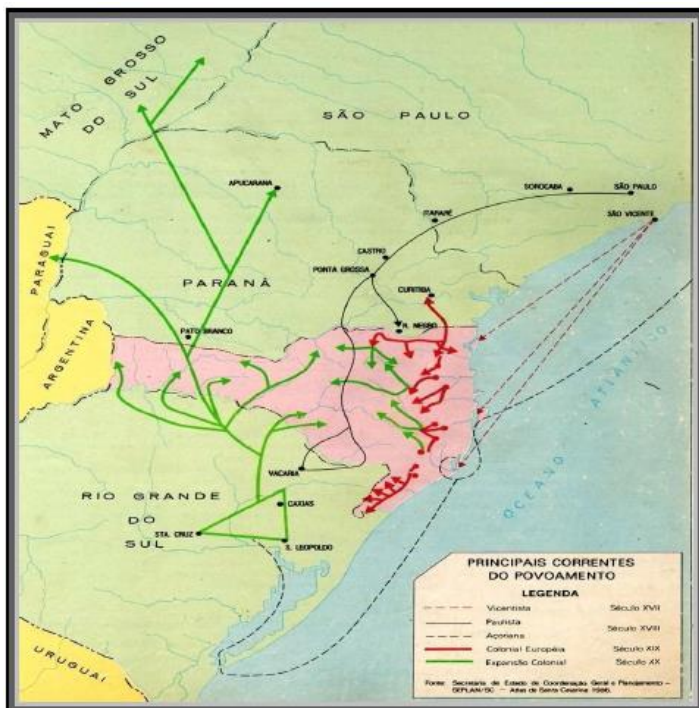
Esta colônia era composta pelos núcleos Azambuja (sede), fundado em 1877, Urussanga, fundado em 1878, Accioly de Vasconcellos, fundado em 1885, depois dividido nos núcleos de Criciúma e Rio Cocal e o núcleo Presidente Rocha, fundado em 1887 e depois denominado Treze de Maio. A sede Azambuja situava-se nas margens do rio Pedras Grandes, no vale do rio Tubarão e foi o primeiro núcleo a ser ocupado por imigrantes.¹⁸²

A necessidade das autoridades era de estabelecer as colônias como centros de atração, para que outros imigrantes se deslocassem ao Brasil e efetivassem a ocupação do território, onde a agricultura era vista como fundamental para a produção de colônias autossuficientes. Desta forma, além dos solos férteis, a disponibilidade de água era imprescindível para o sucesso do empreendimento colonizatório. Somando a facilidade do deslocamento à estratégia defensiva, os rios e córregos ofereceram condições concretas ao estabelecimento dos novos imigrantes e tinham também a função de aproximar a recém-nascida nação brasileira do desenvolvimento civilizatório que emanava das potências europeias.

¹⁸¹ Lei N. 142 de 29 de abril de 1840 In: **Leis Provinciaes de Santa Catharina, promulgadas nas sessões legislativas de 1835 a 1840**. Centro de Memória da ALESC. Apud SELAU, op. cit., p. 34-35.

¹⁸² Ibidem, p. 59.

Figura 4: Principais correntes de povoamento em Santa Catarina.



Fonte: Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento; Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro (1991) apud COMASSETTO, V. Água, meio ambiente e desenvolvimento da Bacia do Araranguá. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2008. p. 122.

Curiosamente os colonos seguiram a mesma dinâmica das massas de ar que chegam ao continente e foram barrados pelas encostas da Serra Geral. À medida que os imigrantes ocuparam o sul de Santa Catarina em um movimento no sentido norte-sul, novas prospecções eram realizadas para definir outros locais para fixação das próximas levas de povoação, compostas de recém-chegados da Europa e/ou dos descendentes daqueles

há pouco fixados. A historiadora Juliana Brocca Presa explica que são esses imigrantes que utilizaram as planícies afastadas do litoral para produção agrícola que ao longo do século XX vão trocar a produção de milho pela de arroz, por ser mais rentável e resistente às enchentes, e que a partir da década de 1980 passaram a receber o apoio da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI) para implementação do Programa de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS).¹⁸³

No sul catarinense três regiões mostraram formas diferentes de sentir e de lidar com os desastres, senda tais maneiras específicas esclarecidas ao longo desta tese. Entretanto, já se pode ressaltar que as diferentes interações ocorrem pela variabilidade do ambiente, das formas de ocupação e densidade populacional. Tubarão (1870) foi o primeiro município desmembrado ao sul de Laguna, crescendo pela proximidade com o porto de Laguna. A cidade floresceu às margens do rio que lhe dá nome, sofrendo com enchentes constantes e principalmente graduais. Depois de 1974 nenhuma outra enchente chegou ao centro da cidade. Araranguá foi elevada à categoria de município em 1880, da mesma forma que Tubarão tem seu nome derivado do rio que dá nome à bacia hidrográfica, a cidade também foi atingida por diversas enchentes. Atualmente apenas as áreas próximas ao rio recebe a carga de água trazida pela enchente, destaca-se, ainda, a localidade da Barranca que às margens do rio Araranguá e da BR-101 desde 1974 recebe muita visibilidade. Praia Grande (1958), no extremo sul do Estado, recebeu ocupantes do planalto gaúcho e das levas de imigração que chegaram a Santa Catarina, até os dias atuais a maioria da população reside na área rural. Pela proximidade com as encostas da Serra Geral recebe constantemente fortes descargas de água e sedimentos produzidas pelo encontro das massas de ar com as encostas da Serra Geral. Em 1974 o município recebeu pela primeira vez ajuda dos poderes estadual e federal para lidar com o desastre.

¹⁸³ PRESA, J. B. **O Arroz no espigão e o milho no banhado: Programa PROVÁRZEAS - o desenvolvimento de uma política pública e o cultivo do arroz em municípios da bacia do Rio Araranguá.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

A simbologia na escolha dos nomes das localidades diz muito sobre as escolhas realizadas durante o processo de colonização. No caso do rio Tubarão, que como já foi colocado recebeu esta denominação em função do nome cacique *Tub-nharô*, que significa pai feroz ou semblante bravo, produziu-se uma relação entre as enchentes repentinas e a impetuosidade do cacique, que também se dizia senhor das chuvas e das tormentas.¹⁸⁴ Isto significa que desde o começo do processo de ocupação, pelo menos, uma mínima noção da natureza imprevisível do rio já era conhecida.

A fundação da vila, que viria a ser chamada de “Cidade Azul” em virtude do próprio rio, ocorreu a partir de 1767 com a necessidade da abertura do caminho que ligaria Lages a Laguna. O projeto inicial do caminho incluía o aproveitamento do Rio Tubarão até onde fosse navegável, nesse ponto se fundou o Poço Grande e de lá via picada se seguia até Lages. Em 1829 o distrito já contava com população suficiente para pleitear a criação de uma paróquia ou freguesia, e como a Igreja Católica Apostólica Romana estava ligada ao Estado, a paróquia também era considerada um departamento administrativo do Governo Provincial. Poucos anos depois veio a outorga da Paróquia de Tubarão (1836). Vettoretti explica que a fertilidade das terras próximas ao Tubarão acelerou a ocupação da região por antigos moradores de Laguna, apoiadores da República Juliana (1839) que depois da reconquista do Poder Imperial, encontraram muitas dificuldades para viver em Laguna.¹⁸⁵

No seu livro sobre a história de Tubarão, o historiador Amadio Vettoretti oferece um capítulo inteiro sobre a enchente e os deslizamentos de 1974, ele explica que o desastre transformou a história do município e a necessidade de conhecer as enchentes avassaladoras do passado existe para que se possa fazer algo no futuro.¹⁸⁶ Sua pesquisa regressa até 1887, quando a primeira grande enchente foi registrada, a enchente teve características semelhantes à de 1974, pela fúria das águas ter destruído todas as pontes do município e por ser “provocada pelo temporal de leste”.¹⁸⁷ Apesar dos estragos na agricultura, devido ao pequeno

¹⁸⁴ VETTORETTI, op. cit., p. 64.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 41.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 224.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 225.

contingente populacional a enchente não ganhou repercussão em nível nacional. O jornalista Cesar do Canto Machado explica que em 1928 uma inundação ocasionou uma série de prejuízos no ajuntamento urbano de Tubarão e Laguna. O autor faz relação ao evento de 1974, para explicar que novamente a “lestada” tinha sido a causadora do desastre.¹⁸⁸ O historiador termina o preâmbulo à enchente de 1974 explicando que em 1926 e 1954 ocorreram outras enchentes, mas com estragos apenas na lavoura e “outras inundações aconteciam na zona rural mais baixa e, da mesma forma, na periferia da cidade, sendo as mesmas suportadas com naturalidade e sem dar motivos a pânico generalizados”.¹⁸⁹

A relação do Rio Araranguá com aqueles que o margeiam é bem semelhante à do Rio Tubarão. A vila teve seu crescimento em virtude da construção do “Caminho dos Conventos” em 1730 para levar gado do atual Rio Grande do Sul para os trabalhos de mineração nas Minas Gerais. No século XIX com a abertura do “Caminho de Palmas”, que não descia até o litoral, a Freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens parou de beneficiar-se da parada das tropas.

O primeiro relato encontrado de enchente na bacia remonta a 1897, quando novamente uma grande “lestada” caiu sobre a vila, nas memórias de Bernardino de Senna Campos, o transbordamento do rio também causou a abertura da barra na sua foz, junto à localidade de Morro dos Conventos, o autor ainda assegura, “como dizem os antigos moradores, nunca houve igual”.¹⁹⁰ O padre Paulo Hobold escreve que na ocasião da enchente de 1897, o Poder Municipal estava empenhado em realizar a abertura da barra na foz do Araranguá, quando a força das águas “rasgou a nova barra, quase na largura de um quilômetro, o que não constava no projeto e o que não

¹⁸⁸ Como explica Maurici Monteiro, o sistema de Circulação Marítima, popularmente conhecido como “lestada” forma muitas nuvens e chuva na costa catarinense e, dependendo da quantidade de umidade e dos ventos, pode chegar a vários quilômetros no interior do continente. Este fenômeno de baixa pressão quando se estaciona sobre o litoral, produz uma diminuição na vazão dos rios que desaguam no mar, em virtude do aumento da maré, também conhecido por sizígia. MONTEIRO, op. cit., p. 75.

¹⁸⁹ VETTORETTI, op. cit., p. 228.

¹⁹⁰ CAMPOS, B. de S. **Memórias do Araranguá**. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p. 60.

proporcionava chances de navegabilidade para barcos de menor calado”.¹⁹¹ A enchente de 1926 também surpreendeu a população local. Na ocasião a força das águas carregou todo o madeiramento alocado nas margens do Rio Araranguá, na localidade de Barranca, que serviria para a construção da ponte e dos trilhos que ligariam, através da ferrovia Tereza Cristina, Araranguá a Torres-RS.¹⁹² Com a pavimentação da BR-101, em 1971 as enchentes em Araranguá passaram a ter visibilidade nacional, não simplesmente pela proximidade com a rodovia, mas, também, pelo constante impedimento no tráfego causado pelos desastres.

O surgimento de Praia Grande na divisa entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, assim como Araranguá, também está ligado ao surgimento do “Caminho dos Conventos”, o impulso povoador do tropeirismo deixou suas marcas nas margens do Rio Mampituba. O nome da atual cidade vem das “praias” de seixo rolado, sedimentos carregados pelas forças das enchentes que escorrem pela Bacia do Mampituba. O tropeirismo e a agricultura foram as principais atividades econômicas no extremo sul até a pavimentação da BR-101, depois disso a rizicultura com produção voltada para o mercado passou a capitanear as iniciativas dos agricultores. Segundo o historiador Vilmar Peres Junior, até o final da década de 1940 ainda era frequente ver tropas trafegarem entre a Serra Geral e o extremo sul catarinense, e o auge do comércio no sul do estado aconteceu de 1930 a 1960.¹⁹³

Os registros da relação da população do extremo sul catarinense com desastres remontam ao início do século XX. O escritor Gilberto Ronsani esclarece que duas enchentes em 1903 e 1911 transformaram os limites dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Segundo ele, o Rio Mampituba passava a aproximadamente 1.500 metros ao sul do atual traçado, a força das águas e dos sedimentos carregados encurtou o trajeto do Rio Verde, o que alterou a conformação da bacia hidrográfica e, conseqüentemente, a divisa entre os dois estados. Em 1947, outra grande

¹⁹¹ HOBOLD, op. cit., p. 158.

¹⁹² Ibidem, p. 159.

¹⁹³ PERES JUNIOR, V. Praia Grande no lombo das mulas: o transporte de alimentos. In: BRIGHTWELL, M. das G. S. L.; NODARI, E. S.; KLUG, J. (Orgs.). **Saberes e sabores de Praia Grande: práticas alimentares, memória e história.** Florianópolis: [s.n.], 2005. p. 50.

enchente passou pela região que dividiu as águas entre o Rio Vermelho e o Mampituba, já em 1974 uma nova remodelação aconteceu, onde todas as águas passaram para a calha do Mampituba.¹⁹⁴ O mesmo autor ainda explica que vendavais são constantes na região. Ronsani acredita que os fortes ventos também foram responsáveis pelo alastramento do grande incêndio de 1951, que teria começado em função de uma forte estiagem seguida por uma geada que deixou todos os campos secos. O incêndio seguiu por dois meses e se estendeu pelas encostas da Serra Geral abarcando a área de Três Cachoeiras no Rio Grande do Sul até Tubarão em Santa Catarina. O Corpo de Bombeiros de Florianópolis foi chamado, mas pouco pôde fazer, em virtude da falta de água. O escritor acima mencionado assegura que diversas famílias de agricultores que moravam perto das encostas da Serra Geral tiveram que fugir do fogo deixando suas propriedades para trás.¹⁹⁵ Maurici Monteiro explica que as estiagens não são comuns no sul de Santa Catarina, mas quando ocorrem, a exemplo do contexto que precedeu a enchente e os deslizamentos de 1995, produzem consequências desastrosas.¹⁹⁶

O contingente populacional é uma das variáveis que interagem na “equação” desastre. Primeiro, pelo fato de que se não houvesse pessoas no caminho das águas ou dos ventos, a definição do desastre em si dependeria mais dos biólogos e geógrafos que teriam que avaliar o impacto das intempéries climáticas “apenas” sobre o mundo natural. O Sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de Recuperação Automática oferece uma série de dados no sítio a partir de 1970 que auxilia o entendimento do processo de crescimento populacional e êxodo rural que a maioria das cidades brasileiras enfrenta.

¹⁹⁴ RONSANI, G. **Praia Grande**: Cidade dos Canyons: 180 anos de história. Praia Grande: Ed. do Autor, 1999. p. 75.

¹⁹⁵ *Ibidem*, p.118-119.

¹⁹⁶ MONTEIRO, 2007, *op. cit.*, p. 94.

Tabela 1: População do sul de Santa Catarina de 1970 a 2010.

População Urbana e Rural no sul de SC de 1970 – 2010			
Microrregião	Urbana 1970	Rural 1970	Total 1970
AMESC	23.987	75.183	99.170
AMUREL	97.327	93.279	190.606
	Urbana 1980	Rural 1980	Total 1980
AMESC	43.231	58.676	101.907
AMUREL	143.436	103.679	247.148
	Urbana 1991	Rural 1991	Total 1991
AMESC	73.159	55.236	128.395
AMUREL	196.056	101.640	297.696
	Urbana 2000	Rural 2000	Total 2000
AMESC	95.671	53.517	149.188
AMUREL	238.668	99.087	337.755
	Urbana 2010	Rural 2010	Total 2010
AMESC	125.579	55.229	180.808
AMUREL	295.724	79.135	374.859

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2014. AMUREL (Associação de Municípios da Região de Laguna), AMESC (Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense).

Ao focar a microrregião da Associação de Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) durante as décadas de 1970 e 1980 pode-se perceber um irrisório crescimento populacional, entretanto deve-se ressaltar a intensa movimentação dentro da própria microrregião, fruto da transposição dos contingentes urbano e rural em um cenário de crescente êxodo rural. No território da AMESC ocorreu uma fixação do contingente rural, que parece ter se estabilizado depois da implantação do Programa de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis. Outra característica peculiar é a

acentuação do crescimento urbano nas décadas de 1980 e 2000, o que coincide com as décadas em que as grandes enchentes não ocorreram.

Na microrregião da Associação de Municípios da Região de Laguna (AMUREL), na década de 1970, a maioria da sua população já ocupava as cidades. Cabe destacar que a cidade de Tubarão concentrava a maior parte desse contingente, diversas pequenas cidades, como Pedras Grandes e Rio Fortuna, continuavam tendo parcela esmagadora da população no meio rural, segundo o IBGE. Diferente da AMESC, até a população no meio rural continuou crescendo até a década de 2000, quando mais de 20% do contingente deixou a zona rural. A população no território da AMUREL demonstrou um crescimento constante, curiosamente mesmo durante a década de 1970, quando a grande enchente assolou todo o sul do Estado de Santa Catarina. Em ambos os territórios a população praticamente dobrou ao longo dos 40 anos analisados.

1.5 AGRICULTURA: A DOMINÂNCIA DA RIZICULTURA

O desenvolvimento da agricultura no sul de Santa Catarina não ocorreu sempre voltado para a prática do arroz. No início do processo de fixação dos imigrantes lusitanos e seus descendentes a agricultura em pequenos módulos policultores era a base para fixação dos colonos à terra. Os gêneros mais produzidos eram a mandioca, o arroz, a cana-de-açúcar, o milho, o algodão e a banana. Os impactos causados por essas culturas eram relativamente baixos, em virtude, tanto do local onde os gêneros eram plantados, quanto da dimensão da área para o cultivo.

A rizicultura torna-se emblemática nesta perspectiva, em razão das modificações que incidiram sobre a prática ao longo de todo o século XX. Como explica a historiadora Juliana Brocca Presa, que analisou as transformações na vida dos rizicultores da bacia do Araranguá após a implantação do PROVÁRZEAS na década de 1980, uma das razões para que o programa tivesse êxito era a afinidade que os descendentes dos imigrantes já tinham com a cultura¹⁹⁷; outro ponto era o contínuo e

¹⁹⁷ PRESA, op. cit.

sistemático auxílio recebido pelos extensionistas da EPAGRI e os financiamentos do Governo Federal e Estadual, na esteira da Revolução Verde; e, ainda, a possibilidade de escoar a produção via a recém-pavimentada BR-101.

Uma das necessidades básicas para a implantação do programa era a sistematização das várzeas. Esse processo, que significava o nivelamento e a transformação do solo, mudou tanto a paisagem, quanto a dinâmica hídrica da região. O historiador ambiental David Blackbourn, ao analisar a dominação da natureza na Prússia de Frederico, o Grande (1740-1786), destaca a busca pelo uso racional da poderosa natureza como motivo para drenagem dos pântanos na planície norte da atual Alemanha. Da mesma forma que na Alemanha do século XVIII, no sul de Santa Catarina a dominação das várzeas era legitimada pelo uso racional da natureza, o “racional” nestes casos pode ser explicado pela transformação do meio natural para melhoramento da produção agrícola. Esta razão universalizante, entendida enquanto fruto do engenho humano para vencer as adversidades da natureza, não conseguiu dar conta das consequências que as drenagens produziram.

No caso do império prussiano, a necessidade da intervenção era também baseada na busca por novas terras agriculturáveis e na destruição dos pântanos formadores de miasmas.¹⁹⁸ Blackbourn esclarece que alguns constantes desastres eram largamente evitados por essas terras “sem uso”, que após a drenagem tiveram seu potencial erosivo aumentado pelas constantes enchentes, e dois séculos depois da transformação da paisagem não há ainda solução segura para a região.¹⁹⁹

Presas explica que na primeira metade do século XX o arroz era uma cultura secundária na região, inicialmente era o milho que recebia as melhores terras, pelo fato de ser uma cultura versátil, usada para alimentação humana e animal. Desta forma, o milho era plantado na várzea, nos terrenos mais baixos e mais férteis, e o arroz no espigão,

¹⁹⁸ Segundo a teoria dos miasmas, várias doenças teriam sua origem dos odores fétidos da matéria orgânica em decomposição.

¹⁹⁹ BLACKBOURN, D. “Conquest from Barbarism”: taming nature in Frederick the Great’s Prussia. In: MAUCH, C. **Nature in German History**. New York: Berghahn books, 2004. p. 10-30.

terrenos mais altos e menos férteis. A explicação encontrada por Presa para a primeira mudança no regime de plantio do arroz, com a troca entre a várzea e o espigão, vem da experiência dos agricultores com as enchentes, pois com o alagamento das várzeas as perdas de milho tendiam a ser significativas. Por causa da importância do milho, ele começou a ser plantado nas partes mais altas e, ainda, entenderam que como nem sempre as águas da enchente destruíam toda a plantação de arroz, foi nesse momento que os agricultores perceberam que a produtividade e a qualidade do arroz plantado na várzea haviam melhorado.²⁰⁰

Segundo Mazoyer e Roudart, a Revolução Agrícola Contemporânea teve seu início no decorrer da primeira metade do século XX, mas foi só a partir de 1950 que conseguiu progredir vigorosamente nos países desenvolvidos e em alguns setores limitados dos países em desenvolvimento. Dentre suas características estão

[...] a elevada motorização-mecanização, seleção de variedades de plantas e de raças de animais com forte potencial de rendimento, ampla utilização de fertilizantes, dos alimentos concentrados para o gado e produtos de tratamento das plantas e animais domésticos.²⁰¹

Os autores afirmam que, no encalço do desenvolvimento agrícola veio a queda dos preços dos produtos, pois os ganhos de produtividade foram tão rápidos e tão elevados durante a Revolução Verde que ultrapassaram os da indústria e do setor de serviços. A forte queda nos preços dos produtos bloqueou o desenvolvimento dos estabelecimentos agrícolas menos favorecidos, e tal processo forneceu para os grandes centros industriais o contingente populacional que não encontrou mais no meio rural condições para sobrevivência.

Sobre a Revolução Verde, os engenheiros agrônomos Mazoyer e Roudart explicam que,

²⁰⁰ PRESA, op. cit., p. 29.

²⁰¹ MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2010. p. 27.

[...] ainda nos países em desenvolvimento, a partir dos anos 1960, a revolução verde, uma variante da revolução agrícola desprovida de motorização-mecanização, desenvolveu-se muito mais amplamente. Baseada na seleção de variedades com bom rendimento potencial de arroz, milho, trigo, soja e outras grandes culturas de exportação, baseada também numa ampla utilização de fertilizantes químicos, dos produtos de tratamento e, eventualmente, em um eficaz controle da água de irrigação e da drenagem, a revolução verde foi adaptada pelos agricultores que eram capazes de adquirir esses novos meios de produção e nas regiões favorecidas, onde era possível de rentabilizá-los.²⁰²

No contexto do pós-guerra, o sucesso do crédito rural, aliado à assistência técnica, econômica e social propiciadas pelos agentes de extensão, incentivou o então presidente da República Juscelino Kubitschek a realizar convênios com os Estados Unidos da América para expandir em todos os estados brasileiros serviços de extensão rural nos moldes dos criados em Minas Gerais e São Paulo. Segundo Mauro Oliveira, de 1948 a 1968, estruturou-se o que denominou de “período pedagógico-político da atividade extensionista” da modernização agrícola no Brasil.²⁰³

A gramínea originária da Ásia Central inicialmente era plantada na técnica denominada de sequeiro no sul de Santa Catarina. Semeado em solo livre com pouca preparação, o grão é lançado, bem provável que um solo pouco rico logo fique esgotado. Este regime de comprometimento do solo também pode dar vazão ao intercâmbio de culturas no mesmo espaço, mas geralmente no Brasil a terra é “colocada para descansar” enquanto outra área é utilizada, até muito recentemente um novo desmatamento ocorria a fim de “limpar” a terra para o plantio. O arroz aquático, uma outra técnica de cultivar o cereal, foi desenvolvido primeiro na Índia, depois chegou à China e, como aponta Braudel, propiciou crescimento e expansão do

²⁰² MAZOYER, ROUDART, op. cit., p. 28.

²⁰³ OLIVEIRA, Márcio Mauro. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 16, maio/ago. 1999, p. 98.

Império Chinês.²⁰⁴ Esta técnica consiste na utilização de ambientes aquáticos para o plantio a fim de aumentar a produção do cereal. O historiador salienta a importância do arroz explicando a facilidade em seu preparo, pois “cozido apenas em água, é o alimento de todos os dias”.²⁰⁵ O arroz irrigado da mesma forma que na China antiga, no sul catarinense moldou e transformou a paisagem.

O sucesso da Revolução Verde em Santa Catarina está intimamente ligado à atuação do órgão estadual de extensão rural. Segundo Carvalho, Nodari e Nodari, no ano de 1957 foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), “que se caracterizava como uma associação civil, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, cujos recursos provinham das prefeituras conveniadas, do governo estadual e do governo federal”. Os autores também enfatizam que “desde o 1º Relatório de Atividades da ACARESC, de 1957, é relatado que os agrotóxicos já eram usados em Santa Catarina”.²⁰⁶ Neste contexto, asseguram que a ação da extensão rural no Estado foi preponderante para o aumento brutal no uso de agrotóxicos que em 1975 já chegava a 87% das propriedades rurais de Santa Catarina (180 mil dos 206.505 estabelecimentos).²⁰⁷

De acordo com Presa não aconteceram três formas diferentes de cultivo do arroz e no entender da autora:

O que houve foi uma modificação no método de cultivo do “espigão” para o sistema de cultivo sequeiro ou irrigado tradicional, por volta da década de 1950. Portanto, de fins de 1950 até fins de 1970, plantou-se da forma irrigada tradicional. Posteriormente, na década de 1980, o PROVÁRZEAS, a partir do incentivo ao aproveitamento de várzeas irrigáveis, desenvolveu

²⁰⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 128.

²⁰⁵ Ibidem, p. 132.

²⁰⁶ CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S.; NODARI, R. O. Avanço no Uso de Agrotóxicos e das Intoxicações Humanas em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, 2009. p. 2763.

²⁰⁷ Idem.

dentro do sistema de cultivo irrigado um método baseado no uso de sementes pré-germinadas.²⁰⁸

O Programa de Aproveitamento Racional das Várzeas Irrigáveis, PROVÁRZEAS, foi elaborado em 1978, pelo governo João B. Figueiredo e oficializado através do Decreto n. 86. 146 de 23 de junho de 1981, visando à utilização econômica das várzeas em todos os estados brasileiros, elegendo os solos aluviais ou hidromórficos como a última fronteira para o desenvolvimento agrícola do país. Neste caso, a parceria com o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) foi fundamental para o sucesso do projeto, pois para o que o aproveitamento “racional” das várzeas tão defendido pelo projeto fosse executado pelos agricultores, as áreas destinadas deveriam ser “recuperadas”, ou seja, niveladas e conectadas à rede fluvial.²⁰⁹ O projeto também explica, ao caracterizar as várzeas, que estes vales “apresentam muitas vezes umidade excessiva, necessitando por isso de drenagem adequada, razão principal do atraso de seu aproveitamento agropecuário racional”.²¹⁰

O cultivo de arroz no sul catarinense entre 1980 e 1987 teve um crescimento de área agriculturável de 140%, “sendo que o fator que mais contribuiu para essa expansão foi o uso sistematizado das várzeas no início dos anos 1980”. Para que não reste dúvida sobre a contribuição do programa, “no mesmo período a área destinada ao fumo aumentou 26%”.²¹¹ A coleta de dados para o estudo de Hadlich *et al.* foi realizada em 1994, quando diversas propriedades foram visitadas pelos pesquisadores, ficou evidente que 90% das 139 famílias de agricultores plantavam fumo na Microbacia Hidrográfica do Córrego Garuva na Bacia hidrográfica do Rio Mampituba, na maioria das ocorrências em pequenas propriedades. Áreas extensas de várzeas, incluindo áreas do entorno da Lagoa de Sombrio, são ocupadas pela cultura do arroz irrigado, sendo que nas duas culturas o uso

²⁰⁸ PRESA, op. cit., p. 96.

²⁰⁹ Ibidem, p. 106.

²¹⁰ BELO HORIZONTE. Várzeas: A melhor Fronteira Agrícola. **Informe Agropecuário**: EPAMIG, ESAL, UFMG, UFV, ano 6, n. 65, maio de 1980. p. 4. Apud PRESA, op. cit., p. 101.

²¹¹ HADLICH, G. M. et al. Caracterização do Meio Rural em Sombrio. In: __. SCHEIBE, L. F.; PELLERIN, J. **Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina**: O município de Sombrio. Florianópolis: FEPEMA, 1997. p. 73.

de agrotóxicos é intenso e são raras as famílias que não utilizam esses produtos.²¹²

O cultivo do arroz pré-germinado exige certas condições e para tanto foi necessária a adoção de novas tecnologias para sistematização do solo, preparo de solo para dar condições à inundação, uso de novas cultivares, fertilização do solo, controle de pragas, controle de plantas daninhas com lâmina de água e colheita mecanizada.²¹³ Também foi nesse momento que se difundiu o uso de biocidas e fertilizantes, popularmente conhecidos como agrotóxicos, que possibilitou o controle de pragas até então invencíveis. A historiadora elenca o uso de uma série de herbicidas, pois após a modificação do cultivo para o sistema pré-germinado houve maior incidência de plantas invasoras aquáticas, e cita como exemplo o Herbadox 500 e Bi-hedonal, usados no momento de pós-emergência²¹⁴, quando o arroz era imerso em água, popularmente chamado de “benzedura”.

Nesse contexto, Presa ainda explica que

No início da década de 1980 as doses de aplicação de herbicidas eram altas, alguns tinham recomendações de até dez litros por hectare como é o caso do Satanil ou do Saturn (benthiocarb). Atualmente as recomendações para doses de herbicidas não chega a um litro por hectare; para o Ally (metsulfuron), a dose é de 3,3 gramas de produto para cada hectare.²¹⁵

Somada à transformação da paisagem que a nova técnica agrícola impeliu, no início da década de 1980, o geógrafo Luis Carlos Rosso afirma que devido à elevada taxa de percolação, fluxo da água através do solo, “muito se subtraiu da reserva da Mata Atlântica presente em solos orgânicos (organossolos)”, “hoje se encontram pequenas ilhas ou

²¹² *Ibidem*, p. 77.

²¹³ PRESA, *op. cit.*, p. 116.

²¹⁴ *Ibidem*, p. 135.

²¹⁵ *Idem*.

fragmentos daquela formação florestal sem a preocupação de se manter a reserva legal que deveriam compor a mata ciliar”.²¹⁶

Tabela 2: Rizicultura nas microrregiões da AMESC e AMUREL

Censo Agropecuário - AMESC	1975	1985	1995
Área Total (ha)	190.656	178.284	161.854
Área Arroz (ha)	19.413	23.977	36.067
Arroz/ casca (t/ano)	36.792	76.231	184.909
Arroz grão, Beneficiado (t/ano)	2,0	321,0	859,4
Tratores	1.129	2.491	3.077
Censo Agropecuário - AMUREL	1975	1985	1995
Área Total (ha)	297.758	305.673	282.097
Área Arroz (ha)	6.018	11.928	10.077
Arroz/ casca (t/ano)	12.111	37.198	41.932
Arroz grão, Beneficiado (t/ano)	374,0	104,0	127,8
Tratores	413	1.693	2.145

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1976.; IBGE. Censo Agropecuário de 1985. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.; IBGE. Censo Agropecuário de 1995. Rio de Janeiro: IBGE, 1996. AMESC: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo. AMUREL: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Pedras Grandes, Pescaria Brava, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão.

²¹⁶ ROSSO, J. C. Avaliação do consumo de água em lavouras de arroz irrigado no sistema pré-germinado nas condições climáticas do sul catarinense. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais), Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2007. p.12.

Como visto na tabela anterior (Tabela 2), tanto na microrregião que compreende a AMESC (no lado catarinense da Bacia do Mampituba e Bacia do Araranguá), quanto na AMUREL (Bacia do Tubarão e complexo lagunar), houve uma diminuição na área total agriculturável de 1966 a 1995, período que compreende os Censos Agropecuários de 1975, 1985 e 1995. Entretanto, no mesmo momento, a rizicultura passou a ocupar uma área cada vez maior nas duas regiões, seguida por um exponencial aumento de produtividade. Antes da implantação do PROVÁRZEAS, a produção na AMESC era de aproximadamente 36.792 toneladas por ano, já em 1995 produção chega a 184.909, um valor cinco vezes mais alto. A microrregião da AMUREL, apesar de ter uma produção menor que o extremo sul, quadruplicou sua produção de arroz no mesmo período.

O escritor praiagrandense Gilberto Ronsani vê com bons olhos a implantação do programa, pois, segundo ele, “Praia Grande nos últimos 25 anos tem ganhado muito em recomposição florestal. Pois nas encostas deixou-se de praticar a agricultura. E com a criação do PROVÁRZEAS, sistema de arroz pré-germinado, ganhamos mais algumas espécies de aves pantaneiras”.²¹⁷ Por mais que a diminuição da área agriculturável tenha livrado as áreas mais íngremes das investidas agrícolas, vale destacar que o escritor não leva em consideração a transformação no solo produzida pelo programa, ao destacar seus pontos positivos.

Como parte fundamental do projeto, a utilização racional das máquinas e implementos agrícolas era parte do pacote tecnológico financiado pelo Governo Federal, além do trabalho no plantio e colheita, a mecanização rural também foi necessária para efetivação dos projetos de saneamento e drenagem para manutenção dos terrenos. Pode-se perceber que na AMESC o número de máquinas dobrou a cada 10 anos, na AMUREL a mecanização foi mais agressiva na primeira década, mas continuou em uma crescente. No âmbito da criação de cooperativas para potencialização da comercialização, o programa também incentivou a criação de cooperativas para o beneficiamento do arroz em nível microrregional. Isso explica as duas toneladas por ano de arroz beneficiadas antes do PROVÁRZEAS e as 859,4 t/ano beneficiadas de 1984 a 1995. A relação inversa pode ser observada na microrregião da AMUREL em virtude dessa descentralização regional do beneficiamento, à

²¹⁷ RONSANI, op. cit., p. 142.

medida que a produção do extremo sul passa a encontrar guarida na própria região.

A sistematização do Programa de Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis a partir de 1981 transformou a demanda hídrica das bacias do Araranguá e Mampituba, produzindo uma situação de constantes conflitos pelo uso da água. Em meados da década de 1990, o engenheiro agrônomo Rene Kleveston analisou o consumo de água na Bacia do Rio Araranguá e constatou que de março a setembro a média da demanda hídrica seria de 14 m³/s, sendo 1,65 m³/s para consumo humano, 0,3 m³/s destinado ao uso industrial, e 12 m³/s para a mineração. Já no período de outubro a fevereiro, momento também de maior média de precipitação do ano, a demanda por água chega a alcançar 57 m³/s, sendo 43 m³/s são destinados à atividade agrícola, os demais usos continuam com os mesmos valores.²¹⁸

A geógrafa Magda Eliz Portelli explica que o cultivo do arroz, predominantemente nas partes média e inferior da planície costeira, é o principal responsável pelo reafeiçoamento da planície. Com a construção de novos canais para abastecimento e ampliação das canchas de arroz “[...] ocorre a descaracterização da morfologia típica dos leques aluviais, assim como o desaparecimento dos paleocanais, representados pelas sangas”²¹⁹. Nesse sentido, as terras utilizadas para o plantio de arroz tem sua capacidade de infiltração reduzida, em virtude do trabalho de sistematização realizado pelas máquinas. Cabe então aos canais de irrigação todo o esforço de drenar a água destinada à rizicultura e a água trazida pelas enchentes.²²⁰ A utilização predatória da vegetação e o uso inadequado do solo também colaboram para erosão acelerada e diminuição da fertilidade do solo, o que, por sua vez, “contribui para o agravamento das enchentes e pelo assoreamento do leito dos rios”²²¹.

As relações dinâmicas entre os diferentes objetos que interagem em um espaço são fundamentais para entender a produção dos desastres na

²¹⁸ KLEVESTON, R. **Efetividade do procedimento classificatório na avaliação da relação de uso e manejo das terras**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 1997.

²¹⁹ PORTELLI, op. cit., p. 42.

²²⁰ ALEXANDRE, op. cit., p. 70.

²²¹ GOTHE, op. cit., p. 65.

região analisada, seria anacrônico buscar culpar os órgãos produtores de políticas públicas no momento em que foram implementadas. Desta forma, os desastres abordados nessa tese não foram produzidos pela transformação das características naturais do sul de Santa Catarina, eles foram potencializados. Ainda, a interação dos desastres com o ambiente produziu efeitos, como o aumento da erosão do solo, que eram impensáveis para os implementadores das mudanças. A peculiar relação entre as dinâmicas atmosféricas e as encostas da Serra Geral em interação com a planície que abriga os leques aluviais, naturalmente transforma a dinâmica das enchentes. Somando a isso, as transformações na cobertura vegetal e o aumento populacional produzem um cenário ainda mais propenso à eclosão dos desastres.

Nos pântanos da Prússia de Frederico, o Grande, ou nas várzeas do sul de Santa Catarina não há como negar o poder destrutivo da ação humana, também não há dúvidas de que o aumento na produção de arroz trouxe benefícios para os que comem e para os que plantam. Contudo, como enfatiza o historiador David Blackburn, se a história ambiental deseja ter mais espaço na história geral, ela precisa adotar um olhar materialista para entender por que a natureza da dominação humana se vale de termos como “conquista” e “salvar” para descrever a dominação humana sobre a natureza.²²²

²²² BLACKBOURN, op. cit., p. 26.

2 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

Desde que se tem registros, o sul do Estado de Santa Catarina vem sendo alvo de intempéries climáticas. No fim do século XX estes eventos passaram a ser definidos como desastres, termo que hoje é compartilhado pela sociedade e que paulatinamente recebeu o “peso” de um conceito amplo demais. Seguindo a trilha que leva às memórias dos desastres, o presente capítulo discute, com base principalmente em periódicos e imagens, a eclosão dos desastres e as estratégias de mulheres, homens, crianças e idosos na sua sobrevivência e posterior subsistência.

Este capítulo possui dois objetivos distintos e complementares. O primeiro se baseia na necessidade de historicizar os desastres mais significativos ocorridos no sul catarinense relacionando-os às dinâmicas do ambiente, e o segundo caminha na direção de compreender como os periódicos retratavam os indivíduos afetados e as ações governamentais. A escolha desse modelo de análise tem por base as ponderações de Greg Bankoff em *Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters*. O historiador ambiental inglês discute que os desastres têm duas trajetórias históricas, uma natural que envolve os riscos físicos; outra social que é largamente determinada pela cultura.²²³ Em seu trabalho, afirma que essas duas faces dos desastres devem ser relacionadas para se mensurar como diversas sociedades se relacionam ao ambiente em que estão inseridas, pois os desastres não devem ser vistos apenas como eventos destrutivos, mas, também, transformativos.²²⁴

Para definir quais os eventos que seriam abordados no capítulo, as entrevistas de história oral, base do capítulo três, foram fundamentais, pois nessas entrevistas foram encontrados alguns eventos que sobrepujavam os demais, que algumas vezes eram compreendidos fora da chave da “normalidade”. Cabe salientar que os eventos mais citados nas entrevistas realizadas no sul de Santa Catarina são: a enchente de 1974, onde o alcance

²²³ BANKOFF, G. Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters. **Historical Social Research**, Köln, v. 32, n. 3, 2007. p.103-114.

²²⁴ *Ibidem*, p. 109.

das águas manteve-se sobre todo o sul do Estado; a enchente e deslizamento de 1995 nas encostas da Serra Geral no extremo sul, evento semelhante ao que aconteceu na capital do Estado, Florianópolis; e, finalmente, o Furacão Catarina, primeiro fenômeno dessa natureza do Atlântico Sul, que em 2004 chegou à costa sul catarinense. Cabe ressaltar que as bem conhecidas enchentes de 1983 e 1984 não produziram grandes estragos no sul de Santa Catarina e, por isso, não emergiram nas memórias dos entrevistados.

Como será evidenciado ao longo dos próximos 2 capítulos, as formas de lembrar e de noticiar compartilham elementos estruturais como, por exemplo, a excepcionalidade, a busca pelo entendimento do acontecimento e a religiosidade como ferramenta para aceitação do desastre. Entretanto, apesar de ser sedutor relacionar a forma de lembrar os desastres à maneira de noticiá-los, o presente trabalho não encontrou maneiras para avaliar as formas de recepção dessas matérias nos locais afetados pelos desastres. Olhando mais especificamente para o caso de Tubarão em 1974, apesar de algumas notícias produzidas em Florianópolis terem como público alvo a população atingida, a maioria das matérias era dirigida às pessoas longe das áreas atingidas, no intuito de intensificar as doações de todos os gêneros e evitar o desmantelamento da cidade.

Nesta perspectiva torna-se necessário relembrar a problematização da relação dos seres humanos com eventos extremos sob o viés da história ambiental. A definição de desastre nas ciências naturais perpassou uma caminhada antropocêntrica, pois só era evidenciado o desastre no momento em que fenômenos naturais severos incidiam sobre os locais onde os seres humanos viviam, resultando em danos (materiais e humanos) e prejuízos (socioeconômicos).²²⁵ Com o crescente debate no meio científico e uma percepção menos antropocêntrica dos eventos extremos, Castro *et al.* definiram desastre como o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando

²²⁵ KOBİYAMA, M.; MENDONÇA, M.; MORENO, D. A.; MARCELINO, I. P. V. O.; MARCELINO, E. V.; GONÇALVES, E. F.; BRAZETTI, L. L. P.; GOERL, R. F.; MOLLERI, G. S. F.; RUDORFF, F. **Prevenção de desastres naturais: Conceitos básicos.** Curitiba: Organic Trading, 2006. 109 p.

danos humanos, materiais e/ou ambientais, e prejuízos de diversas naturezas.²²⁶

O trabalho de Ted Steinberg, *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*²²⁷, analisa a relação dos Estados Unidos da América com eventos adversos de meados do século XVIII até o tempo presente. O historiador explica que se vale de uma perspectiva materialista, para inicialmente explorar a natureza da contingência histórica dos desastres e a cumplicidade humana. Por outro lado, também se preocupa em examinar as tentativas em restaurar a ordem depois do desastre e percebe as justificativas para preservar um particular conjunto de relações sociais. Por fim, examina as tentativas de racionalização desses eventos como algo para além do controle humano. O historiador estadunidense justifica sua escolha metodológica elencando três eixos de análise que considera seminais para o entendimento dos desastres e das percepções produzidas pelos sujeitos históricos: primeiro utiliza a história ambiental para compreender a interação entre seres humanos e natureza; consecutivamente se vale da história social para examinar as relações de poder entre os indivíduos; por fim, a história cultural oferece subsídios para compreender de significados e interpretações desses eventos.

A historiadora ambiental Lise Sedrez, ao analisar as enchentes de 1966 e 1967 na cidade do Rio de Janeiro, oferece uma série de contribuições para discussões sobre os desastres dentro da história. Sedrez explica que todo desastre requer algum tipo de resposta, “longe de serem simples desdobramentos das funções do Estado, as políticas públicas refletem tensões sociais específicas, que ocupam um cenário específico – em momentos específicos”²²⁸.

As sociedades, particularmente após um desastre, reclamam de seus líderes e de seus governos uma explicação para o passado, e uma promessa para o futuro. Ambas as respostas podem estar além do que esses líderes querem ou podem oferecer. As

²²⁶ CASTRO, C. M. de; PEIXOTO, M. N. de O.; RIO, G. A. P. do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 28, n.2, 2005, p. 11-30.

²²⁷ STEINBERG, op. cit.

²²⁸ SEDREZ, op. Cit., p. 186.

explicações científicas para o desastre populacional na América hispânica do século XVI são diferentes das explicações para o desastre de Fukushima.²²⁹

Sedrez também olha para a história social ao salientar as políticas de classe que emergem nas múltiplas narrativas dos desastres. “Nessa perspectiva, a construção da memória dos desastres, como são lembrados, e a geração das imagens representativas são fundamentais para a definição de políticas públicas”.²³⁰ O debate sobre as contribuições de Sedrez serão retomados no Capítulo 3.

Segundo o antropólogo estadunidense Anthony Oliver-Smith, os desastres têm sido fortemente estudados pelas ciências sociais nas últimas sete décadas. Durante este período, múltiplos conceitos e focos emergiram de variadas origens, cada um contribuindo de formas diferentes para o desenvolvimento dos estudos, entretanto existe pouco consenso na definição de desastre. Em alguns casos, a falta de consenso tem causado sérias preocupações levando em consideração a integridade do campo de pesquisa. Nessa perspectiva o autor enseja uma conceitualização do desastre e discute o desenvolvimento de uma política ecológica do desastre.²³¹

Alguns elementos são centrais para categorização e compreensão dos desastres. No tocante à variabilidade externa referem-se a uma larga gama de “objetos”, fenômenos tidos como naturais e tecnológicos que geram ou desencadeiam tipos diferentes de impactos físicos. Enquadram-se nesse grupo, desde desastres com impactos imediatos, como tornados, a desastres de contato prolongado como exposição a toxinas.

Um dos pontos centrais para a conceitualização do desastre está em perceber sua variabilidade e complexidade. Oliver-Smith enfatiza que a variabilidade refere-se à imensa gama de fenômenos de caráter natural e tecnológico que geram “gatilhos” de desastres e produzem diferentes tipos de impactos físicos.²³² Por si só a variabilidade das ocorrências de desastres

²²⁹ *Ibidem*, p. 196.

²³⁰ *Ibidem*, p. 200.

²³¹ OLIVER-SMITH, *op. cit.*

²³² *Ibidem*, p. 20.

já desafia o potencial analítico dos pesquisadores que procuram estabelecer características comuns para o vasto conjunto de eventos. A complexidade também está no centro da análise, em função dos desastres serem um ponto de intersecção de diversos processos e eventos de natureza social, ambiental, cultural, política, econômica, física e tecnológica. Nesta perspectiva, “os desastres são eventos totalizantes”²³³, pois neles se desenrolam todas as dimensões da formação da estrutura social. Não se pode esquecer que, a complexidade também está envolvida numa multiplicidade de perspectivas que variam de acordo com os indivíduos e grupos impactados ou participantes dos eventos ou processos. Nesse ponto, enfatiza o antropólogo, é que o estudo dos desastres apesar de analisar eventos específicos no tempo e no espaço, deve empreender uma abordagem processual que inclua o acontecimento desastre e as formas de lidar com ele dentro do seu contexto.

Apesar da falta de consenso das diversas disciplinas que debruçam seus olhares sobre os desastres, algumas balizas são salutares para o estabelecimento de parâmetros que facilitem o diálogo entres os diversos campos da ciência. Desastres normalmente são rotulados como eventos não rotineiros, desestabilizantes, causadores de incerteza, desordem e colapso sociocultural. Nessa lógica, são percebidos como acontecimentos que produzem a disrupção da rotina vivida e dos sistemas de compreensão.²³⁴ Contudo, deve-se partir do pressuposto que alguns grupos, mas poucos, estão cientes em habitar áreas denominadas “de risco”, isso não quer dizer que houve uma escolha pela área. Muito pelo contrário, não raro, o estabelecimento em áreas de risco é fruto da segregação espacial, ou seja, a tácita aceitação da “normalidade” pode produzir a ideia de disrupção, mas quando visualizada numa escala temporal distante do acontecimento, põe por terra a ideia de segurança e ordem.

A presente tese se vale da proposição de Oliver-Smith que, apesar da unicidade e complexidade de cada acontecimento, os desastres devem ser analisados para além da esfera de eventos únicos²³⁵, para se perceber como a noção de normalidade é produzida dentro de um ambiente continuamente afetado por desastres. A disrupção tem um papel

²³³ Idem.

²³⁴ Ibidem, p. 23.

²³⁵ Idem.

fundamental para a compreensão da noção de normalidade, entretanto não deve ser o ponto focal para o entendimento do fenômeno desastre, em razão dele não estar apenas inscrito numa curta duração. Outro ponto importante também reside em não esperar que o evento demonstre uma sociedade que se transforma durante os momentos de calma ou caos, o desastre deve ser visto como mais um dos eventos produzidos pela sociedade na sua relação com o ambiente, mesmo que em diversos momentos a maioria dos indivíduos sequer lembre-se do desastre como possível de ocorrer.

2.1 A GRANDE ENCHENTE DE 1974: O DILÚVIO NO SUL

Como afirmado anteriormente, a região sul do Estado de Santa Catarina (ver Mapa 1) está sujeita a vários tipos de intempéries. A enchente de 1974 poderia ser chamada de “as enchentes de 1974”, pois apesar de um mesmo evento se estender por todo o sul catarinense e norte do Rio Grande do Sul, o acontecimento foi percebido e vivido de formas diferentes ao longo do território. Primeiro, pelo fato de cada localidade produzir interações diferentes com o ambiente, como, por exemplo, o desmatamento, percebido por muitos como o principal motivo da força das águas que desciam da Serra Geral. Segundo, pelas iniciativas individuais que, em grande medida, definiram estratégias de resiliência nos limites entre a vida e a morte.

2.1.1 O Prenúncio

Para além do caráter de acontecimento único, provocado pela fúria da natureza, a dissertação de Rafael Marques insere a enchente dentro do ciclo da Fase Fria da Oscilação Decadal do Pacífico, que foi de 1946 até 1974, nesse momento se iniciava a Fase Quente, mantida até 1998.²³⁶ Nesta conjuntura, a Temperatura da Superfície do Mar (TSM) do Oceano Pacífico

²³⁶ MARQUES, R. **Variabilidade da precipitação na Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão/SC de 1946 a 2006**. 2010. 206 p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis.

tende a ficar de fria para quente, o que produz transformações climáticas até mesmo no Nordeste Brasileiro.²³⁷ Marques também explica, analisando a região de Tubarão, que os elevados totais pluviométricos registrados entre os dias 21 e 26 de março saturaram o solo, o que diminuiu drasticamente a capacidade de absorção e infiltração da água da chuva. Outro fator também considerado é a área onde a cidade de Tubarão está instalada, uma baixada aluvial, local alagadiço para onde convergem as águas que escorrem da Serra Geral.²³⁸ Deve-se ressaltar que o município de Araranguá, fortemente assolado pelas águas de 1974, encontrava-se na mesma situação.

Marques ainda explica, com base na análise de outras enchentes, que um dos fatores marcantes em 1974 era o forte “vento leste”. Comparando as cartas sinóticas – mapas que apresentam alguns elementos que caracterizam o estado das movimentações atmosféricas, numa determinada região e momento – nos dias 22, 24, 25 e 27 de março evidenciou a instalação de um bloqueio atmosférico. Esta anomalia de alta pressão é capaz de deixar as massas de ar estagnadas sobre uma região, o que deixava o ar instável, tornando a umidade passível de ser carregada para zonas mais frias, o que também promove o aumento da precipitação. Situação semelhante ocorreu no sul catarinense em 2004 e no Vale do Rio Itajaí em novembro de 2008.²³⁹

Sobre a materialidade das fontes encontradas nesta parte da pesquisa, é prudente salientar as diferenças do material encontrado em cada cidade. Com base nas considerações de E. P. Thompson no artigo *Folclore, Antropologia e História Social*²⁴⁰, a produção do folclore, bem como suas reelaborações, são frutos de um determinado acontecimento de uma conjuntura sociocultural. A mesma premissa materialista é utilizada nesta tese, na cidade de Tubarão, em virtude da grande destruição uma

²³⁷ SILVA, D. F. da; GALVÍNCIO, J. D. Estudo da Influência da Oscilação Decadal do Pacífico no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, p. 665-676, 2011. Disponível em: <http://www.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/viewFile/142/198>. Acesso em: 15 abr. 2013.

²³⁸ MARQUES, op. cit., p. 21.

²³⁹ Ibidem, p. 73.

²⁴⁰ THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In.: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

quantidade significativa de fontes foi encontrada, desde várias pastas separadas no Arquivo Municipal de Tubarão tratando apenas da enchente de 1974, até um conjunto de fotografias e obras de arte expostas continuamente na Biblioteca Municipal. A cidade de Criciúma, naquele momento, menos populosa e, também, menos atingida pela força da enchente, não conferiu ao acontecimento algum lugar especial na sua história, entretanto no Arquivo Municipal a dinâmica das notícias encontradas nos periódicos enfatizavam uma disputa pelo “capital” simbólico²⁴¹, de quem era mais atingido pela enchente. As manchetes buscavam evidenciar que a paralisação da Bacia Carbonífera afetaria todo o Brasil. Logo, a noção de disputa pela atenção das instituições estaduais e federais mostrou-se central nos pronunciamentos da capital do carvão.

O contexto político explica muito sobre o posicionamento de Criciúma nos periódicos locais, neste momento de Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil, a região sul de Santa Catarina havia alcançado algum destaque em nível nacional. Na necessidade de crescimento econômico, *slogan* do governo civil-militar que procurava de diversas formas de conter a ameaça comunista; o “milagre brasileiro” de 1969 até 1973 combinava um extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação.²⁴² O “milagre”, que buscava fazer o bolo crescer para depois ser dividido, na conjuntura de 1974 ainda era uma promessa passível de ser concretizada. O “milagre” multiplicou, mas não dividiu, o impacto da crescente concentração de renda foi absorvido pela expansão das oportunidades de emprego, “[...] em outras palavras ganhava-se menos, mas a redução era compensada pelo acesso ao trabalho de um maior número de membros de uma determinada família”.²⁴³ O imperativo do crescimento fazia da região carbonífera um dos pontos de sustentação do ideário do Regime Militar no Estado de Santa Catarina.

²⁴¹ A ideia de capital simbólico advém da noção de poder simbólico defendida pelo sociólogo Pierre Bourdieu, como um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou mesmo daqueles que o exercem. BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

²⁴² FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 485.

²⁴³ *Ibidem*, p. 487.

A análise conjuntural também oferece subsídios para uma melhor compreensão do verão de 1973/74. Em oito de janeiro uma forte chuva caiu sobre a capital do Estado, causando até mesmo um incêndio em uma garagem de ônibus.²⁴⁴ Já no dia 18 do mesmo mês Tubarão aparece como vítima das forças da água. Nessa notícia, o prefeito Irmoto Feuerschuette mostra-se engajado na recuperação do muro destruído há um ano, nas chuvas do último semestre de 1973, “que faz parte do sistema de contenção das águas e dos planos de embelezamento da cidade”.²⁴⁵ No mês de fevereiro também não houve trégua por parte da chuva na porção litorânea catarinense. No dia 22 a Capital do Estado recebeu uma forte tormenta e produziu 22 pontos de alagamento.²⁴⁶ Nem mesmo a forte chuva diminuiu o ânimo dos foliões em São Francisco do Sul, apesar dos carros alegóricos terem sido destruídos, e o carnaval seguiu animado, segundo o periódico.²⁴⁷ As fortes chuvas também impeliram a ação do Governo Federal e Municipal em Joinville, localizada na região nordeste do estado, próxima de São Francisco do Sul, onde o Departamento Nacional de Obras e Saneamento executou serviços de dragagem no Rio Cachoeira para evitar enchentes.²⁴⁸

²⁴⁴ Apesar da forte chuva, incêndio destruiu garage de ônibus da Penha. **O Estado**, Fpolis., 08 jan. 1974, ano 58, n. 17442, p. 6.

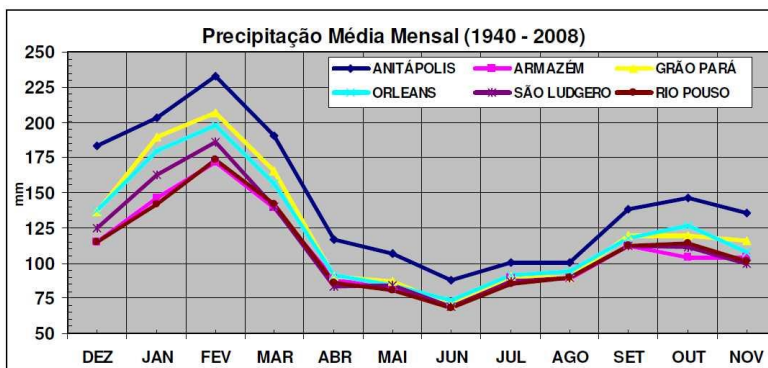
²⁴⁵ Tubarão recupera muro que as águas levaram. **O Estado**, Fpolis., 19 jan. 1974, ano 58, n. 17453, p. 7.

²⁴⁶ Chuva provoca alagamentos e movimentação Corpo de Bombeiros. **O Estado**, Fpolis., 22 fev. 1974, ano 58, n. 17496, p. 7.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Dragagem do Rio Cachoeira vai evitar enchentes em Joinville. **O Estado**, Fpolis., 28 fev. 1974, ano 58, n. 17499, p. 3.

Figura 5: Distribuição média mensal da precipitação de 1940 a 2008.



Fonte: ANA (2006). Adaptado por Rafael Marques (2009).

As manchetes que circularam em nível estadual deixam claro que os picos da precipitação média anual na região normalmente nos meses de novembro, dezembro e janeiro (Figura 5) se estenderam até o mês de março naquele ano.

2.1.2 “São as águas de março fechando o verão”²⁴⁹

O jornalista e escritor Cesar do Canto Machado publicou em 2005 o livro *Tubarão 1974: fatos e relatos da grande enchente*²⁵⁰, onde reivindica que por ter sido testemunha dos dramas desenrolados em março de 1974 tem respaldo para trazer à tona alguns fatos que não repercutiram na mídia. Escritor de projeção estadual, Machado utiliza uma linguagem jornalística, produto, novamente, da observação direta que o autoriza a

²⁴⁹ Trecho da música “Águas de Março” de autoria de Tom Jobim.

²⁵⁰ MACHADO, C. do C. *Tubarão 1974: fatos e relatos da grande enchente*. Tubarão: Ed. da UNISUL, 2005.

escrever sobre o tema. O autor destaca que sua preocupação é trazer ao público e à história catarinense os eventos e a noção mais próxima da realidade daqueles dias difíceis. Nesse caminho lembra as enchentes do passado, se apoia em uma escalada temporal desordenada, que em um momento destaca a ação do Exército depois da enxurrada e logo a seguir, volta às características das águas de 24 de março.

De acordo com Machado, aquela tinha tudo para ser uma enchente como todas as outras, “nada mais que um passageiro desconforto, pois a ocorrência de semelhante cataclismo na ‘Cidade Azul’, afigurava-se, até ali, como pouco provável”.²⁵¹ Um ponto importante lembrado por Marques era a paulatina saturação da infiltração e absorção da água pelo solo em função da constante chuva que havia se estabelecido desde o dia 22 de março, uma sexta-feira. Foi na noite de 24 de março, uma noite de domingo, quando os moradores da cidade, despreocupados com as condições do rio e da chuva que pareciam ter perdido força e volume, estavam se preparando para dormir, a água que vinha dos morros recebeu uma descarga significativa da chuva que caía ao “pé da serra”. Conforme diversas fontes, em questão de uma hora nas localidades próximas aos rios Rocinha e Bonito, formadores do rio Tubarão, a água chegava já ao teto das casas.

Uma das características que define a percepção ambiental de indivíduos ou grupos é a frequência com que os eventos acontecem. Seguindo a metodologia da percepção geográfica de Burton e Kates²⁵², alguns fatores são preponderantes para o exercício de apreensão das características do ambiente. Sobre a frequência: quando é baixa como no caso do Furacão Catarina, a ameaça ou os futuros perigos são vistos como remotos, ao invés de reais e imediatos. Entretanto, cabe considerar que a alta constância dos desastres também pode, como no caso das enchentes, impelir os indivíduos a aceitar níveis crescentes de perigo como níveis dentro de uma “normalidade”, como de fato ocorreu em Tubarão.

Ao tratar da história da cidade de Tubarão o professor e historiador Amádio Vettoretti, destaca que as enchentes são marca presente na história

²⁵¹ Ibidem, p. 20.

²⁵² BURTON, I.; KATES, R. W. The perception of the natural hazard in resource management. **Natural Resources Journal**, v. 3, n. 3, p. 412-441, 1964.

do município, entretanto em 1974 os moradores da cidade haviam perdido a memória das grandes enchentes, habituando-se apenas às rotineiras que castigavam mais a zona rural.²⁵³ O autor, que demonstra ter um bom conhecimento sobre as dinâmicas do solo e atmosféricas, esclarece que já no dia 22 algumas partes da cidade eram atingidas pelo movimento das águas, a vila Presidente Médici foi a primeira, no sábado a população dos bairros mais baixos começa a se dirigir para cotas mais elevadas, “quando a cidade entrou em estado de alerta sem pânico”.²⁵⁴

No final da tarde de sábado, segundo Vettoretti, todos habitantes da cidade de Tubarão que residiam nas partes baixas já haviam se deslocado para lugares mais altos, alguns teimosos haviam ficado e outros, que ainda não haviam sido atingidos, levaram a enchente na brincadeira, relacionada ao “extraordinário consumo de bebidas alcoólicas com a justificativa de alguns que ‘era para não pegar resfriado’”.²⁵⁵ Durante a noite de sábado para domingo, apesar dos serviços de água, telefones e energia elétrica estarem funcionando normalmente, a enchente foi galgando lugares que até então não eram de costume. No amanhecer do dia 24 o prefeito decreta estado de calamidade pública, e o poder público e a população se mobilizam inteiramente para lidar com a enchente que parecia ser como qualquer outra.

À medida que o nível das águas baixava na tarde de domingo, diversas pessoas começaram a voltar para suas casas, Vettoretti enfatiza que a falta de memória ou registro das enchentes anteriores foi crucial para propagar a sensação de segurança que dirigia as pessoas às suas residências.²⁵⁶ Por mais que o sentimento de irmandade daqueles acometidos pelo sofrimento seja defendido por diversos autores, houve relatos da necessidade do Exército na rua para conter os saques e roubos. A preocupação com as posses parece ser um motivo razoável para que os indivíduos quando percebessem a primeira diminuição das águas se dirigissem às residências.

²⁵³ VETTORETTI, op. cit., p. 224.

²⁵⁴ *Ibidem*, p. 228.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 229.

²⁵⁶ *Ibidem*, p. 230.

Na noite de domingo para segunda-feira o drama da impotência alcançava tanto as casas para onde as pessoas haviam retornado, quanto aquelas casas onde até então “nenhuma” água havia chegado.

Muitos dormiam e acordaram com o pé na água. Não tinham mais saída. Houve fugas desesperadas. A solução era subir ao forro da casa e depois ao telhado. Alguns na tentativa de se salvar, morreram, e outros foram levados junto com suas casas. Noite dramática. Às nove horas, apagaram-se as luzes, os telefones já estavam mudos. A cidade ficou sem comunicação, isolada. Cessaram os grupos de socorros.²⁵⁷

Exatamente nesse momento a narrativa os autores²⁵⁸ que trataram da enchente de 1974 passa a ter aspectos em comum. As estruturas narrativas se transformam drasticamente, antes compassadas e lineares, neste momento perdem a métrica cronológica, ao que parece a ânsia em oferecer a compreensão da magnitude do evento fez com que os indivíduos buscassem predicados situados nos limites da compreensão humana sobre a realidade, como cataclismo, apocalipse, catástrofe, odisseia. A diversidade dos elementos elencados se deve, em grande medida, à falta de parâmetros para comparar e explicar aquilo que parecia inexplicável, a quantidade de água, sua força e a consequência de sua passagem pelo sul de Santa Catarina.

No município de Praia Grande no extremo sul do Estado, também aconteceu uma enchente de dois momentos. Mas não por causa de um intenso evento pluviométrico como em Tubarão. O município está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Mampituba, rio que marca a divisa com o Rio Grande do Sul. Naquele rio, como enfatiza Ronsani, ouviu-se um forte estrondo semelhante à dinamite, segundo eles seria uma barragem que se rompeu, formada por um desmoronamento anterior às chuvas no *canyon* Itaimbezinho e a “água veio toda de uma vez em forma de lama”.²⁵⁹

²⁵⁷ Ibidem, p. 231.

²⁵⁸ Idem; FONTANA, G. B. **História de Minha Vida**: memórias, imigração e outros fatos. Florianópolis: Agnus, 1998. BARDINI, A. **Conhecer para Amar**. Treze de Mario: Ed. do Autor, s/d. RONSANI, op. cit.

²⁵⁹ RONSANI, op. cit., p.77.

No município de Treze de Maio, emancipado de Tubarão em 1961, a ação das águas foi diferente. Um dos principais fatores está na altitude, pois o município está a 190 metros do nível do mar, diferente de Tubarão que tem uma altitude média de nove metros do nível do mar. Em seu livro de memórias, Fontana enfoca sua descrição do momento da eclosão da enchente no volume de chuva, diferente dos autores que tratam da cidade de Tubarão que voltam seus olhos para os rios. A “tromba d’água” que ocorreu às 17 horas fez com que os agricultores abandonassem suas criações, passando a cuidar apenas das famílias e das pessoas que por falta de mobilidade se aglutinavam nos pontos mais altos, onde normalmente eram fixadas as casas dos agricultores.²⁶⁰ Fontana não relata a água entrando em sua casa, ilustra que a água passava em frente à sua residência, por isso algumas pessoas conseguiram até dormir naquela noite. Depois do café da manhã, queria ver os estragos, mas às sete horas de segunda-feira outra “tromba d’água” caiu sobre a região, foi nesse momento que afirmou ver ao longe “os morros descendo”.²⁶¹ Ocorre uma série de deslizamentos nas encostas da Serra Geral, mas dois oficialmente causaram mortes, no Morro do Caruru (interior de Tubarão) e na comunidade de São Gabriel (interior de Treze de Maio).

Outra obra importante para a compreensão da dimensão da enchente de 1974 na região é *Histórias do Grande Araranguá*, do padre João Leonir Dall’Alba.²⁶² O livro compila uma série de entrevistas realizadas entre 1985 e 1986 com moradores da região compreendida atualmente entre o município de Jaguaruna (ao lado de Laguna) e Praia Grande (na divisa com o Rio Grande do Sul). O autor deixa claro que seu livro será mais usado por estudiosos com o passar dos anos, pois seu objetivo, nas 80 entrevistas, era trazer dados sobre os tempos iniciais do “Grande Município de Araranguá”.²⁶³ Cabe destacar que todas as entrevistas são apresentadas com um português correto, fruto de uma escolha na transcrição que solapou as dinâmicas da língua falada, possivelmente pelo fato do autor estar preocupado com a fluidez da leitura. Além disso, o livro só foi publicado dez anos após a realização das entrevistas o que, provavelmente, implicou em contínuas leituras e

²⁶⁰ FONTANA, op. cit., p. 288

²⁶¹ Ibidem, p. 290.

²⁶² DALL’ALBA, op. cit.

²⁶³ Ibidem, p. 17.

“correções” das figuras de linguagem utilizadas na linguagem falada. Outro ponto significativo sobre a apresentação das entrevistas no livro é a supressão das perguntas, no corpo do texto o pronunciamento dos entrevistados simplesmente surge, dando a entender que os temas tratados seriam de escolha dos entrevistados e não do entrevistador.

Tal análise vai se tornando mais clara à medida que diferentes focos são tomados para as entrevistas. Entretanto estas escolhas são referenciadas pela possibilidade de assuntos que cada entrevistado pode oferecer. Por exemplo, os moradores das localidades mais próximas da serra falam quase exaustivamente da caça aos bugres e as fotos trazidas pelo autor para ilustrar as falas são legendadas com a palavra “hecatombe”. No município de Araranguá, o foco recai sobre as linhagens familiares e políticas, sem deixar de registrar as manifestações religiosas. Já nas localidades litorâneas diversos pescadores são entrevistados, suas práticas artesanais, suas percepções sobre o mar e os rios mostram-se preponderantes. A pujança agrícola regional contrasta com as práticas de subsistência do passado nas comunidades agrícolas.

Apenas cinco entrevistas falam sobre enchentes, e só uma delas com mais de dois linhas de extensão. A entrevista mais significativa é de um morador de Araranguá, da localidade conhecida como Barranca, um pescador que afirma já ter passado por enchentes em que a água havia passado dois metros do nível da rua. Apesar de sua extensão, “na enchente de 1974 todo mundo pôde sair pela ponte ou pela estrada. Num galpão ficaram umas pessoas por dois ou três dias sem comer até a água baixar. No paiol de farinha ficaram dois só comendo farinha e tomando água”.²⁶⁴ Esta localidade, muito próxima ao rio Araranguá, é constantemente alagada quando as chuvas aumentam o volume da água do rio, motivo pelo qual na memória do entrevistado as enchentes fazem parte da sua história de vida.

Em outra entrevista realizada com um pescador residente da Barra do Camacho em Jaguaruna, a enchente de 1974 é lembrada como um momento de transformação do ambiente, pois o relato só destaca a abertura da barra e a nova praia de banho criada pela enchente.²⁶⁵ Este posicionamento é fértil para perceber que a temática “enchente” não era

²⁶⁴ Ibidem, p. 126.

²⁶⁵ Ibidem, p. 285.

cogitada nas entrevistas. Outro pescador de Jaguaruna, este da localidade de Garopaba do Sul, quando explicando sobre os perigos do mar enfatizou: “caso perigoso foi a enchente de 1974. Levantou um metro e meio de casa. Pudemos escapar todos para Jaguaruna. Tinha umas cem canoas de pescadores de camarão e saímos de canoa”.²⁶⁶

2.1.3 Quando as águas se acalmam

Nos escritos de Machado, em seu livro sobre a enchente de 1974, a madrugada do dia 25 parecia não ter fim. A escuridão, a falta de orientação, a impotência marcam a narrativa. Entretanto quando começa a descrição da manhã do dia seguinte, com a claridade que passava por dentre as nuvens, outros sentimentos tomam de assalto o jornalista que ficara no centro da cidade. Os enigmas carregados pela escuridão desapareceram com a chegada da luz do dia, quando “o mundo parecia ter desabado e anulado a vontade de todo o grupo”.²⁶⁷

Apesar de terem sido registrados óbitos na região de Tubarão e Praia Grande e a multidão de desabrigados cobrirem todo o sul catarinense, nenhum caso se mostrou tão desolador quanto o de Tubarão. Segundo Marques, a cidade de Tubarão ficou quase completamente embaixo d’água, apenas algumas pequenas regiões com acentuada declividade, como o local onde está localizada a Igreja Matriz, ficaram incólumes.

A sensibilização pelas características do acontecimento também é uma estratégia comum nos mais diversos escritos sobre a enchente de 1974. Os autores demonstram sentir a necessidade de oferecer ao leitor um lugar ao lado do banco de desabrigados, tal estratégia também é adotada pelos periódicos que em níveis nacional, estadual e local, buscam aumentar seu número de leitores e oferecer uma palavra final sobre os fatos.

Naquele cenário a produção e circulação de informação possuíam dinâmicas específicas. Às rádios cabia a tarefa de propagar a informação de

²⁶⁶ Ibidem, p. 293.

²⁶⁷ MACHADO, op. cit., p. 83.

forma mais rápida, seja quando um morador da zona rural que naquele final de semana que estava na cidade buscava o meio de comunicação para tranquilizar a família, ou quando o prefeito municipal em discurso emocionado pedia para as pessoas não perderem a esperança.²⁶⁸

Durante o desastre a 3ª Companhia de Infantaria sediada em Tubarão teve diversas funções, sendo uma delas coordenar os esforços das buscas desde o dia 22 de março quando as águas chegaram às cotas mais altas, pois os caminhões do Exército eram os poucos veículos que conseguiam passar pelos pontos que a água inicialmente dominava. Já no dia 22, o major Varela reclamava que a rádio Tubá estaria sendo sensacionalista, transmitindo pânico à população.²⁶⁹ No dia 23 a rádio foi impedida de dar notícias e ser usada por cidadãos para dar alerta, durante todo o dia até parar de funcionar na noite de 24 de março às 19 horas quando seus transmissores foram alagados. Até então a Rádio Tubá transmitira apenas música clássica.

Logo após ter registrado este acontecimento em seu livro, Vettoretti explica que na tarde de sábado, dia anterior a grande enchente, chegou de Lauro Müller, cidade a oeste de Tubarão e próxima das encostas da Serra Geral, um telegrama dizendo

[...] que saísse gritando na rua, para avisar aos que estivessem nas partes mais baixas, que abandonassem suas casas imediatamente, porque um volume de água violento, arrastando troncos, animais, casas e outros entulhos e que provocava rugido pavoroso, chegaria a Tubarão. Ela [a telegrafista] se dirigiu ao quartel e comunicou o comandante. Este, sem muitas delongas, proibiu-a de fazer qualquer apelo, porque iria apavorar a população.²⁷⁰

No final do parágrafo de Vettoretti há um asterisco que remete ao rodapé da página, onde explica que chegou a essa informação pelo depoimento da filha da telegrafista ao genro. Esta é uma das poucas exceções metodológicas contidas na obra, pois o historiador em nenhum

²⁶⁸ VETTORETTI, op. cit., p. 227.

²⁶⁹ Ibidem, p. 229.

²⁷⁰ Idem.

outro momento se utiliza de depoimentos para balizar sua escrita. Isso se deve em boa parte à necessidade do autor de legitimar as ações do Exército durante o desastre.

Machado e Vettoretti são os dois autores que mais escreveram sobre a enchente. O primeiro possui um livro inteiro sobre o acontecimento, o segundo oferece em um capítulo de 28 páginas de seu livro sua versão sobre o ocorrido. Partindo de uma perspectiva quantitativa é de se estranhar que Machado, enquanto jornalista, não tenha divulgado a ação do Exército na dinâmica da informação. Essa e outras questões estão inscritas nas lógicas da narrativa, onde apesar do livro de Machado tratar da enchente, seu esforço está em descrever como um povo, através da sua força, conseguiu reverter a situação imposta pela fúria da natureza. Nessa história, atrelar as dinâmicas do fluxo de informação e da falta de informação à instituição que tomou para si o resgate das vítimas não faz sentido.

Para compreender tanto a magnitude do momento pós-desastre, quanto as mais diferentes estratégias dos indivíduos para sobreviver ao momento de crise, os periódicos oferecem subsídios interessantes, em razão de sua função nesse evento de sensibilização e mobilização da sociedade. Os fragmentos noticiosos foram separados majoritariamente em três categorias, definidas com base na sua circulação, pois o alcance e a definição do público alvo se relacionam diretamente com o tipo de pronunciamento gerado por cada periódico. Desta forma, como enfatiza Tânia Regina de Luca ao oferecer considerações sobre o uso de fontes impressas, a materialidade da fonte vai além das especificações técnicas, nas quais cada artefato está incluído, existe um local social de onde os pronunciamentos partem que explica muito sobre o que é escrito.²⁷¹

A primeira matéria encontrada sobre a enchente que circulou em nível nacional estava no Jornal do Brasil²⁷² de 28 de março de 1974, quinta-feira, quatro dias depois do desastre. De forma simplória, a manchete faz

²⁷¹ LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: ____ PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 111-153.

²⁷² Periódico selecionado em virtude de, em 1974 e 1983, possuir correspondentes em Santa Catarina, diferente dos periódicos O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo.

referência à cheia que atingiu nove estados, com 50 mil flagelados, “a maioria das vítimas fatais está entre Tubarão (SC) e Torres (RS)”.²⁷³ A notícia divide espaço com a iniciativa do presidente Geisel de limitar a elevação de preços de serviços em 15%, aproximadamente um sexto da capa foi “dado” à medida do presidente.

A página 16 do referido periódico é inteiramente destinada a tratar das enchentes no país. Salta aos olhos a fotografia de veículos vistos do alto andando numa estrada alagada, as pequenas ondas brancas feitas por eles oferecem contraste ao fundo escuro, pois todas as fotos do jornal são em preto e branco, onde a água está por todo o lado. A legenda localiza o leitor, “trechos inundados na BR-101, na altura de Araranguá, S. Catarina, dificultam o tráfego”.²⁷⁴ Logo abaixo, não menos chocante, está uma foto da enchente na cidade de Sobral no interior do Ceará, na cena urbana congelada pela foto pessoas transitam a pé pela cidade onde a água chega ao limite dos joelhos, uma noção de perspectiva é utilizada para enquadrar uma rua que se estica tomada pela água até o horizonte. Em ambos os casos a narrativa inscrita na mídia é a sensibilização pela magnitude do evento e os empecilhos que o desastre oferece à mobilidade.

Na página referida o sul do Brasil está em destaque, antes do Ceará e Goiás, a escolha editorial deve ter ocorrido em função do número de mortes e desabrigados. Muito comum encontrar nos periódicos as matérias mais interessante à linha editorial na parte superior à esquerda, justamente onde o observador pousa seus olhos, seguindo a dinâmica comum da leitura. O primeiro parágrafo explica o ocorrido, o segundo já oferece elementos para suplantando o caos instaurado no município antes de qualquer outra informação, nessa parte o Exército assume o total controle da situação e decreta toque de recolher, outras forças militares como a Força Aérea Brasileira (FAB), Polícia Militar e Civil e Corpo de Bombeiros integram o conjunto. Posteriormente, três tópicos são trazidos para explicar melhor a situação: “medidas”, “destruição” e “em Torres”.

No primeiro é descrito o rigor e imparcialidade com que as forças de recuperação trabalham na cidade, também surge o êxodo dos flagelados

²⁷³ Cheia em 9 estados já faz 50 mil flagelados. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 mar. 1974, ano 88, n. 350, p. 1.

²⁷⁴ *Ibidem*, p. 16.

que segundo o jornal começam a buscar auxílio nas cidades mais próximas, estima-se que eram aproximadamente 10 mil pessoas. No tocante à “destruição”, segundo tópico, o correspondente do jornal em Florianópolis explica que 20% da cidade foi destruída, e que o trabalho de recuperação já havia começado, mesmo que de forma precária pela falta de material. O Governo Federal, através do Ministro das Minas e Energia Shigeaki Ueki, comprometia-se no pronto atendimento às obras de recuperação. No terceiro item, o correspondente da sucursal de Porto Alegre fazia a relação das perdas na agricultura e desabrigados que poderia chegar a 1.500 pessoas, o número de mortos depois de quatro dias era de 23. Na cidade de Osório, distante 86 quilômetros de Torres, o vento sul ainda soprava e levava água até as zonas agrícolas.²⁷⁵

As fontes iconográficas e fotográficas permitem a visualização da paisagem em épocas pretéritas. Não se pode acreditar, entretanto, que a imagem fotográfica deva ser considerada uma reprodução da realidade, ainda mais quando as técnicas de produção da fonte se “intrometem” na avaliação e significação da mesma. Como destaca Possamai:

Moldadas pelas configurações históricas e sociais de sua produção, suas intenções ultrapassam o desejado no momento de sua elaboração pelas múltiplas possibilidades que são oferecidas pelo ato de olhar. Como representações do real, as imagens visuais constroem hierarquias, visões de mundo, crenças e utopias e, neste sentido, podem constituir-se em fontes preciosas para a compreensão do passado.²⁷⁶

As notícias que se seguiram nos dias posteriores à enchente buscavam ainda oferecer a compreensão da magnitude do evento ao público nacional. Em 29 de março mais uma página do Jornal do Brasil fazia referência às enchentes e como destaque uma foto aérea do Rio Araranguá banhando a cidade homônima com suas águas (Figura 6).

²⁷⁵ Idem.

²⁷⁶ POSSAMAI, Z. R. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**, São Paulo, v.27, n. 2, 2008, p. 254.

Figura 6: Enchente no Rio Araranguá.



Fonte: **Jornal do Brasil**, 29 mar. 1974.

Na legenda da Figura 6 aparece um dado importante que apresenta muito sobre a conjuntura de produção da informação, onde a cidade de Araranguá é colocada na divisa com o Rio Grande do Sul, contudo nesse contexto era Praia Grande que fazia divisa com o estado gaúcho. O desprezo por uma distância de 55 quilômetros tem sua explicação, o lugar de onde o correspondente de *Jornal do Brasil*, escrevia suas matérias era Florianópolis. Marcílio Medeiros se valia de informações indiretas para produzir seus escritos e possuía pouco conhecimento sobre a região. Essas constatações não desvalorizam as notícias produzidas pelo jornalista, no intuito de descreditá-las, apenas as inscrevem numa chave de análise que evidencia quem, onde e como produzia e dava fluxo à informação. Noção que também se aplica para a primeira informação trazida pela notícia, o prejuízo calculado de Cr\$ 1 bilhão, que transformado em Reais com base nos reajustes da inflação seria equivalente a R\$ 2.790.664.750,00.

Com relação ao número de mortes, no primeiro momento, quando os cálculos ainda não haviam sido oficializados, diversos dados eram noticiados, em âmbito estadual o número cogitado ficava entre 200 e 2000²⁷⁷ em função da vultosa destruição, já a estimativa do JB era de 500 óbitos.²⁷⁸ A cifra oficial ficou aquém daquele imaginado, segundo Machado, o número divulgado pela Comissão Municipal de Defesa Civil de Tubarão entre desaparecidos e mortos é de aproximadamente 300 pessoas, entretanto como o mesmo autor ainda afirma, “jamais se conhecerão com certeza inteira esses amargos números”.²⁷⁹

Apesar de este trabalho centralizar a percepção dos desastres apenas no sul de Santa Catarina, o norte do Rio Grande do Sul também foi fortemente atingido pela força das águas. Certamente não da mesma forma que Tubarão, onde o desastre foi mais forte, contudo a região do norte gaúcho, território amplamente agrícola, igualmente teve perdas consideráveis. Segundo repórter da sucursal de Porto Alegre, além das 30 mortes e 20 mil desabrigados, a soma do prejuízo chegou a Cr\$ 2 bilhões e 50 milhões em Torres, Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul e Osório.²⁸⁰

Diferente da região atendida pelo Exército em Tubarão, que inicialmente dispunha de dois helicópteros, na região da divisa entre SC e RS realmente havia comunidades ilhadas, como assegura o periódico, ao tratar de certas áreas em Osório. No final da matéria, surge a primeira explicação meteorológica para o fato.

Os meteorologistas explicam que uma massa de ar marítimo que não conseguiu ultrapassar uma frente quente de baixa pressão, estacionada em Santa Catarina provocou os temporais no Sul. A geografia do Sul de Santa Catarina, inclusive, favorece a formação de zonas de baixa pressão; e somente a massa fria que agora penetra no continente vinda da

²⁷⁷ As águas se foram, Tubarão se recupera e todos são iguais. **Jornal de Santa Catarina**, Florianópolis, 5 abr. 1974, ano III, Caderno 1 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

²⁷⁸ Tubarão começa a sepultar as vítimas da enchente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1974, ano 88, n. 351, p. 5.

²⁷⁹ MACHADO, op. cit., p. 145.

²⁸⁰ Tubarão começa a sepultar as vítimas da enchente, op. cit.

Argentina, que venceu a resistência, está evitando o perigo de novas chuvas.²⁸¹

Apesar das conclusões oferecidas não levarem em consideração fatores cíclicos, como a Oscilação Decadal do Pacífico, a geologia da região foi contemplada na análise, entretanto fenômenos de interação com o ambiente não apareceram nos registros nacionais.

Um assunto recorrente nos periódicos em diversos momentos era a importância do Carvão. Dos quatro ministros que passaram pela região - Euclides Quandt de Oliveira, Ministro das Comunicações; Shigeaki Ueki, Ministro das Minas e Energia; Paulo Machado, Ministro da Saúde; Alysson Paulinelli, Ministro da Agricultura²⁸² – o primeiro a chegar foi o das Minas e Energia e este também foi o tema que fez a enchente continuar na vitrine nacional após o número de mortos, desabrigados e as fotos da enchente se tornarem “notícia velha”. A preocupação com as motivações que levam à decisão de dar publicidade a uma notícia são, para Luca, diretamente imbricadas ao contexto social da produção da matéria.²⁸³ A preocupação contínua com a indústria carbonífera²⁸⁴ está no cerne de um projeto de desenvolvimento do país, e para que o “Milagre Econômico” iniciado em 1969 continue multiplicando é necessária muita energia. Certamente as manchetes publicadas no Rio de Janeiro, durante a Ditadura Militar, não tinham como função sensibilizar o Governo Federal das necessidades do Sul Catarinense.

Contudo, pensar na “simples” função da informação também seria cair em um maniqueísmo arbitrário, entretanto no nível macro um dos pontos que estava em jogo era a capacidade do governo civil-militar lidar com os problemas da nação, quaisquer que fossem, sem colocar em jogo a legitimidade e capacidade do poder instituído. O que pode ser averiguado

²⁸¹ Idem.

²⁸² Santa Catarina recebe visita de 3 ministros. **Jornal do Brasil**, 31 mar. 1974, ano 88, n. 353, p. 30.

²⁸³ LUCA, op. cit., p. 140.

²⁸⁴ Obstrução de ferrovia ameaça siderúrgica no Sul. **Jornal do Brasil**, 2 abr. 1974, ano 88, n. 357, p. 7. Rangel garante apoio federal para Santa Catarina. **Jornal do Brasil**, 6 abr. 1974, ano 88, n. 361, p. 13. Governo recupera a zona do carvão em Santa Catarina. **Jornal do Brasil**, 8 abr. 1974, ano 88, n. 363, p. 4. Governo Geisel exhibe face dinâmica no 1º mês. **Jornal do Brasil**, 15 abr. 1974, ano 88, n. 370, p. 3.

pela estrutura das notícias produzidas pelo JB, quando, como elencado anteriormente, logo após a descrição do desastre, seguiam prontamente as medidas do Governo Federal.

Na esfera estadual as notícias eram um pouco diferentes, entretanto, logicamente, havia grupos políticos que igualmente viabilizavam a existência dos periódicos. Como o caso do Jornal O Estado, com sede em Florianópolis, fundado por Henrique Rupp Júnior e Ulysses Costa que surge no início do século XX.²⁸⁵ O jornal rotineiramente criticava aqueles contrários ao Partido Social Democrático (PSD) e exaltava seus membros, com o Ato Institucional n° 2 de 1965 e a ilegalidade dos partidos, surgiram duas associações políticas nacionais²⁸⁶, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que passou a receber o apoio do periódico.²⁸⁷ Outro importante veículo de comunicação pesquisado era o Jornal de Santa Catarina, Duarte destaca que o Jornal de Santa Catarina com sede em Blumenau surgiu através da iniciativa dos empresários blumenauenses Wilson de Freitas Melro e Caetano Deecke de Figueiredo. Tal iniciativa era fruto também da projeção política da região mais industrializada do Estado de Santa Catarina.²⁸⁸

Os periódicos estaduais enviaram a Tubarão seus repórteres que produziram diversos tipos de matérias. Pela primeira vez surgem: relatos transmitidos pelos sobreviventes dos momentos de pânico, problemas oriundos do racionamento e do toque de recolher, o colapso de uma cidade onde dinheiro não circula, a reconstrução da cidade é posta em dúvida.

A análise das matérias oferecidas nos periódicos de circulação estadual deve começar com o debate que certamente teve maior repercussão em Santa Catarina, depois da enchente ainda existia a cidade

²⁸⁵ MATA, M. M. S. da. **Jornal O Estado**: uma história em construção (1915-1931). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. p. 7.

²⁸⁶ FAUSTO, op. cit., p. 474.

²⁸⁷ DUARTE, R. **Diretas Já em Santa Catarina**: o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, A Notícia e Jornal de Santa Catarina (1984). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011. p. 45.

²⁸⁸ *Ibidem*, p. 47.

de Tubarão? Essa é uma pergunta que foi respondida de várias formas, algumas explícitas, outras implícitas. Nesse contexto a primeira matéria anexada no Caderno 01 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão tem o título: Tubarão renascerá de suas próprias ruínas. Apesar de não ter data, a notícia deve ser dos primeiros dias de abril quando o Ministro do Interior Maurício Rangel esteve na região. O apelo à reconstrução da cidade chegou ao Ministro pelo governador que afirmou: “É preciso que volte a vida a correr no sangue da bravura do povo tubaronense”.²⁸⁹ Por mais que o sujeito visitante, o Ministro do Interior Maurício Rangel, fosse a pessoa que deveria receber o apelo do prefeito, na matéria aquele chamado à causa é o povo de Tubarão.

O motivo pelo qual o governador do Estado tenta conclamar os tubaronenses é, inicialmente, o êxodo que marcou o primeiro mês após o desastre. Na localidade de Caruru, a oeste da cidade no interior do município, onde houve um deslizamento de terra, 30 foram soterrados. Depois da enchente a localidade essencialmente agrícola estava destruída, segundo a notícia, a dor do luto ainda paralisava as pessoas.

À noite, as famílias se reúnem em um só lugar para orar pelos mortos. Foi numa dessas reuniões que surgiu a ideia entre alguns lavradores de se formar uma comissão para pleitear junto à Prefeitura de Tubarão auxílios para a recuperação das propriedades. Todavia, a iniciativa não despertou interesse na maioria, que ainda sente o efeito psicológico da tragédia.²⁹⁰

O acontecimento oferece alguns subsídios para compreensão da inércia das pessoas nas localidades onde o auxílio institucional não chegava constantemente. Segundo Marques, o deslizamento no morro de Caruru em 1974 foi obra da intensa precipitação pluviométrica somada ao desmatamento nas encostas. A Figura 7 comprova essa hipótese, apesar do geólogo José João Bigarella focalizar a dinâmica das rochas, pode se

²⁸⁹ Tubarão renascerá de suas próprias ruínas. **O Estado**, 28 mar. 1974, ano 58, n. 17525, p. 9.

²⁹⁰ Populares buscam os 10 corpos dos 30 que ficaram soterrados em Caruru. **O Estado**, 2 abr. 1974, n. 17530, p. 8.

perceber ao fundo o desmatamento que favorece a erosão da camada superficial do solo e facilita a infiltração da água na fenda das rochas.

Figura 7: Morro do Caruru



Foto: José João Bigarella. Disponível em:

http://www.cfh.ufsc.br/~gedn/sibraden/SIBRADEN_ABERTURA_BIGARELLA_I_L.pdf.

Atualmente, com o êxodo empreendido naquele momento, a recuperação da mata sobre a superfície erodida é bem perceptível, como pode ser observado na Figura 8.

Figura 8: Morro do Caruru em 2012.



Fonte: Acervo pessoal do autor. Foto: Alfredo Ricardo Silva Lopes, ago. 2012.

O Jornal de Santa Catarina também apresenta uma descrição dos desabrigados, “todos têm uma só aparência: sujos, famintos e desabrigados”.²⁹¹ A divisão dos esforços para reconstrução e subsistência aparece na matéria de forma implícita, aos homens é relegado o papel de fazer a limpeza da lama que ficou da passagem das águas, às mulheres coube a tarefa de procurar alimento nas zonas de assistência. Em Tubarão, depois do primeiro momento de auxílio, o Prefeito Municipal decidiu que só receberiam alimentos e roupas as mulheres que os maridos estivessem empenhados em tirar as lamas das ruas. Apesar de não haver registros, na cidade de Araranguá pôde se perceber o mesmo.

²⁹¹ Flagelados fogem, com lembrança da tragédia. **Jornal de Santa Catarina**, 30 mar. 1974, ano III, n. 769, p.5.

Figura 9: A espera de ajuda.



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Araranguá.

Na Figura 9, provavelmente feita por um membro do poder público, que teria a liberdade para estar na parte de dentro do local de distribuição de alimentos e roupas, as mulheres aguardam amontoadas do lado de fora da cerca de madeira, onde a proximidade entre elas demonstra que existe uma multidão para além da foto.

Apesar de, como assevera o *Jornal de Santa Catarina*, o número de pessoas que participam da campanha de auxílio seja incalculável²⁹², milhares de pessoas saíram de Tubarão buscando uma nova vida. Na capa do *Jornal O Estado* de 1º de abril de 1974 surge a manchete, “Prefeito teme o esvaziamento de sua cidade”²⁹³, já o *Jornal de Santa Catarina* noticiou:

²⁹² Idem.

²⁹³ Prefeito teme o esvaziamento de sua cidade. **O Estado**, 02 abr. 1974, ano 58, n. 17530, Caderno Especial.

“Milhares já abandonaram Tubarão para sempre”.²⁹⁴ Esta última notícia traz a informação de que até o dia 30 de março, 1.120 pessoas haviam chegado de Tubarão e estavam aos cuidados da Prefeitura de Florianópolis, “em Laguna e Criciúma outras centenas de retirantes se dispõem a ficar lá e seguir em frente para recomeçar a vida”.²⁹⁵ Os primeiros retirantes do lado gaúcho também haviam chegado a Porto Alegre, muitos hospedados na casa de familiares. Milhares de flagelados também estão espalhados pelo sul catarinense, até casas de veraneio que não eram habitadas foram invadidas pelos retirantes, os que ficaram em Tubarão dependem inteiramente dos donativos.²⁹⁶ Êxodo, solidariedade e reconstrução foram palavras que circularam juntas na primeira semana depois da enchente. Os periódicos catarinenses certamente tinham um papel central na campanha de sensibilização da população não atingida para que o fluxo de donativos não cessasse.

Aqui são necessários parênteses metodológicos, que auxiliarão na leitura tanto da condição do flagelado e das suas estratégias de sobrevivência pós-desastre, quanto nas preocupações dos líderes civis-militares incumbidos de oferecer cuidados aos flagelados e zelar pela ordem. Em *Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*²⁹⁷, o historiador britânico Edward P. Thompson, em diversos momentos, atenta para a historicidade das abstrações produzidas para a compreensão da realidade. Neste contexto, perceber como os sujeitos definiam o que é o flagelado torna-se muito importante, ainda, deve-se ressaltar que o conceito também foi se transformando ao longo do processo de reconstrução da região. Por exemplo, na região rural, onde durante mais de dez dias a ajuda não chegara, as pessoas eram só chamadas de afetados pela enchente. Nos periódicos, o flagelado não era o indivíduo que recebia o flagelo, o sofrimento, mas, sim, aquele que poderia receber o auxílio vindo de todas as partes do país e organizado pelas classes dirigentes.

Nesta tese também se levam em consideração as estratégias adotadas por esses sujeitos adjetivados de flagelados para em um primeiro

²⁹⁴ Milhares já abandonaram Tubarão para sempre. **Jornal de Santa Catarina**, 1 abr. 1974, ano III, n. 770, p. 3.

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ THOMPSON, op. cit.

momento garantir sua subsistência. Sobre o conceito de experiência humana, o historiador inglês, no seu embate com Louis Althusser, afirma:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” sua experiência com sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada.²⁹⁸

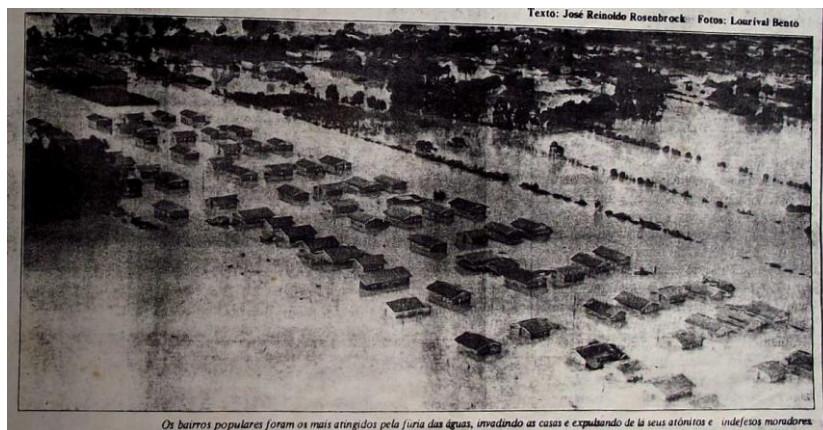
Desta forma, Vendramini defende que a experiência humana, vista de uma óptica thompsoniana, apresenta-se como um elemento central “[...] para pensar a organização da vida social de forma ampla, sem perder de vista a especificidade das inúmeras experiências coletivas”.²⁹⁹

Diversos pronunciamentos apareciam nos jornais, como, por exemplo, o do governador de Santa Catarina, incentivando os habitantes a permanecerem na cidade. As demonstrações diárias de que os governos Estaduais e Federal estavam engajados na reconstrução da cidade esbarravam nos problemas sociais criados ou potencializados pela enchente, como no caso dos bairros mais atingidos serem os “populares” (Figura 10).

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 182.

²⁹⁹ VENDRAMINI, S. R. Experiência e coletividade em E. P. Thompson. In: DUARTE, A. L.; MÜLLER, R. G. E. P. **Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012. p. 144.

Figura 10: Foto de capa do periódico O Estado



Fonte: Tubarão: a que um dia foi chamada de “cidade azul”. O Estado, 27 mar. 1974, s/n, caderno 1.

Na cidade constantemente invadida pelas águas, o resultado da segregação espacial, fruto da valorização imobiliária, é a desvalorização das áreas hoje denominadas como de risco. Conscientemente, ou não, essa escolha foi ocorrendo na cidade de Tubarão. O economista catalão Joan Martínez Alier discute em “O Ecologismo dos Pobres”³⁰⁰, a questão distributiva dos conflitos ecológicos, afirmando que embora seja amplificada a ideia de que os desastres ambientais, dada sua dimensão, repercutem na sociedade como um todo, tem diferentes reflexos, de acordo com as vulnerabilidades que cada grupo social possui.

Neste contexto, fica claro o lugar social de frases como “ricos e pobres são iguais na catástrofe que abateu sobre Tubarão”.³⁰¹ Na matéria sem data que busca fazer um balanço da situação, o primeiro parágrafo é destinado ao ex-prefeito Dilney Chaves Cabral, que ao lado de sua esposa

³⁰⁰ ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

³⁰¹ As águas se foram, tubarão se recupera e todos são iguais. **O Estado**, 31 mar. 1974, ano 58, n. 17530, p. 9.

esperava pacientemente na fila de flagelados pelos gêneros alimentícios. A notícia ainda exalta o papel do Exército na distribuição de alimentos e difusão da informação.

[...] Um perfeito controle na distribuição de gêneros existe, que somente é entregue aos que foram cadastrados, mas apesar disso há pessoas de outros centros que vêm para se aproveitar da situação.

Olhar cansado, trajando uma farda cujo nome de identificação não é o seu, homem de meia idade falando calmamente, às vezes demorando alguns instantes para encontrar a palavra que possa definir a situação, assim é o Major Flávio Varela, que exerce o comando militar da comunidade, instalado no grupo escolar Hercílio Luz. Ele não demonstra esconder qualquer informação, quando instado pelos jornalistas. Ele também gravou uma mensagem ao povo, que foi transmitida às 12 horas e depois disse que a fase crítica inicial de atendimento aos flagelados passou, acrescentando que a situação está “perfeitamente sob controle”, embora muitos não acreditem.³⁰²

A perfeita ordem construída pelo “oficial que centraliza todos os problemas de uma grande comunidade” e defendida no periódico não parece ser tão perfeita assim, a frase seguinte já contradiz essa ânsia por ordem. A notícia busca certa humanização do homem por trás do comando das ações no desastre, o Major Varela, que “não esconde informações” e é o responsável pelo fim dos pronunciamentos na Rádio Tubá durante a enchente, pronunciamentos que Vetoretti deixa implícitos que poderiam ter avisado as pessoas para seguirem às cotas mais altas antes da chegada do grande volume de água.

Sobre a necessidade da afirmação e perfeito controle da situação, deve-se frisar o embate de forças entre o Executivo Municipal e o Comando das

³⁰² Idem.

Forças Armadas no caso da dinamitação da Barra do Camacho, na desembocadura do Rio Tubarão, pois em virtude da quantidade de sedimentos carregadas pelas águas o fluxo para o mar estava muito reduzido. A notícia do *Jornal de Santa Catarina* começa com a fala do prefeito de Tubarão Irmoto Feuerschutte: “A vazão rápida de um metro e meio do rio Tubarão, segunda retrasada, foi uma consequência direta da dinamitação da Barra do Camacho”.³⁰³ O texto explica que o prefeito não assume a autoria do ato, que contrariava as ordens do Comando Geral, mas vê como positivo para recuperação do município.

O toque de recolher, como visto acima, tinha funções específicas de evitar os saques, que embora fossem negados pelos órgãos oficiais, realmente ocorreram e a segurança pública, no sentido de evitar que os flagelados atacassem aqueles que não tinham sofrido com a enchente.³⁰⁴ Na área rural, os animais que haviam se abrigado nos morros à medida que eram encontrados pelas pessoas estavam sendo abatidos.³⁰⁵

Neste ponto a utilização do conceito de vulnerabilidade oferece elementos para a compreensão do que é considerado aceitável no campo e na cidade. Na base deste conceito está a ideia de suscetibilidade a acontecimentos de caráter negativo, entretanto a vulnerabilidade é um conceito dinâmico, que deve ser referencializado, pois não é uma propriedade de indivíduos ou grupos, mas construído em uma complexa teia de relações sociais e processos.³⁰⁶ Pensando na situação local, a “permissão” social para os indivíduos da zona rural, menos atendidos pelo auxílio governamental que os cidadãos, abaterem e distribuírem as reses a todos que – naquele momento de dificuldade – necessitam, parte de um parâmetro moral definido tanto pela ideia de necessidade, quanto pela noção de justiça.

³⁰³ Se não dinamitassem a barragem, morreriam muitos mais. **Jornal de Santa Catarina**, 5 abr. 1974, ano III, n. 774, p. 3.

³⁰⁴ Só com toque de recolher se evita o pior. **Jornal de Santa Catarina**, 29 mar. 1974, ano III, n. 768, p. 3.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ HILHORST, D.; BANKOFF, G. Introduction: mapping vulnerability. In.: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. **Mapping Vulnerability: disasters, development and people**. London: Earthscan, 2008. p.1-10.

O conceito de Economia Moral de Thompson pode ser esclarecedor para analisar a percepção dos sujeitos envolvidos no desastre em relação à noção de vulnerabilidade dos moradores do meio rural afetados pela enchente. Thompson ao focar os motins da fome no interior da Inglaterra do século XVIII, explica que os ataques para obtenção de alimento não ocorriam de forma espasmódica, simplesmente para suprir a fome das pessoas. Thompson esclarece que os motins eram acontecimentos gestados em um senso de justiça vinculado aos costumes do passado, pois em muitos dos casos os agitadores deixavam o pagamento pelo gênero que era levado.³⁰⁷ Existe uma série de outras explicações que deveriam ser dadas sobre a Economia Moral de Thompson, entretanto esta corruptela de sua teoria já permite evidenciar que durante as situações em que a vulnerabilidade é maximizada as noções do que é justo ganham difusos contornos.

A percepção do poder público sobre os flagelados foi se transformando nos momentos pós-desastre e um caso emblemático é trazido na notícia do periódico *Jornal O Estado*, intitulada “recadastramento pode solucionar problemas que o flagelado causa”.³⁰⁸ Na reportagem, a primeira distribuição de alimentos que seguia a ordem das fichas oferecidas pela prefeitura servia para suprir uma população de 88 mil habitantes e Tubarão antes da enchente possuía aproximadamente 70 mil, ou seja, alguns flagelados pegaram mais alimentos do que deveriam. A notícia ainda fala que essas pessoas foram localizadas e os gêneros apreendidos. De um momento para outro, aquelas pessoas inertes, afetadas pelo trauma da enchente, se transformaram em um novo problema social.

Um cenário de conflito se configurou na cidade desmonetarizada e semidestruída, onde a necessidade das classes dirigentes em arremeter classes populares para o trabalho de reconstrução se chocava com a apreensão daqueles que perderam tudo e viam que permanecer na cidade parecia desnecessário. O geógrafo Paulo Fernando Lago assinou matéria no jornal *O Estado* explicando que a hipótese de repetição da tragédia seria

³⁰⁷ THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

³⁰⁸ Recadastramento pode solucionar problemas que o flagelado causa. **O Estado**, 10 abr. 1974, ano 58, n. 17538, p. 9.

remota.³⁰⁹ Em outra notícia, celebridades locais como a primeira dama e o artista plástico Willi Zumblick salientam *slogans* como: “de braços cruzados não venceremos nossa dor”, “não sejas covarde como teu irmão. Não te retires antes da luta terminar”.³¹⁰ O fragmento ainda destaca que “todos acreditam na cidade, o Governo Federal e Estadual irão ajudar. Ontem mesmo recebemos a notícia que duas empresas de São Paulo querem se instalar na cidade”³¹¹, já a primeira dama, Ilona Feuerschuette, relata que a situação de Tubarão se assemelha a de uma guerra, por isso lamenta a atitude dos retirantes, principalmente das mulheres que deixaram seus maridos trabalhando na reconstrução.³¹² Entretanto, deve-se tomar cuidado com as adjetivações puramente materialistas para as ações das pessoas, suas paixões, laços simbólicos de família, memórias, identidades também estão definindo as iniciativas individuais e coletivas.

Para finalizar a discussão sobre o lugar social do flagelado na enchente será evidenciada uma série de pronunciamentos veiculados no vídeo-documentário gravado pela Rede Globo de Televisão 20 dias após da enchente e divulgado no programa Globo Repórter Atualidade. O documentário, disponível na Defesa Civil de Tubarão, foi copiado em meio digital do Arquivo da Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

A discussão sobre o recurso audiovisual como fonte parece ter trilhado um caminho muito semelhante ao da fotografia, primeiramente rejeição, posteriormente equivalência à apreensão da realidade e, depois, um balizamento nas tensões entre subjetividade e objetividade.³¹³ Em preto e branco, com 25’05” o áudio quase imperceptível retrata uma cidade desolada. O primeiro a falar é um senhor, que não é apresentado, ele sentado na sala de sua casa de paredes brancas, que logicamente não foi atingida pela enchente, explica que o nome Tubarão é uma corruptela do verdadeiro nome indígena, que significava rio do peixe. Enquanto ele fala

³⁰⁹ As dimensões de uma catástrofe. **O Estado**, 10 abr. 1974, ano 58, n. 17538, p. 12.

³¹⁰ Ficar é ainda melhor. **O Estado**, 10 abr. 1974, ano 58, n. 17538, p. 9.

³¹¹ Idem.

³¹² Idem.

³¹³ NAPOLITANO, M. A História depois do papel. In: ____ PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 235-289.

sobre o cataclismo, imagens feitas de um veículo em movimento focalizam as casas, em sua maioria de madeira, ainda tomadas pela lama. Novas vozes aparecem, os moradores locais vão trazendo depoimentos durante as imagens da destruição. As tragédias familiares passam a ser o foco do filme, logo no começo, uma voz feminina conta que recebe arroz, feijão, farinha, açúcar, café, macarrão, sal, trigo, farinha de milho e às vezes peixe.

Bill Nichols, pesquisador do campo de estudos cinematográficos explica em seu livro *Introdução ao documentário*³¹⁴ que na maneira como os documentários se dirigem ao público há muito dos discursos dos oradores da Roma e Grécia antigas, onde o gesto, a voz, a feição facial, tudo aquilo ligado à presença do orador importava. Neste caminho, a “voz” do documentário depende muito do que fazem e de como agem para compor uma narrativa que vai além das palavras³¹⁵. Pode ser observado que em diversos momentos da filmagem o entrevistador se colocava “apenas” na posição de observador, um observador que sabia exatamente o que gostaria de olhar, e de forma participativa fazia as pessoas pensarem em diferentes respostas e dirigia as entrevistas para rumos definidos pelo roteiro.

A descrição completa da filmagem certamente propiciaria diversas discussões e tomaria muitas páginas, entretanto para a presente tese pontos específicos chamam atenção: a fala dos populares e o pronunciamento do prefeito Irmoto Feuerschette no encerramento do documentário. Um homem caucasiano, de meia idade, fala a frente de sua casa destruída:

Entrevistador: O senhor acredita na reconstrução de Tubarão?
 Entrevistado 1: É obrigado a acreditar, Tubarão sempre foi um centro (pausa). E sempre será... né?³¹⁶

³¹⁴ NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. Campinas: Papirus, 2008.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ REDE GLOBO. [Filme-vídeo]. **Globo Repórter Atualidade**. Rio de Janeiro, Central 1974. Filmagem em preto e branco, convertida para meio virtual, 03'27”.

Um homem negro é entrevistado na rua, sentado sob a sombra de uma laje e acompanhado de um grupo boquiaberto de crianças que olha para a câmera, fala sobre a cidade antes da enchente.

Entrevistador: Como era a cidade de Tubarão? Assim, de modo geral, antes da enchente?
 Entrevistado 2: Olha rapaz não que eu queira dizer isso com orgulho, sabe. Eu no meu ramo de vida, trabalhava praticamente no meio deles ali na cidade, eu diariamente teria contato com eles. Existia aqui no nosso bairro, na Madre, Congonhas, Oficinas, por ai... O comerciante não daria bola em hipótese alguma para o operário, mesmo que ele tivesse um nível de vida bem elevado, mas não queria nem saber, sabe? E após a enchente vê os homens conversando com Deus e todo mundo, dando bom dia, esqueceram daquele nível deles de vida, e acho que então controlaram, e acho que então ficou todo mundo igual.³¹⁷

A fala do homem que daria prosseguimento ao assunto é cortada, agora uma mulher marcada pelas rugas, com um olhar desconfiado, de braços cruzados e cercada de crianças fala ao microfone:

Entrevistada 3: O orgulho mesmo nunca acaba, né? É uma coisa, né, e não tem necessidade. A pessoa pode ser bem de vida, mas não precisa ter orgulho, para quê?
 Aparece Entrevistada 4: Mas quando era para vender coisa, por causa de uns 200 cruzeiros eles não vendiam. O caso é que antes da enchente eu precisava comprar sabão e por causa de 200 cruzeiros o homem não me vendeu. E nós acostumados a comprar no armazém dele.

³¹⁷ Ibidem, 11'45''.

Entrevistada 3: É. Pois é ainda tem orgulho, né?

A mulher começa a se retirar, o entrevistador a segue e faz outra pergunta, enquanto anda ela responde.

Entrevistador: E nessa fila pobre e rico era tudo igual?

Entrevistada 3: Aí era tudo irmão, estavam os podres e os ricos, todos juntos passando fome, passamos um dia e uma noite sem comer e sem tomar água. Aí tinha rico e pobres todos irmãos, mas hoje eles já passam por nós que estávamos lá passando fome e viram a cara. Já colocou mais uma roupinha, né? Ganhou.³¹⁸

A próxima sequência volta ao entrevistado 2, que já começa a contar como as pessoas antes consideradas ricas conseguiam gêneros alimentícios sem passar pela fila, segundo ele, os empregados das pessoas chegam com bilhetes nos centros de distribuição e logo passavam pelos demais da fila carregando um grande rancho. O homem curvado para frente como se contasse um segredo, continua afirmando, “no início era bom, o que um ganhava todo mundo ganhava, agora a gente vê caminhão parando ali do lado e subindo rancho para cima”.

Quando o assunto referente aos proveitos tirados por membros da elite local começa a chegar longe demais o entrevistador faz outra pergunta.

Entrevistador: Agora me diga o seguinte, o que mais chamou a atenção do senhor durante a enchente?

Entrevistado 2: Olha eu vou lhe dizer, o que mais me chamou a atenção, o que eu tive a oportunidade de perceber foi ver certas pessoas que eu jamais imaginava que eles poderiam estar na minha frente ou atrás de mim na fila pegando aquele mesmo rancho

³¹⁸ Ibidem, 15’18”.

que eu tava pegando, sabe. Aquilo foi uma das partes que mais me impressionou.³¹⁹

Por mais que o entrevistador da Rede Globo quisesse dar por encerrado o assunto, o entrevistado 2 decide voltar ao tema, ao menosprezar a magnitude das águas ou o número de mortos e desaparecidos, aquele homem negro, cercado por crianças curiosas, deixa claro que a inversão das rígidas estruturas sociais comparativamente estava além de qualquer perda material ou espetáculo da natureza. A enchente não implodiu as regras simbólicas das relações sociais, mas mostrou em um curto período de tempo com a desarticulação causada pelas águas que as estruturas sociais parecem mais fortes que as forças da natureza.

O foco da produção ao retratar o espetáculo da enchente ficou centrado nos dramas individuais de uma gente humilde e ordeira do sul do Brasil. O Exército não apareceu no documentário, o único indivíduo que representava o poder de uma instituição que teve espaço na filmagem foi o prefeito municipal, a localidade escolhida para sua fala foi a Barra do Camacho. Na localidade o prefeito e uma comitiva de auxiliares começaram a explicar a dimensão da enchente. Mas a Barra não era mais a mesma, havia se transformado com a passagem das águas e eles não conseguiam se localizar muito bem, é neste momento que surge no vídeo um homem com chapéu de palha, sotaque interiorano e voz estridente e toma as rédeas do argumento, passa a explicar o que tinha acontecido. Depois a imagem é cortada e novamente o prefeito tem voz, agora num enquadramento fechado, onde ao fundo a água corre para o mar. Irmoto Feuerschutte fala sobre a dinâmica das águas na Barra do Camacho e enfatiza que nem em 1928 quando a Barra havia estourado pela última vez havia acontecido uma catástrofe tão grande. A abertura da Barra do Camacho e a retificação (retilinização) do Rio Tubarão aparecem com medidas necessárias para curto e médio prazo, inicialmente para secar as terras e, posteriormente, para voltar a dinamizar a agricultura.

Na busca de perceber qual a estrutura interna da linguagem³²⁰ do audiovisual, chega-se a três momentos, cada um deles caracterizado por um

³¹⁹ Ibidem, 19'13''.

tipo de ator social. No primeiro deles um homem calmamente sentado e portador de conhecimento sobre a história local oferece ao telespectador subsídios para entender um pouco melhor a enchente. No segundo momento, o mais duradouro, uma série de falas é trazida para ilustrar como a “gente humilde” sobreviveu aos momentos de drama durante a catástrofe. Aqui o roteiro, apesar de selecionado e editado, deixa transparecer alguns dilemas da desigualdade social em meio a instantes de heroísmos individuais, perplexidade e admiração das forças da natureza. No final o poder instituído realiza suas projeções e oferece esperança. O “efeito de realidade”³²¹ produzido pela ferramenta que apreende o real, o audiovisual, faz da história da enchente em Tubarão mais uma das partes do imaginário da luta dos seres humanos contra as forças da natureza.

A presença de elementos para a compreensão da enchente é rara nas notícias, foram encontradas apenas em dois fragmentos as causas ambientais trazidas para o debate nos periódicos armazenados no Arquivo Histórico Municipal de Tubarão. A primeira, de um recorte sem data, deve ser de cerca de duas semanas após o desastre, pois a informação está em uma notícia que faz uma estimativa dos danos da enchente.

Procurar uma causa para a catástrofe é difícil. Mas uma pode ser apontada e é citada pelo prefeito Irmoto: “o constante e desenfreado desmatamento praticado em diversas regiões ao longo do rio é um deles”. Diz textualmente que “centenas de empresas estão acabando com as matas, que em situação normal ajudam a segurar a água, mas em situação diferente somente contribuem para causar catástrofes”. A prova das afirmações é a centena de deslizamentos nos morros que cercam o

³²⁰ NAPOLITANO, op. cit., p. 236.

³²¹ Idem.

município, situados ao longo do vale do Rio Tubarão.³²²

A situação de enchente e a busca por significados certamente fez Irmoto se interessar pelos assuntos ligados à geografia local. O conhecimento sobre o desmatamento e as funções das árvores ao longo do leito do rio Tubarão é prova disso. Apesar do jornal não elencar como única causa do evento, referenciar a degradação ambiental às transformações na magnitude das enchentes é importante para entender as futuras obras que buscarão evitar novas enchentes.

A explicação contida na matéria “Cálculo dos prejuízos já alcança 430 milhões”³²³ o governador do Estado Colombo Salles recebe estimativas da enchente de todo o seu secretariado. No segundo parágrafo, após citar todos os nomes que compunham a mesa de reuniões, a notícia explica, usando palavras do General Veiga Lima, coordenador da Defesa Civil Estadual que, entre os dias 22 e 25 de março choveram na região 2.050 mm, nível nunca antes alcançado, sendo que nas enchentes de 1969 choveram 1.239 mm e em 1971 choveram 1.253 mm.³²⁴ Nesta conjuntura, a informação é trazida para legitimar a ideia de um evento atípico que simplesmente “aconteceu”, sua explicação vai além da capacidade de compreensão dos indivíduos naquela época, o que avaliza a adoção de medidas puramente emergenciais para resolver o problema dos flagelados e das cheias.

Menos raros que as notícias sobre as causas ambientais da enchente, os esclarecimentos de cunho religioso ressaltam uma catolicidade que aparece com as respostas para os momentos de provação. A todo o momento durante sua narrativa, Machado, no livro que trata da enchente, destaca os elementos que, segundo ele, garantiram que a cidade de Tubarão

³²² As águas se foram, Tubarão se recupera e todos são iguais. **Jornal de Santa Catarina**, 4 abr. 1974, ano III, n. 773, caderno 1 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

³²³ Cálculo dos prejuízos já alcança 430 milhões. **Jornal de Santa Catarina**, 6 abr. 1974, ano III, n. 776, caderno 2 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

³²⁴ Idem.

se recuperasse. O mais evidenciado é a comunhão daqueles irmanados pela dor, o que era explicado pelo segundo elemento, a catolicidade daquela gente e, por fim, a administração municipal do médico Irmoto Feuerschuette, de quem a população pouco tinha a reclamar.³²⁵ O aporte religioso também foi basilar para a ideia de solidariedade sobre a qual se pautava a reconstrução da cidade, Vettoretti, igualmente reitera a importância da campanha da fraternidade de 1974.³²⁶ Os reflexos do modo do imaginário judaico-cristão na compreensão do ambiente e dos desastres será fruto do debate do 3º capítulo deste trabalho.

2.1.4 A água vai embora

Em Praia Grande, no extremo sul de Santa Catarina, depois da enchente de 1974 a comunidade rural de Roça da Estância próxima à Serra Geral não conseguiu se manter após o desastre. Segundo o historiador Frank Lummertz além da destruição, uma das explicações para a falta de ajuda dos Governos Municipal, Estadual e Federal foi a delimitação do Parque Nacional Aparados da Serra em 1972, que passou a incluir as terras onde a localidade estava inserida dentro dos limites do parque criado em 1959. Lummertz se vale das memórias dos antigos moradores da comunidade que resistiu até 1986 para entender a transformação do espaço de trabalho e sociabilidade em espaço de preservação ambiental.³²⁷

A cidade de Tubarão, ao contrário do que muitos afirmavam, não foi riscada do mapa. Paulatinamente ao vencer os gargalos burocráticos e ser alvo de diversas campanhas de solidariedade foi restabelecendo os processos que faziam parte de sua dinâmica econômica. A Estrada de Ferro Teresa Cristina³²⁸ depois de dois meses já estava trazendo carvão bruto para conversão em carvão-vapor em Tubarão. Recursos do Ministério da Educação evitaram que a Fundação de Tubarão, atual Universidade do Sul

³²⁵ MACHADO, op. cit., p. 18.

³²⁶ VETTORETTI, op. cit., p. 241.

³²⁷ LUMMERTZ, F. C. **A roça da estância: memória e experiência de trabalhadores rurais nos aparados da Serra, 1940-1986.** Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2014.

Catarinense (UNISUL) parasse de funcionar, pois dos alunos que voltaram, cerca de 60% não conseguiam pagar as mensalidades. Na área rural a solução apontada pela Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), hoje Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão rural de Santa Catarina (EPAGRI), foi distribuir sementes e insumos agrícolas - os populares agrotóxicos - aos agricultores.

Segundo Pedro Albeirice³²⁹, os valores recebidos pela Prefeitura Municipal de Tubarão foram no total de CR\$ 16.319.326,79, o equivalente a R\$ 46.310.415,67. Como lembra Frasson, no montante “auxílios” estão inclusas apenas doações em espécie, outros “auxílios” em forma de materiais de construção, bens de consumo, alimentos, máquinas, e até obras de construção civil, entre outras coisas, contribuiriam em muito para engrandecer ainda mais o total acima.³³⁰

Tabela 3 Valores recebidos pela Prefeitura Municipal de Tubarão para a reconstrução da cidade em 1974.

FONTE DA DOAÇÃO	VALOR EM CR\$
Governo Federal	10.000.000,00
Governo do Estado de Santa Catarina	3.325.000,00
Ministério do Interior	1.070.000,00
Ministério da Educação e Cultura.	564.000,00
DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento)	543.000,00
Anônimos	694.326,79
SERFHAU (Serviço Federal de Habitação e Urbanismo)	100.000,00
Comissão Estadual de Defesa Civil.	23.000,00

³²⁸ A ferrovia, inaugurada em 1884, foi inicialmente projetada para o transporte do carvão mineral entre localidade de Minas (atualmente Lauro Müller) e o porto de Imbituba.

³²⁹ ALBEIRICE, P. **Tubarão 74 – A Catástrofe**. Tubarão: Dehon, 1981. p. 80-81.

³³⁰ FRASSON, M. M. **A enchente de 1974 em Tubarão-SC: a construção de um desastre natural**. Trabalho de conclusão de Curso de Graduação em História da UNESC. Criciúma, 2011.

Total	16.319.329,79³³¹
--------------	------------------------------------

Fonte: ALBEIRICE, P. Tubarão 74 – A Catástrofe. Tubarão: Dehon, 1981. p. 80-81.

Em março de 1975, um ano depois do “dilúvio no sul”, a cidade volta a ser notícia do Jornal do Brasil. Em “Tubarão foi manchete que logo se esqueceu”, o prefeito Irmoto Feuerschutte explica que um ano depois o município ainda enfrenta problemas e falta muito para se recuperar totalmente. Apesar da ajuda governamental em dinheiro de Cr\$ 2 milhões e das obras que empregaram aproximadamente 700 pessoas, a cidade ainda estava desmonetizada e os donativos, quando a enchente caiu no esquecimento da imprensa, passaram a escassear. Outro pronunciamento do prefeito chama a atenção:

O prefeito Irmoto Feuerschutte se queixa da falta de ajuda e especialmente da falta de ajuda do Governo Colombo Salles, para ele um exemplo de inoperância política e administrativa. Em quatro anos, diz, o governador não conseguiu inaugurar uma só obra no município e falhou inteiramente no atendimento à população flagelada. Ele se vê sem meios para controlar o eleitorado e garantir a eleição de seu sucessor pela ARENA.³³²

A notícia, que não circulou em nível estadual, mostra muito sobre a forma com que os indivíduos e as autoridades lidaram com o desastre. Irmoto já alerta que se os governos estadual e federal não oferecerem subsídios para aumentar a resiliência do município, o poder político migrará para as mãos da comportada oposição do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

³³¹ Valor convertido em Reais R\$ 46.310.415,67, conforme a Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

³³² Tubarão foi manchete que logo se esqueceu. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 mar. 1975, ano 89, n. 331, p. 16.

Figura 11: Trajeto do Rio Tubarão. Em azul o traçado original e em amarelo traçado após a retificação.



Fonte: MARQUES, op. cit., p. 27.

De 1978 a 1982, o extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) realizou um empreendimento que transformou a dinâmica do rio com sua cidade (Figura 11). Com a retificação do traçado do Rio Tubarão ao longo da zona urbana foram retirados 16.000.000 m³ de material. Houve várias tentativas de manter a Barra do Camacho aberta, que fracassaram devido à interação dos sedimentos carregados pelas águas da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão com a dinâmica marinha que aglutinava os sedimentos no local. Atualmente, depois da construção de molhes e com dragagem contínua o canal permanece aberto.³³³

O “controle” do ambiente tem se mostrado funcional, desde então nenhum outro desastre perturbou a ordem de Tubarão como a enchente de 1974. Contudo, ainda incidiram sobre a região índices pluviométricos como os 2.050 mm de 22 a 26 de março para colocar realmente à prova os tipos de interação com o ambiente produzidos naquele contexto. O geógrafo Paulo Fernando Lago antes de qualquer explicação sobre a excepcionalidade do evento faz questão de deixar claro, de Laguna a

³³³ MARQUES, op. cit., p. 27.

Torres, toda região litorânea está inscrita numa área de “bacias de inundação”, onde estão subordinadas a alagações frequentes, embora nem sempre em dimensão catastrófica.³³⁴ Apesar da unicidade do acontecimento e das características climático-morfológicas o evento só se tornou uma catástrofe em função das formas de interação, tanto com o ambiente, quanto entre os seres humanos.

2.2 A FORÇA DA ÁGUA E DA TERRA: ENCHENTE E DESLIZAMENTOS NO SUL DE SANTA CATARINA

Em 1995 diversas intempéries incidiram sobre Santa Catarina, e no sul catarinense os fenômenos mais sentidos foram as inundações graduais, que pelo Mapa 6 se espalharam por todos os municípios da mesorregião. O mês de dezembro apresentou o maior número de registros de intempéries e, diferentemente de 1983, não foi o El Niño que agiu sobre a região, mas, sim, o fenômeno La Niña, que é caracterizado pelo resfriamento das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, ao invés de seu aquecimento.

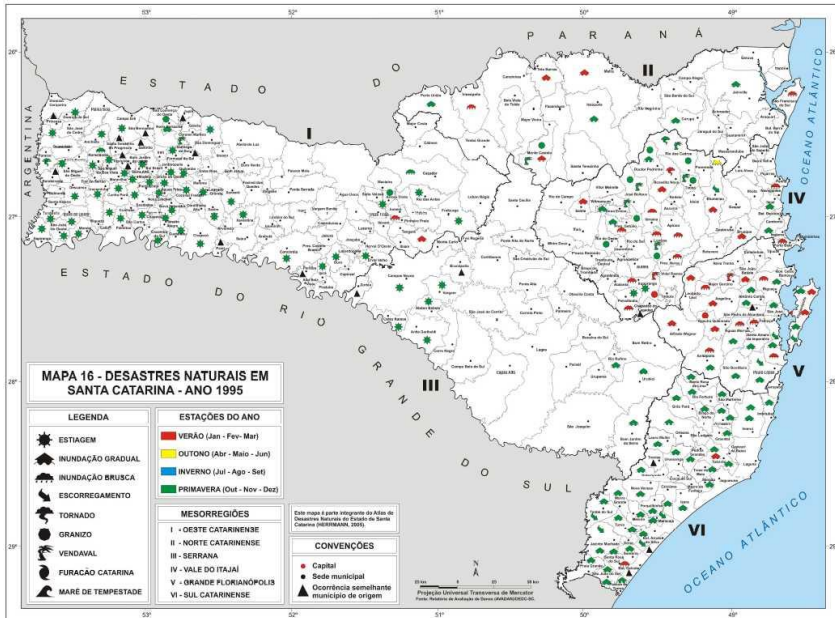
Segundo o boletim da Climanálise, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), geralmente quando ocorre esse tipo de fenômeno, em toda a região sul do Brasil são registrados níveis de chuva abaixo da média climatológica, o que contribui para agravar as situações de estiagem.³³⁵ Contrariando as expectativas sobre a falta de chuva no verão, o mês de dezembro foi o mais chuvoso do ano, durante todo o dia 24 de dezembro, na estação meteorológica em Florianópolis foi registrado um total de 411,9 mm de chuva. Tal situação foi produzida pela entrada de um sistema frontal transiente, ou seja, uma sucessão de várias frentes, e no contato entre essas massas de ar contíguas e diferentes surgem diferenças de temperatura e umidade. O processo desencadeou fenômenos de frontogênese, que é quando o contraste de temperatura aumenta e existe

³³⁴ LAGO, P. F. **Calamidade**: a enchente do Rio Tubarão-1974. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

³³⁵ CLIMANÁLISE. **Boletim de Monitoramento e Análise Climática**, v. 10, n. 11, 1995d.

desenvolvimento e/ou intensificação do sistema climático, e ciclogênese, que é o fortalecimento de ondas ciclônicas na atmosfera.³³⁶

Mapa 6: Mapa dos desastres ocorridos em 1995 com dados da Defesa Civil de Santa Catarina.



Fonte: HERRMANN, op. cit., p. 25.

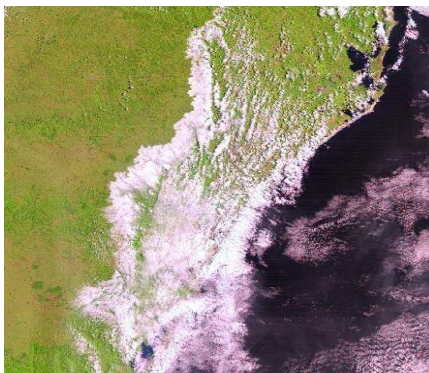
O sul catarinense de 22 a 26 de dezembro se viu duramente castigado pela força das chuvas. Como pode se ver no Mapa 6 acima foram poucas as cidades que não foram afetadas pela enchente, entretanto duas sentiram mais o poder do desastre, não só a força da água, mas, sobretudo a força da terra, pois vários deslizamentos de massa também foram registrados na região, produzindo 47 vítimas fatais e centenas de desabrigados.

³³⁶ CLIMANÁLISE. Boletim de Monitoramento e Análise Climática, v. 10, n. 12, 1995e.

Conforme estudos de professores da Universidade Federal de Santa Catarina, chamados às localidades atingidas pelas próprias municipalidades, dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, as sub-bacias do Rio Figueira em Timbé do Sul, do Rio Pinheirinho em Jacinto Machado e do Alto Rio São Bento em Siderópolis foram as mais atingidas pelo poder dos deslizamentos. Os pesquisadores destacam que apesar do evento ter ultrapassado a média climatológica pluviométrica, não pode ser visto como totalmente excepcional, pelo fato de em 1974, durante a grande enchente de Tubarão, ter ocorrido o mesmo fenômeno.³³⁷

Este evento é visto como recorrente não apenas pelo deslizamento e chuva, mas em virtude da relação da dinâmica atmosférica com o relevo, presente em todo o sul catarinense. A região é portadora de riscos potenciais em razão do relevo montanhoso que forma uma barreira de mais de 1000 metros de desnível (Figura 12), na região são identificados três tipos de unidades geológicas.

Figura 12: Blocação das nuvens no pé da Serra Geral recorrente na região sul.



Fonte: Landsat 5 TM de 6 fev. 1999 - Doc. INPE.

³³⁷ PELLERIN, J.; DUARTE, G. M.; SCHEIBE, L. F.; MENDONÇA, M.; BUSS, M. D.; MONTEIRO, M. A.; CARDOSO, C. Timbé do Sul-Jacinto Machado: Avaliação Preliminar da Extensão da Catástrofe de 23-24/12/95. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 71-86, 1997.

A primeira abrangendo as altitudes entre 1.200 e 500 metros é conhecida como Serra Geral, com formas de relevo muito abruptas, apresentando vales fechados em “V”, a área também é conhecida como “Aparados da Serra”. Com declividade normalmente superior a 45°, suas encostas são tipicamente protegidas como áreas de Preservação Permanente. A segunda unidade é a Planície Costeira que ocorre em terrenos rebaixados, entre 500 e 200 metros, como prolongamento da Serra Geral, ainda oferece esporões e formas colinosas esculpidas em arenitos, siltitos e argilitos. É nesses locais que na região vinham ocorrendo os cultivos de banana, milho e fumo. Por fim, a unidade de Planície, com cotas abaixo dos 200 m, é formada por uma sucessão de depósitos de leques aluviais, constituídos principalmente de seixos de rocha basáltica, e nessas áreas os cultivos predominantes são milho, fumo, feijão e arroz.³³⁸

Como destacam os pesquisadores em *É, ninguém escapa do rio*, os processos de movimentos de massa ou gravitacionais não estão normalmente associados à dinâmica interna da Terra, mas sim, “com os processos morfogenéticos que derivam da interação dos elementos metrológicos e características da paisagem, como [...] mecanismos relacionados à geodinâmica externa”.³³⁹ A área afetada pelos deslizamentos das cabeceiras dos rios Pinheirinho e Figueira foi de 11 km no sentido norte-sul de comprimento da escarpa, com uma largura de até 4 km, correspondendo a uma superfície de 3.600 ha. O fenômeno produziu a remoção de grande parte da floresta e da cobertura de solo das escarpas, o material carregado (árvores, blocos rochosos, seixos e solo) foi encontrado até mesmo na foz do rio Araranguá, numa extensão de 30 km até o oceano Atlântico.³⁴⁰

³³⁸ Ibidem, p. 74

³³⁹ BUSS, M. D.; FURTADO, Sandra Maria de Arruda ; SCHEIBE, L. F. É, ninguém escapa do rio. Geografia de uma catástrofe natural. **GEOSUL** (UFSC), Florianópolis, SC, v. 15, n. 29, 2000. p. 59.

³⁴⁰ Ibidem, p. 60.

Figura 13: Encostas da Serra Geral após os deslizamentos



Fonte: Acervo do Laboratório de Análise Ambiental - UFSC. **Fotos:** José Bigarella, jan. 1996.

A junção de duas fotografias foi utilizada na imagem acima (Figura 13) para oferecer uma perspectiva panorâmica em virtude da magnitude do evento. Como se pode perceber, apesar de se comumente salientar as nascentes dos rios Figueira e Pinherinho como pontos focais dos deslizamentos, a proporção dos movimentos de massa se estende por toda a escarpa da Serra Geral nas localidades. Até o sobrevoo feito pelos pesquisadores, o relato dos moradores sobre uma avalanche com onda de três a seis metros de altura que teria varrido o interior do município, parecia descabido, até mesmo nos jornais, fruto da imaginação dos flagelados que tomados pelo drama da enchente perdiam a noção da realidade.

Cada um dos desastres analisados neste trabalho teve informações propagadas pela imprensa de forma diferenciada. A conjuntura política é constantemente lembrada como preponderante para explicar os laços de lealdade ou deslealdade do periódico com os grupos detentores do poder político. Entretanto outro fator também marca a transformação na dinâmica da informação dos eventos adversos, a escalada tecnológica da comunicação.

O termo mídia ganha força no Brasil no começo da década de 1990 depois da popularização da televisão como meio de comunicação, garantindo seu lugar junto ao rádio e à imprensa (jornais, revistas e livros). Na presente conjuntura, cada meio de comunicação se especializou em uma forma de oferecer a notícia que melhor adequasse a “essência” dinâmica da informação aos mais diversos usos que a transmissão da informação poderia ter.³⁴¹ O telejornalismo, pela possibilidade de trabalhar com imagens dinâmicas, foi responsabilizado em linhas gerais em oferecer informações concisas e imagens impactantes. A radiodifusão, após a perda da hegemonia na comunicação no Brasil da década de 1980, concentrou-se em oferecer ao público informações mais completas com discussões mais elaboradas. À mídia impressa coube um papel intermediário no concernente à divulgação da informação, em um Brasil que trabalhava pela erradicação da alfabetização, a linguagem dos impressos de grande circulação também foi adaptada ao novo público.

Diferente das enchentes de 1974 e 1983, onde periódico, *Jornal do Brasil*, ofereceu um amplo espaço para tratar do tema, em 1995 surgiram apenas duas matérias tratando do sul do Estado, apesar de uma série de explicações sobre os deslizamentos nas principais estradas de Santa Catarina serem descritos na seção sobre turismo no feriado de ano novo no Estado. A primeira notícia vem da sucursal de Porto Alegre e destaca a região do Vale do Rio Araranguá como a mais atingida. A notícia, datada de 26 de dezembro, também não explica quando a enchente teria começado. Com relação aos deslizamentos produzidos pela enchente são referenciados apenas aos da capital catarinense.³⁴²

Na outra matéria, que data de 28 de dezembro, no espaço dividido com as enchentes de Minas Gerais, aparecem novas informações, desta vez vinda das sucursais de Porto Alegre e Florianópolis. O número de mortos novamente dá a tônica do título da reportagem, seguido no subtítulo pela destruição causada e os desabrigados. Sobre as informações relacionadas na matéria, a falta de explicações climatológicas poderia saltar aos olhos se outros dados “mais” importantes não se avolumassem ao longo da

³⁴¹ BURKETT, W. **Jornalismo científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

³⁴² Temporal no Sul mata 6 pessoas. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 dez. 1984, ano 105, n. 262, p.4.

narrativa. Número de mortos, desabrigados, infraestrutura destruída são seguidos pela ação do Governo Estadual de liberar R\$ 100 mil do orçamento de 1996. Deslizamentos interditaram diversas estradas e rodovias em Santa Catarina, o trecho da BR-101 interditado entre Maracajá e Araranguá, no extremo Sul fecha a parte catarinense que cabe à notícia. Desta vez, nenhuma alusão é feita aos deslizamentos que afetaram as residências, bem provável que o silêncio oferecido pelos correspondentes do Jornal do Brasil fosse responsável pela falta de interesse da pauta editorial do período com os desastres catarinenses.

Em nível estadual a dinâmica foi bem diferente. Foi analisado, na busca de uma compreensão mais apurada da dinâmica da informação sobre os acontecimentos de 1995, o periódico com maior circulação em Santa Catarina, o qual ofereceu um amplo espaço para o desastre, apresentando por seis edições um caderno especial sobre o ocorrido. Foi selecionado o impresso Diário Catarinense, que pertence ao grupo RBS (Rede Brasil Sul), afiliado da Rede Globo.

A entrada do grupo gaúcho na mídia impressa catarinense ocorreu depois que o grupo ligado a José Matusalém Comelli, genro do primeiro proprietário d'O Estado Aderbal Ramos Silva, recusou-se a vender o periódico para o grupo do empresário Maurício Sirotsky. Depois disso a RBS decide lançar o próprio jornal impresso. Leani Budde explica que O Estado começou a perder terreno em meio a novos acordos políticos firmados pelos grupos políticos e a RBS, contudo, enfatiza de forma saudosista que a partir da década de 1980 a cidade de Florianópolis passou a se transformar e o periódico não conseguiu acompanhar a nova lógica do mercado imposta pelo modelo monopolista de acumulação de capital.³⁴³

O Diário Catarinense foi fundado por Maurício Sirotsky Sobrinho, em maio de 1986; e, assim como a RBS, é dirigido pela família Sirotsky, tanto em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul. O jornal possui um alcance estadual, com uma tiragem atual de cerca de 60 mil exemplares ao

³⁴³ BUDDE, L. **Jornadas Impressas: O Estado e Florianópolis (1985-2009)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2013. 228p.

dia.³⁴⁴ Uma característica importante nas publicações e posicionamentos do grupo é a defesa de uma imparcialidade política que faz parte do discurso de atuação como meio de comunicação de massas, pois como destaca Rosso, o envolvimento da RBS com a política vai além do que o grupo admite.³⁴⁵

As análises sobre o conteúdo e diagramação do periódico incidiram sobre a temática da (re)construção do sujeito desabrigado/flagelado, a percepção da vulnerabilidade frente aos desastres, as noções de controle e entendimento do ambiente e as ações e/ou representações do Governo Estadual para tratar do desastre.

2.2.1 A (re)construção do desabrigado/flagelado

Da mesma maneira que em 1974, durante os desastres de 1995 – aqui o termo desastres no plural abrange tanto as diversas enchentes do sul catarinense, quanto os deslizamentos ou movimentos de massa, decorridos das chuvas do dia 24 de dezembro – novas concepções de desabrigados e flagelados emergiram na situação de caos. Refere-se a tais situações como novas com base na percepção materialista defendida anteriormente, que enquadra todo tipo de compreensões humanas como contingentes, ou seja, como resultado das relações sociais em um determinado contexto.

Em virtude de cada desastre estar inscrito em circunstâncias específicas e produzir, do mesmo modo, situações específicas, à medida que os desastres arquétipos³⁴⁶ vão ocorrendo os conjuntos de significados para lidar com as situações limites igualmente passam a representar um emaranhado mais diversificado. Os desastres de 1995 no sul catarinense

³⁴⁴ ROSSO, A. L. D. **A Influência da política na produção jornalística:** uma análise sobre a editoria de política do jornal Diário Catarinense. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2011. p. 59.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ Desastres que devido às suas proporções ou a características especiais solapam a memória de outros desastres. STEINBERG, op. cit., p. 25.

tiveram pouca vida útil nas páginas do periódico catarinense, depois de 7 de janeiro o caderno especial foi cancelado e após o dia 11 do mesmo mês as notícias foram tornadas cada vez mais rarefeitas. Na Grande Florianópolis a enchente e os deslizamentos reverberaram até o final de janeiro, em seguida foram consideradas “manchetes velhas”.

Parte considerável do argumento defendido para explicar a “ausência” do desastre na página dos periódicos ou a simples falta de importância conferida ao acontecimento passa pela definição do desabrigado/flagelado. Definição que, por sua vez, depende da situação de vulnerabilidade em que o atingido pelo desastre está inscrito.

Os municípios mais atingidos de Santa Catarina, com relação aos deslizamentos de terra, Jacinto Machado e Timbé do Sul são considerados áreas fundamentalmente agrícolas. Para fins práticos os municípios serão enquadrados na categoria rural em razão de no Censo de 1991 a maioria da população dos dois municípios residir na área rural (Tabela 4).

Tabela 4: População residente por situação do domicílio.

	População total	Rural	Percentual	Urbana	Percentual
Jacinto Machado	11.514	7.912	68,72	3.602	31,28
Timbé do Sul	5.705	4.385	76,86	1.320	23,14

Fonte: Censo Demográfico de 1991 – IBGE.

Ao analisar a vulnerabilidade e segurança alimentar em comunidades rurais da Etiópia durante a década de 1990, Linda Stephen

evidenciou que a segurança alimentar – condição de acesso, em qualidade e quantidade suficientes e de modo permanente – depende diretamente da possibilidade da diversidade de culturas produzidas. A autora explica, ao tratar dos programas de ajuda humanitária, que a relação entre disponibilidade e recebimento de ajuda alimentícia não está condicionada à necessidade local, por isso enfatiza que os programas devem inicialmente perceber as necessidades locais e igualmente fomentar políticas públicas que diminuam a vulnerabilidade alimentar. Na busca por tornar as comunidades rurais mais resilientes, a diversidade agrícola aparece como uma seminal ferramenta capaz de mitigar as situações de penúria produzidas por adversidades climáticas.³⁴⁷

A descrição sobre o caso da segurança alimentar no oeste africano serve para vislumbrar a mesma vulnerabilidade nas situações produzidas pelos desastres. Neste contexto, pequenas comunidades no meio rural se adaptam mais rápido aos efeitos da falta de alimento produzida por um evento extremo, pois em virtude das redes de apoio vicinal e da diversidade de estratégias para produção de alimento conhecidas, as pequenas comunidades tendem a restabelecer condições mínimas de sobrevivência de modo mais dinâmico. Neste contexto, as grandes cidades quando comparadas com pequenas localidades rurais são muito mais vulneráveis aos efeitos da repentina falta no abastecimento de alimentos. Guardadas as devidas proporções, na cidade de Tubarão em 1974, diversos caminhões com alimentos foram apreendidos pelo Exército nos primeiros momentos depois da enchente enquanto aguardavam a liberação da BR-101. No episódio de 1995, o drama dos motoristas era outro, parados com seus veículos na via federal passaram a enfrentar a falta de alimentos e o preço alto dos postos de combustíveis³⁴⁸, mas suas cargas permaneceram intactas.

O caráter inicialmente voltado à subsistência das pequenas propriedades rurais no sul catarinense³⁴⁹ poderia ser uma característica que

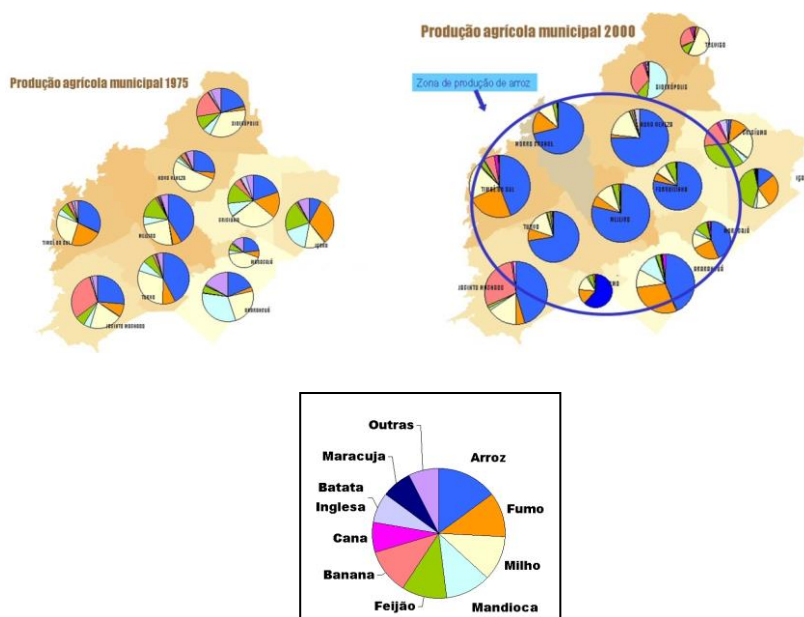
³⁴⁷ STEPHEN, L. Vulnerable regions versus vulnerable people: An Ethiopian study case. In.: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. **Mapping Vulnerability: disasters, development and people**. London: Earthscan, 2008. p. 99-114.

³⁴⁸ Caminhoneiros começam a perder cargas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 dez. 1995, ano 10, n. 3543, p. 8.

³⁴⁹ SILVA, C. A.; SCHEIBE, L. F. A dinâmica territorializadora da rizicultura na bacia do rio Araranguá. **Ágora** (UNISC), Santa Cruz do Sul, v. 12, p. 87-98, 2006.

certamente potencializaria a resiliência dos municípios no sul do estado. Entretanto, no final da década de 1980 com a implantação do projeto federal PROVÁRZEAS, que como o nome já elucida, buscava utilizar as várzeas irrigáveis para produção de arroz³⁵⁰, e a diversidade da produção agrícola caiu drasticamente.

Figura 14: Comparativo da Produção Agrícola Municipal nos anos de 1975 e 2000 nos municípios do Vale do Araranguá.



Fonte: IBGE. Análise de dados: Laboratório de Análise Ambiental - UFSC.

³⁵⁰ PRESA, op. cit.

Os presentes dados (Figura 14) atestam o caráter relacional da vulnerabilidade como ferramenta para compreensão dos diversos tipos de interação com o ambiente em consequência das características do espaço, pois mesmo o ambiente rural se mostrando menos vulnerável às implicações dos eventos adversos, as transformações da ruralidade no extremo sul de Santa Catarina diminuíram a resiliência dos grupos instalados na região.

Nas manchetes iniciais sobre o desastre, o número de mortos e desabrigados ganha o título ou as primeiras linhas da matéria.³⁵¹ Entretanto, à medida que se passavam os dias o foco dos títulos recaía sobre as ações governamentais, por dois motivos: inicialmente pelas ações individuais e dos órgãos gestores em nível municipal e estadual que buscavam mitigar a situação; segundo, pela função do órgão de imprensa de evidenciar a eficácia nas ações do governo estadual. Neste contexto, onde a construção histórica do sujeito desabrigado/flagelado depende das condições preexistentes de vulnerabilidade social e da magnitude do desastre, as comunidades rurais que sofreram com a força dos deslizamentos foram logo esquecidas pelo *Diário Catarinense*, que passou a direcionar suas tintas aos desabrigados de Araranguá, cidade que possuía o maior número de flagelados. As localidades de Barranca e Baixadinha passaram a ser o símbolo da enchente na cidade, na matéria é enfatizada a rotineira situação de cheia na localidade que margeia o rio Araranguá e o sofrimento das pessoas. A variação no número de desabrigados na cidade, de 1.500 flagelados para 2.500 famílias só no município evidencia a imprecisão dos dados levantados em nível municipal e repassados à Defesa Civil Estadual.

A linguagem do periódico e a estruturação gráfica trazem uma narrativa sobre o pós-desastre. Desde a edição de 27 de dezembro na parte inferior das páginas do Caderno Especial aparece uma caixa explicativa que contém a informação de todos os municípios atingidos, no espaço as informações básicas consistem no número de mortos e desabrigados, na infraestrutura municipal destruída e nas futuras ações na busca de

³⁵¹ Chuvas deixam 2 mil desabrigados no estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 dez. 1995, ano 10, n. 3541, p. 1. Flagelados são 1500 em Araranguá. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27 dez. 1995, ano 10, n. 3542, p. 4. Sobre para 25 mil o número de desabrigados em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 dez. 1995, ano 10, n. 3543, p. 1.

restabelecer a ordem. O caráter conciso das informações contrasta com o texto repleto de adjetivos das décadas de 1970 e 80, em que o jornalista buscava mostrar sua ilustração. Nesta caixa de texto, a cidade que normalmente ocupava mais espaço era Araranguá e na seção a falta de alimentos, os locais para onde os desabrigados deveriam ir, o trabalho dos clubes de serviço, da Defesa Civil Municipal e da Cruz Vermelha ganharam destaque.³⁵²

Figura 15: Vista aérea do município de Araranguá [s/d].



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Araranguá. Foto: Enio Frasseto.

³⁵² Araranguá. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 dez 1995, ano 10, n. 3543, p. 8.

Figura 16: Fotografia na capa do Caderno Especial. Legenda: Rio Araranguá ainda está acima do nível normal, dificultando a volta das 2.500 famílias desabrigadas no município.



Fonte: Diário Catarinense, 28 dez. 1995.

A localidade de Barranca está situada em costas mais baixas que a aglomeração urbana no outro lado do Rio Araranguá, por isso as áreas laterais, como demonstra a Figura 15, foram desmatadas e preparadas para o plantio do arroz irrigado após a implantação do PROVÁRZEAS, o mesmo foi feito à jusante e à montante do rio. Com isso, nas situações de cheia o volume de sedimentos e a vazão hídrica que passam pela localidade aumentaram, entretanto as inundações ainda não deixaram de ser em escala gradual.

Nenhuma informação sobre desordem, crime ou desvio de gêneros foi veiculada no periódico, raros casos de testemunhos de desabrigados ganharam espaço, apenas situações de heroísmo ou de extrema tristeza proporcionavam a chance de aparecer nas páginas do *Diário Catarinense*. Como foi o caso de uma mulher em Timbé do Sul que foi carregada junto com a filha pela maré de sedimentos que desceu dos morros e carregou 30 casas na localidade de Figueira. Na narrativa a mulher explica que tentava salvar-se com a filha quando um tronco de árvore bateu nas duas, ainda quando eram carregadas percebeu que a filha estava sem vida, beijou sua testa, soltou-a e passou a tentar se agarrar nas árvores que ainda estavam fixadas no chão.³⁵³

Outro momento “típico”, o relato de heroísmo, descreve uma situação dos barqueiros que retiram as pessoas das áreas afetadas pelos desastres ou levam alimentos até esses locais. Na matéria os barqueiros explicam que o único empecilho para o seu trabalho são as pessoas que se recusam a sair de suas casas, relatando que as pessoas são muito teimosas.³⁵⁴ Contudo, os condutores dos barcos não explicam o que faz as pessoas escolherem permanecer na casa, nem enfatiza alguma estranheza na opção dos atingidos, o que possibilita a suposição de que em alguns lugares o caos trazido pela força das águas poderia ser motivo para o roubo nas residências.

A definição desabrigado/flagelado nas páginas do periódico pela simples utilização do termo já evidenciava uma noção ambígua sobre o termo, pois a palavra “desabrigado”, diferente de 1974 se mostrou mais constante nos títulos das notícias que a palavra “flagelado”. Tal diminuição não pode ser entendida como uma laicização coletiva na percepção do sofrimento dos afetados, mas, sim, como resultado de uma nova forma de atuação da Defesa Civil, pois a instituição passou a ser difusora para os meios de comunicação das informações enviadas pelas prefeituras.

Outra maneira de compreender as formas de caracterização do afetado por desastres e os usos conscientes da definição pode ser encontrada na

³⁵³ O drama dos moradores do Costão da Serra. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 02 jan. 1996, ano 11, n. 3545, p. 17.

³⁵⁴ Barqueiros salvam vidas no sul. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 29 dez. 1995, ano 10, n. 3544, p. 13.

gravação/vídeo-documentário realizada pelo pastor Valdir Paulino iniciada na tarde de 25 de dezembro de 1995. A filmagem recebe aqui o título de gravação/vídeo-documentário pelas múltiplas intencionalidades presentes no documento.

Na primeira cena da filmagem a hora e a data se fazem presentes na parte inferior direita da tela, do outro lado o nome “KR Produções” deixa claro a que empresa pertence a câmera. As primeiras imagens não possuem narrador, o baixo som ambiente é quase inaudível e no foco da câmera moradores de Jacinto Machado, que estão à beira do rio da Pedra atônitos olhando as águas da inundação. Diversas tomadas mostram os vários pontos do município alagado, até que o cinegrafista foca uma casa e oferece alguns segundos ao morador que vagorosamente e com passos firmes passa pela correnteza em frente à sua casa para chegar à estrada.

Figura 17: Primeiros minutos da gravação da filmagem



Fonte: PAULINO, Valdir. [Filme-vídeo]. Jacinto Machado, KR Produções, 1995. Gravação em fita K7, convertida para DVD, 1:59'17".

Depois, sem data, hora ou nome da produtora, é filmada a chegada dos alimentos na prefeitura da cidade. A tomada é rápida e em poucos segundos surge a primeira imagem com a data do dia 26/12/1995, mas a partir de agora o nome da produtora não aparece mais na gravação. Nessa imagem o cinegrafista está dentro de um caminhão se dirigindo ao interior do município, até chegar às partes onde a destruição havia sido severa o som foi retirado da gravação. Ao chegar à primeira comunidade o então vereador José Mota Alexandre, conhecido por Motinha, surge como narrador do vídeo que toma forma de um conjunto de reportagens para registrar, através de depoimentos dos moradores, a destruição causada pelo desastre.

Figura 18: O então vereador José Mota Alexandre entrevistando um produtor de fumo às margens do rio da Pedra.



Fonte: PAULINO, Valdir. [Filme-vídeo]. Jacinto Machado, KR Produções, 1995. Gravação em fita K7, convertida para DVD, 1:59'17".

Seguindo a trilha das considerações de Nichols para analisar as intencionalidades presentes nos documentários³⁵⁵, pode-se constatar que a preocupação dos envolvidos na produção do material era retratar uma região totalmente destruída onde pessoas chocadas davam seus relatos, tentando explicar o inexplicável. A pergunta mais comum feita pelo entrevistador foi “se teve enchente?”, pois, segundo ele, muitos na cidade de Jacinto Machado não acreditavam que pela falta de uma chuva forte na cidade, a enchente e os deslizamentos haviam sido realmente severos.

A transformação na linguagem interna da filmagem³⁵⁶ que acontece aos 10’10” pôde ser usada de inúmeras maneiras, desde a conscientização das pessoas até utilização do material para futuras propagandas políticas. Entretanto o que emerge das entrevistas é a necessidade de uma prova cabal para ser enviada às autoridades federais e estaduais capaz de demonstrar o real estado de excepcionalidade e destruição. Nesse sentido, a fragilidade e ignorância das pessoas foram um elemento comum nas entrevistas que invariavelmente relatavam o poder divino como responsável pela sobrevivência.

Teoricamente o flagelado, aquele que sofre uma determinada aflição, poderia ser qualquer indivíduo afetado direta ou indiretamente pelos desastres. À medida que os gêneros alimentares iriam escasseando, os grupos sociais que não estavam inicialmente no raio de ação dos desastres passavam a ser incluídos no número de afetados. Por isso, o termo *desabrigados* passou a explicar o trabalho da Defesa Civil, que em meados de 1990 passava a ser reestruturada do nível Federal ao Municipal.³⁵⁷

Nesta conjuntura de estruturação da Defesa Civil, a socióloga Norma Valêncio destaca o posicionamento da instituição no que se refere à eclosão dos desastres e o papel das populações afetadas. Assim, explica que uma das diretrizes para enfrentar os desastres era

³⁵⁵ NICHOLS, op. cit.

³⁵⁶ NAPOLITANO, op. cit., p. 236.

³⁵⁷ SANTA CATARINA. **A Evolução Histórica da Defesa Civil no Mundo e no Brasil**. Florianópolis: CEPED, s.d.

[...] a abordagem “iluminista” dos agentes de defesa civil para conduzir recomendações de prevenção. Sendo o desastre visto correntemente como obra da ignorância dos afetados na forma de interação com o meio, segue o discurso ancorado em uma matriz cognitivista, na qual é preciso dotar a população de uma “percepção de risco”, isto é, ilustrá-la sobre a dinâmica das ameaças para que, sendo “esclarecida”, reduza sua vulnerabilidade. O caráter deliberadamente a-histórico dessa abordagem – que a mantém longe da compreensão estrutural das desigualdades sociais no país – tem sido base das interações sociotécnicas junto aos afetados que descartam recorrentemente os direitos de cidadania e que têm, como complementação, a assistência humanitária como atualização discursiva das medidas de resposta de outrora.³⁵⁸

Cabe ainda destacar que o caráter a-histórico da abordagem pode ser estendido para as percepções de risco e vulnerabilidade propagadas pela Defesa Civil nesse momento, como se as características ambientais não se transformassem com o tempo, seja pela própria dinâmica, seja pela interação com os seres humanos.

2.2.2 Ações Governamentais

A ausência de ações individuais nas páginas do periódico é inversamente proporcional à presença das ações governamentais nas páginas do Diário Catarinense, isto sem considerar as vezes que a Defesa Civil é chamada para prestar esclarecimentos. A quantidade de informação em cada edição do periódico em comparação com 1983, por exemplo, é bem maior, o que se deve em primeiro lugar à ação centralizadora e

³⁵⁸ VALENCIO, op. cit.

dispersora da Defesa Civil em nível estadual e à popularização da tecnologia na informação.

Inúmeros eventos servem de evidência da articulação entre o poder político da situação e o periódico *Diário Catarinense*. Nas caixas de texto, anteriormente analisadas, os nomes trazidos para legitimar as informações veiculadas eram dos prefeitos municipais. Apenas em um caso, para tratar do município de Praia Grande na divisa com o Rio Grande do Sul, a primeira dama tomou o lugar do marido por algum motivo não explicado. Cabe salientar, ainda, que as informações em nível municipal sempre eram seguidas da afirmação de que o prefeito percorreu todos os cantos do município. O que não é algo impossível de se acontecer, mas esse tipo de afirmação desconsidera que a informação sobre os acontecimentos tenha chegado às autoridades por obra da população que esperava por atitudes da municipalidade.

Dinamismo e eficiência são marcas da atuação do Governo Estadual, pelo menos segundo a representação que o *Diário Catarinense* faz da instituição. Apesar da falta de recursos – o governador Paulo Afonso tentou bloquear o pagamento dos servidores estaduais no início de dezembro de 1995 por falta de dinheiro em caixa, os servidores obtiveram na justiça o direito de receber seus salários – o Governo Estadual alardeou que rapidamente cada município afetado receberia R\$ 100 mil. Depois, informou que esse valor seria apenas para os municípios da Grande Florianópolis, pois o Vale do Araranguá só receberia algum recurso após uma análise detalhada dos prejuízos.³⁵⁹

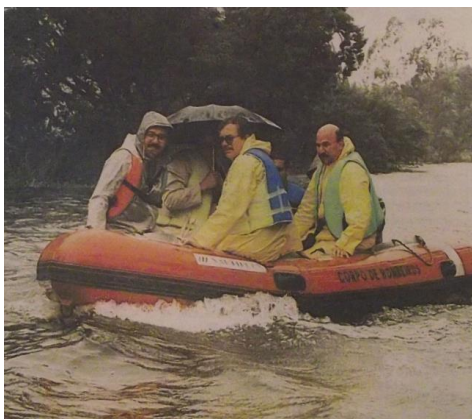
A estratégia de ganhar tempo para o envio de recursos também se valeu de outras façanhas. O então governador, da mesma forma que Espiridião Amin em 1983, fez questão de visitar toda a área atingida, e uma série de reportagens foi produzida sobre o feito com o intuito de valorizar a pessoa do governador atuante. Antes de sair de Florianópolis:

³⁵⁹ Sul pede socorro. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 27 dez. 1995, ano 10, n. 3542, p. 1.

O governador segue hoje para o vale do Araranguá com equipe da defesa civil “O governo está todo voltado para o atendimento das vítimas da enchente. Equipes estão espalhadas pelos órgãos públicos buscando dados que facilitem um relatório detalhado dos prejuízos causados pelas chuvas. Nunca houve uma ação tão articulada como esta”, comentou Paulo Afonso.³⁶⁰

No próximo dia a imagem do governador no bote do Corpo de Bombeiros já estampava a capa do periódico (Figura 19), onde acompanhado pelas autoridades municipais realizava sua missão de solidariedade.

Figura 19: Autoridades percorrendo o Rio Araranguá.



Fonte: Diário Catarinense, 29 dez. 1995.

³⁶⁰ Paulo Afonso visita municípios atingidos na região sul. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 dez. 1995, ano 10, n.3543, p. 7.

No transcorrer da reportagem novamente a falta de ações práticas é suplantada pela representação de um governador atuante e comovido pelas tragédias das pessoas simples. Paulo Afonso, “trocou o automóvel pelo bote, andou 40 minutos pela área inundada”. Também explicou que a visita tinha dois motivos básicos, “observar de perto os problemas da região, e levar às pessoas atingidas uma demonstração pessoal de solidariedade”.³⁶¹ Duvidar da qualidade dos sentimentos do governador é algo infrutífero, contudo pode-se perceber que nenhuma medida ou decisão foi tomada ou até mesmo surgiu como fruto da incursão ao sul do Estado, pois a primeira atitude de Paulo Afonso ao chegar a Florianópolis foi esperar pelas verbas federais.

A atuação de instituições em nível nacional em 1995 foi muito diferente dos desastres anteriores de 1974 e 1983. Nesta ocasião o volume de donativos, em virtude das matérias sobre o tema nos jornais, foi muito menor. Redes de apoio que mobilizariam vários estados da federação não foram efetivadas como nos outros desastres. A primeira notícia a fazer alusão a donativos vindos de outras partes do país destacava que a Empresa de Correios e Telégrafos seria responsável pela arrecadação em todo território nacional, entretanto os pacotes não poderiam ultrapassar o peso de 30 kg e o doador deveria endereçar a encomenda ao estado afetado.³⁶² A estratégia de colocar o título da matéria no tempo verbal do presente, sugere que o envio já está sendo realizado, quando na realidade a medida havia sido implementada no mesmo dia da matéria.

Na mesma edição aparece a notícia intitulada “Governo libera R\$10 milhões para SC”, a ação rápida do Governo Federal é ressaltada como fruto da preocupação do governo de Fernando Henrique Cardoso às vítimas da enchente no sul, o presidente também aciona diversos Ministérios para, em caráter de urgência, desenvolver programas para a região atingida. No decorrer da notícia, bem perto de seu fim, surge a especificação sobre a natureza da verba, “dos recursos, R\$ 5 milhões serão repassados pela defesa civil e o restante pelo Ministério da Saúde para

³⁶¹ Governador visita áreas atingidos no Sul. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 dez 1995, ano 10, n. 3544, p. 5.

³⁶² Correio envia donativos para desabrigados. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 dez 1995, ano 10, n. 3544, p. 3.

ampliação de hemocentros e compra de medicamentos”.³⁶³ A artimanha de dar mais volume às verbas repassadas pelo Governo Federal evidencia a precária situação vivida pelo poder estadual.

Quanto ao direcionamento dos outros R\$ 5 milhões, o periódico traz o posicionamento do deputado do PMDB, mesmo partido de Paulo Afonso, Edison Andrino que explica sobre a necessidade de recuperar o turismo na parte sul de Santa Catarina. Para voltar a alavancar a economia regional era imperativo o investimento para recuperar estradas e pontes.

Na saga pela liberação dos recursos estaduais, Paulo Afonso promete ajudar os municípios que não haviam recebido as verbas federais. O periódico esclarece que diversos municípios decretaram apenas estado de emergência, o que não garante a vinda de recursos de outras esferas, já que apenas a situação de calamidade pública aciona as ferramentas legais para o envio de verbas emergenciais.³⁶⁴ Acaso ou não, aparece na página ao lado o Prefeito de Florianópolis, Sérgio Grando, decretando estado de calamidade pública em seu município e enviando o documento para o Governo do Estado.³⁶⁵

Enquanto os gargalos burocráticos eram apertados, a Defesa Civil era chamada para pronunciar-se sobre a situação das encostas em todo o Estado. A conclusão da instituição era que “todos os morros são perigosos” e “até a chuva do Natal, 11 pontos estavam mapeados como de alto risco de deslizamentos, nos morros da capital, agora é impossível quantificar todos os pontos”.³⁶⁶ A nova percepção do risco, que antes era definido pelo acontecimento de deslizamentos, é agora resultado da compreensão da onipresença do risco. Segundo o sociólogo Ulrich Bech, o risco deixa de ser visto como resultado da interação com o meio, a incerteza passa a ser

³⁶³ Governo libera R\$10 milhões para SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 dez. 1995, ano 10, n. 3544, p. 15.

³⁶⁴ Governador promete ajudar municípios. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30 dez. 1995, ano 10, n. 3545, p. 2.

³⁶⁵ Grando decreta calamidade pública. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 30 de. 1995, ano 10, n. 3545, p. 3.

³⁶⁶ Defesa Civil alerta. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 2 jan. 1996, ano 10, n. 3549, p. 4.

aceita como condição básica na ocupação dos morros.³⁶⁷ O conceito “sociedade de risco” defendido pelo sociólogo, será melhor explorado no próximo sub-capítulo que tratará do Furacão Catarina.

No começo de janeiro o envio de recursos para a zona atingida pelos desastres havia encontrado outro obstáculo burocrático, a aprovação do orçamento do ano que começava. O presidente Fernando Henrique Cardoso, sensibilizado e mesmo autorizando o crédito aos estados afetados pelas chuvas – Santa Catarina, Rio Grande do Sul e, agora, Minas Gerais – estava impossibilitado de remeter os recursos. A alternativa seria a aprovação de uma medida provisória, capaz de burlar a dependência pela aprovação do orçamento. Depois dessa informação o *Diário Catarinense* deixa claro que se dependesse do senador Espiridião Amin os recursos seriam liberados imediatamente.³⁶⁸ O flerte com o opositor do Governador Paulo Afonso se mostrava como uma excelente estratégia para manter aproximações com as forças que tinham reais chances de governar Santa Catarina nas próximas eleições.

Por fim, antes das notícias sobre os desastres se tornarem rarefeitas nas páginas do *Diário Catarinense*, aparece mais uma estratégia do Governo Estadual que explica os posicionamentos referentes ao estreitamento dos gargalos burocráticos para o envio de recursos. O subtítulo, que serve para conquistar os leitores apressados, explica: “sem dinheiro em caixa para auxiliar os 47 municípios atingidos pelas cheias, o governo estadual não deverá repassar os R\$ 100 mil já prometidos”.³⁶⁹

O Secretário Estadual da Casa Civil explica que a verba emergência estava assegurada para os sete municípios que haviam decretado o estado de calamidade pública, pois os cofres estaduais possuíam o caixa de R\$ 1,3 milhões. Todavia, depois que os municípios desavisados trocaram seus decretos de emergência para calamidade pública o governo estadual deixou de ter capacidade de arcar com o envio de

³⁶⁷ BECK, U. **Sociedade de Risco – rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

³⁶⁸ FHC garante verbas para o Estado. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 4 jan. 1996, ano 10, n. 3551, p. 26.

³⁶⁹ Governo recua e não libera verbas. *Diário Catarinense*, Florianópolis, 5 jan. 1996, ano 10, n. 3552, p. 23.

recursos. A alternativa do governador foi de estipular até o dia 10/01/1996 para que os municípios elaborassem relatórios detalhados dos prejuízos para que o governador encaminhasse ao presidente, que até o momento também não havia enviado os R\$ 5 milhões prometidos anteriormente. A recuperação das localidades atingidas caminhará a passos curtos, dependentes dos recursos das municipalidades.

2.2.3 O legado das incertezas

Em 1983 o Fenômeno El Niño produziu uma situação diferenciada e surpreendeu os estados do sul do Brasil com enchentes no inverno. Naquele momento o fenômeno pouco conhecido ou até então sem relevância para Santa Catarina ditou o ritmo das chuvas. No verão de 1995 outro fenômeno provocava os desastres, La Niña despontou em um momento de pouco conhecimento no Brasil sobre o El Niño, a necessidade de compreender os motivos dos deslizamentos e das chuvas pairava sobre um mar de incertezas. Nesse contexto a ciência é utilizada pelo jornal para explicar e tranquilizar os leitores sobre a excepcionalidade daqueles eventos.

Em 21 de dezembro, três dias antes das chuvas de Natal, o boletim meteorológico do Diário Catarinense já avistava a chegada de uma frente fria capaz de oferecer certa instabilidade ao Estado. O meteorologista já explicava o fenômeno La Niña, o contrário do El Niño, que provocava o esfriamento das águas do pacífico e que em SC provocaria chuvas com trovoadas e até granizos.³⁷⁰ A matéria recebe destaque na edição do jornal, não se pode esquecer que uma estiagem já comprometia o abastecimento de água no oeste e na Capital.

A primeira notícia que trata dos deslizamentos no sul catarinense é datada do primeiro dia de publicações sobre os desastres (26/12/1995). O redator mostra pouca familiaridade com os termos utilizados para designar os desastres ao se valer do termo avalanche³⁷¹ para explicar as mortes

³⁷⁰ Previsão é de frente fria no Estado hoje. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21 dez. 1995, ano 10, n. 3536, p. 19.

³⁷¹ Termo usado para movimentação de massa de neve.

confirmadas em Timbé do Sul. A localidade que fora “varrida do mapa” estava isolada e passava por problemas para encontrar os 15 desaparecidos, três corpos já haviam sido encontrados. Na matéria, o volume de chuva é descrito como causador da avalanche que atingiu em cheio dez casas e trouxe destruição por 17 quilômetros.³⁷²

A pauta editorial do dia seguinte traz a previsão do tempo, mas antes trata de afirmar que segundo o meteorologista Ronaldo Coltinho Prado, aquela “[...] foi a maior chuva dos últimos 80 anos no mês de dezembro para um período contíguo de 48 horas” e “nada indicava que as chuvas seriam tão intensas” explicou Nadja Lucia”.³⁷³ Ainda na mesma página do Diário Catarinense, contudo em outra matéria as explicações sobre a falta de previsão do evento contrastam com a noção de domínio do clima trazida nas primeiras linhas. Uma grande rede mundial de meteorologistas que trabalham em supercomputadores monitoram 1,59 bilhão de quilômetros quadrados no planeta, entretanto,

Na natureza nem sempre 2 e 2 são 4, para o engenheiro agrônomo Ronaldo Prado, ao justificar as dificuldades de prever o clima, ‘há ainda o agravante de poucas estações meteorológicas, nem sempre equipadas e com pessoal treinado para operá-las’ completa Nadja Núcia, do Inpe/SP.³⁷⁴

A fala de Ronaldo, referenciada pelo periódico, não alude às incompletudes ou fronteiras da pesquisa meteorológica, mas, sim a uma ideia de natureza onde o caos que impera nem sempre é domado pelo engenho humano. Já a segunda pesquisadora explica que o problema estaria na outra ponta do processo de previsão, na falta de tecnologia e recursos humanos, não na análise de dados.

³⁷² Três mortos em Timbé do Sul. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 dez.1995, ano 10, n. 3541, p. 7.

³⁷³ Previsão é de chuva para o final de semana. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27 dez. 1995, ano 10, n. 3542, p. 8.

³⁷⁴ Terra, ar e mar tem monitoramento constante. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27 dez. 1995, ano 10, n. 3542, p. 8.

Na edição de 29 de dezembro de 1995, as informações sobre os deslizamentos voltam a aparecer. Com o título “Enxurrada é a pior em 50 anos”, o redator para valorar o acontecimento, propositadamente omite as enchentes de 1974 e 1983-4. A foto da BR-101 em Araranguá sendo atravessada de canoa representa a busca por mobilidade em uma situação onde os limites da natureza tentam cercar a liberdade humana.³⁷⁵ Pela primeira vez os deslizamentos são descritos e com eles a busca pela narração da magnitude do evento.

Um dos principais fatores que contribuem para destruição das plantações e comunidades foi que a forte água da chuva desbarrancou alguns morros existentes no Costão da Serra. Estes por sua vez formam lagoas, como a pressão da água foi aumentando dentro dessas lagoas, elas não agüentaram causando uma avalanche, com isso uma onda de seis metros de altura desceu devastando tudo num raio de 17 km, com uma largura de 700 m, no interior de Timbé do Sul. Já em Jacinto Machado, suas dimensões foram um pouco menores, mas com igual poder de destruição, alterando inclusive o curso do Rio Pinheirinho, cujo canal original ficou fechado pelas pedras, indo passar a cerca de 30 metros distante do seu leito. Nesta Mudança o rio que tinha cinco metros de largura, está hoje com 20 metros.³⁷⁶

A ideia de lagoas formadas antes da “avalanche” foi gestada em função da grande vazão produzida pelos deslizamentos, o equívoco foi cometido pela falta de noção sobre a proporção dos deslizamentos de massa no “Costão da Serra”. A sobreposição das imagens a seguir (Figura 19) oferece uma noção aproximada do volume de sedimentos que carregado pelo deslocamento de massa, parece ter “escovado” as escarpas da Serra Geral.

³⁷⁵ Capa. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 dez. 1995, ano 10, n. 3544, p. 1.

³⁷⁶ Enxurrada é a pior em 50 anos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 dez. 1995, ano 10, n. 3544, p. 13.

Figura 20 A, B e C: Encostas da Serra Geral antes e depois dos deslizamentos.



Fonte: Fotos Katia Monteiro (sem data) e Laboratório de Análise Ambiental da UFSC jan. 1996.

No Caderno Especial de 31 de dezembro o geólogo e, pelo jornal agora identificado como ecologista Paulo Fernando Lago é trazido para

explicar que aos leitores do jornal que “o mesmo relevo que garante sucesso econômico à SC lhe confere o destino de catástrofes”.³⁷⁷ As informações definidas como pessimistas pelo periódico são frutos dos estudos de Lago, de onde o geólogo afirma que as enchentes de 1911 e 1983 foram bem semelhantes a esta de 1995. A grande quantidade de bacias hidrográficas, segundo Lago, que conferem sucesso econômico ao Estado, também são responsáveis pela eclosão de constantes enchentes. “As pequenas bacias dos rios, servem de recipiente para a grande quantidade de água, que desce, com velocidade, das encostas da Serra Geral. Elevando a vazão dos rios, as inundações ocorrem nas áreas de várzea, que foram ocupadas pela atividade humana”³⁷⁸, o geólogo termina afirmando a necessidade de obras para retenção da água a fim de evitar as enchentes calamitosas.

Lago, que com a percepção de geólogo, observa as ocorrências a partir de uma escala temporal mais ampla, o que na história é chamada de Longa Duração³⁷⁹, é perspicaz em relacionar o acontecimento dos desastres à ocupação humana. À medida que a ocupação aumenta, os desastres teoricamente se tornam mais frequentes e mais impactantes na vida social.

Na página ao lado novamente em que o posicionamento Paulo Fernando Lago dá respaldo à notícia, surge a comparação com 1991 quando uma série de pequenos alagamentos em Florianópolis foram vistos como atípicos.³⁸⁰ Ao lado da matéria, uma caixa de texto escurecida, sem crédito de autoria e certamente tributária da entrevista com Lago, destaca uma série de enchentes que ocorreram em Santa Catarina. A primeira é 1911, que atingiu praticamente todas as bacias hidrográficas do Estado, contudo do baixo nível de povoamento decorre a ausência de registros. Em 1974 ocorreu a Grande Enchente de Tubarão, é desconhecido o número de vítimas fatais. A “Lestada”, as curvas e o assoreamento do rio e a forte chuva na Serra do Rio do Rastro são descritas como a razão do desastre.

³⁷⁷ Enchentes piores atingirão o Estado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31 dez. 1995, ano 10, n. 3546, p. 11.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ Termo cunhado pelo Historiador Fernand Braudel para analisar longos recortes cronológicos.

³⁸⁰ Em 1991, o primeiro susto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31 dez. 1995, ano 10, n. 3546, p. 12.

Em 1983 surge a maior enchente que atingiu o Estado, com 162 municípios atingidos. As Bacias do Itajaí e Iguaçu ficaram inundadas até 34 dias e Blumenau foi escolhida como a cidade mais afetada. Já em 1984, 82 municípios são afetados, são contabilizados 255 mil desabrigados e 19 mortes, novamente o epicentro do desastre é Blumenau. Em 1990, uma tempestade de verão causou desmoronamentos em Blumenau, Joinville e Florianópolis. No inverno chuvas no planalto causaram transbordamento no Uruguai. No ano seguinte a enchente na Grande Florianópolis produz 31 mil desabrigados e 11 mortes. Já em 1992 o El Niño voltou a atuar no inverno, mas com menor intensidade que 1983; 190 mil pessoas foram atingidas em 79 municípios de SC. Finalmente em 1995 duas enchentes foram registradas, sendo a maior enchente já registrada na região norte de SC em janeiro e fevereiro deixando 15 mil desabrigados e prejuízos estimados em R\$ 40 milhões.³⁸¹

A participação de Lago foi a primeira intervenção no periódico que fez referência a outras ocorrências de desastres e que relacionou as características do ambiente à eclosão de calamidades, a análise serial que elencou características comuns das enchentes em Santa Catarina não apareceu em nenhum outro momento.

Com o recuo do Governo Estadual para enviar os recursos, a Prefeitura Municipal de Timbé do Sul decide contratar um pesquisador da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para analisar a tragédia. Na notícia nenhum nome é dado, mas sabe-se que pelos trabalhos produzidos no Laboratório de Análise Ambiental do departamento de Geografia que o mesmo foi acionado para que com o laudo o município pudesse pleitear recursos de nível federal. Um dos pontos destacados na matéria faz referência a outros barulhos semelhantes ao da “avalanche” que teriam assustado os moradores da região.

O barulho era semelhante ao que estilhaçou as vidraças da agência do BESC, no centro da cidade. Na época a população teceu diversas teses a respeito da explosão. Alguns acharam que um avião supersônico havia rompido a

³⁸¹ Gota a gota. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31 dez. 1995, ano 10, n. 3546, p. 12.

barreira do som, mas ninguém deu maior importância.³⁸²

Os estudos do grupo acima citado publicados ao longo de 1996 e 1997 em periódicos científicos abordaram das características geológicas regionais à subjetividade na percepção ambiental dos atingidos. O principal objetivo do projeto foi a mobilização e organização da comunidade na busca de soluções para os problemas coletivos. Nesse caminho a associação de moradores foi reorganizada, um grupo de jovens ficou dedicado à preservação ambiental, o posto de saúde foi aberto no interior e a Prefeitura Municipal se comprometeu a fazer a coleta semanal de lixo.³⁸³ Por fim, a percepção dos problemas como integrados e ambientais produziu uma mobilização diferenciada nas localidades atingidas na encosta da Serra Geral.

Na expectativa de compreender os significados do desastre, no início de 1996, o periódico convidou quatro representantes de “[...] igrejas para escreverem uma mensagem ou escolherem trechos bíblicos que pudessem traduzir toda a dimensão da tragédia que se abateu sobre dezenas de municípios e milhares de catarinenses”.³⁸⁴

“Quando as nuvens estavam carregadas, derramaram chuva sobre a terra” (Eclesiastes 11,3). [...] “E veio o dilúvio sobre a terra” (Gênesis 7,17). [...] “A cidade [...] está demolida” (Isaiás 14,10). [...] “Bem aventurados os que choram, por que serão consolados” (Mateus 4,5). “Não aparecendo durante muitos dias sol nem estrelas e, continuando a tempestade com violência, tínhamos já perdido toda a esperança de salvação” (Ato dos apóstolos 27,20).³⁸⁵

³⁸² Pesquisador da UFSC vai estudar causa da tragédia. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 4 jan. 1996, ano 10, n. 3551, p. 20.

³⁸³ BUSS; FURTADO; SCHEIBE; op. cit., p. 75.

³⁸⁴ Na Bíblia, o drama dos catarinenses. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31 dez. 1995, ano 10, n. 3546, p. 7.

³⁸⁵ Idem.

Na tentativa de aplacar o sofrimento dos atingidos, os textos bíblicos são oferecidos como bens simbólicos capazes de ligar o mundo terreno ao da transcendência. O sofrimento do passado aparece como guia para as mazelas do presente que serão recompensadas nos caminhos da fé com a consolação eterna prestada pelo poder divino. Apenas membros do corpo sacerdotal de congregações cristãs trazem mensagens para as vítimas das enchentes. Nas prédicas do Pastor da Igreja Evangélica Luterana, do Pastor da Igreja Metodista, do Arcebispo Metropolitano de Florianópolis e do Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana um passado de ódio e egoísmo é contrastado por um futuro de glória junto à divindade. No fim da página, uma pequena matéria emerge para ratificar a Bíblia como o livro mais vendido e o mais importante de todos os tempos.³⁸⁶

Os desastres de dezembro de 1995 evidenciaram uma nova conjuntura no que tange as práticas institucionais para lidar com as intempéries climáticas. A Defesa Civil, estruturada a partir da esfera federal, centralizou ações e o direcionamento de informações, entretanto com base na situação econômica de Santa Catarina e na estrutura burocrática – em função da troca orçamentária dos exercícios 1995-6 – foi produzida uma maré de ociosidade. Só vencida pelas atitudes individuais, tanto dos gestores municipais e funcionários públicos engajados nas lentas táticas de reconstrução, quanto das pessoas que em nível local empreenderam estratégias de solidariedade para superar a calamidade.

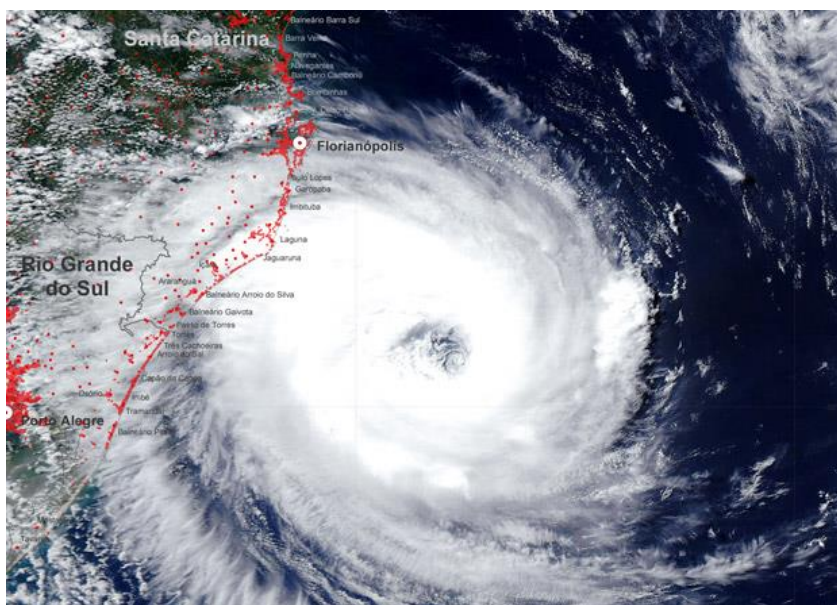
2.3 O FURACÃO CATARINA

Na madrugada de 28 de março de 2004 o primeiro furacão do Atlântico Sul chegou à costa brasileira. A força dos ventos foi sentida por todo o litoral sul catarinense e norte gaúcho, produzindo um desastre de proporções nunca antes registradas. As definições sobre a natureza do fenômeno inicialmente foram controversas, até que depois de vários estudos o fenômeno de características múltiplas foi “batizado” de furacão.

³⁸⁶ O maior de todos os Best-seller. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 31 dez. 1995, ano 10, n. 3546, p. 7.

Os municípios mais atingidos foram Passo de Torres, Balneário Gaivota e Balneário Arroio do Silva, sendo que nestes locais diversos relatos sobre a passagem do “olho” do furacão (Figura 21) atestaram o potencial destrutivo do fenômeno. Pela primeira vez os trabalhos científicos passaram evidenciar não só os prejuízos econômicos, mas o impacto do evento na fauna e flora despontou nas análises científicas, fruto de um alargamento na percepção do conceito de desastres, que caminhou para longe do antropocentrismo.

Figura 21: Furacão Catarina chegando a costa brasileira, no detalhe em vermelho aglomerações urbanas e em cinza divisas políticas estaduais.



Fonte: Imagem: IBGE, 2004.

Na presente seção, as discussões sobre as características do ambiente emergem como preponderantes no cenário de incerteza produzido

pelo acontecimento. A análise também recairá novamente sobre as questões de classe, avaliando os grupos sociais mais afetados pela passagem do Furacão Catarina. Por fim, destacam-se as ações e posicionamentos das instituições governamentais, incumbidas de socorrer os atingidos.

2.3.1 Ciclone Extratropical ou Furacão?

O Catarina nem sempre foi considerado um furacão. Esse fenômeno foi influenciado por características diversas e apesar de se chegar a um consenso sobre a tipologia da intempérie, a catalogação das características que teriam influenciado o ocorrido parece estar longe de ser finalizada. Inicialmente deve se destacar que segundo as bibliografias levantadas a intempérie só ocorreu devido ao aumento na Temperatura da Superfície do Mar (TSM) no Atlântico Sul aproximadamente na latitude 27°S. A elevação da temperatura é um componente que se encontra em todos os trabalhos, pois é a condição básica para a ocorrência de furacões, como destaca o grupo de meteorologistas que publicou na revista da American Meteorological Society. Essa elevação poderá favorecer a ocorrência de fenômenos semelhantes ao Catarina, para evitar excepcionalismos exacerbados destacam que a costa sul brasileira, o leste da Argentina e o sudoeste do Cabo da Boa Esperança localizam-se em latitudes onde rotineiramente são formados ciclones³⁸⁷.

O *Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina* trata do fenômeno em um capítulo inteiro. Na publicação o fenômeno é definido como furacão mesmo apresentando características típicas em seu processo de formação.³⁸⁸ O fenômeno comportou-se como um típico ciclone extratropical, um sistema de baixa pressão atmosférica e constitui uma parte importante da circulação atmosférica ao contribuir para o equilíbrio térmico das regiões equatoriais e das regiões polares. Em determinado momento o ciclone assumiu uma forma circular, com “olho” (parte central)

³⁸⁷ MCTAGGART-COWAN, Ron et al. Analysis of Hurricane Catarina (2004). *Monthly Weather Review*, v. 134, nov. 2006, p. 3032.

³⁸⁸ MARCELINO, E. V. et al. Furacão Catarina. HERRMANN, op. cit., p.121.

bem definido e começou a deslocar-se para a costa brasileira, assumindo assim as características de um furacão.³⁸⁹ A transição extratropical normalmente ocorre entre as latitudes 30° e 40° sob a influência de áreas alongadas de baixa pressão.³⁹⁰ Na noite de 27 de março e madrugada do dia seguinte, o Catarina atingiu a costa brasileira causando danos intensos, típicos de furacões, pois a força dos ventos nesses sistemas é superior a força produzida pelos ciclones de velocidade média de 50 km/h.³⁹¹

A classificação dos furacões ocorre com base nos danos e intensidade dos ventos. A Classe 1 vai de 119 a 153 km/h, a intensidade do vento medida na estação meteorológica de Siderópolis foi de 146,7 km/h. Contudo, devido à proporção dos danos no litoral ser muito maior que a área próxima aos paredões da Serra Geral, onde está Siderópolis, estima-se que os ventos tenham chegado a aproximadamente 180 km/h. Esta velocidade classifica o evento na Classe 2, dos ventos entre 154 a 187 km/h, caracterizado por grandes árvores tombadas, danos estruturais em telhados, casas de madeira destruídas e presença de muitos projéteis.³⁹²

O estudo de McTaggart-Cowan *et al.* aponta que um bloqueio atmosférico trabalhou para conferir ao fenômeno suas proporções finais. O bloqueio atmosférico do tipo dipolo também foi analisado pelo Departamento de Meteorologia da Universidade Federal de Pelotas. Segundo os pesquisadores, a estrutura do bloqueio do tipo dipolo proporciona um ambiente ideal para a transição tropical, que transforma os ciclones em furacões.³⁹³ McTaggart-Cowan *et al.* destacam que em

³⁸⁹ Idem.

³⁹⁰ FOGARTY, C. T. 2002: Operational forecasting of extratropical transition. Preprints, 25th **Conf. on Hurricanes and Tropical Meteorology**, 29 April - 3 May 2002, San Diego, CA, Amer. Meteor. Soc., 491-492.

³⁹¹ AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.

³⁹² MARCELINO, op. cit., p.124

³⁹³ TAVARES, M. W.; LEVIEN, C. R. C.; GOMES, R. G. Furacão Catarina e a Análise do Bloqueio Atmosférico Através do Índice de Bloqueio Desenvolvido por Lejenas (1984). In: IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica - Climatologia e Gestão do Território, 2010, Fortaleza. **Anais...**, Fortaleza: UFC, 2010.

diversas situações este bloqueio atuou sobre a costa brasileira, uma das ocasiões foi em 1974³⁹⁴ quando o fenômeno foi chamado de “lestada”.

A característica equiparável foi a predominância de vento do quadrante Leste, condição esta promovida por um sistema de alta pressão estacionário na costa catarinense (ocorrido em 1974), e, conjuntamente, a presença de um Vórtice Ciclônico em média altitude (sistema de baixa pressão), deixando o ar instável, carregando umidade para níveis mais altos e frios e promovendo o aumento da precipitação na região.³⁹⁵

O estudo de Marcelino et al. sobre as perdas econômicas relacionadas ao desastre é esclarecedor nas questões relativas às classes sociais mais afetadas pela passagem do furacão e na nova percepção produzida por um fenômeno dessa magnitude. Segundo dados, em um universo de 161 entrevistados nas cidades catarinenses afetadas pelo furacão, 41% das pessoas inquiridas possuíam renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos e 44% possuíam apenas o Ensino Fundamental concluído.³⁹⁶

Utilizando-se da percepção ambiental como categoria de análise geográfica, o estudo acima referido comprova que as experiências vivenciadas pelos moradores em virtude de sua exposição (estímulo) são percebidas de forma subjetiva.³⁹⁷ Nesse contexto Marcelino *et al* asseveram que a maioria dos entrevistados nunca ouviu falar de um evento como esse e/ou nunca havia presenciado. O furacão teve momentos bem definidos, os primeiros ventos tinham o sentido sul/sudeste, depois houve a calmaria (momento conhecido como olho do furacão) e, posteriormente, vieram os

³⁹⁴ MCTAGGART-COWAN, op. cit., p. 3048.

³⁹⁵ MARQUES, op. cit., p. 73.

³⁹⁶ MARCELINO, I.P.V.O.; SATO,S.M.; MARCELINO, E.V.; GOERL, R.F.; MOLLERI, G.S.F. Análise dos questionários aplicados nas comunidades catarinenses mais atingidas pelo Ciclone Catarina. In: Simpósio Brasileiro de Desastres Ambientais, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 719.

³⁹⁷ *Ibidem*, p.725.

ventos no sentido norte/nordeste, o início dos ventos se deu às 00:00 horas. e diminuíram de intensidade próximo das 05:00 horas da manhã. Os autores explicam que a precisão dos dados não pôde ser comprovada através das entrevistas e que este ocorrido se deu pela carga emocional que direciona a experiência do desastre.³⁹⁸

Os principais impactos causados pelo fenômeno em Balneário Gaivota foram os destelhamentos, as coberturas mais danificadas foram as de cimento-amianto. Os pesquisadores afirmam que dos entrevistados, 81% tiveram algum tipo de destelhamento, de parcial a total. Nos municípios do interior o destelhamento foi relativamente menor, entretanto as perdas nas áreas agrícolas foram vultosas, as culturas mais atingidas foram arroz, milho e horti-fruticulturas, ainda nas regiões mais elevadas fortes ventos arrasaram a bananicultura.³⁹⁹

Todos os municípios sofreram com a falta de energia elétrica, água e comunicações nos dias subsequentes ao desastre, as populações rurais que captam água de poços artesianos e nascentes não tiveram esse problema. As comunicações telefônicas em Balneário Gaivota demoraram três dias a se normalizarem, a energia elétrica dois dias, pois a maioria dos postes que ligavam a rede elétrica e telefônica com a cidade de Sombrio ao longo dos 7 km da SC-485 estavam caídos.

Os meios de comunicação, segundo os pesquisadores, desenvolveram um papel fundamental na prevenção e mitigação do furacão, apesar da imensa maioria dos moradores duvidarem da possibilidade de um desastre com tamanha proporção, foi através da mídia que os indivíduos se prepararam para o desastre e, posteriormente, tiveram noção da proporção do acontecido.⁴⁰⁰ Em virtude da falta de energia elétrica nas comunidades do interior, o rádio teve papel preponderante na comunicação, pois pelo uso de pilhas os pequenos rádios funcionaram normalmente. Entretanto, deve-se ressaltar a falta de consenso nas informações divulgadas e na brevidade com que foram transmitidas à população.

³⁹⁸ Ibidem, p. 726.

³⁹⁹ Idem, p. 728.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 730.

Cabe destacar que as informações coletadas para a confecção do Mapa 7 foram extraídas dos questionários aplicados aos 161 entrevistados no extremo sul catarinense. “Assim, os dados apresentados possuem caráter qualitativo, baseados na percepção e experiência dos pesquisadores que atuam na área de desastres naturais”.⁴⁰²

O historiador Alessandro Portelli ao tratar da diversidade na interpretação dos fatos em *A Filosofia e Os Fatos*, explica que certa valorização é conferida à objetividade interpretativa na escrita científica inclusive nos dias atuais, motivo pelo qual procedimentos estatísticos não precisam ser defendidos em sua utilização, quando, por outro lado, a subjetividade é acionada toda uma gama de explicações se fazem necessárias para referendar a explicação.⁴⁰³ O historiador debate no texto a questão das representatividades, tanto da análise objetiva quando subjetiva e nos dois pontos chega à conclusão de que a palavra chave para legitimar as duas abordagens é “possibilidade”. Nessa chave de análise, o caráter subjetivo ou objetivo da ocorrência passa a ser representativo por abrir um campo de possibilidades, reais ou imaginárias, que passam a ser compartilhadas.

Por mais que o Furacão Catarina seja categorizado como um evento único, porém gerado por uma série de outros fenômenos atmosféricos que ocorrem de forma rotineira na costa brasileira, sua eclosão abriu uma nova série de possibilidade para eventos climáticos extremos. Diversos trabalhos acadêmicos passaram a considerar o fenômeno mesmo não se estabelecendo relação direta entre os temas abordados e o Catarina.

Este é o caso da publicação do relatório da Câmara Federal dos Deputados produzido por Ilidia da Ascensão Garrido Martins Juras e publicado em 2008. O documento intitulado *Aquecimento global e mudanças climáticas: uma introdução* se vale de diversas intempéries climáticas inclusive o “fenômeno” Catarina como forma de evidenciar as

⁴⁰² MARCELINO, E. V.; RUDORFF, F. M.; GOERL, R. F.; HAAS R. Observações "in loco" realizadas durante a passagem do Furacão Catarina. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 25, mar. 2008, p. 40.

⁴⁰³ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 64.

mudanças climáticas produzidas pelo aquecimento global. A pesquisadora utiliza principalmente as publicações do *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC) que parte da premissa de que o aumento no número de desastres registrados no planeta se deve majoritariamente ao aumento da temperatura causado pela crescente produção de CO₂.⁴⁰⁴

As diretrizes da Regional Sul 4 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, localizada em Santa Catarina, para os anos de 2012-2015, antes de destacar as urgências pastorais para estes quatro anos destaca a situação da realidade catarinense. Na seção relativa à situação “econômica e ecológica” o Furacão Catarina, a seca de 2005, as enchentes de 2008 e 2011 e os tornados de 2009 são elencados como consequência das “mudanças climáticas, resultantes desse modelo de desenvolvimento predatório e insustentável”.⁴⁰⁵ Segundo o documento a preocupação se enquadra na conjunção da sensibilidade ecológica que se engaja na defesa da vida de toda criatura.⁴⁰⁶

O trabalho da Defesa Civil em nível estadual foi largamente afetado pela ocorrência do Furacão Catarina. Na monografia elaborada pelo Coronel do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, José Mauro da Costa que trata do Sistema de Defesa Civil no Estado de Santa Catarina, o fenômeno Catarina é tratado já no segundo parágrafo introdutório como um dos desastres que jamais poderia ocorrer no Estado. Na monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão de Defesa Civil da UFSC, o Coronel afirma que devido à imprevisibilidade dos eventos “as organizações ligadas ao gerenciamento de desastres estejam preparadas para a tomada de decisão durante a instalação de uma crise”.⁴⁰⁷ Nas suas conclusões enfatiza o desconhecimento das autoridades políticas e da comunidade sobre as atividades da Defesa Civil, e a isso atribui o problema do imediatismo político que se opõe a resultados de longo prazo e a percepção que a mídia oferece sobre as ações de socorro.

⁴⁰⁴ JURAS, I. A. G. M. Aquecimento global e mudanças climáticas: uma introdução. **Plenarium**, Brasília, v. V, n. 5, p. 34-46, 2008.

⁴⁰⁵ CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano Regional de Pastoral 2012-2015**. Florianópolis: CNBB, 2011. p. 17.

⁴⁰⁶ *Ibidem*, p. 42.

⁴⁰⁷ COSTA, J. M. da. **Sistema de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina**. Monografia (Especialização em Gestão de Defesa Civil), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. p. 9.

2.3.2 O furacão dos/nos periódicos

Por mais que as matérias veiculadas em nível estadual e nacional tratassem do mesmo evento e, praticamente, usassem as mesmas fontes para adquirir informações, a tônica das manchetes era bem diferente. Um dos fatores preponderantes era a relação do público alvo com a notícia, uma das primeiras informações no corpo do texto da capa do *Jornal do Brasil*, logo depois de explicar o que o fenômeno tinha causado no sul do Brasil, foi a tranquilizadora nota de que “especialistas descartam a chegada do fenômeno ao Rio de Janeiro”.⁴⁰⁸ O choque das pessoas frente à excepcionalidade e destruição causado pelo fenômeno também era marca visível na pauta das reportagens.

A única fotografia de capa do periódico sobre o Catarina foi no primeiro dia após o evento. A imagem retrata, na Figura 22, uma casa em ruínas na cidade litorânea de Torres no RS, onde um homem sem camisa usa uma vassoura para varrer uma pequena parte da sujeira na casa em ruínas. A tarefa homérica ganha representatividade por ilustrar a condição dos atingidos frente à magnitude do evento. O periódico se vale também do apelo silencioso implícito na imagem à solidariedade, sozinho aquele homem não conseguirá contornar o cenário de caos em preto e branco. O olhar desconfiado do fotografado não inquire sobre a privacidade ou direito de imagem, o trabalho a ser feito parece suplantar algumas convenções sociais e valorizar outras.

⁴⁰⁸ Ciclone mata 2 e desabriga centenas no sul do Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2004, ano 113, n. 356, p. 1.

Figura 22: Foto de capa do Jornal do Brasil em 29 de março de 2004.



CONTRA O VENTO: homem varre as ruínas de sua casa, destruída pelo ciclone Catarina, no balneário de Torres, a 200km de Porto Alegre. Os ventos desalojaram 600 famílias

Fonte: Biblioteca Nacional.

As dúvidas sobre o fenômeno são respondidas na matéria no interior do periódico. O maior debate gira da classificação do fenômeno, onde os dados de classificação vindos dos EUA afirmam ser um furacão e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC/INPE) rebate alegando ser um ciclone-extratropical. Os cientistas do CPTEC são chamados a explicar porquê o fenômeno não chegaria ao Rio de Janeiro, esclarecem que “A chegada do outono desfavorece o fenômeno, pois a temperatura do oceano não passa de 24°C. Os cariocas estão fora de perigo, pois o Rio está na rota contrária ao ciclone”.⁴⁰⁹

No dia seguinte, em 30 de março de 2004, a preocupação com as previsões e a falta de definições sobre o evento volta a chamar atenção do periódico. Na pequena manchete lateral da capa o veredito surge,

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 4.

“meteorologia falhou nas previsões sobre ciclone” e seguem as afirmações sobre a inércia do serviço meteorológico nacional, “[...] mau desempenho dos meteorologistas brasileiros ajudou na ação destruidora do ciclone”.⁴¹⁰ O Instituto, por sua vez, explica que as previsões foram realizadas com base em dados que não eram confiáveis e em cenários já conhecidos. Para trazer mais explicações, o periódico se desfaz do estilo narrativo onisciente, que fala da realidade como um todo, e traz o técnico do CPTEC e sua fala circunscrita, aquela a partir de um ponto de vista.

CPTEC negar falha dos cientistas ‘é limitação técnica. Não temos estações meteorológicas na região onde ocorreu o fenômeno. Tivemos um dado medido por um barco que mediu ventos de 70 km/h’(...) Outro problema é a falta de um satélite meteorológico. Possibilidade de fenômeno híbrido entre ciclone e furacão. “Fizemos alertas conforme nossos modelos e o que temos. Cumprimos nossa parte”.⁴¹¹

A “simples” estratégia narrativa do redator, muito comum no estilo jornalístico, comumente utilizada para evidenciar pontos discordantes sobre um assunto, expõe muito mais do que apenas argumentos contrários. Ao abandonar a narrativa onisciente para explicar as interpretações do CPTEC o jornalista inscreve o posicionamento dos meteorologistas em uma determinada parte da realidade. Ou seja, como narrador e produtor dos elementos para a interpretação da realidade, o jornalista despe-se de objetividade e circunscribe as falhas e ações da intuição na previsão do evento quase como produtora do desastre, como se algum culpado, de uma forma ou de outra tivesse que aparecer.

Em âmbito estadual, o periódico Diário Catarinense se comportou de forma semelhante ao Jornal do Brasil na busca por apontar culpados, e por outro lado também valorizou a iniciativa os pesquisadores locais. A primeira veiculação do desastre foi na segunda-feira, dia 29 de abril, na

⁴¹⁰ Meteorologia falhou nas previsões sobre ciclone. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2004, ano 113, n. 357, p. 1.

⁴¹¹ Catarina gera discórdia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2004, ano 113, n. 357, p. 4.

manchete as palavras pânico, horror e medo têm destaque. O jornalista na tentativa de oferecer uma melhor compreensão sobre o sofrimento das pessoas lança mão de uma gama de predicados.

Passavam poucos minutos do início da madrugada de domingo quando o vento começou. A parte mais intensa veio logo depois. De repente, o que parecia ser uma tempestade tropical transformou-se em terror e incredulidade. Ventos de até 150 km/h destruíram impiedosamente tudo que vinha pela frente no litoral sul de Santa Catarina. Casas, árvores, postes de luz e muros pareciam de papelão.⁴¹²

No final da matéria que ofereceu meia página para a foto aérea de casas destelhadas em Passo de Torres, na divisa com o RS, como de praxe o periódico depois de arrolar os números do desastre tenta tranquilizar a população, fazendo *lobby* das autoridades políticas, ao afirmar que o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o Governador do Estado Luiz Henrique da Silveira estão muito preocupados com a região.⁴¹³

O periódico se vale dos dados do Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos (CLIMERH) e enfatiza que nenhum dos meteorologistas do estado havia visto algo semelhante, no sábado apesar de chegar o aviso do Serviço de Monitoramento dos EUA, a destruição era apenas especulação. Contudo a informação que se tinha era de que os ventos chegariam ao máximo de 153 km/h, características de um Furacão Categoria 1.⁴¹⁴ O erro na previsão também foi creditado aos órgãos federais nas páginas do Diário Catarinense. Mesmo o CPTEC admitindo que perseguia o fenômeno desde sua gênese na terça-feira, dia 23 de março, destacou que o erro se deu em virtude da falta de equipamentos adequados.

⁴¹² A fúria dos ventos. **Diário Catarinense**, 29 mar. 2004, ano 18, n. 6558, p. 4.

⁴¹³ Idem.

⁴¹⁴ A desgraça, vista desde a previsão, sexta-feira. **Diário Catarinense**, 29 mar. 2004, ano 18, n. 6558, p. 10.

Contudo, o órgão reafirmou que na tarde de sábado, véspera do evento, alertou a Defesa Civil federal e de SC.⁴¹⁵

A definição final sobre a natureza do fenômeno surge na edição de 31 de março, quando pesquisadores da UFSC que se dirigiram ao sul do estado antes da passagem do furacão conferiram *in loco* o calor no “olho” do furacão. Na notícia a coragem dos pesquisadores é ressaltada pela iniciativa de se dirigir à cidade de Arroio do Silva no extremo sul de SC, para presenciar e registrar os acontecimentos da madrugada de domingo. Os pesquisadores afirmam na reportagem que a mudança de temperatura na parte central é uma das diferenças entre ciclone e furacão, no ciclone a temperatura tende a ser constante, já no furacão a parte central fica mais aquecida. Entretanto, apesar do destaque conferido às experiências dos pesquisadores, a informação de que a Agência Nacional Americana de Meteorologia teria confirmado a partir das imagens de radiação na faixa de microondas a elevação da temperatura na parte central do fenômeno vem finalizar qualquer desacordo.⁴¹⁶

A decretação do estado de Calamidade Pública em bloco é uma das estratégias para dar “força” aos pedidos municipais por verbas federais após as situações adversas. Mais uma alternativa consistia em somar os prejuízos de desastres diferentes, e nessa perspectiva o periódico registrou ao lado dos danos causados pelo Furacão Catarina o prejuízo da seca, enxurrada e granizo. Na avaliação do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA), as perdas agrícolas até a primeira quinzena de maio chegavam a R\$ 168 milhões, depois da passagem do furacão alcançaram o número de R\$ 339 milhões, até aquele momento 134 municípios em SC já haviam decretado Estado de Calamidade Pública ou Emergência.⁴¹⁷ Além de oferecer um levantamento exaustivo das perdas estaduais, relaciona o furacão à mesma categoria dos outros eventos, o fator aglutinante nesse caso são muito mais as consequências dos eventos, danos

⁴¹⁵ Instituto admite erro na previsão. **Diário Catarinense**, 30 mar. 2004, ano 18, n. 6559, p. 6.

⁴¹⁶ Era furacão, dizem especialistas. **Diário Catarinense**, 31 mar. 2004, ano 18, n. 6560, p. 4

⁴¹⁷ Agricultura perde R\$339 milhões. **Diário Catarinense**, 2 abr. 2004, ano 18, n. 6562, p. 21.

à economia catarinense, que a origem “natural” de cada um. No contexto, a noção de vulnerabilidade de (e em) Santa Catarina se alarga cada vez mais.

2.3.3 Novas vulnerabilidade(s)

Após a estruturação da Defesa Civil na década de 1990, as palavras risco e vulnerabilidade passaram a fazer parte do discurso e das políticas públicas ainda que de forma tímida. Nas alternativas para lidar com a situação de desastre trazida pelo Diário Catarinense, uma singela percepção de vulnerabilidade surgia nas políticas públicas propostas pelos governantes.

Como exemplo, pode-se citar a campanha SOS Ciclone lançada por Luiz Henrique da Silveira que utilizaria verba do Fundo Estadual da Defesa Civil - outra novidade, pois na década de 1990 esse fundo não existia – para recuperar as 32.305 casas atingidas pelo Catarina. A fim de avaliar qual município receberia parte dos R\$ 1,3 milhões para arrumar os telhados das casas, segundo o Diretor Estadual da Defesa Civil, Major José Mauro da Costa, “uma das referências para distribuição da verba será avaliar a necessidade segundo IDH[Índice de Desenvolvimento Humano]”.⁴¹⁸

Por mais que diversos economistas reverenciem este índice, que mede expectativa de vida, escolarização e renda *per capita*, existem diversos problemas em não levar em conta características ambientais e culturais. Segundo José Eli da Veiga, na realidade municipal o nível de renda obtido por uma determinada comunidade e o padrão social são embaralhados pelo índice e a existência de municípios com condições sociais dignas apesar de serem relativamente pobres, pois atribui valoração melhor aos municípios abastados que arrastam precárias condições sociais e rebaixa municípios com condições sociais dignas apesar de serem relativamente pobres. Por fim, avalia que antes de comprar a ideia do índice, qualquer pesquisador deve buscar compreender as avaliações e

⁴¹⁸ Governo libera dinheiro. **Diário Catarinense**, 30 mar. 2004, ano 18, n. 6559, p. 9.

limitações que se “escondem” na objetividade dos números.⁴¹⁹ Desta forma, as limitações do IDH municipal, fruto do Censo de 2000, são claras, entretanto na falta de indicadores mais dinâmicos e relacionáveis estes parâmetros soem melhor do que a utilização da renda per capita municipal, que simplesmente leva em conta o PIB municipal dividido pelo total de habitantes.

Logo nos primeiros dias os Soldados do 22º Grupo de Artilharia em Campanha de Criciúma foram chamados para Balneário Gaivota e Arroio do Silva para fiscalizar a distribuição do material doado. Entretanto uma das ações mais significativas do Exército Brasileiro, na “voz” da população veiculada pelo DC, era a colocação de lonas nas residências. Com a falta de mão de obra e de telhas, diversas residências nas áreas periféricas dos municípios ficaram desprotegidas, os “moradores ficam felizes por ver o exército, ‘o susto maior passou, mas é bom saber que não estamos sozinhos’, revela. ‘Pobre e abandonado é muito pior’”.⁴²⁰ Na referência à situação de classe e de vulnerabilidade das palavras do morador, a fragilidade da lona colocada em seu teto, recebe revestimentos de solidariedade que de forma simbólica fortalece a segurança do morador. A ação do Exército não transformou a conjuntura de vulnerabilidade, a lona certamente evitaria que a água da chuva entrasse na casa, contudo em casos de ventos mais fortes a lona seria mais um dos objetos voando.

Uma confusa noção de risco também esteve presente nas páginas do periódico. A demonstração veio pelas palavras do então Ministro das Cidades Olívio Dutra, que acompanhado dos governadores de SC, PR e RS sobrevoou a região afetada pelo Catarina. O Ministro firmou compromisso em ajudar as famílias carentes atingidas pelo furacão, mas fez a exigência de que as “casas não devem ser erguidas em áreas de risco”.⁴²¹ A cobrança parte da diretriz do Programa Nacional de Habitação, que procura evitar a alocação de habitações em locais sujeitos aos desastres mais comuns: alagamentos e deslizamentos. Entretanto na nova conjuntura, caso a

⁴¹⁹ VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

⁴²⁰ Exército tapa casas com lonas. **Diário Catarinense**, 31 mar. 2004, ano 18, n. 6560, p. 6.

⁴²¹ Ministro vai ajudar flagelados. **Diário Catarinense**, 1 de abr. 2004, ano 18, n. 6561, p. 6.

definição de área de risco passe a compreender todo o local por onde passou o furacão, nenhuma casa na região receberia ajuda alguma.

Uma das últimas matérias encontradas no mês de abril no Diário Catarinense faz alusão à enchente de 1974 em Tubarão. Na reportagem, a tônica da falta de amparo para a população prevalece, e de forma anacrônica o jornalista compara a falta de auxílio governamental entre 1974 e 2004, na localidade de Caruru, onde explica que 25 pessoas morreram soterradas e sozinhas e os parentes tiveram que procurar pelos corpos nos escombros.⁴²²

A estratégia de evidenciar e relacionar momentos de abandono foi frutífera para trazer à tona os momentos marcantes de 1974. A eclosão de um desastre trouxe à pauta uma “notícia velha”, que certamente não teria espaço em outra oportunidade, logo o sofrimento e medo produzido pelo desastre podem ser usados pelo jornal e promove a difusão do gênero.

2.3.4 Atingidos por desastres: para onde foram os flagelados?

Anteriormente já foi destacado que no cenário produzido pelo Catarina, as perdas foram maiores nas edificações mais precárias, seja pelas condições de construção ou pelos materiais utilizados. Como via de regra, a população de baixa renda normalmente sente os desastres de forma diferente daquelas que sedimentam suas moradas em locais mais protegidos e com materiais de melhor qualidade.

Nas breves matérias em que o Jornal do Brasil destacou o fenômeno Catarina, nenhuma ênfase foi dada aos desabrigados, com exceção de seu exacerbado número. A despeito da natureza do evento e sua excepcionalidade, diferente de 1974, 1983 e 1995 nenhuma campanha nacional tentou angariar donativos para os atingidos. Isto pode ser relacionado às diferenças entre os fenômenos, pois os três anteriores produziram majoritariamente inundações que além de transformarem a

⁴²² Ajuda não chegou onde 25 morreram. **Diário Catarinense**, 7 de abr. 2004, ano 18, n. 6567. p. 21.

“normalidade”, tiveram durações maiores, a água diferente do vento não se dispersou quase momentaneamente, ela potencializou o desastre em calamidade.

No cenário desolador do litoral sul, o Diário Catarinense, ao tentar representar o desastre, deu vez e voz aos atores locais de forma bem diferenciada. Para tratar do horror e do medo pessoas “comuns” surgiam e contavam seus dramas, para tratar dos problemas locais as autoridades municipais despontavam como portadores da fala. Entretanto, ao se tratar de sofrimento, de forma indiscriminada todos tinham que parecer irmãos. Na primeira página da edição de 29 de março, a reportagem explica que “o ciclone não poupou ricos nem pobres. Casas sofisticadas perderam seus telhados coloridos, piscinas foram inundadas e jardins destruídos. Moradias simples de madeira tiveram tábuas arrancadas”.⁴²³ A descrição pode deixar claro que todos sentiram o poder do Catarina, porém, cada grupo social experimentou o evento de uma forma diferenciada.

Figura 23: Pessoas e cenas de destruição.



⁴²³ Madrugada de pânico no Estado. **Diário Catarinense**, 29 mar. 2004, ano 18, n. 6558, p. 4.



Fonte: **Diário Catarinense**, 29 mar. 2004.

Na tarefa de fornecer compreensão sobre a passagem do Catarina, as imagens apareceram como ferramentas importantes. No entanto, pôde-se perceber certo padrão no tipo de fotos publicadas pelo periódico. As fotos aéreas sempre recebiam destaque ocupando no mínimo um quarto de página, já as fotos capturadas do chão, invariavelmente traziam pessoas que normalmente eram os proprietários dos bens destruídos. A tática, que pode ser observada na Figura 22 A, B e C, serve para conferir proporção à fotografia e também subsidia uma outra forma de olhar as imagens. A presença frente à destruição foi uma forma de demarcar um território simbólico, do qual só poderiam fazer parte aqueles que possuíssem um capital simbólico valorado sobre sofrimento e perda.

A solidariedade novamente foi ressaltada pelo periódico como presente na natureza do catarinense, a “devastação provocada pelo fenômeno natural fez com que várias instituições ajudassem a amenizar o prejuízo das famílias”.⁴²⁴ Invariavelmente sempre que os diagnósticos da destruição causada pelo furacão apareciam nas páginas do periódico, as estratégias de apoio e solidariedade eram trazidas para completar as informações. Nesse espaço as ações governamentais como o repasse de verbas, a coleta de doações ou o gerenciamento de recursos humanos ganhavam destaque.

⁴²⁴ Mobilização envolve comunidade. **Diário Catarinense**, 29 mar. 2004, ano 18, n. 6558, p. 8.

Diferente do noticiado em 1995, depois da passagem do Catarina, as ações individuais e os apoios vicinais foram descritos como fundamentais para a sobrevivência durante o furacão e para a recuperação das residências afetadas. Diversas pessoas buscaram auxílio na residência de vizinhos e parentes, e em razão da falta de mão de obra muitos se dispuseram a ajudar os adjacentes a fim de diminuir a situação de vulnerabilidade, pois muitas das residências afetadas foram alvos de saques.

Em Balneário Arroio do Silva a Cavalaria Montada foi enviada da capital do Estado para o patrulhamento ostensivo do município que estava sendo saqueado. No decorrer da notícia o periódico faz referência a furtos e a palavra saque deixa de ser usada. Em Passo de Torres, na divisa com o Rio Grande do Sul, também foram encontrados moradores recolhendo fios elétricos.⁴²⁵ A troca de argumentos tem uma função intencional que vai além da aplicação “simples” do sinônimo.

O historiador Frederico de Castro Neves analisou os saques como consequência da grande seca de 1877 no Ceará e percebeu que os saques nas cidades litorâneas tinham o objetivo de saciar a fome e revelar as insatisfações políticas. Nessa conjuntura, Neves explica que a desigualdade social tem tanta força quanto a seca para produzir o saque, que normalmente não era rechaçado pelas autoridades, apenas em poucas ocorrências a causa da multidão não era vista como justa, e a força policial descruzava os braços para conter os flagelados.⁴²⁶

Na reportagem de 31 de março, o saque no extremo sul de SC foi conceituado como crime de subtração produzido da situação de tumulto. O conceito de furto retira da conjuntura qualquer agravante e confere ao indivíduo autor da subtração toda e qualquer responsabilidade sobre o ocorrido. Neste caso, o periódico se vale da reportagem também como medida disciplinadora, que busca informar à coletividade o tipo de enquadramento conferido pelas autoridades ao ocorrido.

⁴²⁵ Comércio e residências são alvo de saques. **Diário Catarinense**, 30 mar. 2004, ano 18, n. 6559, p. 7.

⁴²⁶ NEVES, F. de C. **A Multidão e a História**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

A atuação do Exército Brasileiro não se resumiu à colocação de lonas nas edificações afetadas. A coleta e distribuição de doações em todo o sul catarinense também foram relegadas à instituição, entretanto em Balneário Gaivota os militares também tiveram que fiscalizar a distribuição de telhas, como explicado anteriormente. No contexto os membros do Conselho Municipal de Assistência Social estariam favorecendo inicialmente veranistas que moravam no centro da cidade. A iniciativa em auxiliar moradores da cidade vizinha de Sombrio que possuíam casas na cidade se explica pelo favorecimento político, que segundo o prefeito da cidade vizinha de Passo de Torres, onde também houve desvios, “em ano eleitoral a situação piora”.⁴²⁷

Ainda segundo o periódico, a falta de mais informações sobre as práticas recorrentes de favorecimento vem do medo de represálias. Na matéria que faz referência à cidade de Timbé do Sul, protagonista do desastre de 1995, um atingido diz não ter recebido nada do poder público, ao contrário de alguns políticos que permaneceram ligados ao poder até 2004.

Segundo testemunha o mesmo aconteceu em 1995, “Quase 10 anos depois, o silêncio é a opção de muitas famílias. Cada um conta um pouco do que sabe, desde que o nome não seja revelado”. Agricultor explica que só recebeu duas sacas de arroz, e ajuda dos familiares foi fundamental para conseguir sobreviver. Segundo os depoimentos trazidos no jornal, os amigos dos políticos, mesmo com poucos prejuízos foram os mais ajudados. Outro comerciante explica que uma Kombi levou as doações para Caxias do Sul, onde foram vendidas.⁴²⁸

Na continuação da matéria o vice-prefeito em 1995, Valentin Colodel, explica que o fato não procede. Afirma ainda que as verbas foram

⁴²⁷ Exército evita desvio de telhas doadas às vítimas do furacão. **Diário Catarinense**, 7 abr. 2004, ano 18, n. 6567, p. 21.

⁴²⁸ Medo de represália silencia as denúncias. **Diário Catarinense**, 7 abr. 2004, ano 18, n. 6567, p. 21.

usadas para reconstrução da cidade e que de tão solidária que SC foi houve até excessos, mas rebate dizendo que naquele momento, em 2004, os recursos estavam sendo mal distribuídos, “tanto que Timbé do Sul recebeu 2 mil telhas e pelo que se sabe não houve tanto destelhamento assim”.⁴²⁹ O título da matéria não coloca em dúvida a existência dos desvios, somente destaca o fato deles não chegarem a vir a público se deve aos mecanismos locais de coerção e manutenção do poder. Nesse cenário, pode-se perceber que o acontecimento “desastre” não transforma as práticas locais de manejo do poder político. O caos trazido pela intempérie pode até destelhar as residências, mas não remove as rotineiras e profundas práticas políticas.

O termo “flagelado” apareceu pela primeira vez no periódico em 01 de abril⁴³⁰, ou seja, houve três edições repletas de matérias e fotos e só no quarto dia de cobertura o termo surgiu no título da matéria, no corpo do texto apenas a palavra “atingidos” foi utilizada. Como explicado sobre o desastre de 1995, não se disseminou uma laicização da sociedade nas últimas duas ocorrências de grandes desastres, mas, sim, uma Defesa Civil mais atuante, que buscava centralizar as informações e subsidiar as frentes municipais de mitigação. Entretanto, como Norma Valêncio enfatiza, a Defesa Civil em todas as suas esferas, apesar de estar caminhando para implantação de políticas públicas que visam à prevenção dos desastres, ainda está profundamente atada a um conjunto de práticas – relação hierárquica entre instituição e população vulnerável, percepção a-histórica dos desastres, procedimentos institucionalizados que impedem a concretização do mote “a Defesa Civil somos nós”⁴³¹, interlocução seletiva com a comunidade acadêmica e disputas internas hierárquicas – que impelem o órgão muito mais para ações mitigativas.

2.3.5 Novos desastres, as mesmas estratégias

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Ministro das cidades garante ajuda aos Flagelados. **Diário Catarinense**, 1 abr. 2004, ano 18, n. 6561, p. 6.

⁴³¹ VALENCIO, op. cit., p. 753.

O Jornal do Brasil concedeu pouco espaço para as notícias do furacão, e quando o fez centrou a discussão nas controvérsias científicas. O periódico se valeu da falta de exatidão para promover um cenário político desgastado, onde a despeito do Ministro da Integração Nacional solicitar a retirada da população do litoral, que não ocorreu, o Secretário da Defesa Civil avalia que o alerta foi um sucesso. Jorge Pimentel também explica que se esperava uma destruição muito pior e temia pânico, saques e mortes.⁴³²

Ainda no dia 29 de março é veiculada a matéria “havia plano de evacuação”. Na reportagem, que mostra um Governo Estadual totalmente ciente do que estava acontecendo, é explicado que a “sugestão de evacuação do Governo Federal foi abandonada quando o ciclone perdeu força”, explica Luiz Henrique, ‘o que aconteceu foram apenas 2% do que poderia acontecer’, o governador citou *tsunamis* e cidades que desapareceram após desastres”.⁴³³ A explicação e a elucidação de Luiz Henrique da Silveira sobre o acontecimento são bem peculiares, de início o governador tenta mostrar que possuía perfeito entendimento sobre o fenômeno horas antes da passagem sobre o sul catarinense, depois afirma estatisticamente o potencial destrutivo do Catarina.

No âmbito estadual, o silêncio do governador até a chegada do furacão é descrito como proposital, para evitar o pânico. A falta de informação sobre a natureza do fenômeno e sobre as suas proporções não foi veiculada como motivo da procrastinação das autoridades em dar os alertas, a única ação realizada pelo poder estadual foi colocar em alerta a Polícia Militar e os Bombeiros Militares para poder lançar mão de seu trabalho nas primeiras horas após a passagem do Furacão. Nenhum periódico noticiou a morte dos sete pescadores que estavam em alto mar quando o Furacão se aproximou da costa, provavelmente como estratégia para mostrar que desastre, apesar de sua excepcionalidade, estava “sob controle” das autoridades.

⁴³² Catarina gera discórdia. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 mar. 2004, ano 113, n. 357, p. 4.

⁴³³ Havia plano de evacuação. **Diário Catarinense**, 29 mar. 2004, ano 18, n. 6558, p. 6.

Era impossível que nesse primeiro momento os órgãos do Governo Estadual já possuíssem um levantamento, mesmo que superficial, sobre as proporções da destruição. A afirmativa do governador busca direcionar a preocupação das pessoas não para o que se perdeu, mas para o que não foi destruído. Uma estratégia retórica clássica para não relacionar a destruição à falta de ação do poder público.

Manchetes “gratuitas” e a citação de políticos em matérias também faziam parte da pauta editorial do Diário Catarinense. Em ocasiões onde se tratava do repasse de verbas pelo Governo Federal, Deputados Federais e Senadores da situação eram citados como responsáveis em pressionar e agilizar a liberação de recursos.⁴³⁴ Ao citar as medidas estaduais, sempre que surgia um deputado para falar do recurso, este era invariavelmente filiado ao PMDB, partido do governador.⁴³⁵

A liberação de verbas federais para reconstrução em cada grande desastre é sujeita a gargalos burocráticos diferentes, normalmente pelo fato de recursos de outras áreas serem direcionados para a situação de emergência. Em 2004 não foi diferente, do anúncio de R\$ 44 milhões enviados aos estados atingidos por desastres, R\$ 4 milhões viriam para Santa Catarina. A informação recebeu uma pequena nota no Jornal do Brasil⁴³⁶ e um rodapé no Diário Catarinense.

O processo de liberação de recursos será igual aos municípios atingidos por enchentes. As prefeituras terão que comprovar estado de calamidade pública e apresentar levantamento dos danos. Não serão repassados recursos para moradias em situação de risco ou localizadas em área de proteção ambiental. “Para isso, as prefeituras têm que informar quais as áreas atingidas, o número e a localização das casas destruídas. Os moradores precisam apenas

⁴³⁴ Estado libera 1,3 milhão. **Diário Catarinense**, 30 mar. 2004, ano 18, n. 6559, p. 9.

⁴³⁵ Políticos pressionam para liberar recursos. **Diário Catarinense**, 2 abr. 2004, ano 18, n. 6562, p. 18.

⁴³⁶ Governo libera verba para catástrofes. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 abr. 2004, ano 113, n. 361, p. 4.

apresentar comprovante de residência na Caixa Econômica Federal para receber a autorização do saque”.⁴³⁷

O processo para que as pessoas recebessem o dinheiro parecia simples e descomplicado, entretanto no final de abril o governador do Rio Grande de Sul, Germano Rigotto, reclama nas páginas do Jornal do Brasil dizendo que até aquele momento não havia recebido nenhum centavo do valor acordado pelo Ministério das Cidades.⁴³⁸

A prática de direcionar verba de diversas pastas para as situações de emergência se tornou rotineira ao longo dos anos e a demora para a chegada do recurso se tornou consequência da transposição orçamentária. Contudo, o que as páginas do Diário Catarinense dão a entender, usando, por exemplo, o tempo verbal no presente para se referir ao envio de verbas, é uma dinâmica relação dos governos com a situação de desastre, o que não ocorreu em nenhuma das situações analisadas.

Partindo da perspectiva que busca ver os desastres como processos no seio das sociedades, a enchente e os deslizamentos de 1974 inauguraram em Santa Catarina uma nova forma de lidar com o pós-desastre para evitar o desmantelamento das grandes cidades, a solidariedade. A dependência da solidariedade individual transformou a maneira com que o poder público lidava com os gargalos burocráticos. Não fosse a ação da comunicação de massas, os auxílios vindos de outras partes do Estado, de todo o Brasil e do exterior não teriam sido deslocados para o sul de Santa Catarina, uma vez que os gargalos burocráticos faziam com que o envio de verbas estaduais e federais demorasse até meses.

A construção do sujeito afetado pelo acontecimento desastroso e a forma com que o estado lida com ele também se transformou ao longo dos anos. Inicialmente, o flagelado era percebido como aquele que carrega uma chaga, uma pessoa pecadora ou não que carrega um sofrimento que lhe causará a expiação de suas provas. O termo, frequente nos periódicos,

⁴³⁷ Brasília envia R\$ 4 milhões aos atingidos. **Diário Catarinense**, 3 abr. 2004, ano 18, n. 6563, p. 17.

⁴³⁸ Governadores se reúnem para fazer cobranças à União. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 abr. 2004, ano 113, n. 380, p. 2.

carrega uma dramaticidade que vai ao encontro da pauta editorial. Uma crescente laicização do sujeito afetado foi desenvolvida pela centralização da assessoria de imprensa pela Defesa Civil em nível estadual após 1995. Estratégia fruto de uma relação hierárquica entre Defesa Civil e população vulnerável, uma abordagem “iluminista” pautada na visão do desastre como obra da ignorância dos afetados, a produção de um vocabulário próprio que também legitime a existência da instituição e uma interlocução seletiva que desqualifica uma abordagem crítica sobre a condição dos sujeitos afetados pelos desastres.⁴³⁹

Nesse cenário onde a ação estatal passou a ser cada vez mais central para lidar com o impacto dos desastres, a disciplinarização da população tomou rumos cada vez mais rígidos, a exemplo da prática de saque que foi rechaçada no meio urbano, mas negligenciada na área rural em 1974, espaço onde as autoridades pouco enviavam alimentos e recursos. Já em 2004, nos primeiros momentos após a passagem do Furacão, não surge nos periódicos a palavra saque, mas, sim, furto, o que pode ser entendido como um recrudescimento do poder público para lidar com a situação do pós-desastre que o atenuante da situação de excepcionalidade passa ao ser negligenciado.

O acontecimento do Furacão Catarina é também significativo para a dinâmica da comunicação entre o Governo Estadual e a população. O evento que causou poucas mortes, ao desviar o rumo tranquilizou as autoridades, pois inicialmente a trajetória do furacão mirava a parte central do litoral catarinense onde a capital do Estado está localizada. Apesar de, segundo Oliveira, Santa Catarina só perder para os Estados Unidos da América em número de tornados por ano⁴⁴⁰, nenhum plano de evacuação ou exercício de preparação da população existia.

⁴³⁹ VALENCIO, op. cit.

⁴⁴⁰ OLIVEIRA, R.; OLIVEIRA, R. de; ESTIVALLET, J. **Climatologia e Sazonalidade em 33 Anos de Eventos Tornádicos em Santa Catarina**. Florianópolis: CEPED, 2012, Disponível em: Acesso em: <http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca-ceped-ufsc-recomenda-climatologia-e-sazonalidade-em-33-anos-de-eventos-tornadicos-em-santa-catarina/> 14 set. 2013.

3 AS MEMÓRIAS DOS DESASTRES

Como destacado na introdução, as memórias dos desastres socioambientais, diferente das memórias de guerra, tem marcadamente vida curta⁴⁴¹, assim que o desastre se torna “matéria velha”, a imprensa perde o interesse em publicar mais notícias. Com as águas voltando ao nível pré-enchente, o medo imposto pelo risco trata de ser deixado de lado em prol do esforço de reconstrução. Contudo, apesar do silêncio na maioria dos livros de história, as memórias dos desastres continuam vivas, deixadas em um estado de latência, acionada nos momentos de perigo.

O primeiro artigo publicado no Brasil que analisa os desastres e memórias é de Andréa Casa Nova Maia e Lise Sedrez, *Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966*.⁴⁴² No estudo as autoras utilizam a história ambiental e a história oral para responder inicialmente as inquietações da experiência de uma memória ambiental que passa pela vivência cotidiana no espaço construído, onde em determinados momentos a cidade fica alagada, paralisada, submersa. Um segundo ponto diz respeito à história social da cidade do Rio de Janeiro, “[...] ou seja, como a população viveu a experiência das enchentes ao longo do século XX”.⁴⁴³ A interrelação entre elementos sociais, culturais e ambientais marca a conclusão do artigo, que enfatiza o

[...] resultado danoso de uma mistura perigosa: ocupação de áreas pantanosas e/ou mangues com a diminuição da capacidade de absorção do solo, em uma área onde a chuva é parte do ecossistema num processo de urbanização desgovernado.⁴⁴⁴

Neste caso, o desastre aparece como o agente catalisador de uma reação química que nunca para de ocorrer, as relações sociais. A intempérie, segundo as autoras, também desconstrói uma sensação de falsa segurança que é fornecida pela vida em sociedade, frente às determinações impostas pelo ambiente. Além disso, não se podem perceber os desastres

⁴⁴¹ MAUCH, op. cit., p. 3.

⁴⁴² MAIA; SEDREZ, op. cit.

⁴⁴³ Ibidem, p. 224.

⁴⁴⁴ Ibidem, p. 254

como todos acontecendo da mesma forma, mesmo que diversas enchentes incidam sobre o mesmo território, por exemplo, cada acontecimento possuirá sua especificidade.⁴⁴⁵

Este capítulo discute o lugar das memórias na vida das pessoas que sobreviveram aos desastres no sul do Estado de Santa Catarina. Ao debater o lugar das memórias na vida das pessoas, ambiciona-se entender a função tanto da memória dessas “situações limite”, quanto do seu esquecimento na vida dos entrevistados. E, desta forma, entender se, e como, a percepção ambiental dos indivíduos é alterada por tais acontecimentos.

Cabe destacar que, de maneira consciente, este capítulo se vale exclusivamente das fontes orais para compor sua análise, tal intenção repousa na premissa levantada na introdução desse trabalho de que características culturais de determinados grupos devem ser levadas em consideração para a criação e implantação de estratégias para redução do risco nos desastres. A utilização exclusiva deste tipo de fonte não ocorre pela crença de que os testemunhos orais são a “verdade que emana do povo”⁴⁴⁶, muito comum nos estudos da década de 1980 no Brasil, mas, sim, pelo contato com os mais variados tipos de experiências e memórias que não são encontrados nos registros escritos.

Portanto, o terceiro capítulo desta tese analisa, com base em entrevistas realizadas pela metodologia da História Oral, as memórias dos indivíduos que viveram e sobreviveram aos desastres ambientais no extremo sul de Santa Catarina. As entrevistas realizadas foram estruturadas em três principais eixos de análise. O primeiro deles, referente à memória individual e coletiva, almeja entender como os desastres são contados e quais os elementos são levados em consideração na composição da narrativa. O segundo eixo aborda a percepção de risco e vulnerabilidade que emerge nas memórias, no intuito de avaliar como a percepção ambiental dos indivíduos dialoga com a ocorrência dos desastres. O terceiro e último ponto do capítulo levanta as iniciativas individuais, coletivas e institucionais que emergem nas memórias para lidar com as “situações limite” impostas pelos desastres e, ainda, discute a função do

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: ____ PINSKY, C. B. (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

esquecimento trazendo-o para o debate das estratégias individuais para lidar com o desastre.

3.1 NOS CAMINHOS DA MEMÓRIA

Inicialmente cabem algumas considerações sobre as características das entrevistas. Foram realizadas 29 entrevistas entre 2011 e 2014, nas áreas rural e urbana das cidades da região estudada no sul de Santa Catarina, totalizando 193 páginas de material transcrito. As entrevistas, como dito anteriormente, valeram-se de eixos temáticos para direcionar a narrativa, pois na maioria das vezes os desastres não são vistos como elementos capazes de direcionar as experiências de vida, salvo exceções onde houve mortes na família ou destruição vultuosa de bens.

Dada a complexidade da temática e a natureza traumática dos desastres, o contato inicial com os entrevistados era realizado da maneira mais clara possível. Destacava-se que se tratava de uma pesquisa sobre as memórias dos desastres que incidiram sobre a região e, nesse caso, toda memória seria importante. A recusa pela entrevista aconteceu nas cidades de Araranguá e Tubarão, não se tratava dos indivíduos evitarem as memórias traumáticas, mas afirmaram não terem vivido os desastres, notadamente enchentes, e, por isso, não seriam capazes de oferecer testemunho. O interessante é que estas quatro pessoas, duas em cada cidade, viveram as enchentes de 1974 e outras seguintes, como no caso de Araranguá, mas não se sentiam vítimas a ponto de ser legítimo oferecer algum testemunho. A noção de vítima e testemunha será mais bem debatida ao longo deste capítulo com base nas demais entrevistas.

Foram priorizados entrevistados que teriam vivido os acontecimentos de 1974 a 2004, para que os relatos viessem impregnados pela gama o mais diversa possível de memórias dos desastres. A enchente de 1974 se mostrou um marco na memória dos desastres, seja pela proporção, seja pelo número de mortos. Depois dela, a enchente e deslizamentos de dezembro 1995 no extremo sul do Estado se fizeram ecoar na memória coletiva, mas principalmente na memória daqueles que em 1974 eram crianças ou não haviam nascido. No final das entrevistas,

surgindo na maioria das vezes espontaneamente, aparecia o Furacão Catarina de 2004, com a marca indelével da excepcionalidade que traduzia a ocorrência dos desastres.

3.1.1 Memória Coletiva e História Oral

A obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva* publicada originalmente em 1950, cinco anos após a sua morte, é basilar para os atuais estudos sobre a memória nas ciências humanas. O pensamento de Halbwachs se apresentou como uma contraposição às tendências filosóficas e sociológicas tributárias do idealismo e mecanicismo que dominavam a cena intelectual dos primeiros anos do século XX. Principalmente buscava opor-se ao materialismo de Henri Berson, que em breve também será discutido nesse trabalho.

Para Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência, a memória, então, é sempre constituída em um grupo, mas nunca deixa também de ser trabalho do sujeito.

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos pareçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios.⁴⁴⁷

Neste caminho a memória é constituída como um trabalho de reconhecimento e reconstrução definido pela articulação das lembranças, onde o trabalho da memória é, também, tornar presente um conjunto de testemunhos para dar sentido ao tempo atual. A memória coletiva passa a

⁴⁴⁷ HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 25.

ser o trabalho que um determinado grupo realiza a fim de articular e localizar as lembranças em um “acervo” comum.⁴⁴⁸

Jacques Le Goff oferece uma definição para o conceito de memória que estabeleceu após a década de 1980, principalmente com a retomada das pesquisas sobre os relatos de guerra. Como aponta o historiador francês em *História e Memória*,

[...] a ciência histórica define-se em relação a uma realidade que não é nem construída nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se ‘indaga’, ‘se testemunha’. (...) Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer ‘Eu vi, eu senti’.⁴⁴⁹

Desta forma, a história-testemunho jamais deixou de estar presente no desenvolvimento da ciência histórica, no momento em que os autores produziam as suas obras. Durante a década de setenta na França, assistiu-se ao surgimento desse tipo de preocupação. Isto segundo Le Goff, “devido à vontade de colocar a explicação no lugar da narração”.⁴⁵⁰

Entretanto, com o redimensionamento da noção de fato histórico levando-o para além do status de objeto dado e acabado, a história-testemunho tem seu renascimento e a noção documento-monumento passa a ser estendida a outros tipos de fontes.⁴⁵¹ Desta forma, será utilizado o conceito de memória defendido pelo historiador,

[...]a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças as quais o

⁴⁴⁸ SCHMIDT, M. L.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 4, n. 1-2, 1993. p. 291.

⁴⁴⁹ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003. p. 9.

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Ibidem, p. 253.

homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.⁴⁵²

Le Goff ainda veicula as sobreposições não hierárquicas entre a memória individual e a memória coletiva como essenciais à formação do que se convencionou chamar identidade, cuja busca é uma afinidade dos indivíduos na sociedade de hoje. Nesse sentido, torna-se necessário diferenciar história de memória, apesar de serem vistas por Pierre Nora em lados opostos, em que a memória seria um fenômeno social em constante evolução, portanto sempre aberta a transformações dialéticas da lembrança e do esquecimento; a história, por outro lado seria uma representação do passado.⁴⁵³ Para o historiador, que problematizava no final da década de 1980 os excessos da memorialização história francesa, enquanto a memória se alimenta de lembranças vagas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, a história por ser uma operação intelectual e laicizante demanda análise e discurso crítico.⁴⁵⁴

Tocantes a este trabalho, os relatos memorialísticos focalizam as “histórias dentro da história”; esta afirmação baliza-se nas considerações de Vera Alberti em *Fontes Históricas*.⁴⁵⁵ Para a autora, um acontecimento vivido tem que ser narrado para que seja transmitido. Nesse processo, o entrevistado seleciona e organiza o que foi vivido através da linguagem para conferir sentido à experiência vivida. A busca por sentido existe tanto nas narrativas literárias, quanto nas não literárias, como a narrativa oral, por exemplo.⁴⁵⁶

Neste ponto, as considerações de Antonio Torres Montenegro, inicialmente balizadas pelo estudo de Walter Benjamin “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, levantam a discussão sobre a arte de intercambiar experiências. Em *História, metodologia, memória* Montenegro percorre sua trajetória de pesquisador discutindo e

⁴⁵² Ibidem, p. 419.

⁴⁵³ NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, p. 7-28, 1993.

⁴⁵⁴ Ibidem, p. 9.

⁴⁵⁵ ALBERTI, op. cit.

⁴⁵⁶ Ibidem, p.171.

problematizando metodologicamente as diferentes situações que encontrou nessa caminhada intelectual.

Montenegro afirma que Benjamin temia a modernidade, pois foi com a invenção da imprensa que o romance pôde se difundir. Este processo seria o “sinal fundamental dessa perda do caráter narrador, que se revelaria tanto no romance quanto na própria imprensa”, pois estes nem

[...]‘procedem da tradição oral nem a alimentam’. Nesse sentido, ainda, a própria imprensa, voltada predominantemente para a transmissão de informações, seria incapaz de alargar essa forma de comunicação de saberes, uma das dimensões fundadoras do narrador.⁴⁵⁷

Isto ocorre pelo fato de que segundo Benjamin, “[...] a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção”.⁴⁵⁸

Montenegro não se apropria dos “medos” de Benjamin, não por falta de sensibilidade ou por possuir uma postura “oficialesca” da história. O medo de Benjamin da esterilização da experiência repousava na crença de que a memória, como elemento marginalizado do fazer histórico, pudesse trazer à tona a história dos vencidos e fazer uma história mais verdadeira. Montenegro não se apropria do discurso do marginal como verdade indiscutível, ele se apropria deste discurso como mais uma verdade, que constitui uma totalidade fechada em si mesma, mas que dialoga com outras memórias nas mais diversas formas de se compartilhar a experiência.

A filósofa Jeanne Marie Gagnebin também se vale das reflexões de Benjamin para debater memória, esquecimento e narrativa, ao enfatizar a necessidade de “não esquecer dos mortos, dos vencidos, não calar mais

⁴⁵⁷ MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 49-50.

⁴⁵⁸ BENJAMIM, W. **Magia e técnica**. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 201.

uma vez suas vozes”.⁴⁵⁹ Mas, também destaca uma outra influência, busca seguir as pegadas de Nietzsche para “não cair na ilusão narcísica de que a atividade intelectual e acadêmica possa encontrar sua justificação definitiva nesse trabalho de acumulação”⁴⁶⁰, pois a vida no presente também exige que se saiba esquecer.

Essa noção, defendida por Gagnebin, de uma memória que saiba equilibrar a ânsia de lembrar com a necessidade de esquecer repousa sobre as leituras de Paul Ricoeur, principalmente de *A memória, a história, o esquecimento*.⁴⁶¹ Na obra, tida como “suma” das pesquisas do filósofo, dentre outras coisas, debate a ideia de que a memória pode atuar como remédio e como veneno, fazendo alusão às considerações de Platão em Fedro. A “justa memória” vem em resposta à exacerbação dos lugares de memória, que se perdem na demasiada comemoração e, portanto, conservação de algumas memórias em especial. A ideia de uma política justa da memória também dialoga com a aspiração do “dever de memória” fruto do Holocausto Nazista, que não abdica a presentificação do trauma, como se a vida não pudesse seguir adiante, ficando presa à presentificação de narrativas que nunca darão conta de explicar os horrores vividos.

Então seria possível fazer uma comparação entre as vítimas dos horrores das Guerras Mundiais e os afetados por desastres no sul de Santa Catarina? Uma comparação, não. Mas, uma relação, sim. No sentido de que ambos podem ser considerados sobreviventes, testemunhas de um acontecimento que alterou as experiências individuais a ponto da narração desta vivência chegar ao limite do indizível.

Entretanto, antes de debater mais especificamente o lugar das memórias dos desastres na vida das pessoas, esta tese também discute o papel da percepção na formação de tais memórias. Nesse ponto, a pergunta inicial deste trabalho sobre a transformação da percepção dos indivíduos em situações limite começa a ser respondida, pois à medida que tais situações transformavam a experiência dos indivíduos, uma nova percepção

⁴⁵⁹ GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 11.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

do possível, ou seja, da realidade, passava a moldar a teia de relações entre os seres humanos e o mundo que os cerca.

As considerações de Henri Bergson em *Matéria e Memória* buscam dar conta do papel do corpo no surgimento da representação, onde a percepção é analisada no plano psicofísico e caracterizada por atender às necessidades do ser vivo. A proposta do filósofo francês, com base no conhecimento fisiológico do início do século XX, era entender o papel da percepção no jogo do conhecimento.⁴⁶²

Para tanto destaca a diferença de natureza entre percepção e memória, pois a afirmação de que a lembrança é percepção enfraquecida, é uma premissa do idealismo. Para Bergson parte de uma premissa materialista, onde “portanto, a menor mudança que ocorra entre meu corpo e os objetos exteriores acarretará também numa mudança imediata dos movimentos internos dos meus centros perceptivos, e conseqüentemente da minha percepção”.⁴⁶³

Um dos pontos centrais na teoria de percepção em Bergson é a ideia da parcialidade da percepção, para o filósofo é impossível que um determinado corpo consiga captar e compreender a totalidade do mundo material. “Nossa percepção da matéria é a medida de nossa ação possível sobre os corpos; ela resulta da eliminação daquilo que não interessa às nossas necessidades e, de maneira mais geral, nossas funções”.⁴⁶⁴ Desta forma, tanto o aparato fisiológico, quanto as necessidades determinadas pelos indivíduos e ferramentas culturais, servem para direcionar e moldar as percepções em nível individual, portanto subjetivo.

Outra questão basilar para a compreensão do pensamento de Bergson é a diferença de natureza entre percepção e memória, assertiva fundamental para o desenvolvimento desta tese. O filósofo Gilles Deleuze

⁴⁶² ANDRADE, W.K.G. de. **A relação entre percepção e memória no pensamento de Henri Bergson**. São Paulo: UFSCar, 2009. Disponível em: <http://www.dfmc.ufscar.br/uploads/publications/4f05e0387949b.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

⁴⁶³ BERGSON, H. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2010. p. 81.

⁴⁶⁴ *Ibidem*, p. 35.

explica, em Bergsionismo, que essa proposição tem como pressuposto a visão materialista de Bergson, onde diferente do idealismo, a lembrança não se apresenta como vestígio de algo pertencente unicamente ao passado, mas vista em sua totalidade, onde “o passado e o presente não designam dois momentos sucessivos, mas dois elementos que coexistem: um, que é o presente e que não para de passar; outro que é o passado e que não para de ser, mas pelo qual todos os presentes passam”.⁴⁶⁵ Essa proposição se mostrou valiosa para a escolha da estrutura dos itens do capítulo, onde as memórias são vistas em sua totalidade a fim de compreender os elementos e estruturas presentes nas narrativas.

O filósofo francês Jacques Rancière em *A partilha do sensível*⁴⁶⁶, ao tratar do uso político da estética por movimentos artísticos desenvolveu o conceito ambíguo da partilha do sensível. Onde a partilha do sensível é o que da forma à comunidade, sendo que partilha significa duas coisas: a participação em um conjunto comum e, inversamente, a separação.⁴⁶⁷ Desta forma, a polissemia do termo partilha se presta tanto para fazer referência ao indivíduo e sua subjetividade, quanto a um grupo de indivíduos que compartilha formas de sentir, portanto perceber a realidade que os cerca.

Nesse sentido, com base nas diversas relações que compõem as formas de sentir e perceber não se pode desenhar uma linha clara que demarque a força do individual e/ou do coletivo na produção de memórias. Contudo, faz-se necessário tratar do lugar da percepção na composição da memória e de como questões de ordem social e cultural também contribuem na e para formação de quadros de compreensão dos eventos catastróficos. Segundo a metodologia da percepção geográfica de Burton e Kates⁴⁶⁸, alguns fatores são preponderantes para o exercício de apreensão das características do ambiente. Tais fatores são: 1) frequência: quando é baixa como no caso do Catarina, a ameaça ou os futuros perigos são vistos como remotos, ao invés de reais e imediatos; 2) importância e/ou consequência: dependendo do número de mortes ou da magnitude das perdas materiais, o desastre é subestimado ou superestimado; 3) adaptação ou relutância: eventos contíguos requerem dos indivíduos estratégias para

⁴⁶⁵ DELEUZE, G. **Bergsionismo**. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 50.

⁴⁶⁶ RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Ed. 34, 2005.

⁴⁶⁷ *Ibidem*, p. 7.

⁴⁶⁸ BURTON; KATES, *op. cit.*

mitigar a dimensão do desastre, quando a relutância supera a produção de iniciativas os desastres tendem a ser super-dimensionados; e 4) (des)informação: esta noção abarca toda uma gama de conhecimentos que vão desde as características do meio onde os indivíduos estão inseridos, passa pela noção da interação com o ambiente e a possível (re)produção social dos desastres e vai até a quantidade e qualidade da informação que um determinado grupo possui sobre o meio e as intempéries climáticas.

Dentro deste contexto de experiência, percepção e memória, a história oral se apresenta como uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea, onde são ampliadas as possibilidades de interpretação do passado.⁴⁶⁹ A historiadora Verena Alberti reitera que com a intensa valorização das fontes orais no Brasil, nos anos oitenta do século XX, surgiu a crença de que as fontes orais trariam uma espécie de história-relato, onde a simples existência do relato já efetivá-lo-ia como história. Alberti afirma que o equívoco se concretizou quando a fonte oral foi consolidada pelos historiadores como “verdade emanada do povo”, pois esta, como toda e qualquer fonte, deve ser inquirida.⁴⁷⁰

O esquecimento como elemento necessário à vida também é analisado neste trabalho tendo em vista as memórias dos desastres. O filósofo Friedrich Nietzsche ao discutir com os historiadores hegelianos do séc. XIX defendia a necessidade do esquecimento, em contra partida ao historicismo que aspirava totalidade e unidade. Essa totalidade, enquanto conceito chave estava pautada na aspiração de dar conta da história, “é a partir dele [o esquecimento] que se pode demarcar a infância, a maturidade e a velhice da humanidade”.⁴⁷¹

A estes chamados espíritos históricos; o espetáculo do passado os lança para o futuro, inflama sua coragem de viver e de lutar cada vez mais, ilumina neles a esperança de que a justiça está por vir, que a felicidade os espera do outro lado da montanha que eles pretendem escalar. Esses espíritos históricos acreditam

⁴⁶⁹ ALBERTI, op. cit., p. 155.

⁴⁷⁰ Idem.

⁴⁷¹ SOBRINHO, N. C. de M. Apresentação e comentário. In. NIETZSCHE, F. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: PUC-RIO. São Paulo: Loyola, 2005. p. 36.

que o sentido da existência se revela progressivamente no curso de um processo; eles só olham para trás para compreender o presente à luz do caminho já percorrido e para aprender a desejar mais ardentemente o futuro; eles não sabem o quanto apesar de todo o seus conhecimentos históricos, pensam em agem de maneira a-histórica, não sabem o quanto sua atividade de historiador é ela própria comandada pela vida, e não pela pura busca do conhecimento.⁴⁷²

Para o filósofo alemão, o esquecimento enquanto necessidade surgia em virtude da monumentalização do passado produzida pelos historiadores. A crítica buscava contrapor a valorização de determinadas tradições, que degeneravam a história “a partir do momento em que não é mais animada e inspirada pelo sopro vivificante do presente”.⁴⁷³ As reflexões propostas por Nietzsche no final do século XIX podem parecer pontos já aceitos e sedimentados no seio da historiografia, entretanto, por mais que matrizes teleológicas sejam atualmente refutadas, a ideia de progresso ainda é central como elemento constitutivo dos processos sociais na sociedade ocidental.

Um século depois, Paul Ricoeur⁴⁷⁴ segue o rastro de Nietzsche e outros pensadores e oferece novas reflexões, não para o processo de institucionalização da história, mas para a função do esquecimento numa sociedade que cristalizou algumas memórias e deu espaço para estas lembranças no seio da história. As ideias dos filósofos serão debatidas ao longo do capítulo, contudo de forma geral os dois filósofos estão preocupados com iniciativas que impeçam a produção de novas formas de ver o passado e da relação desses significados para a vida.

Ao analisar os desastres no extremo sul de Santa Catarina, o esquecimento e/ou a necessidade dele, não estava contemplado pela pergunta inicial da tese, entretanto passou a se constituir como uma “variável importante na equação” a medida que as entrevistas foram sendo feitas. Não que surgisse nas falas como resultados da intencionalidade nas

⁴⁷² NIETZSCHE, F. **Escritos sobre história**. Rio de Janeiro: PUC-RIO. São Paulo: Loyola, 2005. p. 79.

⁴⁷³ *Ibidem*, p. 95.

⁴⁷⁴ RICOEUR, op. cit.

narrativas das memórias, mas como componente decorrente das formas como as lembranças eram engendradas e narradas.

3.1.2 Primeiras lembranças

Antes de tratar das falas dos atingidos pelos desastres, mostra-se importante fazer algumas considerações sobre os elementos que nortearam as entrevistas. Os questionários foram produzidos para tratar exclusivamente das memórias e experiências vinculadas aos desastres. Desta forma não se optou por focalizar as histórias de vida ligadas aos desastres, mas, sim, os desastres ligados às histórias de vida. Esta escolha aconteceu em virtude de normalmente os desastres não fazerem parte das lembranças cotidianas daqueles que os vivenciaram, entretanto depois de evocados, pelos mais diversos motivos, a inundação de lembranças surge de forma vultosa.

Depois de realizar as perguntas iniciais que caracterizam o entrevistado como nome, idade, ocupação, local de residência e quadro familiar, a primeira pergunta realmente relacionada   pesquisa se tratava de “qual   a primeira memória quando se fala de desastre?”. Com raras exceções a primeira memória estava relacionada   imagem da destruição deixada pelo desastre que aqueles indivíduos vivenciaram. Entretanto, nos três casos que as memórias destoaram do padrão de relato, os entrevistados citavam a Enchente de 1974, naquela ocasião eram crianç as e suas lembranças dão conta da diversão que o acontecimento produzia.

No relato do engenheiro, que na época tinha 14 anos, a memória da diversão   logo solapada por uma série de informações precisas que dão conta dos momentos em que as pessoas acreditavam que a inundação seria só mais uma dentre tantas outras.

E.: E quando a gente fala “desastre” qual   a primeira coisa que vem na tua cabeç a?

R. M.: Inevitavelmente, març o de 1974. [silêncio]

E.: E como   que começ o març o de 1974?

R. M.: Na verdade começ o até como uma diversão, desgraç a para alguns, diversão para outros, para mim

no caso. Por que a cidade vinha sendo assolada por chuva durante a semana. Na verdade o grande evento aconteceu na passagem do dia 24 para 25 de março, e nos dias anteriores, especificamente do dia 23 boa parte da cidade, acho que aí 40% ou até mais, já estava inundada. O rio tinha subido, alguns bairros como Oficinas, Passo do Gado, Madre, praticamente metade da cidade no sábado dia 23 já estava tomada pelas águas. Mas foi o quê? Foi uma inundação lenta, que o rio foi subindo gradativamente sem grandes percalços.

[...]

Então eu digo, me diverti, porque nesse período, no sábado a tarde, ainda me lembro que eu sai aqui na região do Passo do Gado, mais aqui na região leste do município. A gente saiu andando na beira do rio, boa parte com uma lâmina de 10 cm de água, e num lugar a gente parou, eu e uns amigos e a gente cortou uma bananeira e fez uma...

E.: Jangada?

R. M.: Uma jangada! Aí ficamos brincando ali, lógico na beira do rio, mas ainda não estava tudo alagado. Isso no sábado. E o rio estava subindo lentamente. ⁴⁷⁵

A narrativa se estende com uma rica definição dos momentos que antecederam a segunda leva de inundação na noite de domingo para segunda-feira (24 e 25 de março). A “heresia” da diversão naqueles momentos não se explica apenas pela idade do entrevistado, mas, também, pelas suas experiências, ou a falta delas. Neste caso, específico a falta da vivência de um desastre “de verdade”, uma enchente capaz de transformar a noção de segurança em risco, ainda não havia levado o entrevistado a ver as enchentes da região como algo realmente perigoso.

Mas e a memória coletiva local? Ela não tem lugar nem função no grupo onde o entrevistado Rafael Marques estava inserido? A resposta da pergunta surge no depoimento da agricultora que na época tinha nove anos e também tem sua primeira lembrança ligada às brincadeiras que o acontecimento oferecia.

⁴⁷⁵ Rafael Marques. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Tubarão, outubro de 2012.

E.: E quando a senhora fala “dessa” enchente, qual é essa?

N. de M. V.: De 1974.

E.: 1974. E quando estava se começando a encher como é que foi?

N. de M. V.: Ó, foi assim bem rápido. No domingo tava tudo cheio. Mas a gente era criança, nós tava tudo brincando e não tava nem aí. Mas, a mãe tinha medo, a gente escutava. Por que nós queríamos ir brincar na casa da vizinha e a mãe dizia, não pode ir porque tá tudo cheio. Mas nós não tava nem aí.⁴⁷⁶

A figura da mãe no relato tem uma função basilar, pois além da preocupação maternal, evidencia um conhecimento sobre o perigo das enchentes inscrito na vivência ou no compartilhamento de uma memória coletiva das enchentes anteriores. O historiador Amadio Vetoretti também oferece subsídios para entender as diferentes percepções entre campo e cidade na hora de lembrar os desastres, marcada pela falta de um aviso de pessoas mais velhas na fala de Rafael, pois “os moradores da cidade de Tubarão haviam perdido a memória das enchentes anteriores, porque, nas últimas décadas, elas aconteciam somente nos campos”.⁴⁷⁷

A destruição causada pela força das águas, da terra ou do vento, marca a memória coletiva da região. A força da destruição na narrativa, segundo o antropólogo Oliver-Smith, vem da crença no mito de que a relação entre os seres humanos e o meio ambiente foi construída pela razão humana, que impôs ordem a uma desordenada, mas maleável, natureza. A condição de considerada pelos entrevistados como de excepcionalidade imposta pelo desastre segue a separação entre seres humanos e natureza, na qual a racionalidade humana não estaria sujeita às limitações da natureza, em virtude do exercício dessa racionalidade sobre a natureza, emancipando

⁴⁷⁶ Nilza de M. Vieira. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes e Marcos Aurélio Espíndola. Tubarão, outubro de 2012.

⁴⁷⁷ VETTORETTI op. cit., p. 225.

a espécie humana do jugo natural.⁴⁷⁸ Noção a qual será revisitada durante o andamento desta tese.

O relato da agricultora de Treze de Maio, município ao lado de Tubarão, onde ocorreram vários deslizamentos em 1974, é característico dessa forma de compreender a relação com o ambiente.

E.: Quando eu falo “desastre” qual é a primeira coisa que vem na cabeça da senhora?

M. B. F.: Sei lá, é tanta coisa, né!? [risos] Aqui é assim, quando começa a chover muito a gente se preocupa com os morros, né? E com o rio que enche. A gente se preocupa, eu me preocupo bastante. É que eu moro aqui [no alto], mas ali no portão do nono aonde caiu a barreira aquela vez, ali destruiu a feclaria tudo, né? Aí depois ele construiu de novo, aí ele construiu a Inquil Indústria de Amidos Especiais Ltda (INQUIL) aqui, né? A indústria química foi ele quem construiu. Eu tava grávida da minha primeira filha, ela já está com 38 anos. Aí ele construiu a INQUIL e fez sociedade com os gaúchos, depois resolveu construir lá de novo. E tá lá.⁴⁷⁹

Um turbilhão de lembranças de um passado ausente desaguam sobre a agricultura, primeiro o deslizamento dos morros que marcou a memória local a inscreveu um novo capítulo na percepção de risco; após, as águas, menos perigosas, mas constantemente presentes na vida das pessoas. Depois vem a destruição tentar solapar a engenhosidade humana, mas a feclaria que foi destruída, assim como os laços familiares, resiste. A simbologia da indústria química é marcante para entender essa relação da memória do desastre com a história da família e o legado deixado pelo avô, vitorioso por vencer as imposições do ambiente.

⁴⁷⁸ OLIVER-SMITH, A. Theorizing Disasters. In. OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S.M.(Orgs.). **Catastrophe & Culture: Anthropology of Disaster**. New Mexico: School of American Research Press, 2001. p. 57.

⁴⁷⁹ Marina Botega Fontana. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Treze de Maio, outubro de 2012.

Em todas as entrevistas o peso da morte sobrepujava a destruição produzida pelos desastres, sempre que se perguntava por que a enchente de 1974 foi a mais importante, a resposta invariavelmente partia da quantidade de mortos. Entretanto, a simbologia da morte nesses casos era muito relativa, é inegável que a dor da perda de familiares e amigos ecoe profundamente na memória dos entrevistados. A segurança oferecida pela ideia de domínio da natureza se esvai em situações como essas, pois em diversos casos os entrevistados narram o acontecimento traumático de ver pessoas sendo carregadas pela correnteza⁴⁸⁰ ou de só encontrarem pedaços de pessoas depois dos deslizamentos.⁴⁸¹ Para a socióloga Anne Eyre, a funcionalidade dos rituais de morte está relacionada ao senso de familiaridade e comunidade no pós-desastre, expressando e reforçando o senso de compreensão do evento quando a noção de ordem é temporariamente suspensa durante o choque e a perda.⁴⁸² Por fim, cabe à religião o recurso para tornar a morte não um ritual de fim, mas sim um ritual de passagem, onde a ausência do corpo busca ser suprimida, com o tempo, pela presença da lápide.

De forma semelhante, a ausência de mortes também marca a lembrança de eventos extremos, como foi o caso do Furacão Catarina que passou sobre a costa do Atlântico sul durante a madrugada do dia 28 de março de 2004.

E.: O senhor falou que foi ver os estragos. E o que as pessoas falaram, qual era a reação das pessoas frente ao furacão?

A.R.L.L.: A reação é de perplexidade da maioria das pessoas porque não tinham sido informadas do que poderia acontecer. Eu até penso que a reação foi positiva, porque em termos de perdas humanas, só duas pessoas morreram aqui é... na nossa região e a grande maioria dos estragos foi basicamente é...

⁴⁸⁰ Avanilda da Rosa Cardoso. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Praia Grande, setembro de 2012. Flávio Rosa da Silva. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. São João do Sul, setembro de 2012

⁴⁸¹ Nilza de M. Vieira, op. cit.

⁴⁸² EYRE, A. Remembering: community commemoration after disaster In.: RODRÍGUEZ, H.; QUARANTELLI, E. L.; DYNES, R. (Eds.). **Handbook of Disaster Research**. New York: Springer, 2007. p. 441-455.

prejuízos materiais nas casas e também na agricultura e na pecuária.⁴⁸³

O comunicador de rádio e jornal mostra-se surpreso ao sair pela manhã para averiguar o estrago causado pelo Furacão e ver que a reação das pessoas estava aquém da esperada por ele. Certamente naquele momento ele não tinha a informação de que havia “apenas” dois mortos, essa informação foi coletada depois e serviu de base para entender a falta de um trauma coletivo explícito no primeiro momento pós-desastre.

O caráter traumático das experiências estava presente na maioria das narrativas, em muitos dos casos a palavra “trauma” era trazida espontaneamente pelos entrevistados para atestar um sofrimento que teimava em não ir embora. Ao analisar os abusos da memória, Paul Ricoeur elenca no primeiro momento, em nível patológico, a memória impedida.⁴⁸⁴ Esse tipo de memória é fruto de um acontecimento traumático, pautado no sofrimento, que não teria realizado ainda o trabalho de luto, uma forma de aceitar a presença de lembrança carregada de sofrimento, nas palavras de Ricoeur, o trabalho de luto consiste em “aceitar a ausência de algo que deveria estar presente”.⁴⁸⁵

A memória da agricultora Nilza está permeada por esses momentos em que o medo vem pela condição da incerteza. Quando perguntada sobre a primeira lembrança, faz uma regressão temporal até a enchente e os deslizamentos de 1974, e nesse caminho diversos outros momentos de medo são trazidos novamente pela força das águas.

N. de M. V.: Ah, eu lembro daquilo. Claro que a gente lembra de todas as vezes que depois muitas vezes encheu. E a gente ficou com mais medo porque já tinha acontecido a primeira vez. Antes daquela enchente a gente não tinha medo. Depois daquela a

⁴⁸³ Alfredo Ricardo Lucas Lopes. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Balneário Gaivota, setembro de 2011.

⁴⁸⁴ RICOEUR, op. cit., p. 83.

⁴⁸⁵ Para realizar esta análise o filósofo Paul Ricoeur se vale das discussões de Sigmund Freud em FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar: Novas recomendações sobre a técnica da Psicanálise II. In: **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1914. p. 193-207.

gente tinha. Principalmente porque o meu pai não tava em casa. Só tava a mãe com as quatro meninas, então a gente passou um sufoco. A família que morreu aqui na Barreira, no mesmo dia de manhã eles tiveram aqui em casa. Daí eles convidaram que depois de eles levar as duas famílias para essa casa abandonada, lá no morro onde eles foram, eles deixaram a casa deles...⁴⁸⁶

Apesar de não ter perdido nenhum familiar na queda da Barreira, forma como os moradores locais chamam os deslizamentos, a agricultora perdeu algo que era fundamental para a vida na localidade, a segurança. A proximidade com a família que morreu soterrada e a possibilidade de, se tivessem tempo, terem sido “pegos pela Barreira” conecta a narrativa da agricultora à história do único sobrevivente do deslizamento de massa.

A documentarista Dácia Ibiapina da Silva analisou a construção de relatos de memórias traumáticas da população da região do Araguaia, que de forma direta ou indireta assistiu e participou, no sudeste do Pará e norte do atual estado de Tocantins, banhados pelos rios Araguaia e Tocantins de 1972 a 1974, da Guerrilha do Araguaia. Uma das estratégias comuns nesses relatos era narrar a tortura sofrida pelos outros moradores, ao invés de falar sobre a própria.⁴⁸⁷ Essa é uma estratégia produzida com base na necessidade de não entrar em contato com a própria experiência traumática, a fim evitar reviver o sofrimento que reside no passado.

E.: E como é que as pessoas ficavam durante a enchente? A senhora falou do medo da sua mãe...

N. de M. V.: Não, é que aí foi rápido. Chegou no outro dia, de manhã. A nossa casa era aqui do lado e aquele morro lá que a gente vê... depois que as famílias começaram a subir... Porque de manhã eles vieram aqui e convidaram nós. E os dois donos da casa, já foram lá para o morro ver essa casinha abandonada. Aí eles chegaram lá viram e já

⁴⁸⁶ Nilza de M. Vieira, op. cit.

⁴⁸⁷ SILVA, D. I. da. História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. **História Oral**, n. 6, p. 69-94, 2003.

resolveram que eles iam. Veio em casa, pegou os 12 filhos e a mulher e já foram.⁴⁸⁸

A história de Alcides, o único sobrevivente, foi relatada por todos os entrevistados em Treze de Maio. De forma surpreendente, a narrativa dos entrevistados tinha até mais detalhes que a do próprio Alcides sobre o trabalho hercúleo de se arrastar até a sua casa depois de ter sido pego pelo deslizamento. Entretanto, não foi “somente” por ter sobrevivido ao desastre que o agricultor se tornaria um personagem central para os habitantes da localidade do desastre de 1974. A história de Alcides ganha peso e valor também pelo que acontece no pós-desastre, como se o trauma da enchente se materializasse através da existência do agricultor.

3.1.3 Memórias coletivas, traumas individuais

Em diversos momentos os acontecimentos meta-entrevista transformam as possíveis respostas dos entrevistados e, também, as próprias memórias dos indivíduos, como foi o caso do professor de Praia Grande, Gustavo dos Santos Reis. As entrevistas estavam sendo feitas na Sala dos Professores do Colégio Estadual Bulcão Viana, Gustavo foi o último a ser entrevistado e ouviu os relatos das outras duas professoras. Ambas haviam mencionado muito rapidamente a enchente de 1974, conferindo mais peso para 1995. Já o professor, o último a falar, vale-se da memória coletiva da região para afirmar a importância da enchente de 1974.

E.: Tu lembra de alguma enchente que tenha acontecido na região?

G. S. dos R.: A mais marcante que todo mundo conhece é a de 1974, eu não vivi, mas é uma enchente histórica, né? Foi muito grande, destruiu grande parte da cidade. É a enchente que mais teve óbitos, né?

E.: Humhum.

G. S. dos R.: Foi nessa época. Eu não era nascido ainda, na casa que eu moro hoje, na casa do meu pai entrou água até meia parede. Mas foi toda a cidade

⁴⁸⁸ Nilza de M. Vieira, op. cit.

atingida, né? Então é a que eu mais lembro. E agora a de 2007 foi a mais recente assim, que também causou bastantes estragos na minha casa. Estragou o motor do meu carro, eu tava tentando ir para a minha casa. Mas, como eu vi que o rio tinha estourado, não deu para chegar...⁴⁸⁹

Neste caso a lembrança se mostra em larga medida como uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, “e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada”.⁴⁹⁰

Voltando para a parte norte da região estudada, a experiência de Alcides, o agricultor que escapou da Barreira, tornou-se parte da memória coletiva do desastre de 1974. Tomado pela lama e pedaços de árvores, Alcides faz uma promessa a Deus e com ela ganha força para, em meio ao caos, buscar por segurança. Depois de ter se arrastado até sua casa, todo machucado e com o pé quebrado, ele é limpo pela sua esposa e cai convalescido. A notícia de sua sobrevivência se espalha e no outro dia um helicóptero aparece para levá-lo a um hospital. Alguns falam em Florianópolis, mas o próprio Alcides atesta que foi para Tubarão. Após dois dias no hospital é trazido para casa e ali fica com sua família dependendo unicamente das ajudas que chegavam. Quando o envio de mantimentos cessou, a família ficou dependente de uma cesta básica trazida todo mês por um amigo de Alcides. Essa situação levou o agricultor, ainda com o pé quebrado a, de joelhos, capinar, arar e plantar uma roça de mandioca para que a família não ficasse tão dependente da solidariedade alheia.⁴⁹¹

As diversas versões da batalha épica entre Alcides e a queda da Barreira estão inscritas na memória coletiva local e possuem grande representatividade. Não é necessário debater a ausência de uma narrativa única e verdadeira, visto que “cada memória individual é um ponto de vista

⁴⁸⁹ Gustavo dos Santos dos Reis. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Praia Grande, setembro de 2012.

⁴⁹⁰ HALBWACHS, op. cit., p. 72.

⁴⁹¹ Alcides Salvador Medeiros. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes, Rafael Marques e Marcos Aurélio Espíndola. Tubarão, outubro de 2012. Nilza de M. Vieira, op. cit. Marina Botega Fontana. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Tubarão, outubro de 2012.

sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios”.⁴⁹² A história de Alcides se tornou emblemática por caracterizar uma excepcionalidade dentro do excepcional: a luta contra as forças da natureza; a religiosidade; a segurança do lar; o sofrimento físico; as privações no pós-desastre; o trabalho árduo na roça; as dificuldades na criação dos filhos. As marcas de um passado de sofrimento do agricultor são compartilhadas na comunidade na medida em que esta história individual serve como referência, tanto para os de fora, quando os de dentro da comunidade, para explicar uma luta inglória, mas necessária, do agricultor vítima de uma natureza que precisa domar para produzir sua subsistência.

A narrativa de Eliane sobre a passagem do Furacão Catarina é também emblemática, não por uma história de sobrevivência, mas pela “falta” de uma. Inicialmente a professora da Rede Municipal de Sombrio alegou que não tinha vivido o desastre e, desta forma, não teria relato algum para oferecer, pois juntamente na hora da passagem do Furacão estava dormindo. Entretanto, concordou em oferecer uma entrevista pelo fato de poder falar sobre a destruição que viu no domingo pela manhã. Eliane explica, que diante da situação de incerteza que se aproximava, pegou sua filha e foram para o apartamento da avó da menina, lá se deitaram juntas na cama e juntas rezaram até dormir.

Eu e minha filha dormimos abraçadinhas e eu não lembro de nada, então eu acho que vem uma forma de gratidão, eu acho que nem vem o medo em si, a gente pode até falar disso depois, mas a primeira imagem vem a imagem de gratidão que Deus é muito bom e eu não vi, né claro, sei de tudo que as pessoas passaram, que eu escutei, mas pra mim em si vem isso...⁴⁹³

A estratégia de Eliane deu certo, apesar do barulho e do medo conseguiu junto com a filha evitar uma experiência que certamente lhe marcaria para a vida toda. Contudo, na continuação do relato, ao passar da

⁴⁹² HALBWACHS, op. cit, p. 71.

⁴⁹³ Eliane Maria Vefago. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Sombrio, setembro de 2011.

descrição do dia de domingo, em que mal podia transitar pela cidade de Sombrio para a segunda-feira, quando voltaria à escola para lecionar, de sobressalto foi investida pela lembrança das crianças na escola. A perplexidade do corpo docente e o sofrimento dos alunos foram compartilhados por toda a escola.

E. M. V.: Daí quando eu chego na escola daí. E eu acho que por mais que eu sentia aquilo, não me tocou muito, me tocou mais quando eu cheguei na escola, aí quando eu cheguei na escola, eu vejo que, não tanto em si a estrutura, mas o emocional das pessoas. Eu acho que isso que mais me tocou, eu lembro até hoje que a diretora foi no palco ela não conseguia falar né, e tinha alguns alunos indo “pra” escola e muitos chorando né, e eu vi... todas as colegas choraram, uma a casa tinha sido derrubada, a outra não consegui dormir, a outra... sabe!? E aí a diretora vai pro palco, assim dizer “Pessoal” – chorando assim “hoje a gente não vai conseguir ter aula, lá na minha casa está acontecendo isso, os alunos aqui estão todos abalados, vamos ver o que está acontecendo...” Então aquilo ali sabe eu acho que de todo o momento assim, desde o primeiro momento do furacão em si, aquilo ali tocou muito assim, do emocional, daí eu chorei, eu me desesperei também, embora não tivesse acontecido nada comigo aqui, mas eu vi esta coisa de sido mais do que...⁴⁹⁴

A narrativa da entrevistada oferece diversos elementos para entender como, mesmo sem ter a experiência, a lembrança do Furacão trouxe um momento traumático vivido pela comunidade. A professora ainda conta que em outro episódio de fortes ventos, logo depois do furacão os alunos ficaram muito nervosos, em virtude da preocupação com os estragos nas casas e a incerteza sobre a condição dos familiares. Como destaca Ricoeur, ao tratar do transplante do conceito utilizado no nível da individualidade para entender uma situação coletivamente compartilhada, “é sempre com perdas que a memória ferida é obrigada a se confrontar”.⁴⁹⁵ No caso do Furacão, para além das perdas materiais, a região perdeu

⁴⁹⁴ Idem.

⁴⁹⁵ RICOEUR, op. cit.

também a segurança, pois depois do desastre os moradores passaram a admitir, que outros furacões poderiam acontecer. Em se tratando de desastres “naturais” as fronteiras do compreensível foram novamente alargadas.

No entanto, como atestou Michael Pollak⁴⁹⁶, são diversas as estratégias produzidas para lidar e para narrar situações traumáticas. Segundo o autor, o silêncio é uma das formas mais comuns de lidar com memórias traumáticas, no entanto esse trabalho de lidar com as lembranças do passado, apesar de também estar inscrito em âmbito coletivo, é necessariamente individual. Cabe destacar que as perguntas realizadas nas entrevistas não visavam necessariamente levantar esses momentos delicados na vida dos entrevistados, sempre que o assunto “trauma” ou “sofrimento” surgia, era por via da própria estratégia narrativa dos entrevistados.

Como no caso do agricultor de São João do Sul, do extremo sul catarinense, que também usou o trauma como exemplo para justificar suas ações no pós-desastre.

E.: E como é que foi a reação da sua família durante a enchente?

F. R. da S.: Eu tava do lado de lá, sei lá, a gente não ficou muito...É como diz o ditado, naquelas alturas a gente tinha uma vaca e um porco, e foi enfrentando a enchente para salva o pouco que tinha.

E.: Sim.

F. R. da S.: Se ficasse parado olhando talvez tivesse ficado traumatizado.⁴⁹⁷

A forma para lidar com o trauma foi o trabalho na própria terra, enquanto a normalidade não fosse reestabelecida, a casa recuperada e as terras aradas, a lembrança do sofrimento ainda se faria presente na vida do agricultor. Ainda que a memória da enchente de 1974 esteja plena de

⁴⁹⁶ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, 1989. POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

⁴⁹⁷ Flávio Rosa da Silva. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. São João do Sul, setembro de 2012.

sofrimento e provações, o desastre veio mostrar que a moral do trabalho defendida pelo agricultor serviu como um fio condutor que liga as provações do passado a um presente de mais estabilidade.

Entrevistas com caráter estritamente informacional também são ferramentas para entender a seletividade da memória e manobras de alguns entrevistados para manter longe da entrevista os seus sentimentos. O comunicador de Balneário Gaivota, Alfredo Feijão Lopes, trouxe relatos precisos sobre a passagem do Furacão, fruto de um trabalho de diversos anos de enquadramento da memória em que oferecia aos seus ouvintes e leitores relatos detalhados da passagem do Catarina. Pollak esclarece que esta forma de negociar experiência e narrativa é comum em personagens públicos que passam a produzir as narrativas com base também na expectativa da audiência.⁴⁹⁸

Diversas situações permeiam a realização das entrevistas de história oral, situações essas que normalmente não compõem o texto final das pesquisas, por não se enquadrarem nas dinâmicas da narrativa composta pelos historiadores ou, até mesmo, pela falta de percepção sobre a aplicabilidade e/ou relevância dos acontecimentos meta-entrevista. Foi o que aconteceu em São João do Sul, pela falta de conhecimento sobre quais pessoas poderiam ser entrevistadas, a Cooperativa de Rizicultores pareceu uma escolha própria para resolver o problema da falta de entrevistados. No local foram feitas duas entrevistas, o segundo entrevistado não se sentiu muito à vontade para oferecer o seu testemunho, foi quando o agricultor que já havia sido entrevistado falou para ele “não ficar de bobagem”. Nesse momento, o agricultor que antes parecia contrariado decidiu mostrar naquele contexto que não via mais problemas em dar a entrevista. Entretanto, problema de Nevol Maciel não era dar a entrevista, mas, sim, entrar novamente em contato com uma série de memórias de momentos difíceis.

E.: E quando a gente fala assim “enchente” qual é a primeira que vem na cabeça do senhor?

N. de L. M.: A que me marcou mesmo foi a de 21/03/74.

⁴⁹⁸ POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992, p. 203.

E.: E por que essa daí marcou mais o senhor?

N. de L. M.: Porque foi muito grande [risos]. Fez muita coisa feia na nossa região.

[silêncio]

E.: E a sua família como ficou?

N. de L. M.: É... Presenciei gente morrendo, tirei gente, achei muitos mortos pelo mato. Tentei tirar alguém não consegui mais, eles morreram.⁴⁹⁹

A entrevista foi tão curta quanto às respostas do agricultor. Risos intercalavam as pequenas respostas que caminhavam para um tom de generalização, Nevol buscava não revisitar as memórias que há muito estavam esquecidas, ele se amparava na memória coletiva para não carregar sozinho o peso daquelas lembranças.

Diferente das memórias traumáticas analisadas por Pollak – que no contexto do pós-guerra eram articuladas pelas pessoas para dar sentido a um presente compartilhado por vencedores e vencidos – nas memórias traumáticas produzidas pelos desastres, todos os sobreviventes se veem como vítimas, portanto diferentemente dos contextos estudados pelo sociólogo austríaco, o esquecimento ou mesmo apenas o silêncio, não são vistos como condição necessária para que diferentes grupos sociais dividam o mesmo espaço.⁵⁰⁰ Um veredicto entre a complexa relação entre desastres, memória, trauma e esquecimento, antes precisa dar conta do caráter de excepcionalidade conferido aos eventos, em nível individual e coletivo, e, igualmente, das formas locais de enquadramento das memórias dos desastres.

3.1.4 Os lugares da excepcionalidade

O caráter singular é uma das premissas básicas para a definição de um desastre.⁵⁰¹ Entretanto, a percepção dessa singularidade pode variar, principalmente de acordo com a frequência com que esses eventos

⁴⁹⁹ Nevol de Lima Maciel, op. cit.

⁵⁰⁰ POLLAK, 1989, op. cit.

⁵⁰¹ OLIVER-SMIYH, op. cit.; CASTRO; PEIXOTO; RIO, op. cit.

ocorrem.⁵⁰² No extremo sul de Santa Catarina, nas cidades de Praia Grande, São João do Sul e Araranguá, a rotina de enchentes é anual e algumas vezes ocorrem mais de duas enchentes por ano. Já os arredores de Tubarão parecem não sofrer tanto com a força das águas, com exceção da localidade da Madre, situada na área rural a sudeste da cidade. Nesses pontos, a frequência dos acontecimentos desastrosos expande a noção de singularidade para longe do esporádico. O mesmo movimento, por exemplo, dá-se nas grandes cidades quando se avalia a percepção das pessoas sobre segurança e violência, a banalização da violência surge como reflexo da esporadicidade dos casos.

Apesar de a singularidade ser um ponto chave nas narrativas sobre os desastres, como destacado no capítulo anterior, as pesquisas históricas que tratam dos desastres precisam considerar os desastres como eventos inscritos em processos.⁵⁰³ A despeito do caráter único de cada evento, as formas de lidar com o incidente possuem lastros culturais e sociais que compõem contextos históricos específicos.

Neste caminho, a enchente e deslizamentos de 1974 e o Furacão de 2004 ganham contornos diferenciados quando evocados pela memória. A excepcionalidade do Furacão também pode ser inscrita na lógica da frequência, pois, uma vez que não se tem registro de nenhum evento como tal, a unicidade do evento passa a ser referência à memória, como exemplificado pelo jogo de crença e descrença que marcou os momentos pré-desastre.

Em todas as entrevistas se fez a pergunta sobre os momentos antecedentes da eclosão dos desastres. Em se tratando das enchentes, em nenhum momento surgiu na fala dos entrevistados alguma lembrança sobre previsões meteorológicas, com apenas uma exceção os dias eram notadamente normais. A professora de Praia Grande, Juciclei, lembra que em 1995 todo o Estado de Santa Catarina era assolado por uma seca muito forte, ela fala em tom de brincadeira, “nós rezávamos por chuva”.⁵⁰⁴ Já quanto à passagem do Furacão, a situação foi diferente, o jogo entre crença

⁵⁰² BURTON; KATES, op. cit.

⁵⁰³ OLIVER-SMIYH, op. cit.

⁵⁰⁴ Juciclei Goulart Patrício. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Praia Grande, setembro de 2012.

e descrença marcou o dia de sábado (27/03/2004), pois foi só nesse dia que começaram a chegar as informações sobre um possível ciclone extratropical que se dirigia à cidade de Laguna, há aproximadamente 130 km de Balneário Gaivota.

Em *Media, communications and disaster*, Radford e Wisner discutem a função da informação na estratégia para redução de risco de desastres. Os autores explicam que a comunicação tem um papel fundamental, não só no pós-desastre quando os jornalistas fazem ao governo perguntas que os seus leitores fariam a si mesmos; a informação também tem papel essencial nos momentos pré-desastre, a fim de preparar as pessoas para o acontecimento que está por vir.⁵⁰⁵ Não se pode afirmar o que teria acontecido se no caso do Furacão Catarina os veículos de mídia avisassem a população com mais antecedência. Certamente, o jogo entre crença e descrença seria desempenhado de outra forma, a professora Eliane relata que só acreditou mesmo quando a notícia do Furacão chegou ao Jornal Nacional⁵⁰⁶, e foi a partir desse momento que começou a se dirigir para um local mais seguro.⁵⁰⁷ Nessa situação específica, o relevante não era o tipo de informação, mas, sim, qual a instituição que a estava propagando, na compreensão da professora, a notícia sendo propagandeada no telejornal mais famoso do país, na noite de 27 para 28 de março, significava que o telejornal não colocaria sua credibilidade em xeque por um aviso que beirava o inacreditável, algo excepcional iria acontecer.

Já a agricultora Seoni B. Leandro e sua família agiram de uma forma diferenciada, assim que as notícias começaram a surgir, cerca de dois dias antes do ocorrido, ela passou a se preparar.

S.B.L.: Eu achei que vinha coisa mais fraca, que não ia “te” essa coisa assim tão forte né, achei que ia ser um ventinho assim mais ou menos que a gente já “tava” acostumado a viver, porque a gente... casa de pobre as vezes dá uma tormenta que... tu pensa que não é grande coisa, mais ai tu vê... porque onde tu

⁵⁰⁵ RADFORD, T.; WISNER, B. *Media, communication and disaster*. In: WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.). **Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction**. Routledge: Abingdon, Oxfordshire, 2012. p.761-771.

⁵⁰⁶ Telejornal da Rede Globo de Televisão.

⁵⁰⁷ Eliane Maria Vefago, op. cit.

vive, então tem bastante árvore aí qualquer ventinho já se forma barulho né!? Mas que nem o Catarina assim, achei que ia dá muito mais fraco.⁵⁰⁸

A resposta da agricultora ao cenário de incerteza não se dá em função da confiança na passagem do Furacão, a iniciativa para começar a “preparar a casa” está inscrita dentro da noção de risco que é composta pelo conhecimento da condição de vulnerabilidade em que se encontra. A alargada percepção de risco de Seoni se não explica apenas pelas precárias condições de vida, onde um vento forte já lhe traria prejuízo, mas, também, em função dos estragos que outros vendavais causaram.

No tocante à experiência do desastre, a condição de unicidade conferida ao evento produz significados que combinam elementos memorialísticos com identitários. O relato de Tadeu dos Santos, conhecido ambientalista da região de Araranguá, oferece subsídios para entender melhor essa relação.

T. dos S.: Depois a de 1974, eu estava Florianópolis e até chegar em Praia Grande, que eu levei quase que um dia e meio para chegar ali, eu tinha os meus irmãos ali. E em termos de desastre, o que mais me marca mais é o Furacão Catarina, né? E de enchentes eu acho que são essas que eu citei aí [1962 e 1995].

E.: O que te marca do Furacão Catarina?

T. dos S.: É que no Furacão Catarina eu estava na BR-101 voltando de Criciúma, e por uma questão de 15 minutos... Eu me decidi, eu tinha ido em uma formatura e sabia que havia havido aquele anúncio de rádio e televisão do governador, e eu como ambientalista não deveria ter saído de casa, devia ter acreditado. E fui. Mas aí começou a pesar a consciência, e aí eu pensei pode dar problema, aí eu saí mais cedo e começou a chover em Criciúma. E eu tinha pensado, “meia noite eu vou sair”, mas eu saí meia noite e quinze. Quando eu cheguei aqui no

⁵⁰⁸ Seoni Baltazar Leandro. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Balneário Gaivotas, setembro de 2011.

Maracajá já não deu mais, a passagem foi totalmente bloqueada, fiquei mais de uma hora preso aqui naquela reserva. Tinha até uma carreta que não estava virada, mas ela atravessou a pista fora de controle. Várias árvores estavam caídas, tipo assim umas 500 árvores caídas, no trecho... naquela região ali. Tu te lembra que tinha aquele trecho ali?

E.: Sim, aquele trecho baixo onde tinha vários eucaliptos.

T. dos S.: Isso, tanto é que eu só consegui chegar aqui no domingo às 11 horas da manhã. Por que a balsa não passava, daí então foi arrumado com as máquinas da prefeitura do Maracajá. Na beira do Rio Araranguá, pelo outro lado tem um... Tem aqui a Barranca, né?⁵⁰⁹

A narrativa de Tadeu ao tratar dos desastres na região, salta diretamente para o Furacão, o que pode ser explicado em virtude do entrevistado afirmar não ter vivido a enchente de 1974, apenas os momentos pós-enchente. Tadeu admite que deveria ter ficado em casa e acreditado nas notícias, ainda mais por ser um ambientalista. Um dos trabalhos da memória é dar coerência ao momento presente quando as memórias do passado são acessadas.⁵¹⁰ O que a memória do morador de Araranguá não permite que ele faça é pensar que, justamente por ser ambientalista e conhecer as características climáticas da região é que provavelmente ele escolheu ir à formatura. Na sequência do relato, o entrevistado explica quão excepcional era o acontecimento, pois naquele momento, apesar de sempre ter uma filmadora por perto, não parou para pegar o material e fazer gravação alguma. A real possibilidade de risco de vida inseriu Tadeu numa nova realidade que ainda não havia experimentado, a condição de sobrevivente.

Neste ponto, a problematização de Ricoeur sobre as utilidades do testemunho são bem vindas, pois

[...] no próprio interior da esfera histórica o testemunho não encerra sua trajetória com a

⁵⁰⁹ Tadeu dos Santos. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. São João do Sul, novembro de 2012.

⁵¹⁰ POLLAK, 1992, op. cit., p. 206.

constituição dos arquivos, ele ressurge no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens. Mais que isso, sob certas formas contemporâneas de depoimentos suscitadas pelas atrocidades em massa do século XX, ele resiste não somente à explicação e à representação, mas até a colocação em reserva nos arquivos, a ponto de manter-se deliberadamente à margem da historiografia e de despertar dúvidas sobre sua intenção veritativa.⁵¹¹

A relação entre a singularidade conferida aos desastres nas entrevistas e a natureza dos depoimentos das atrocidades do século XX pode ser compreendida pela importância dada, na esfera individual, ao valor do testemunho. Entretanto, é necessário ter cuidado com a proposição de tais similaridades, pois o projeto de futuro no qual a função do testemunho está amparado é diferente. No caso das memórias das atrocidades do séc. XX, o que se buscou foi valorizar a transmissão e recepção de relatos de sofrimentos, conforme Gagnebin, indizíveis que devem ser retomados de forma reflexiva para evitar que tais atrocidades se repitam.⁵¹² Em se tratando das memórias sobre desastres no sul de Santa Catarina, a necessidade do testemunho, que dê conta de transmitir a natureza excepcional dos acontecimentos, esbarra na falta de um projeto de futuro onde as experiências dessas pessoas tenham espaço na sociedade.

Para entender um pouco melhor o caráter da excepcionalidade dos desastres que dialogue com uma identidade social, a aposentada Avanilda de Praia Grande trata de deixar claro o efeito das enchentes na região e a sina dos moradores.

Daí veio o turbilhão d'água. Daí era umas 4 da tarde a gente não conseguia voltar em casa e dentro da nossa casa deu um metro de altura. Aí foi sofá, foi mesa, foi rancho, tudo que tava dentro da geladeira, foi tudo. E ficou uma lama, dessa altura, e aí a gente já começou a limpar, por que aqui é assim: ela [a enchente] leva o que tem que levar e depois deixa só destruição para a

⁵¹¹ RICOEUR, op. cit.

⁵¹² GAGNEBIN, op. cit, p. 11.

gente, entendeu? Aí a nossa tava com tanto assim de lama, aí tinha sapo e tinha cobra, a gente foi lavando e foi achando os bichos.⁵¹³

Na moral da história contida no meio da passagem, a aposentada deixa claro para o entrevistador de fora que existe um padrão comum à passagem da água da chuva que “teima” em escoar por sobre a cidade. A ideia da enchente que “leva o que tiver que levar” já está inscrita na maneira de lidar com o desastre, há uma tácita aceitação da vulnerabilidade e o que resta aos moradores locais é lidar com a destruição, numa condição de perpétua sobrevivência. Nesse ponto a excepcionalidade, característica marcante da percepção dos indivíduos sobre o desastre, ganha contornos ambíguos, pois apesar de caracterizar a marca indelével da particularidade, emergem das narrativas padrões localizados na ordem da destruição.

3.1.5 Religiosidade

Dentro desse cenário extraordinário e de aflição um elemento emerge constantemente como forma de alívio para a incerteza que tocava a todos, a religiosidade. A presença da religiosidade nas entrevistas se dava de várias formas que transitavam entre a onisciência da divindade até o Deus de amor, capaz de dar alento a todos os sofrimentos, entretanto deve-se destacar que a religiosidade encontrada nas respostas dos entrevistados tem como base os pressupostos judaico-cristãos. Detalhe importante também é saber quando essas memórias ligadas à religiosidade surgiam, notadamente na parte final das entrevistas quando as perguntas sobre a causa dos desastres eram feitas. Entretanto, as respostas às perguntas não continham cunho religioso, normalmente os entrevistados se valiam de informações ligadas às características do ambiente, mas dado o grau de incerteza, a religiosidade vinha como apoio na narrativa.

Os geógrafos David Chester, Angus M. Duncan e Heather Sangster analisam as interpretações religiosas de 49 erupções vulcânicas de 1850 até 2002. No estudo expõem que depois do Iluminismo as explicações

⁵¹³ Avanilda da Rosa Cardoso. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Praia Grande, setembro de 2012.

religiosas sobre os desastres se tornaram menos proeminentes, mesmo assim é comum ideia de que o sofrimento vem pelo fato da pessoa não estar agindo conforme certos preceitos religiosos.⁵¹⁴ Entretanto, em nenhuma das entrevistas realizadas a noção de uma expiação merecida fez parte das narrativas sobre os desastres no sul de Santa Catarina. Os pesquisadores do Reino Unido discutem que, apesar da noção de “ato de Deus” ter sido paulatinamente suplantada pela perspectiva das catástrofes naturais, a crença que surge para a percepção das pessoas sobre os desastres é constituída mutuamente por essas duas incompatíveis visões de mundo.⁵¹⁵

O poder da divindade também pode ser usado para, literalmente, acabar com a entrevista. Como no episódio do Agricultor Nevol.

N. de L. M.: [murmurando palavras juntas] Mas, é a sim rapaz. Pode vim e pode não vim. A gente não sabe, né?! Não adianta eu te arriscar uma coisa, “acho que deve dar uma enchente”, depois tu vê que não dá. Quem manda é um só!

E.: É quem manda é um só. É o lá de cima?

N. de L. M.: É.⁵¹⁶

Não se descarta a crença do agricultor nessa situação específica, contudo o emprego da crença no destino e do papel da divindade também serviram como estratégia para dar um ponto final na entrevista.

O mito do Dilúvio também está presente nas narrativas sobre a vivência dos desastres.⁵¹⁷ Nestas situações o caráter alegórico do acontecimento bíblico tem duas funções claras. A primeira, fornece ao ouvinte um exemplo do extraordinário na vivência do desastre; a segunda, faz relação direta com os significados do mito produz identificação direta

⁵¹⁴ CHESTER, D.; DUNCAN, A.M.; SANGSTER, H. Religious interpretations of disaster. In.: WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.). **Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction**. Routledge: Abingdon, Oxfordshire, 2012. p. 109-120.

⁵¹⁵ Ibidem, p. 115.

⁵¹⁶ Nevol de Lima Maciel, op. cit.

⁵¹⁷ Maria Salete Clenhal, op. cit. Alcides Salvador Medeiros, op. cit. Hadnoer José Alves. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. São João do Sul, novembro de 2012.

com o protagonista do mito, da mesma forma que o protagonista Noé o entrevistado se torna um sobrevivente escolhido pela divindade. Nesse sentido, o mito organiza a realidade ao oferecer elementos explicativos e compensatórios capazes de ligar o indivíduo aos planos maiores da transcendência.⁵¹⁸

O sul catarinense se caracteriza pela grande maioria de Católicos Apostólicos Romanos, nas cidades e localidades rurais além de oferecer conforto para as inseguranças terrenas, as sedes das igrejas tem um papel central na dinâmica da mobilidade nas situações de crise. São incontáveis as narrativas onde a Igreja surge na paisagem do desastre, seja por estar em um ponto alto da cidade ou pela simbólica segurança inscrita no âmbito do sagrado, pois seria um local protegido por Deus. A materialidade da percepção ocorre pelo fato das construções dos templos remontarem a fundação das cidades. No município de Jacinto Machado, por exemplo, os auto-falantes da Igreja já foram usados para avisar as pessoas quando o rio da Pedra, formador do rio Araranguá, ameaçava a cidade.⁵¹⁹ Em toda a região tanto Igrejas e Salões Paroquiais serviram de moradia para desabrigados e como centros de recebimento de doações.

3.1.6 Condições locais de subsistência das memórias coletivas

Cada microrregião onde foram realizadas entrevistas apresentou uma dinâmica própria para o manutenção das entrevistas. Mesmo cada memória individual sendo um ponto de vista sobre a memória coletiva, o grupo produz meios de elencar quais as memórias são aceitas no jogo de negociação que a subsistência do fluxo de memórias produz. Maurice Halbwachs explica que lugar e grupo vão marcando um ao outro a ponto das ações do grupo também se traduzirem em termos espaciais.⁵²⁰

De uma forma mais refinada, Michael Pollak estrutura a relação entre acontecimentos, personagens e lugares para determinar como se produzem e organizam as memórias coletivas no contexto do pós-guerra

⁵¹⁸ CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000. p. 161.

⁵¹⁹ Juciclei Goulart Patrício, op. cit.

⁵²⁰ HALBWACHS, op. cit, p. 133.

para trabalhar a relação da memória com a identidade social.⁵²¹ O autor evidencia a seletividade da memória, destacando as disputas sociais no fenômeno de construção, negociação e enquadramento da memória.

3.1.6.1 Praia Grande, São João do Sul, Timbé do Sul e Jacinto Machado: Cultura da reconstrução

A constância nas enchentes é o fator mais importante para entender a dinâmica da memória coletiva dos desastres nos municípios próximos à escarpa da Serra Geral no extremo sul catarinense. Mesmo quando os indivíduos não viveram a enchente de 1974, fica clara a força da enchente na memória local, neste caso também se deve estar atento ao fato de outras enchentes menos impactantes “oxigenarem” a memória de 1974.

E.: Então vamos dizer assim... O pessoal de Praia Grande já está acostumado com a enchente?

[Silêncio]

E.: Eu entendo que não é uma coisa que se acostume...

A. da R. C.: É, eu vou dizer para ti. O que a gente tem de bom aqui, que eu acho muito importante, é a coragem do recomeço. Sabe?

E.: Humhum.

A. da R. C.: A gente tem, a maioria das pessoas que eu conheço, que a gente conhece, ela tem aquela vontade do recomeço. Ou no dela, ou ajudar o outro do lado, tais me entendendo?

E.: Sim, sim.⁵²²

A aposentada demonstra um acurado entendimento da pergunta e busca uma forma positiva de classificar a interação local com o desastre. O seu foco não está na força da destruição ou no caráter negativo do desastre,

⁵²¹ POLLAK, 1992, op. cit.

⁵²² Avanilda da Rosa Cardoso, op. cit.

mas, sim, na vontade de recomeço, como ela mesma diz. Outra preocupação é o dever do auxílio, uma característica inerente ao povo, segundo ela, trabalhador da região. Na memória de Gustavo, que não viveu a enchente de 1974, mas presenciou várias no centro de Praia Grande, a ajuda entre as pessoas já não é mais tão certa, muito saem de casa só para olhar o estrago.⁵²³

Em Jacinto Machado e Timbé do Sul a enchente e os deslizamentos de 1995 são vistos de forma idêntica aos acontecimentos de 1974. A memória “recente” também se deve à facilidade em se lembrar dos deslizamentos. “O costão do Pinheirinho é na serra. Se você olhar num dia de sol dá pra ver as escarpas”.⁵²⁴

O professor de Praia Grande parece estar olhando para uma localidade onde os valores das pessoas estão mudando, a falta do apoio vicinal, uma característica da realidade rural em que estava inserido, aos poucos vai dando lugar ao crescimento da cidade que é reflexo, principalmente, de novas formas de mobilidade, como a construção da BR-101 em 1971; e da inserção da região na agricultura de mercado a partir da década de 1970, com a implantação do PROVÁRZEAS.⁵²⁵

3.1.6.2 Araranguá: O estigma da Barranca

A dinâmica de enquadramento da memória em Araranguá tem suas características próprias. Por estar a aproximadamente 50 km das escarpas da Serra Geral, a zona urbana não sofre com enchentes bruscas, apenas graduais, o que dá tempo às populações das áreas mais afetadas para “preparar a casa” e se deslocar para zonas seguras. Notadamente, o senso comum local associa a ocorrência das enchentes ao bairro da Barranca, uma das possíveis pessoas a serem entrevistadas disse que não sofreu com as enchentes na região e explicou que não morava na Barranca para dar entrevista. De forma geral, os moradores da localidade que margeia o rio

⁵²³ Gustavo dos Santos dos Reis, op. cit.

⁵²⁴ Aldoir Bristot. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Jacinto Machado, setembro de 2014.

⁵²⁵ PRESA, op. cit.

Araranguá na parte norte da zona urbana são mal vistos pela população do município, e sobre eles paira o estigma de aproveitadores e preguiçosos.

O ambientalista Tadeu dos Santos vê a situação da Barranca como uma “questão cultural”, onde por receber uma enchente que não oferece risco de vida, as pessoas se acostumaram ao ritmo de subida da água e ao recebimento de auxílio tanto estatal, quanto de roupas, comida e brinquedos que são enviados de outras partes do Estado.⁵²⁶ A professora Juciclei Goulart de Praia Grande, que cresceu em Araranguá, visitava seus avós que moravam na Barranca e também era enviada pela mãe para ficar com eles quando a chuva ficava mais forte. Ela lembra que quando chovia ganhava muitos brinquedos.⁵²⁷

Um dos moradores da localidade, o comerciante David faz questão de deixar claro que existem diferenças entre as pessoas que vivem na Barranca, mostrando as especificidades do local. David explica ainda que a abertura da barra do rio Araranguá é um assunto muito em voga atualmente, e uma das explicações para a abertura seria aumentar o escoamento da água e evitar o dano das enchentes. Entretanto, na sua visão, a estigmatização da localidade serve a propósitos maiores do jogo político local.

D.M.A.: Tu sabe como é que é a história do Nordeste?

E.: Um pouquinho eu sei.

D.M.A.: Então, é aquela história assim: Vai faltar água no Nordeste, leva R\$10 milhões. Aqui também é essa história o que foi feito foi isso. Na época do Motta (ex-prefeito de Araranguá) veio dinheiro para abrir a Barra, cadê o dinheiro? [...]

Aí depois veio a máquina, mas era só fazer um burquinho que o rio fazia o resto. Na hora que a máquina passou naquele corretozinho, a galera pulou, começou a abrir fazendo um barulho. Já imaginou um rio daquele tamanho que tava assim, com uns 300 metros de largura, eles abriram um burquinho na areia, imagina aquilo correndo para dentro do mar, a

⁵²⁶ Tadeu dos Santos, op. cit.

⁵²⁷ Juciclei Goulart Patrício, op. cit.

velocidade que não ia pegar. Então a princípio a Barra é área de risco, aí a Defesa Civil, “vem quantos milhões para Araranguá?”. Então eles fizeram disso uma verba extra que tava vindo direto para eles. E é só isso, porque se arrumar também acaba.⁵²⁸

O relato do comerciante tira o foco apenas cultural da relação com a enchente proposto pelo ambientalista, o que também desloca a culpabilização do desastre do âmbito exclusivamente individual e traz também para os meandros do jogo político. O foco na desconstrução do estigma do advogado e então vereador Daniel Afonso estava em contar o passado da comunidade para ressaltar sua importância na história de Araranguá. O entrevistado também deixa claro que a Barranca não era uma área de risco, mas que a situação de risco foi construída com a utilização das áreas alagadiças para o cultivo do arroz.

N. V. A.: Pra ti ter uma ideia, tanto é que o sistema de eletricidade de Araranguá era na Barranca. Então o que tu vê, vamos supor no Sombrio deve ter...

E.: Sim, transformadores e tudo mais.

N. V. A.: Isso. Hoje é em outra área, mas era na Barranca. Então todo o sistema de distribuição de energia elétrica era na Barranca. Mazzuco na Barranca. Becker na Barranca. Os hotéis eram na Barranca. A maioria das empresas que tinha obrigatoriamente era na Barranca. Então, o rio percorria uma boa extensão só de empresas. O que acontece? Não tem como uma empresa de porte, sobretudo vir se instalar num local que dá enchente. Porque elas já se instalaram lá, construíram e existe pavilhões na Barranca, pavilhão enorme. Isso, construído há mais de 60 anos. Nessa época [a empresa] tinha 250 funcionários, então para essa época era muita gente.⁵²⁹

⁵²⁸ David Moreira Afonso. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Araranguá, setembro de 2012.

⁵²⁹ Daniel Viriato Afonso. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Araranguá, setembro de 2012.

Na memória do entrevistado o contraste entre passado e presente carrega um ressentimento na perda da importância do bairro onde cresceu. A margem esquerda do rio Araranguá foi deixada à própria sorte em razão do crescimento da parte central da cidade do outro lado do rio. Na atual memória histórica do município, o bairro da Barranca perdeu reconhecimento, pois o problema causado pelas enchentes é visto como meio de vida dos atingidos pela enchente lenta e gradual. Por outro lado, Daniel insiste em afirmar a importância do bairro na história municipal, reconhecendo que a localidade é muito mais vítima das circunstâncias do que mal intencionada por usar a enchente em proveito próprio.

3.1.6.3 Tubarão: Lugares de memória

O município de Tubarão, diferente dos demais, interiorizou na sua história a enchente de 1974. É o único da região sul de Santa Catarina que nos últimos anos vem realizando seminários para discutir estratégias para mitigação de desastres e até erigiu lugares de memória, fazendo jus ao conceito de Pierre Norra, para mobilizar a memória coletiva em nível local. Outro ponto importante é a valorização pela mídia local de matérias que contam histórias de sobrevivência das pessoas comuns à enchente. Na comemoração dos 40 anos do desastre, diversas notícias buscaram dar conta das especificidades da enchente, lembrando a ação da Igreja Católica, do Exército e da Prefeitura Municipal.

Como destacou o engenheiro Rafael Marques, os seminários são uma forma de fazer as pessoas pensarem sobre o que aconteceu e o que pode acontecer.⁵³⁰ Os eventos são realizados anualmente na época do “aniversário” da enchente, no ano de 2014 ocorreu a 6ª edição do seminário que contou especialmente com a presença do ex-prefeito e médico Irmoto Feuerschuette e dos engenheiros responsáveis pelo novo projeto de dragagem do rio Tubarão. O secretário de Defesa Civil também apresentou o sistema de monitoramento do Rio Tubarão e falou sobre o Plano de Contingência do município.

⁵³⁰ Rafael Marques, op. cit.

Em 1984 o historiador francês Pierre Nora lançou o conceito dos *lugares de memória* como uma forma de entender os excessos de comemoração que vieram da esteira da materialização da memória (1980 foi denominado o Ano do Patrimônio). Nora vê uma França sem tradição, sem oralidade, onde a aceleração da história clama por balizas para a memória, pois para isso existem lugares de memória, porque não há mais meios para memória.⁵³¹ Dessa forma, inscrição dos lugares para recordação é submetida pela intencionalidade e utilidade, segundo o historiador, "os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, manter aniversários, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais".⁵³²

Christian Pfister analisa a memória dos desastres e a cultura do risco na Europa ocidental. Na trilha dos lugares de memória explica que as marcas dos níveis de água nos prédios públicos foram convenientemente usadas para comparar a frequência e severidade das enchentes ao logo dos tempos na Alemanha. Nos últimos séculos, o porto de Tönning no norte da Alemanha sofreu com três severas tempestades, e da mesma forma que para as vítimas de guerra, foram construídos memoriais em honra às vítimas das tempestades.⁵³³

O que se percebe na cidade de Tubarão é um enquadramento da memória coletiva a fim de solidificá-la a ponto de edificar uma memória histórica organizada capaz de assegurar o lugar do desastre na história local. A historiadora Helenice Rodrigues da Silva, ao analisar as utilizações sociais da memória, destaca que a comemoração, como no caso empreendido em Tubarão, serve particularmente para ilustrar a relação da memória com a história, "ressaltando através da 'rememoração' social as origens do fundamento dos valores de uma comunidade, ou seja, a construção de uma memória coletiva".⁵³⁴

⁵³¹ NORA, op. cit.

⁵³² *Ibidem*, p. 19.

⁵³³ PFISTER, C. "The monster swallows you": Disaster Memory and Risk Culture in Wester Europe, 1500-2000. Rachel Carson Center: Munich, 2011.

⁵³⁴ SILVA, H. R. da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v 22, n.44, 2002, p. 427.

A cidade busca anualmente manter viva a memória da enchente, a lei nº 3.289 de 2009, que institui o dia municipal da catástrofe de 1974, dita que todo ano o poder público juntamente com a sociedade civil deve rememorar os acontecimentos de março de 1974. Em 2014 os alunos da Rede Municipal de Ensino produziram trabalhos sobre o desastre, os quais foram expostos no Museu Willy Zumblick, no centro da cidade. Como parte final das comemorações, no dia 24 de março de 2014 os alunos foram levados até a margem do rio Tubarão e em homenagem às vítimas jogaram ao rio 199 flores.⁵³⁵

Entretanto, a iniciativa de cultivar a memória do desastre não é uma tarefa recente. Ao fim das obras de dragagem e retificação do rio Tubarão realizadas de 1978 a 1982, parte das máquinas usadas foram pintadas e colocadas na rua Lauro Müller como forma de lembrar o esforço para a mudança. Ao lado da Catedral de Tubarão foi erguida a torre que serviria de campanário para a cidade, e essa obra foi denominada Torre da Gratidão, como forma de agradecer pelas doações que vieram até do exterior. Na Praça Orlando Francalacci, localizada no centro da cidade, em comemoração aos 30 anos do desastre, foi levantado um monumento “Às Vítimas da Enchente de 74”. A flor de pedra traz seus brotos e simboliza o renascimento da cidade após a catástrofe.

A socióloga Anne Eyre explica, ao analisar as formas coletivas de lembrar desastres, que as atividades comemorativas após as tragédias coletivas são frequentemente acompanhadas de comemorações políticas e sociais.⁵³⁶ No caso de Tubarão, a manutenção da memória coletiva tem o propósito de manter a ideia de uma vitimização coletiva, quando a enchente colocou todos na condição de vítimas, e afirmar a naturalidade imputada ao desastre no passado.

Uma linha tênue marca a separação entre o estabelecimento de estruturas para manter vivas as memórias dos desastres e a ação dessas

⁵³⁵ Prefeitura Municipal de Tubarão. **Homenagens marcam os 40 anos da enchente de 1974.** Disponível em: <http://www.tubarao.sc.gov.br/secretarias/governo/comunicacao-social/noticias/homenagens-marcam-os-40-anos-da-enchente-de-1974>. Acesso em: 17 abr. 2014.

⁵³⁶ EYRE, op. cit, p. 442.

estruturas na vida das pessoas. Antes de debater sobre como as formas de lembrar interagem com o modo de perceber os desastres no sul de Santa Catarina, cabe elencar as percepções sobre risco e vulnerabilidade que emergiram nas entrevistas, pois antes de debater as estratégias para lidar com o desastre, é necessário compreender as condições do ambiente.

3.2 VULNERABILIDADES E RISCOS

A segunda seção do terceiro capítulo focaliza sua análise na percepção de vulnerabilidade e risco presente através das memórias dos entrevistados no Sul de Santa Catarina. Nesta parte do trabalho repousa o objetivo de entender as compreensões dos indivíduos sobre as características do ambiente na produção dos desastres e, ainda, avaliar como a noção de risco é compreendida pelos entrevistados quando ela surge nos relatos.

A relação de cada sociedade com o desastre está inscrita na forma como o grupo lida com o ambiente. O conteúdo da afirmação vai além das relações sociedade/natureza na situação pós-desastre, pois a análise da relação com o meio oferece elementos para compreensão da (re)produção social do desastre,⁵³⁷ como por exemplo no caso das inundações que ocorrem em virtude do assoreamento de rios, da impermeabilização do solo, destruição de matas ciliares.

Cabe destacar que as palavras “risco” e “vulnerabilidade” não estavam presentes nas perguntas das entrevistas, toda vez que elas surgiam era resultado do uso pelos entrevistados. As questões que normalmente geravam esse tipo de resposta eram: “Por qual motivo ocorrem desastres na região?”; “E o(a) senhor(a) percebe que o clima está mudando?”; “O que o(a) senhor(a) acha que é possível fazer para evitar esses desastres?”. Entretanto, as lembranças das percepções sobre as características do ambiente estavam presentes em todos os momentos das entrevistas, não só durante essas perguntas.

⁵³⁷ ESPINDOLA; NODARI; LOPES, op. cit.

Fica claro, ainda, que cada entrevistado vê e lembra esses desastres de um lugar específico. Esse lugar não é apenas um local físico, mas também um lugar social e cultural. Tomando o exemplo dos agricultores, como será explorado a seguir, a percepção das especificidades do meio era sempre mais aguçada, em virtude da vulnerabilidade da atividade agrícola às intempéries climáticas, mas, também, havia uma constante vitimização desses pequenos agricultores que buscavam salientar o quão desamparados estavam para lidar com os desastres. Já no ambiente citadino de Tubarão, por exemplo, a percepção estava voltada para a falta de mobilidade e o caos que ocorreria se houvesse uma nova enchente e as pessoas tentassem usar seus veículos para escapar dela.

No tocante à estrutura da seção, ao invés de separar cada microrregião e depois explicar como as temáticas foram analisadas, opta-se por fazer o contrário, relatar como se deu a percepção de risco e vulnerabilidade ao longo de toda a região analisada a fim de destacar onde ambiente e sociedade produzem interações diferenciadas.

O historiador ambiental inglês Greg Bankoff, em *Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters*, defende que é necessário se esquivar da comparação simplista entre vulnerabilidade e pobreza, pois a vulnerabilidade é determinada por uma combinação de fatores que inclui classe, gênero, idade, etnicidade, entre outros.⁵³⁸ O antropólogo Anthony Oliver-Smith entende vulnerabilidade como

[...] as características da pessoa ou do grupo em termos de sua capacidade de antecipar, lidar, resistir e se recuperar de um impacto de um perigo natural. Isto envolve uma combinação de fatores que determinam o grau no qual a vida de alguém e o sustento é posto em risco por um discreto ou identificado evento na natureza ou na sociedade.⁵³⁹

Nesse sentido, a vulnerabilidade tende a expressar a multidimensionalidade dos desastres, que focaliza a atenção na totalidade

⁵³⁸ BANKOFF, op. cit, p. 104.

⁵³⁹ OLIVER-SMITH, 2001, op. cit., p. 7. (tradução livre)

das relações entre os seres humanos e o ambiente, o que, ainda segundo Oliver-Smith, deixa implícita a característica fundamental da causalidade na construção dos desastres.⁵⁴⁰ Ao dar atenção aos processos que corroboram para a potencialização dos desastres usando a noção de vulnerabilidade, também permite compreender não apenas as condições de perigo do momento presente, mas, ainda, elencar como foi se produzindo ou aceitando níveis de exposição ao risco ao longo do tempo.

A historiadora María del Rosario Prieto ao analisar as enchentes no período colonial espanhol no Rio Paraná explica que não se pode relacionar simploriamente os desastres do passado com os do presente. Uma prova disso é que as enchentes de 1982-1983 e 1991-1992 são resultado da vulnerabilidade produzida pela degradação do solo e da vegetação, bem como pelo uso insustentável dos recursos naturais. Em contraposição, também lembra que se as enchentes dos séculos anteriores acontecessem no presente, as perdas humanas e a destruição seriam inimagináveis.⁵⁴¹

A noção de risco se mostra como uma ferramenta valiosa para visualizar, através das alterações na paisagem⁵⁴², a interação dos indivíduos com o ambiente e as percepções sobre as incertezas do futuro. Anthony Giddens adverte que embora a atual modernidade tenha propiciado condições para uma existência humana mais segura e gratificante, também gerou um lado sombrio, que tornou tudo muito aparente.⁵⁴³ A noção de risco, segundo o autor, se originou da compreensão de que resultados inesperados podem ser consequência das atividades ou decisões humanas, ao invés de exprimirem significados ocultos da natureza ou intenções infáveis da deidade. “O Risco substitui em grande parte o que antes era

⁵⁴⁰ Ibidem, p. 9.

⁵⁴¹ PRIETO, M. del R. The Paraná River Floods during the Spanish Colonial Period: Impact and Responses In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history.** Plymouth: Lexington Books, 2009. p. 285.

⁵⁴² Paisagem é entendida neste trabalho com base na discussão de Anne Cauquelin, que ressalta o conceito como oriundo das artes plásticas que se disseminou por diversas ciências valendo-se da representação da equivalência da natureza. CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁵⁴³ GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: Editora da UNESP, 1991. p. 16.

pensado como fortuna ou destino, e torna-se separado das cosmologias”.⁵⁴⁴ Consecutivamente, alega que a atual sociedade arraigou o risco ao modo de vida, tendo, ainda, globalizado o risco no sentido de intensidade, como por exemplo, uma guerra nuclear, que pode ameaçar a sobrevivência da humanidade e outras formas de vida.⁵⁴⁵

A onipresença do risco, segundo Veyret e Richem, não pode ser contestada, pois “as sociedades modernas parecem finalmente muito vulneráveis. Por exemplo, são mais sensíveis que no passado às “flutuações” meteorológicas que se traduzem em efeitos sobre o turismo, no custo dos produtos agrícolas, no transporte”.⁵⁴⁶ No tocante à gestão dos riscos, sejam ambientais, industriais, econômicos, eles traduzem as escolhas políticas ou a falta delas, decisões finais de organização dos territórios. No centro dessa questão estão os projetos políticos para uso dos recursos naturais normalmente destinados às potencialidades econômicas.

Ulrich Beck em *Sociedade de Risco*⁵⁴⁷ desenvolve o argumento de que o risco se fez presente em todos os setores da atual sociedade globalizada. Beck define a sociedade de risco como aquela onde a aceitação dos riscos é essencial e anterior à produção de riqueza, diferente do modelo do início da Revolução Industrial onde o risco surgia como consequência da produção de riqueza. Na sociedade de risco a incerteza ofusca até mesmo o "progresso" científico-tecnológico, "eles [os riscos] já não podem mais ser limitados geograficamente ou em função de grupos específicos".⁵⁴⁸

A universalização do risco, definida por Beck, precisa ser relacionada ao momento em que o sociólogo produz sua obra, o livro foi gestado durante a década de 1980, período no em a ameaça nuclear poderia provocar uma catástrofe de proporções mundiais. A obra foi publicada em 1988, logo após o acidente nuclear de Chernobyl, situação ressaltada no prefácio da obra e que legitima as constatações do autor.

⁵⁴⁴ Ibidem, p. 38.

⁵⁴⁵ Ibidem, p. 126.

⁵⁴⁶ VEYRET, Y(Org.). **Os Riscos:** o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13.

⁵⁴⁷ BECK, op cit.

⁵⁴⁸ Ibidem, p. 16.

Nesse contexto, o autor profetiza que a sociedade industrial começa a se despedir da história. O mito da sociedade desenvolvida dos pensamentos em categorias de crescimento econômico que, segundo o autor, se apoia em verdades científicas “irrefutáveis” esbarra na triste realidade de ter produzido uma ciência míope, quase incapaz de perceber os vultos de perigo ao longo do caminho “linear” do progresso.

A discussão sobre os riscos ambientais como degradação ambiental, desmatamento, diminuição da biodiversidade, não estão explícitos nesta primeira obra de Beck, até por que o ambientalismo ganhou força em nível global a partir de 1990. Entretanto, levanta a questão dos poluentes químicos e a escassez da discussão sobre o envenenamento do solo – e das pessoas. Nesse caminho, enfoca outro mito, aquele de um possível ambiente sem pessoas, pois adverte que essa ciência míope não consegue produzir análises mais totalizantes capazes de evitar desastres que estariam por vir.⁵⁴⁹

A vivência do risco pressupõe um horizonte normativo onde a ideia de certeza já está perdida. A confiança violada pela própria, porém indireta, ação humana transforma a percepção sobre o ambiente, tanto pelas certezas sobre o funcionamento do meio, quanto pela crença nos futuros acontecimentos naquele ambiente. Os riscos civilizatórios, aqueles (re)produzidos pelas sociedades para empreender sua expansão, marcam os projetos dos usos dos recursos naturais.

Novas instituições vêm sendo produzidas para lidar com as demandas sociais em termos de educação, terapia e política. Nessas instâncias “os pormenores econômicos e tecnológicos são colocados sob a luz de uma nova *moral ecológica*”.⁵⁵⁰ Beck destaca que a situação exige o fim da contraposição entre natureza e sociedade, as teorias sociais que conceberam a natureza como algo a ser subjugado, como um elemento associal, produziram esse processo de industrialização e produção de riscos. Neste caminho, é preponderante compreender as ameaças civilizacionais à natureza como ameaças sociais, econômicas e políticas que representam um real desafio ao presente e ao futuro.

⁵⁴⁹ Ibidem, p. 82.

⁵⁵⁰ Ibidem, p. 94.

A percepção destes mecanismos de manejo do ambiente é fundamental para a produção de medidas mitigativas capazes de fugir da equação de interação com o ambiente que ao mesmo tempo produz mais riscos. De forma enfática Beck destaca que,

[...] problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas completamente – na origem e nos resultados – sociais, problemas do ser humano, de sua história de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política.⁵⁵¹

A percepção dos entrevistados sobre as características do ambiente oferece subsídios para interpretar tanto as pressões exercidas pelo meio, quanto as estratégias para interação humana com esse ambiente, inter-relação fundamental para a história ambiental. Para buscar compreender os desastres como processos⁵⁵² ao invés de acontecimentos isolados, permite entender como as condições de vulnerabilidade e risco são socialmente e tecnologicamente construídas.

Em virtude das similaridades entre as microrregiões das Bacias Hidrográficas de Mampituba, Araranguá e Tubarão, dois eixos temáticos foram levantados para abarcar as visões da vulnerabilidade. O primeiro nitidamente ligado ao ambiente é caracterizado pelas esferas geológica, climática e da cobertura vegetal. O segundo grupo de enfoque faz menção a elementos relacionados à agricultura, densidade demográfica e degradação ambiental.

3.2.1 Vulnerabilidade Geológica

De forma significativa a vulnerabilidade geológica foi observada nas localidades mais próximas às escarpas da Serra Geral, onde a lembrança dos deslizamentos direcionou a percepção para as encostas e para a instabilidade do solo. Em Tubarão, na localidade de Caruru, a

⁵⁵¹ Idem.

⁵⁵² OLIVER-SMITH, 2001, op. cit.

agricultora Maria Fernandes Correa relata para onde estava direcionada a atenção das pessoas antes dos deslizamentos de 1974.

E.: E como é que foi antes da enchente? O pessoal tinha ouvido algum estalo no morro?

M. F. C.: Não. Ninguém via nada, ninguém suspeitava de nada, só suspeitava que tava enchendo as cachoeiras demais. Só as cachoeiras.⁵⁵³

Uma das características das entrevistas de história oral é que, ao longo da pesquisa, o entrevistador passa a adaptar melhor as questões aos entrevistados. Foi muito comum em Praia Grande e Treze de Maio a lembrança auditiva de um grande estrondo, resultado dos deslizamentos de massa. Mas no caso de Maria, a memória visual capitalizou as lembranças dos deslizamentos. Para a agricultora era impossível imaginar algo daquele tipo e com tamanha magnitude, o medo direcionava os olhos para a água, elemento mais comum da sazonalidade das enchentes.

Em Praia Grande e São João do Sul a vulnerabilidade geológica não está presente somente nos relatos dos agricultores. Dentro da cidade a compreensão das dinâmicas de movimentação das planícies aluviais é bem clara. Os moradores, logicamente, não dominam termos técnicos e geológicos, mas deixam bem nítida a natureza móvel dos rios.

G. B.: E inclusive a parte mais afetada por enchentes e coisas seria o lado de cá [SC]. Não que no lado de lá não acontecesse também, porque a parte de cá ficaria um pouco mais baixa e devido às grandes ramificações de rios e coisas criava um volume maior de água, porque rasgava um ano aqui, um ano acolá. Porque não havia nada fixado.

[...]

G. B.: Não existiam barragens, o homem ainda não sabia se proteger da natureza.

E.: Sim, sim.

⁵⁵³ Maria F. Correa. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes, Marcos Aurélio Espíndola e Rafael Marques. Tubarão, outubro de 2012

G. B.: Então, onde eles desembocavam, eles resolviam... Às vezes dava aqui mais em cima as mudanças. Até eu fiz uma pesquisa, andei escrevendo sobre as enchentes aqui e as mudanças da própria divisa [SC e RS], que através das enchentes a água, numa determinada época em 1947, a água batia ali na Vila Brocca e forçaram a água... o Rio Verde que era mais perto da montanha, uns 1300 m do Canoas mais ou menos. E hoje ele tá entre o Mampituba e o Canoas.⁵⁵⁴

Gilberto ainda inscreve a questão no âmbito político interestadual, a estratégia do entrevistador de conferir importância que vai além das esferas do municipal é uma forma de alertar que a força das águas e a movimentação dos sedimentos seria um problema que vai além do entendimento simples da enchente.

O agricultor de São João do Sul, localidade onde a enchente é gradual, e não brusca como em Praia Grande, adverte que a “natureza é dona de si própria”, e, por isso, imprevisível e ameaçadora. Para ele, além da fragilidade do solo, a força da água se torna um fator considerável porque a região é um corredor de enchente, como um funil, por receber água de uma vasta área das encostas da Serra Geral.⁵⁵⁵

Maria Salete, professora em Praia Grande, explica que nas várzeas, as planícies alagadiças, depois de 20 ou 30 centímetros de profundidade existe apenas pedra⁵⁵⁶. Isso é resultado de uma intensa movimentação de sedimentos ao longo dos anos, como explica a geóloga Geresa Maria Duarte ao tratar dos depósitos cenozóicos costeiros no extremo sul de Santa Catarina.⁵⁵⁷

No interior do município de Tubarão a força dos deslizamentos solapou a importância das enchentes, como explica Antônio de Oliveira.

⁵⁵⁴ Gilberto Bonsani. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Praia Grande, setembro de 2012.

⁵⁵⁵ Flávio Rosa da Silva. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. São João do Sul, setembro de 2012.

⁵⁵⁶ Maria Salete Clenhal, op. cit.

⁵⁵⁷ DUARTE, op. cit.

E.: E o senhor sabe por que acontece tanta enchente na região?

A.O.: Eu acho que é por causa dos deslizamento mesmo, né? Se o cara mora embaixo do morro, dá um ou dois meses de chuva já tem que prever que... alguma coisa vai acontecer.⁵⁵⁸

O comerciante que sobreviveu quando era criança ao deslizamento em Caruru e hoje mora em outro bairro longe do risco dos movimentos de massa, parece ter sobreposto a memórias das enchentes. O deslizamento, momento em que perdeu 16 membros da família, passou a representar o maior desastre da região.

3.2.2 Cobertura Vegetal

Diferente das percepções sobre as características geológicas, a cobertura vegetal foi constantemente lembrada ao longo das entrevistas, seja para explicar a velocidade das águas em 1974, ou para evitar a força do vento durante a passagem do Furacão em 2004. Em quase todos os casos a função da cobertura vegetal era vista em sua relação com o solo, em virtude na necessidade de sustentação do solo na região.

Partindo de oeste para leste em direção ao litoral obtiveram-se diversas percepções sobre o papel da cobertura vegetal na produção dos desastres, dependendo da localização do entrevistado e, consecutivamente, de suas experiências, foram surgindo distintas visões da vulnerabilidade no sul de Santa Catarina.

A professora de Praia Grande, Maria Salete, vê uma relação clara entre o desmatamento e a movimentação de sedimentos ao longo da Bacia do Mampituba. Na visão dela não parece existir outra razão para que os deslizamentos ocorram na região sul.

M. S. C.: Daí, os morros devido o desmatamento mais próximo do rio, o morro não tem... as árvores não tem

⁵⁵⁸ Antônio de Oliveira, op. cit.

suporte mais perto do rio e aí vai escorrendo até que desce lá de cima até... vem rolando com tudo, pedra, lama, árvores, casas. Teve casas que aquilo passou do ladinho e tu vendo! Nós fomos para a escola estadual e tu via o morro descendo. E fazia um barulho tão... tão sério, tão ensurdecedor que tu tinha a impressão de quando tu via aqueles filme de guerra que dava aqueles barulho dos aviões, como na última guerra.⁵⁵⁹

Na fala da professora a função da cobertura vegetal, tanto em morros e encostas, quanto nas áreas mais baixas, seria basicamente a mesma, se o terreno veio a baixo ou recebeu sedimento é por que não tinha cobertura vegetal para segurar o solo. Tal interpretação, segundo os entrevistados dos arredores de Tubarão, não seria tão acertada. Para o agricultor Antônio Mendes da Silva a interação entre solo e cobertura vegetal durante as intempéries climáticas não é tão simples. Ao ser questionado sobre o desmatamento nos morros, afirmou que “Naquela época tinha mais mato. Tinha mais mato. Hoje eu acho assim, na minha opinião, que dá mais deslizamento em mato do que em terra, pasto. Por que quando o mato tá pesado, desce tudo”.⁵⁶⁰

Já a lembrança de Airton contrasta os momentos do passado e do presente, a estratégia do agricultor de deixar claro que o desmatamento não produz os deslizamentos na Bacia do Tubarão também é amparada pelo relato de Alcides Salvador Mendes, o único sobrevivente do deslizamento de massa em Treze de Maio.

A.S.M.: A enchente, uns dizem que é por que é muito desmatado. Outros que é por causa de muito mato, agora eu não entendo. Hoje dizem que se tiver mais mato, dá menos enchente. Mas se na época que deu aquela enchente isso fosse tudo mato, a enchente teria sido bem maior, por que assim ficou livre para ir.⁵⁶¹

⁵⁵⁹ Maria Salete Clenhal, op. cit.

⁵⁶⁰ Airton Mendes da Silva, op. cit.

⁵⁶¹ Alcides Salvador Medeiros, op. cit.

A similaridade nas lembranças dos dois entrevistados se explica no desenrolar das entrevistas. Alcides lembra que é perseguido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que culpa os agricultores pelo desmatamento. Desta forma, a memória de Airton e Alcides ao organizar as lembranças para dar sentido ao presente se vale dos exemplos oferecidos pela experiência e elenca uma estratégia narrativa capaz de deixar clara a inocência dos agricultores em geral.

Ao direcionar os olhares para as áreas planas, a conexão comum nas percepções dos entrevistados era relacionar o desmatamento com o aumento da força das enchentes. Maria Salete se vale dos conhecimentos difundidos na escola para explicar a existência das enchentes na Bacia do Mampituba. Quando questionada sobre as causas das enchentes, afirmou: “Olha, na época eu já achava e agora eu tenho mais certeza, os rios praticamente não tem mata ciliar, não tem mais nada, e os morro tu olha aí, até lá em cima tão cortando oh! O que é que vai segurar?”⁵⁶².

A vulnerabilidade produzida pela falta de barreiras para lidar com a movimentação de massa na enchente é vista de forma semelhante pela agricultora Seoni Baltazar Leandro em Balneário Gaivota, ao lembrar-se da passagem do Furacão. Para Seoni, caso ela tivesse mais árvores “para rebater o vento”⁵⁶³, talvez os estragos não tivessem sido tão devastadores na sua propriedade.

A falta de árvores do lado rio-grandense do Rio Mampituba também foi observada como um dos fatores que evidencia a produção da vulnerabilidade. Neste caso, Gustavo dos Reis relaciona as características geológicas dos cânions do sul de Santa Catarina ao desmatamento para explicar como a região foi transformada depois de 1974. No entendimento da comunidade, quando uma grande quantidade de água e sedimentos chega até a cidade sob a forma de ondas de detritos é pelo fato de haver um “desbarrancamento”, que represa a água e depois “vem com tudo”. Para o

⁵⁶² Maria Salete Clenhal, op. cit.

⁵⁶³ Seoni Baltazar Leandro, op. cit.

professor, é dessa forma que os rios vão mudando seus traçados no sul de Santa Catarina.⁵⁶⁴

Uma característica singular da região onde as planícies aluviais se estabelecem é que, normalmente nas partes próximas aos rios, uma fina camada de terra compõe o solo, logo abaixo se concentram os sedimentos que ao longo dos anos foram trazidos pelas sucessivas enchentes.⁵⁶⁵ Nesse cenário, a falta de árvores do lado gaúcho, atualmente sendo utilizado para a cultura do arroz, é vista como algo positivo para a população de Praia Grande, uma vez que direciona a vazão de água e sedimentos por sobre o terreno onde impera a rizicultura.

Segundo Daniel Afonso Viriato, uma conjuntura semelhante foi instaurada na Bacia do Araranguá, onde a implantação da rizicultura depois da década de 1980 potencializou a vulnerabilidade local.

Tu vai observar que não tem como não dar enchente. É algo que... É como se tu pegasse toda uma bacia [hidrográfica] e dissesse que ela vai correr em um único destino porque aqui ela vai penetrar. A frequência com que se deu as cheias nos últimos anos, ela é muito maior do que acontecia, se dava enchente há 100 anos atrás. Por que na verdade, a mata ela mesma tratava de fazer a captação dessa água.⁵⁶⁶

A paulatina impermeabilização do solo, na fala do entrevistado, não é explicada apenas pela ausência da vegetação que antes fazia o trabalho de infiltração das águas da chuva. O problema consiste também na utilização das várzeas para a rizicultura por todo o cordão litorâneo catarinense, como será evidenciado futuramente.

De todas as entrevistas realizadas, a mais longa e detalhada, com cerca de duas horas, foi de Rafael Marques. O engenheiro químico relatou que por ter vivido a enchente de 1974 e por querer deixar um mundo

⁵⁶⁴ Gustavo Santos dos Reis, op. cit.

⁵⁶⁵ DUARTE, op. cit.

⁵⁶⁶ Daniel Viriato Afonso, op. cit.

melhor para seus filhos passou a se interessar pelas questões ambientais. Segundo ele, estava presente em todos os seis seminários que trataram das enchentes na Bacia do Tubarão, o que explica também a particularidade do seu relato, pois Rafael se valeu tanto de informações técnicas que coletou para seu mestrado em geografia, onde analisou a dinâmica atmosférica e hídrica da bacia, quanto dos diversos testemunhos que ouviu nos encontros. Esta ideia se fortalece com a dinâmica da entrevista de Rafael, onde o entrevistado direciona sua narrativa, produzindo muitas vezes as próprias perguntas e encadeando a linha da narrativa para estabelecer o final da entrevista, dizendo: “Eu acho que é isso, menino”.⁵⁶⁷ Rafael também fez questão de participar das entrevistas na parte rural da Bacia do Tubarão. Cabe ressaltar, ainda, que em janeiro de 2013 foi empossado como Secretário de Defesa Civil do Município de Tubarão.

Sobre as vulnerabilidades que existem na área limítrofe ao Rio Tubarão, o engenheiro explica, com base nas discussões dos seminários que participou, que o repovoamento da cobertura vegetal seria a principal medida para diminuir a vulnerabilidade às enchentes na região. O engenheiro tem ciência das múltiplas funções da cobertura vegetal, diferente dos outros entrevistados que normalmente destacavam apenas uma função. Ao avaliar a utilidade da cobertura vegetal, ele contabiliza o assoreamento, o escoamento superficial e a contenção de sedimentos como pontos chave para pensar a mitigação de futuros desastres. Na parte final da entrevista ainda lembra que o único replantio de árvores feito depois de 1974 foi ao longo do rio no centro da cidade, “que é uma das poucas belezas que a cidade tem, porque hoje tá verde”⁵⁶⁸, realizado para evitar que nas próximas enchentes materiais carregados pela força das águas não entrassem na cidade.

3.2.3 Dinâmica Atmosférica

No tocante ao papel da dinâmica atmosférica para a produção dos desastres, a entrevista de Rafael Marques foi novamente muito significativa, pois o ex-consultor do Comitê Gestor da Bacia Hidrográfica

⁵⁶⁷ Rafael Marques, op. cit.

⁵⁶⁸ Idem.

do Rio Tubarão e atual Secretário de Defesa Civil, abordou em sua dissertação de mestrado justamente esse tema.⁵⁶⁹ As informações mais detalhadas sobre a condição atmosférica em 1974 surgiram à medida que Rafael foi explicando como as pessoas interagiram com o desastre assim que as águas começaram a baixar. Antes disso, o foco estava no drama individual e nas memórias sobre a excepcionalidade da enchente.

Segundo ele, o vento leste produzido pelo anticiclone impedia que a água captada pela bacia corresse normalmente para o mar. “O mar de vagas fechou a boca de Laguna, que estava bem na direção leste. Então, a barra em Laguna estava com uma vazão praticamente mínima”.⁵⁷⁰ Por isso que a Barra do Camacho, em Jaguaruna ao sul de Tubarão, foi transformada pela vazão da água captada pela bacia. O engenheiro, com seu relato permeado de termos técnicos, explica que não foi “só” o volume da chuva que produziu a enchente de 1974, a zona de alta pressão produzida pelo anticiclone que estava parado na costa marítima também dificultava o escoamento da água que passaria pela Barra do Camacho. À condição semelhante também faz referência o agricultor de São João do Sul, Flávio Rosa da Silva, ao relatar o escoamento da água na Bacia do Mampituba, pois quando o “mar coloca água para dentro”⁵⁷¹, a água da enchente demora a correr.

No extremo sul, para o rádio difusor Sidnei Candioto, a explicação é simples, as enchentes ocorrem na região pela interação de dois fatores: as características geológicas e as condições atmosféricas. Para o locutor que trabalhou em lavoura de fumo até recentemente, as enchentes são impossíveis de serem evitadas, devido às características da região, “Muito próximo à serra e ao mar. Entra uma frente fria e aí se encontra, né! A massa de ar quente com a massa de ar frio, geralmente joga para a costa da serra”.⁵⁷²

A ideia de que a região neste contexto seja apenas caracterizada por chuvas orográficas, aquelas produzidas pela elevação da massa de ar

⁵⁶⁹ MARQUES, op. cit.

⁵⁷⁰ Rafael Marques, op. cit.

⁵⁷¹ Flávio Rosa da Silva, op. cit.

⁵⁷² Sidnei Candioto. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Sombrio, setembro de 2014.

em contato com a barreira produzida pela Serra Geral não condiz com a magnitude da intempérie. Pois são as chuvas convectivas, que ocorrem normalmente no verão, que são diferenciadas por serem de curta duração, de alta intensidade e por abrangerem pequenas áreas.⁵⁷³ Nesse caso, pode-se supor que em 1995 a produção da forte chuva aglutinou as características das chuvas orográficas e convectivas.

Formas de compreender a ação das enchentes e a vulnerabilidade local foram encontradas nas áreas onde as enchentes ocorrem de forma mais frequente. A natureza cíclica dos eventos em Praia Grande e São João do Sul chega a ser periodizada. São dez anos entre as grandes enchentes, pois as pequenas, segundo os moradores, podem ocorrer até mesmo três vezes ao ano. Já em Araranguá essa periodização é anual, pois toda enchente é lembrada pelos moradores como significante. Tubarão também apresenta características singulares no que se refere à periodização da enchente, conforme os registros nos livros, os habitantes relatam que a grande enchente ocorre de a cada 40 anos.⁵⁷⁴

Neste momento das entrevistas, quando os entrevistados entravam em contato com a possibilidade de novos desastres, também surgia a percepção da insegurança constante, pois, segundo Maria Salete, “sempre foi assim”.⁵⁷⁵ O agricultor de Tubarão também faz coro à fala de Maria, “é impossível evitar a enchente”.⁵⁷⁶ Rafael Marques ainda lembra, ao tratar das condições atmosféricas, que todo o Estado também é palco da ocorrência de tornados e usa o Furacão Catarina para deixar claro que são diversos os fatores que instauraram o risco na vida cotidiana das pessoas.⁵⁷⁷

Tadeu dos Santos, em Araranguá, compara o sul com o Vale do Itajaí no que se refere ao risco e à ocorrência dos desastres.

⁵⁷³ VILLELA, S. M.; MATTOS, A. **Hidrologia aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

⁵⁷⁴ Alcino Orestes Cândido, op. cit. Gilberto Bonsani, op. cit. Flávio Rosa da Silva, op. cit. Maria Salete Clenhal, op. cit. Rafael Marques, op. cit. Hadnoer José Alves, op. cit.

⁵⁷⁵ Maria Salete Clenhal, op. cit.

⁵⁷⁶ Airton Mendes da Silva, op. cit.

⁵⁷⁷ Rafael Marques, op. cit.

Aconteceram três eventos aqui em Araranguá, que em nenhum outro local do Brasil aconteceu, pelo menos não que eu saiba. O que aconteceu: a segunda maior enchente, só perdeu para a de 1974 e não houve vítimas. Aconteceu um tornado e uma chuva de granizo. Até, foi aquela que destruiu o telhado de vários galpões com um diâmetro de 10 cm. Em 15 dias aconteceram esses três eventos aqui em Araranguá. Não tem outro município que tenha... Eu coloquei no meu blog, Araranguá e região é a única que tem registro da violência das águas e dos ventos. Porque, se tu vai em Blumenau só tem violência das águas, não tem violência dos ventos, não aconteceu nada lá de ciclone, nem tornado, nada de vento. Lá em Guarapiranga onde aconteceu aquele tornado, lá no oeste, lá não tem enchente. Então se tu vai fazer aqui na região de Araranguá, nos municípios vizinhos da Bacia do Araranguá aqui acontece a violência dos dois.⁵⁷⁸

O ambientalista deixa clara a excepcionalidade em que a região está inscrita, e ao tratar da violência das águas e dos ventos contabiliza três acontecimentos que marcaram o ano de 2009. Ele relaciona a enchente, a chuva de granzino e o tornado como elementos que deveriam dar mais visibilidade às questões ambientais na região, tanto que chega a comparar Araranguá a Blumenau, cidade do Vale do Itajaí conhecida nacionalmente a partir de 1983 pela força das enchentes. Tadeu não destaca a dimensão da destruição nas duas cidades, o que poderia explicar a visibilidade dada à Blumenau pela imprensa, ele inventaria a diversificação dos desastres com o intuito de exemplificar a variedade dos eventos que colocam o sul de Santa Catarina sob a perspectiva do risco.

3.2.4 Ocupação

A ocupação, desordenada ou não, é vista por diversos entrevistados como um dos problemas que tornam as enchentes mais fortes.

⁵⁷⁸ Tadeu dos Santos, op. cit.

Isso se dá pelo fato da fixação de pessoas ou a transformação na forma de utilização do solo não serem percebidas como fatores que produzem os desastres, mas, sim, como elementos que aumentam a potência daqueles de já ocorrem.

Para a professora Maria Salete, a ocupação desordenada produz dois grandes impactos que estão diretamente ligados à produção e percepção das enchentes na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ao ser questionada sobre as enchentes do passado diz que

Sempre existiram, sempre existiram. O meu avô me dizia que houveram enchentes muito grandes, enchentes que causaram destruição tão grande quanto essa, só que a diferença é que na época os vales onde passam os rios não eram povoados quase, né? Então não causavam grandes danos, por quê? Porque não tinham pessoas, eram poucas as famílias e que geralmente moravam mais no alto. Agora não, agora a invasão do leito do rio é...⁵⁷⁹

A falta de lugares menos vulneráveis, os lugares mais altos citados por Maria Salete, é decorrente da pressão exercida pela ocupação no espaço. A invasão do leito do rio também surge em decorrência da disputa pelos locais para plantio e habitação. Nesse ponto, ela relaciona a pressão exercida sobre o meio ao aumento na percepção das enchentes. Não se trata de negar que os desastres existiam no passado ou assegurar que são estritamente obra da ingerência humana, o aumento do impacto dos desastres também ocorre porque a população aumentou.

O movimento de competição por zonas menos vulneráveis aos desastres tem como consequência a valorização de alguns lugares em detrimento de outros. A segregação socioespacial é definida como sendo uma “área caracterizada pela individualidade física e cultural. Seria ela resultante do processo de competição impessoal que geraria espaços de

⁵⁷⁹ Maria Salete Clenhal, op. cit.

dominação dos diferentes grupos sociais, replicando ao nível da cidade processos que ocorrem no mundo vegetal”⁵⁸⁰.

Não se pode dizer que Avanilda, sempre ligada à assistência social na Prefeitura Municipal e no Conselho Paroquial da Igreja Católica de Praia Grande, consiga perceber esse processo de forma cristalina, contudo sua experiência alcança dois momentos distintos do processo de segregação.

A. da R. C.: É, mas o ser humano tá invadindo tudo, né meu filho? Tá se evadindo do interior e indo tudo para a cidade, vocês jovens tem toda a razão porque o interior não dá um amparo para a juventude. Então eles se mandam, né? Mas, aí há uma invasão nas cidades, desordenada que vira nesse caos que está, né?

[...]

E.: E qual parte da cidade que a senhora acha que é a mais afetada quando dá...

A. da R. C.: Enchente?

E.: Enchente.

A. da R. C.: São os menos favorecidos. Sempre!

E.: Seja na cidade ou no campo?

A. da R. C.: Sempre, sempre os menos [favorecidos].⁵⁸¹

Avanilda traça um preciso paralelo entre a invasão da cidade e a evasão da área rural, no qual a falta de atrativos para os jovens no campo é trazida como motivo principal da falta de organização entre as pessoas na área urbana. Mais à frente na entrevista, quanto normalmente os outros entrevistados respondiam dando exemplos de lugares, ela destaca que a vulnerabilidade social passa a ser mais significativa que a espacial. O que o depoimento de Avanilda esclarece é que a vulnerabilidade social é um dos condicionantes da vulnerabilidade espacial.

Em Tubarão a situação não é diferente, quando Rafael Marques tratava das medidas que o município buscava implementar para evitar que

⁵⁸⁰ CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1993. p. 7.

⁵⁸¹ Avanilda da Rosa Cardoso, op. cit.

outra tragédia acontecesse, sua percepção esbarra num agravante que depende mais de iniciativas políticas que técnicas. Apesar de estudos de caracterização da região serem necessários, é o crescimento da região e a ocupação desordenada que mais preocupa Rafael Marques. A fala do entrevistado dialoga constantemente entre passado e presente, a cidade de Tubarão em 1974 tinha alguns agravantes, que continuam presentes ou se fizeram mais marcantes. O número de residências aumentou, ainda mais no centro da cidade, nas áreas que não eram habitadas e normalmente recebiam os alagamentos. Os moradores desses locais, “pessoal de poder aquisitivo mais baixo”, teriam tornado a mitigação da enchente mais difícil de ser resolvida.⁵⁸²

O então vereador de Araranguá, Daniel Afonso, entende que as mudanças na natureza são constantes e disso decorrem os desastres, mas é enfático ao determinar a parcela de colaboração humana nesse conjunto.

E ela [a natureza] não é estática, ela está em constante movimento, desde o seu centro de gravidade ou de rotação, seu eixo, né? E vai, vai alterando. Eu acredito que a terra tende a mudar em determinadas regiões, umas mais, umas menos. Mas eu acredito que de uns anos para cá aconteceram muito mais cheias, a gente sente pela alteração do clima de um modo geral, mas também por fatores diretamente relacionados com a ocupação humana.⁵⁸³

Para o Araranguaense, nascido na Barranca, a mudança é algo comum no mundo natural, inscrito dentro da própria lógica da natureza. Entretanto, enfoca que a ocupação humana é responsável por mudanças efetivamente prejudiciais que desencadearam o aumento das cheias, no caso do Rio Araranguá. A afirmação de Daniel esta imbuída de intencionalidades que serão mais bem discutidas na próxima seção, que trata das vulnerabilidades produzidas pela interação com o ambiente através da agricultura.

⁵⁸² Rafael Marques, op. cit.

⁵⁸³ Daniel Viriato Afonso, op. cit.

3.2.5 Agricultura

Como destacado no primeiro capítulo da tese, a agricultura tem um papel fundamental na economia de Santa Catarina. No Sul do Estado não é diferente, apesar das iniciativas de industrialização nas principais cidades como Tubarão, Criciúma e Araranguá, a agricultura, principalmente através do cultivo do arroz irrigado pré-germinado a partir do final da década de 1970, fixou sólidas bases na região.

Mostrou-se clara a diferença nas percepções dos entrevistados sobre o papel das interações com o ambiente para a produção de alimentos, de um lado os agricultores se viam como vítimas da falta de apoio governamental para lidar com as intempéries do ambiente. De outro lado alguns apoiados no senso comum, outros nas próprias observações, estão os cidadãos que percebem a disseminação dessa agricultura como essencialmente degradadora e relacionam à prática ao aumento na ocorrência dos desastres.

Em Jacinto Machado o PROVARZEAS também é visto como fator condicionante na transformação das características ambientais. Na intenção de explicar o motivo pelo qual as enchentes não podem ser evitadas, Sidnei relaciona o programa para utilização das várzeas irrigáveis e o desmatamento.

S.C.: Não tem como evitar enchente! O que tu pode fazer é prevenção.

E.: Como assim?

S.C.: O que poderia ser feito é, tu não tem como segurar água, mas tu pode assim ó... Os prefeitos e governador ir incentivando os agricultores para reflorestar nas beiras de rio, porque com essa questão de PROVARZEAS, o pessoal começou as plantações de arroz, a maioria dos agricultores, nós vamos dizer assim, eles exageraram. Eles chegaram a tapar o rio para poder esvaziar os terrenos. E na época quando vinha aquelas enchentes eles acabavam perdendo tudo. Até tem cara, um projeto do governo que os agricultores tem que deixar tipo 5% do terreno eles tem que reflorestar. Mas tem uns espertos que estão fazendo o seguinte, estão indo lá no interior comprar terreno

que o pessoal não ocupa, para poder comprovar que tu tá contribuindo para o meio ambiente, mas continua plantando até em cima do rio.⁵⁸⁴

Estratégias desenvolvidas para driblar a legislação ambiental aparecem na fala do entrevistado como um elemento que reitera o ponto central da argumentação, o crescimento da vulnerabilidade local com base no aumento das áreas de plantação de arroz.

Daniel, ao falar de Araranguá, busca deixar claro, usando jargão técnico e produzindo as próprias perguntas, a relação entre a ocupação das áreas à montante do Rio Araranguá e a introdução da cultura do arroz pré-germinado irrigado.

Na verdade no começo do Século XX, em 1900 e alguma coisa, não existia, as cidades à montante [parte para onde nasce o rio]. Não existia: Meleiro, Turvo, Jacinto [Machado]. E o que que essas regiões é? Na verdade eram cobertas por mata nativa. Então o solo não era impermeabilizado como é hoje. Hoje o que acontece... A maioria dessas matas nativas, para cima de onde vem os afluentes do Rio Araranguá, hoje são ocupadas pelo sistema de culturas do PROVÁRZEAS, o arroz irrigado, que o que que acontece? Ele impermeabiliza o solo, faz com que a água de qualquer eventual chuva não penetre, porque na verdade já está impermeabilizado e encharcado, e ela se obriga a correr por causa do rio, que é o único meio de escoar essa água. O que acontece? Quando está toda a região, desde Jacinto, Turvo, Meleiro, Timbé [do Sul], todas essas regiões estão impermeabilizadas. Se tu percorrer a região tu vai ver que ela está toda coberta por culturas, rizicultura.⁵⁸⁵

No seu ponto de vista, a impermeabilização do solo é condicionante para o espraiamento das águas da bacia do Araranguá, que passa a contar apenas com o rio para escoar a vazão produzida pelas chuvas eventuais.

⁵⁸⁴ Sidnei Candioto, op. cit.

⁵⁸⁵ Daniel Viriato Afonso, op. cit.

Tal percepção do incremento da vulnerabilidade local até se mostra acertada quando relacionada aos meses que as canchas de arroz estão cobertas pela água utilizada para irrigar o arroz que fica submerso, notadamente de novembro a janeiro ou fevereiro.

E.: E o senhor acha que o clima está mudando? Acha que tá piorando o negócio, alguma coisa assim?

H. J. A.: Olha a gente fica preocupado porque a gente... [...] aqui nessa área ali de [granja] de arroz hoje era tudo plantação de milho, feijão e colhiam não tinha problema nenhum. Dava enchente, mas enchia, subia, baixava era pouca... mas depois que fizeram essas coisas de arroz, [granja] de arroz é o seguinte, eles plantam o arroz... [...] Então eu acho assim oh, vamo dizer quando coincide a plantação de arroz que eles tão botando água, botando água aí vem a enchente pra onde é que essa água vai? A terra chupava muita água... ajudava, ajudava. Hoje não, tu vê, vem lá do Timbé do Sul de lá, Turvo, Meleiro vem... plantam arroz, vem Araranguá, vem, vem Maracajá plantam arroz, vem Forquilha vai lá na [Ilha], Canjica pra lá, plantam arroz e tudo.⁵⁸⁶

Como destaca Hadnoer de forma mais apurada, a vulnerabilidade produzida pela implantação da cultura do arroz irrigado se faz valer realmente durante os meses de verão quando os agricultores estão “botando água”. Mas diferente de Daniel que atribui a causa das enchentes na Barranca à implantação do arroz, o aposentado não relaciona a ocorrência de enchentes unicamente à inserção do cereal, as enchentes já ocorriam, contudo seus impactos foram potencializados pela interação com o ambiente.

Diferente da área urbana, na memória de Mariza a zona rural sempre foi palco de enchentes e alagamentos, “mas lá como é interior e é passagem de gado, alaga e a grama absorve e volta ao normal”.⁵⁸⁷ Nessa paisagem pretérita onde o alagamento está inscrito na sazonalidade e a

⁵⁸⁶ Hadnoer José Alves, op. cit.

⁵⁸⁷ Marisa Scandolaro da Silva German, op. cit.

absorção das águas é realizada pelo pasto apesar do desastre desvirtuar a normalidade, o impacto da força das águas era tido como aceitável.

Já na nova percepção da moradora da área rural de Treze de Maio o local mais atingido pelas enchentes é onde se planta arroz.

M. B. F.: Na baixada. Lá em Treze de Maio, às vezes, tem um rio que passa no centro que enche bastante. Mas eu acho assim, o pessoal que mais prejudica é o que planta arroz. Dá uma enchente, carrega tudo. Então, acho que as partes mais baixas, né?

E.: E por que a senhora acha que acontece tanta enchente aqui?

M. B. F.: [silêncio] Porque eu acho que os rios precisariam ser limpos.

E.: Os rios serem limpos, tá. E sempre foi assim, sempre teve enchente?

M. B. F.: Não... Aquelas assim, dá aquelas chuvas, mas não aquela coisa preocupante, né?

E.: Sim.

M. B. F.: Agora faz até tempo que não dá mais não. O rio encheu agora na última que deu, levantou bastante aqui, ali em baixo tem um rio, a gente nota né?

E.: Sim. E parece que o clima tá mudando?

M. B. F.: Ah, muito, né? Principalmente o sol que tá muito quente.

E.: E a senhora acha que é possível evitar essas enchentes?

M. B. F.: Pois agora, eu acho que não, né? Vem muita água, desce e não tem como evitar, né? Ela passa, tem que passar. Ela vem para baixo, tem que descer. Aí é aonde vai...⁵⁸⁸

A agricultora que mora em frente à área destinada às plantações de arroz, já ressignificou a vulnerabilidade do local, na sua memória o local mais prejudicado é onde se planta arroz, tanto que as águas da enchente só às vezes chegam à cidade. No fim da ideia, a resignação de Marina é motivada pela certeza de que novas enchentes virão, enchentes essas que virão “para baixo” e passarão onde tiverem que passar.

⁵⁸⁸ Marina Botega Fontana, op. cit.

Cabe destacar que o grau de vulnerabilidade dos agricultores não depende apenas do local onde se estabeleceram. Em Praia Grande e São João do Sul, a velocidade e a quantidade de sedimentos também estão relacionadas à vulnerabilidade do solo.

E.: E hoje em dia depois das enchentes que já vieram, continua no mesmo ritmo a força da água ou já diminuiu bastante?

A.O.C.: A força da água continua, só porque depende da época esse negócio.

E.: Ah, depende a época?

A.O.C.: De mexer na terra. Se pegar uma enchente numa hora em que os terrenos estão todos mexidos, aí dá muita rotação da terra, e vai estragando tudo. E se vier enchente numa época que tá cobrido de verde ela desvasta o que tá em cima, mas deixa o que está embaixo.⁵⁸⁹

Na porção mais próxima das encostas da Serra Geral, as planícies aluviais são caracterizadas pela intensa movimentação da parte superficial do solo durante as enchentes, e em virtude da cobertura vegetal essa movimentação do solo tende a diminuir. Entretanto, nas áreas atualmente destinadas ao cultivo de arroz, a movimentação do solo além de produzir a perda da colheita pode comprometer por alguns anos a utilização do solo para fins agrícolas. É justamente este o medo do agricultor, ao explicar a alteração do nível de vulnerabilidade conforme a época do ano, ou seja, de acordo com a interação produzida no ambiente.

A vitimização dos agricultores não pode ser vista apenas como uma estratégia retórica usada para direcionar a narrativa. Sem sombra de dúvida, a iniciativa é permeada pela intencionalidade de desviar a culpabilização do agricultor pela diminuição da cobertura vegetal e degradação do solo. Por outro lado, a postura dos entrevistados transparece a situação de vulnerabilidade em que se encontram, em virtude da dependência da agricultura às condições do ambiente.

⁵⁸⁹ Alcino Orestes Cândido, op. cit.

O agricultor de São João do Sul logo após explicar que mora na comunidade de Poço Negro, no começo de sua entrevista deixa transparente a intencionalidade de sua fala, “o Mampituba como não tem estrutura para o acúmulo de água ele pega e solta nas áreas por cima de tudo. Mas isso daí, essas enchentes aí, o culpado disso daí, eles vêm culpando o colono”.⁵⁹⁰ Logo mais à frente, o entrevistado traz um exemplo da retirada de pedras do leito do rio para a construção da estrada que liga Praia Grande a São João do Sul.

E.: Aquela pedra redonda, “de cachoeira” como chamam?

A.O.C.: É. Por que que isso aconteceu? Porque quando construíram essa faixa [estrada] que segue para Praia Grande as firmas entraram no rio e tiraram todo o material do rio para levantar o asfalto. E depois que as firmas pararam, as prefeituras pegaram e todo mundo pegou um pouco. Eles que abriram, né, as porteiras, né?

E.: Sim.

A.O.C.: E aí a água não para. Dá uma enchente, vem com uma velocidade louca e vai para o mar. Onde ela vem, vem destruindo e não para no rio. Aí vem a falta d’água, tanto que chegam a proibir as bombas de ser ligadas. O agricultor precisa de água.

E.: Sim.

A.O.C.: Tem que ter reservatório de água.⁵⁹¹

Alcino teme que a ingerência do Poder Público e outras tantas interações com o rio fiquem esquecidas e a culpa pelas ocorrências das enchentes recaia toda sobre os ombros dos agricultores. Também enfatiza que a possibilidade de aumentar a velocidade da saída da água para diminuir o tempo que as terras ficam alagadas pode causar mais estragos para a agricultura do que a enchente em si. A falta d’água também é um medo presente na fala de outros agricultores.⁵⁹² Neste caso, as iniciativas para o desenvolvimento da agricultura se adequaram às condições do meio, mesmo que a atual dinâmica hídrica do Rio Mampituba possibilite

⁵⁹⁰ Idem.

⁵⁹¹ Idem.

⁵⁹² Flávio Rosa da Silva, op. cit.

desastres, para os agricultores o pior cenário de desastre seria o da falta de água.

No tocante às causas das enchentes, o agricultor se vale da dinâmica atmosférica para fechar a linha de argumentação que vinha desenrolando ao longo da entrevista.

Na parte final, para encerrar a ideia que veio trazendo ao longo da entrevista, o agricultor deixa evidente que toda a excepcionalidade conferida à mudança do clima com base na ocorrência dos recentes desastres é descabida.

O clima sempre foi assim. No outro dia tava uma pessoa falando que o clima tá mudando, que “não sei o que”, deu de ouvir até no rádio. Que o clima tão destruindo, destruindo não. Quando eu tinha oito anos, deu uma seca que queimou toda essa terra aí, ó.⁵⁹³

Como prova, evoca o incêndio que aconteceu nas encostas da Serra Geral na década de 1950, que abrangeu da fronteira com o Rio Grande do Sul até próximo da Bacia do Tubarão.

A fala dos entrevistados se mostrou ambígua no que se refere ao peso das intervenções agrícolas na produção dos desastres. O necessário aqui é destacar de onde cada um dos entrevistados produz sua narrativa e dessa maneira “mapear” esses lugares de fala. A historiadora Verena Alberti lembra que a entrevista de história oral deve ser compreendida como um documento biográfico, portanto um das estratégias dos entrevistados se baseia em dar sentido a própria existência.⁵⁹⁴ Desta forma, é compreensível que agricultores envolvidos na produção do arroz irrigado pré-germinado não percebam suas práticas como produtora de possíveis riscos na produção ou potencialização de desastres.

⁵⁹³ Alcino Orestes Cândido, op. cit.

⁵⁹⁴ ALBERTI, op. cit., p. 169.

3.2.6 Nos meandros da vulnerabilidade: as questões de gênero

À medida que os estudos sobre vulnerabilidade ganham volume e profundidade em escala mundial, a percepção dos vários fatores inscritos na vulnerabilidade também são reexaminados. A geógrafa Maureen Fordham cita vários exemplos, em *Gender, Sexuality and Disaster*, de casos de violência com base nas relações de gênero durante e após os desastres. O ponto central do argumento de Fordham é que as mulheres, em comparação com os homens, se encontram numa situação de maior vulnerabilidade nesses momentos de excepcionalidade.⁵⁹⁵ Para a geógrafa, as “desigualdades baseadas no gênero não são inatas ou biológicas, mas socialmente construídas”.⁵⁹⁶

A historiadora Joana Maria Pedro destaca que a categoria de análise gênero foi se desenvolvendo ao longo dos últimos anos para cada vez mais longe do funcionalismo biológico, no intuito de combater o determinismo biológico presente na sua gênese.⁵⁹⁷ Entretanto, para os historiadores ambientais torna-se complicado simplesmente valer-se da categoria de análise da forma com que é atualmente definida, compreendendo-se a necessidade de combater todo e qualquer determinismo biológico, mas se a história ambiental busca compreender as inter-relações entre o mundo natural e os seres humanos, em diversos casos evitando a dicotomização entre natureza e cultural, a apreciação dos fatores biológicos inscritos no corpo da espécie *Homo sapiens* precisa de alguma forma ser levada em consideração.

No intuito de oferecer novos olhares nas pesquisas sobre desastres, as sociólogas Elaine Enarson, Alice Fothergill e Lori Peek assumem que em virtude dos desastres serem construções humanas que refletem a distribuição em nível global do poder e o uso dos ambientes naturais e construídos, onde as relações de gênero aparecem como na organização

⁵⁹⁵ FORDHAM, M. *Gender, sexuality and disaster*. In: WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.). **The Routledge Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction**. New York: Routledge, 2012. p. 424-435.

⁵⁹⁶ *Ibidem*, p.433. (tradução livre)

⁵⁹⁷ PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, Editora UNESP, 2005, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2006.

primária das sociedades. As pesquisadoras também têm a convicção de que pesquisas de gênero proporcionam um contato mais sofisticado dos pesquisadores com os conhecimentos das pessoas sobre o ambiente.⁵⁹⁸

Usada de uma forma acrítica, a categoria de análise pode levar a excessivas generalizações da mulher como categoria social e, ainda, enfatizar a dependência da mulher. Sem aceitar a identificação essencialista da mulher com a natureza, comum no eco-feminismo, as sociólogas procuram oferecer novos elementos para a ecologia política feminista e vincular as relações de gênero a contextos ambientais específicos.⁵⁹⁹

Cabe ressaltar que surgiram várias respostas sobre o papel do homem e da mulher nos desastres, inclusive nos momentos anteriores e posteriores a eles. Foram diversas as percepções tanto sobre os papéis, quanto sobre a negociação e a importância desses tais papéis. Por mais que a diferenciação nas relações de gênero seja vista pelos recentes estudos como ponto de vista simplista sobre esta fluida e contínua negociação, o que se buscou encontrar foi o lugar dessas pessoas, homens e mulheres, no momento do desastre. Para, desta forma, compreender como a diferenciação sexual expõe os indivíduos a diferentes cenários de risco.

A agricultora de Balneário Gaivota, Seoni Baltazar Leandro, explica que durante a passagem do Catarina seu marido “morria de medo”. Quando perguntada sobre a sua condição ela respondeu:

E.: Tu não te assustou?

S.B.L.: Não... porque nessas horas alguém tem que ter... mais coragem digamos assim, porque “tá” o casal se fica os dois apavorado quem que vai dar coragem... força um “pro” outro?⁶⁰⁰

⁵⁹⁸ ENARSON, E.; FOTHERGILL, A.; PEEK, L. Gender and disaster: Foundations and directions. In: RODRÍGUEZ, H.E.; QUARANTELLI, L.; DYNES, R.R. **Handbook of disaster research**. New York: Springer, 2006. p. 130–146.

⁵⁹⁹ Ibidem, p.131.

⁶⁰⁰ Seoni Baltazar Leandro, op. cit.

Interpretar a resposta da agricultora como inscrita dentro da lógica da divisão sexual do trabalho que impera no meio rural pode ser uma armadilha, pois a resposta não oferece subsídios concretos para perceber o estabelecimento dessas relações, mas, sim, uma aceitação prática de que deveria ter coragem já que o companheiro estava com medo.

Mostraram-se recorrentes nas entrevistas com homens dois tipos de percepção: igualdade entre homens e mulheres, tanto no que confere à agência, quanto ao sofrimento; ou a preponderância da agência masculina em virtude da força física. Para o agricultor da comunidade do Caruru, no interior de Tubarão, Airton da Silva, na hora do desastre todos sofrem do mesmo jeito, e ao relembrar os deslizamentos de 1974 explica que todos ficaram “anestesiados”, pois nunca imaginavam que aquilo poderia acontecer.⁶⁰¹

A defesa da necessidade da força aparece naqueles que percebem a agência masculina com fundamental e exclusiva, como foi o caso da estudante de Praia Grande, Josiana da Silva Vilela. Vale ressaltar que a experiência de desastre contada por Josiana é referente à enchente de 1995 quando ela tinha um ano de idade. Sua lembrança é exclusivamente amparada na memória familiar e coletiva, o que leva a crer que sua percepção das relações de gênero é pautada no senso comum machista, no qual o homem deve proteger a mulher, por ser portador de mais força física.

Em Araranguá, Tadeu dos Santos esclarece seu ponto de vista fazendo relação com o aumento do número de mulheres na construção civil, campo de trabalho assumidamente masculino.

E hoje claro isso é diferente, estão trabalhando fora, esse negócio todo, né? Foi um grande avanço. Mas... e esse teu questionamento aí sobre a questão do homem e da mulher mediante um evento climático ou desastre natural, eu penso que tenha a mesma relação que esses conflitos, dessas propostas dessas mulheres de querer mais espaço, por exemplo, dentro da construção civil. Eu acho que... Eu adoro as

⁶⁰¹ Airton Mendes da Silva, op. cit.

mulheres, eu acho que é o sexo mais forte, mas não forte fisicamente. Mas uma mulher na construção civil não renderia o mesmo tanto que um homem. Mas o homem por natureza tem o físico mais forte para levantar uma coisa pesada, também no caso de uma enchente, às vezes tu vai andar num, fazer um salvamento por exemplo, pegar coisas pesadas, empurrar um barco, um carro. E as mulheres eu acho que seria mais para cuidar dos flagelados, né?!⁶⁰²

Torna-se interessante perceber que só em um momento de todas as entrevistas a força física foi descrita como essencial à sobrevivência, no caso de Alcides Medeiros, único sobrevivente em Treze de Maio. Tadeu ilustra sua narrativa com uma série de exemplos que colocam as mulheres na condição de passividade, onde o melhor que se pode ser feito é cuidar dos flagelados. O curioso nesse caso é que na entrevista Alcides não relaciona sua sobrevivência à sua força ou mesmo masculinidade, mas a sua vontade de chegar em casa e a promessa que fez à Nossa Senhora. Ao ser perguntado sobre quem seria mais ativo e “por quê?”, foi enfático. “Olha isso daí manda muito, né. Por que hoje tem muito assim, o homem obedecer a mulher [esposa ria alto], mas sobre essas coisas a mulher tem mais medo e o homem é mais teimoso, né?”⁶⁰³ O agricultor vê a teimosia como elemento preponderante para lidar com o desastre, em contraste com o medo, com base na sua experiência produz a diferenciação da forma de lidar com o ambiente.

A percepção das mulheres sobre as relações de gênero se mostrou mais sofisticada que a dos homens. Para Nilza Vieira, de Tubarão, o que define a forma como e onde homens e mulheres agem durante o desastre está relacionada à preocupação com os filhos.

E.: Para a senhora quem é mais ativo na hora da enchente, o homem ou a mulher?

N. de M. V.: Ah, eu acho que é o homem, por que a mulher não vai correr, ela vai ficar junto.

E.: Junto com os filhos?

⁶⁰² Tadeu dos Santos, op. cit.

⁶⁰³ Alcides Salvador Medeiros, op. cit.

N. de M. V.: É.⁶⁰⁴

A agricultora define os lugares de cada um com base na preocupação da mulher para com seus filhos. Essa lealdade certamente está ligada, na compreensão da entrevistada, ao instinto materno, nesse ponto por mais que veja o homem como mais ativo, e até valorize esta adjetivação, é sobre os ombros da mulher que recai a tarefa mais honrada. Tanto que Nilza destaca, “porque a mulher não vai correr” que pode soar até mesmo como, porque a mulher não vai fugir.

Mariza, de Treze de Maio, não tem dúvidas e solta uma grande gargalhada ao ser perguntada sobre quem é mais ativo.

E.: E nessa hora da enchente, quem é mais ativo para a senhora? O homem ou a mulher?

M. B. F.: [risos] A mulher! [risos]

E.: A mulher? Por que a mulher?

M. B. F.: Porque a mulher tem que carregar tudo para cima! O homem não! [risos]

E.: O homem não faz muita coisa nessa hora?

M. B. F.: [risos] Aqui não! Eu falo aqui na minha casa, né?⁶⁰⁵

A dona de casa tem clara noção do peso do trabalho feminino, literalmente, durante as enchentes. Em outros momentos da entrevista explica que seus familiares, notadamente os homens, em 1974 estavam observando as encostas dos morros e o leito dos rios para, de certa forma, monitorar a situação de risco. Enquanto isso, o trabalho pesado de levantar as coisas e arrumar a casa para a chegada da enchente cabia às mulheres.

A professora de Praia Grande, Maria Salete Clenhal, tem fortes lembranças da enchente de 1974, tanto pela destruição causada, quanto pelo seu papel como arrimo da família.

E.: E como é que foi a reação em casa? Por que tem gente que vê a reação do homem e da mulher às vezes

⁶⁰⁴ Nilza de Medeiros Vieira, op. cit.

⁶⁰⁵ Marina Botega Fontana, op. cit.

é diferente? Às vezes um tem que segurar as pontas do outro.

M. S. C.: E lá em casa aconteceu isso. Só que eu segurei as pontas. Porque o meu marido quando viu que tinha ido tudo embora, e ele devia parte desse feijão que ele tinha comprado, ele devia. Aí eu disse pra ele, eu disse “pode deixar... porque eu trabalho”, né?⁶⁰⁶

O empoderamento da professora é intenso na fala, ela lembra que graças ao trabalho dela a família conseguiu superar as dificuldades dos primeiros momentos do pós-desastre. O marido também é retratado como significativo no processo de retorno da normalidade, ao aproveitar o financiamento “para realmente investir”. Nesse caminho, também fica evidente o desempoderamento da mulher à medida que a situação de normalidade se concretizava. A professora, no entanto, lembra com entusiasmo desses momentos de dificuldade que transformaram sua importância nas relações familiares de subsistência.

As lembranças de Jucilei se mostram muito interessantes, pois o contraste entre a infância em Araranguá e a atual vida adulta em São João do Sul e Praia Grande revela uma elaborada percepção da negociação silenciosa que realizou depois do casamento. Em virtude de seu pai ser viajante, a mãe vivenciou uma relativa independência, tanto que é descrita pela filha como forte e decidida, e cabia a Jucilei cuidar dos avós quando as águas do Rio Araranguá começavam a subir na Barranca. Mas atualmente em São João do Sul a situação mudou.

Em casa eu acabo deixando muita coisa pro marido até, e fico na questão dos filhos, porque a gente tem um instinto maternal né, e meus filhos eram pequenos, eu fui ver se eles tinham acordado de madrugada, eles não tinham acordado eu ficava mais desse lado, e ele que ficava pra ir na rua, olhar e tal, mas precisar... eu não tenho medo e acho que fossem assim lá em casa é meio a meio, não teria. Se tivesse que ir na rua botar o pé no lodo, sair enfim, buscar

⁶⁰⁶ Idem.

alguma coisa recurso, eu tenho certeza que seria igual. Por essa minha infância, e meu pai nunca estar em casa e minha mãe é que tomava conta da casa e dos pais dela, então não teria esse problema, mas em geral sempre, é lógico, é mais o perfil masculino né, as mulheres tendem a se tornar ou se deixar mais frágeis, apesar de que eu sinto, no caso de necessidade que não tem marido a mulher tem que força né, vai pra defender o seu filho e si mesma...⁶⁰⁷

A experiência com a relação da mãe com a ausência do pai possibilitou a Jucilei perceber que os papéis normalmente atribuídos aos indivíduos com base nas relações de gênero são instáveis e negociáveis. Para a professora as mulheres não são mais frágeis, elas tendem a se tornar ou, até mesmo, se deixar serem mais frágeis. Nesse contexto, a fragilidade não é entendida como essencial, mas produzida pelos arranjos sociais, arranjos esses que Jucilei conscientemente e silenciosamente aceita, para não abdicar do lugar ao lado dos filhos.

3.2.7 Perspectivas de Risco

Enquanto a percepção da vulnerabilidade oferece ferramentas para entender as interações das características do ambiente e das transformações produzidas no espaço, a noção de risco é normalmente utilizada para projeções futuras com base nas ocorrências dos desastres e do reconhecimento das vulnerabilidades inscritas em um determinado território. A Teoria do Risco proposta por Ulrich Beck e discutida no início da segunda seção do capítulo vem sendo continuamente utilizada para explicar como a noção do risco se espalhou pelo mundo globalizado.

Na qualidade de um grande modelo teórico, portanto produtor de um padrão interpretativo, universaliza os habitantes do globo ao afirmar que todos estariam expostos a riscos compartilhados. Stefania Gallini destaca que esse movimento de cosmopolitização da sociedade pode ser

⁶⁰⁷ Jucilei Goulart Patrício, op. cit.

realizado, desde que o conceito abarque a diversidade cultural, política e ambiental da atualidade.⁶⁰⁸

Ao pensar nas ideias de Beck, Uwe Lübken destaca que não é só em sociedades industrializadas que o risco surge como denominador comum das relações de produção. Em países subdesenvolvidos a falta de modernidade e de estruturas para lidar com os desastres mostra-se também um problema, em virtude do aumento populacional ao longo dos anos e das iniciativas agrícolas degradadoras.⁶⁰⁹

Na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá, a perspectiva do risco de novos e mais intensos desastres é normalmente relacionada à introdução da cultura do arroz irrigado nas várzeas alagadiças. Entretanto, conforme o relato do comerciante da Barranca, David Afonso, a maneira com que a enchente chega à localidade se transformou. Apesar da enchente até hoje não ter produzido vítimas na Barranca, as características da enchente vêm mudando.

E.: E o senhor perde tudo quando vem a enchente?

D.M.A.: Nessa grandona eu perdi. Agora tem uma coisa... A turma gosta de perguntar para mim, David tens algum cálculo? Para ti ver uma coisa, dois mil e ... Agora essa grande que deu, eu fiquei aqui no sábado, eu abri oito horas. Encostei minha caminhonete ali [no estacionamento na rua]. Das oito da manhã até às sete da noite que eu fui embora, a água aumentou 40 cm a água. Daí tem uma coisa, a Barragem de São Bento (em Siderópolis), eles estavam querendo abrir. A Barragem de São Bento abriram ela quatro horas da tarde, porque a água estava passando por cima. Tu sabe que a água não pode passar por cima, aí eles pegaram e abriram tudo. [Cliente é atendido no mercado]

⁶⁰⁸ GALLINI, S. Compressed Cosmopolization. In: CULVER, L. et al. **Revisiting Risk Society**: a conversation with Ulrich Beck. Munich: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 12-15.

⁶⁰⁹ LÜBKEN, U. On the role of natural hazards catastrophes. In: CULVER, L. et al. **Revisiting Risk Society**: a conversation with Ulrich Beck. Munich: Rachel Carson Center Perspectives, 2011. p. 10-12.

D.M.A.: Ah, a Barragem São Bento. Daí tu olha uma coisa, calcula, das oito da manhã às sete da noite aumentou 40 centímetros, sete e meia eu fui embora e às nove da noite aumentou um metro e vinte. Daí eu te digo assim, a enchente aqui nossa vem de Timbé do Sul, no Costão. Chove no Costão e a água desce toda para cá, aí vem Timbé, vem Jacinto Machado, vem Turvo, vem Ermo.⁶¹⁰

David percebe a outra transformação da dinâmica da enchente na localidade, antes com as enchentes graduais, que segundo os moradores nunca ofereceram perigo, havia tempo de se preparar para o transbordamento do Rio Araranguá. Com o término da construção em 2005 da Barragem São Bento no município de Siderópolis, nas encostas da Serra Geral, a Bacia do Araranguá passou a ter outro condicionante de vulnerabilidade, pois o rio Jordão que antes não oferecia risco, agora é o canal por onde o transbordamento da barragem chega ao mar. Em cenários como este, as práticas conhecidas pela população local para lidar com a enchente se tornam obsoletas, pois tais iniciativas inscritas no nível individual são desenvolvidas em relação à ocorrência dos desastres com base na própria experiência e na memória coletiva local.

Sobre a mudança do clima, Tadeu dos Santos expõe sua ideia da interconexão entre micro e macroclima para explicar como a região sul de Santa Catarina é inserida na crise ambiental global. O ambientalista relaciona o aumento demográfico, a termoelétrica Jorge Lacerda em Tubarão e a queima dos combustíveis fósseis ao desequilíbrio ambiental que impera no planeta, tanto que usa como exemplo o Furacão Catarina, ao afirmar que nunca aconteceu algo semelhante no Atlântico Sul. Ele explica que o aumento na quantidade e intensidade dos desastres é resultado das agressões sofridas pela natureza.⁶¹¹

Para Rafael Marques, o risco aumenta à medida que a enchente de 1974 vai sendo esquecida. A falta de um plano de contingência para lidar com possíveis novos desastres adiciona ainda mais elementos na escalada do risco. Na visão do engenheiro, acabar com os desastres na região é algo inatingível, mas a mitigação é um dever de todos. Tão importante quanto a

⁶¹⁰ David Moreira Afonso, op. cit.

⁶¹¹ Tadeu dos Santos, op. cit.

redragagem do Rio Tubarão, é o estudo que considerará as vulnerabilidades locais, para futuras medidas mais pontuais. Durante sua pesquisa de mestrado de 2006 a 2007, Rafael Marques constatou dois episódios de chuva ácida que pela influência das massas de ar, dispersaram poluentes pela região. A percepção de uma gradativa degradação ambiental em nível regional é balizada pelo medo da destruição do planeta, que surge no final da entrevista.

3.3 LIDANDO COM O DESASTRE

A última parte deste capítulo abordará as iniciativas que despontaram nas entrevistas para lidar com os desastres no sul do Estado de Santa Catarina. No primeiro momento são discutidas as medidas utilizadas no intento de adaptar-se às condições do ambiente, que surgiram em vários momentos durante as entrevistas. Na segunda subseção são elencadas as ações coletivas e institucionais durante os desastres e depois deles, permeadas pelo intuito de restaurar a “normalidade” e mitigar os danos desses eventos. E, finalmente, a terceira parte discute a função do esquecimento trazendo-o também para o debate das estratégias para lidar com o desastre.

A disposição das ações de adaptação aos desastres apareceu ao longo das entrevistas respeitando certo padrão e, também, com base nas variadas necessidades dos sujeitos. Tais lembranças se mostraram mais comuns no extremo sul do estado, marcadamente São João do Sul e Praia Grande, onde o acontecimento de constantes intempéries climáticas coloca a maioria da população da cidade em condição de risco. Algumas estratégias de interação também surgiram em Araranguá, mas de maneira diferente do extremo sul, tanto em razão das características das enchentes quanto da interação social.

No tocante à ação coletiva e institucional, cabe um adendo explicativo para um melhor entendimento das categorias analisadas. Um problema talvez resida na proximidade conceitual entre a “ação coletiva” e a “institucional”. Neste sentido, o “coletivo” faz referência à aglutinação de pessoas sem o aval ou a concreta participação de instituições de governo. A divisão nessas duas categorias respeita os diferentes sujeitos trazidos pelas

lembranças dos desastres e a forma como as participações são narradas pelos entrevistados.

Tratar do esquecimento como destacou o filósofo Paul Ricoeur é uma tarefa fugidia. Neste caso, a estratégia usada foi elencar as estruturas de memória com base nas lembranças e nos direcionamentos oferecidos pela percepção e memória no início do capítulo, para então, com base nas vulnerabilidades e risco que cada parte da região está exposta, definir o que estaria “faltando” nas memórias dos entrevistados para uma diminuição das condições de risco.

3.3.1 Adaptação

A palavra “adaptação” talvez tenha sido mal utilizada para intitular a atual seção. Sua utilização nos estudos biológicos é revestida de um caráter funcionalista, onde a relação de uma espécie é bem sucedida na relação com as mudanças de determinado ambiente para sua sobrevivência.⁶¹² Nas ciências sociais, a ideia de adaptação fornece suporte ao conceito de sustentabilidade, que como destaca o economista José Eli da Veiga é revestido de uma imensa gama de significados, chegando ao extremo da crença utópica produtora de justiça social.⁶¹³ Esta parte da tese se vale do conceito de adaptação como qualquer medida para interagir com o ambiente, mesmo que o grau de eficácia de tais medidas não possa ser concretamente avaliado.

O historiador ambiental inglês Greg Bankoff, ao analisar a forma com que os filipinos lidam com os contínuos desastres que incidem sobre o país, explica que a exposição à ameaça constante é essencial para o desenvolvimento de ferramentas culturais para lidar com as intempéries.⁶¹⁴

⁶¹² RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

⁶¹³ VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

⁶¹⁴ BANKOFF, G. Cultures of Disaster, Cultures of Coping: Hazard as a Frequent Life Experience in the Philippines. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural**

Não se trata de simplesmente transplantar a aplicabilidade da pesquisa nas Filipinas para o sul de Santa Catarina, pois as relações sociais, econômicas, culturais e ambientais nesses dois contextos são bem distintas, mas sim perceber algumas similaridades na exposição ao risco e na produção de mecanismos para continuar sobrevivendo e vivendo.

Bankoff explica que nas Filipinas os desastres não são vistos na chave da anormalidade,

[...] para os filipinos, perigos e desastres são simplesmente aspectos aceitos da vida diária, o que pode ser denominada uma frequente experiência de vida. Pode se dizer, que o desastre não deve ser percebido como uma ocorrência anormal, como usualmente é retratado pelas lentes epistemológicas das ciências sociais ocidentais, mas como um evento cotidiano normal.⁶¹⁵

O conceito de “normalidade” explicado pelo historiador não quer dizer que os desastres são diários nas Filipinas e os habitantes estão acostumados a eles. O argumento de Bankoff, que pode ser trazido ao sul catarinense para melhor entender a dinâmica do aparecimento das dinâmicas de adaptação das memórias dos entrevistados, vale-se de um alargamento do conceito de normalidade, onde o acontecimento dos desastres é percebido de forma ordinária e cotidiana, por isso, até aceitável.

Os recursos para lidar com as situações limite vão desde medidas concretas a estratégias psicológicas produzidas para suportar a incerteza da situação de risco e os efeitos destrutivos dos acontecimentos. Outro fator importante para lidar com a situação pós-desastre são as redes de ajuda mútua, fomentadas em âmbito coletivo para suprir as carências específicas e pela omissão ou despreparo das instituições governamentais. Neste contexto, as específicas formas com que os filipinos e os desastres se inter-

disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history. Plymouth: Lexington Books, 2009. p. 265-284.

⁶¹⁵ Ibidem, p. 266. (tradução livre)

relacionam produzem não só maneiras de perceber o desastre, mas, também, peculiares estratégias para manejo de risco.⁶¹⁶

3.3.1.1 *O inesperado Furacão: Balneário Gaivota e Sombrio*

A imprevisibilidade e excepcionalidade da passagem do Furacão Catarina são fatores muito importantes para entender a escassez de medidas para se preparar para o desastre, como também a falta de memórias que explicassem o que as pessoas fizeram durante o acontecimento. A dúvida sobre a real natureza do fenômeno se manteve até o momento em que as primeiras rajadas de vento chegaram à costa. A ação mais comum citada pelos entrevistados foi procurar alguma superfície sólida e resistente, como a lage, para se abrigar.⁶¹⁷

A falta de agência no momento do desastre pode ser atribuída, além da falta de informação sobre como proceder, à natureza excepcional do evento. Seoni lembra claramente da sua escolha naquela noite.

S.B.L.: Então, assim eu tenho mais medo de raio, de trovão que de vento sabe, ele já tem mais medo de vento do que raio e trovão, então cada um tem um medo diferente e aí eu dei mais força “pra” ele, ele me chamava “pra” mim ajudar ele a socorrer ele. Eu dizia: “Deixa eu dormir, “bota” nas mãos de Deus e o que sobra é nosso”.

E.: Tu conseguiu dormir aquela noite?

S.B.L.: Consegui. Eu podia fazer o que mais? Tanto podia morrer dormindo, como morrer acordado! Morrer acordado?⁶¹⁸

⁶¹⁶ Ibidem, p. 278.

⁶¹⁷ Alfredo Ricardo Lucas Lopes, op. cit. Paulo Roberto Oliveira. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Balneário Gaivota, setembro de 2011. Seoni Baltazar Leandro, op. cit.

⁶¹⁸ Seoni Baltazar Leandro, op. cit.

A explicação de Seoni sobre as complicitades matrimoniais dão lugar a uma escolha simples e difícil. Dado o real perigo de morte, a agricultora decidiu que não queria presenciar os momentos de aflição, a possibilidade do trauma já estava ali, o risco de perder sua vida se mostrava tão tangível quanto a força do vento, a escolha lhe pareceu a mais lógica possível, pois não havia necessidade de testemunhar a própria morte.

3.3.1.2 *Enchentes bruscas e graduais: os rios cotidianos*

A relação do extremo sul catarinense com as enchentes é bem diferente da apontada na seção anterior. Segundo as entrevistas, as localidades são muito mais alvo de enchentes do que de qualquer outro desastre, por isso as memórias sobre as medidas adaptativas aos desastres se relacionaram mais com a força das águas. Entretanto, algumas diferenças são marcantes quando São João do Sul, Praia Grande, Timbé do Sul e Jacinto Machado são contrastados com Araranguá.

A estratégia mais comum elencada nas entrevistas foi o estabelecimento de residências nas áreas mais elevadas.

E.: E a casa da senhora como é que ficou?

M. S. C.: A minha casa não chegou entrar água dentro, porque ela... eu não moro nela, mas ela existe, ela era alta do chão e daí a água passou, mas levou paiol, levou tudo as cercas de arame, levou...⁶¹⁹

Entretanto, devido ao aumento populacional e à intensificação das monoculturas de arroz, como a mesma professora explicou ao destacar as vulnerabilidades locais, as áreas mais altas e seguras tendem a ser menos acessíveis pelo elevado valor comercial e por já estarem ocupadas. Neste caso, a estratégia utilizada é a elevação das residências, como explica a moradora da área central de Praia Grande.

⁶¹⁹ Maria Salete Clenhal, op. cit.

Deve-se ressaltar que na área central atualmente, como comprovado em trabalho de campo, são poucas as casas de madeira, residências que não possuem fundação, ou seja seu contato com o solo é feito pelos blocos de arenito colocados nas quinas da casa e na parte central. Isso permite que o fluxo de possíveis enchentes passe por baixo da casa. De forma geral, em todo o interior do sul do Estado esse tipo de residência vem dando lugar a casas de alvenaria com fundação e sem espaço para escoamentos superficiais.

Na Barranca, em Araranguá, a elevação de casas e residências também é uma prática comum. Mesmo antes de 1974, com a enchente que transformou a percepção local e a ação institucional em nível estadual, as casas já eram construídas de forma elevada do chão.⁶²⁰

O monitoramento constante dos rios e córregos também é visto como uma tática eficaz para evitar as surpresas que a enchente brusca pode causar.

E.: E quais são as principais medidas que se toma quando começa a enchente?

G. S. dos R.: Começa a enchente, por exemplo, quando começa a ter uma época de chuva muito constante, nós que moramos na beira do rio, a gente começa a ficar observando o rio de hora em hora, a cada duas horas. Vai na beira do rio, “ô tá enchendo!”, “subiu!”, “tá subindo”. E rezando para que o rio pare de subir. Quando o rio atinge um certo patamar que a gente já sabe que é, que é um momento de risco, é o momento de levantar as coisas dentro de casa. Tu levanta tudo as coisas, tira o carro de dentro do pátio, nosso pátio é baixo, nossa casa em relação ao rio dá uns 2 metros, mas mesmo assim ainda é baixo. A gente tira os carros e leva para um lugar mais alto e as coisas de valor o mais alto possível.⁶²¹

A fiscalização do volume de água, da velocidade e do nível do rio oferece elementos para uma avaliação inscrita na ordem do conhecimento

⁶²⁰ Hadnoer José Alves, op. cit.

⁶²¹ Gustavo Santos dos Reis, op. cit.

prévio sobre as características do ambiente. Desta forma, explica Gustavo, é possível tomar as medidas possíveis para minimizar os estragos produzidos pelas águas. Como destacado anteriormente, a presença de elementos religiosos nas narrativas é contínua, o contato com a divindade se mostra constante, neste caso, rezando para que por alento sagrado o volume da água diminua.

Em Araranguá, pela proximidade entre as moradias e estabelecimentos comerciais, o acompanhamento do rio é uma atividade coletiva. Quando no Rio Araranguá começa a enchente, todos ficam em situação de alerta. David conta que em 1974 os homens estavam no bar à noite jogado sinuca quando a água mudou seu ritmo e começou a subir rapidamente, atualmente de frete “encostam” no bairro para oferecer seus serviços. Quando as enchentes são normais, todos têm tempo para “preparar a casa”, ou seja, tentar salvar o que possuem.⁶²²

A destruição provocada pela movimentação de materiais nas enchentes em São João do Sul e Praia Grande prejudica de sobremaneira o deslocamento dentro dos municípios cortados por rios e, principalmente, o contato com outros centros urbanos aptos a ajudar as localidades afetadas. Uma das alternativas para lidar com esta situação foi a construção de diversas pontes rasteiras feitas de argamassa sólida colocadas rentes à lâmina normal d’água do rio. Por mais que as pontes não permitissem o deslocamento durante os momentos de desastre, logo quando as águas começavam a baixar, os danos às estruturas eram mínimos e as pontes estavam em condições de uso.

Perto do centro de Praia Grande havia uma ponte como essa que fazia a ligação entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como lembra a professora Jucilei G. Patrício.

E.: E qual é a parte mais afetada da cidade? O que demora mais a se recuperar?

J. G. P.: Aqui mesmo são as encostas de morro, pelo difícil acesso né e agora construíram algumas pontes, mais altas, mas aqui as pontes, eu não sei como é que se chama, eram rasteiras, ou seja, no mesmo nível do

⁶²² David Moreira Afonso, op. cit.

rio, algumas até submersas. Tinha uma localidade aqui que a ponte o rio passa por cima, que vai pra Pedra Branca...

E.: Chove aí passa por cima e depois...?

J. G. P.: E depois volta ao normal. Ali na ponte pênسيل, ponte de arame. Então a ponte já é por si só com água, a lâmina d'água quase já passando ali por cima. Agora eles construíram com duas enormes assim, esperando um volume imenso de água, que graças a Deus faz tempo que não acontece, mas também eles estão reclamando da seca. Eu acho que vocês têm acompanhando que vem acontecendo, inclusive nos últimos 50 anos, nunca se viveu esse período de pouca chuva como tá acontecendo e as pontes estão ali, esperando um volume de água imenso, deixa sem por enquanto.⁶²³

Na percepção da professora, a falta de ajuda é o maior responsável pela falta de eficácia no momento de recuperação e a assistência não chega aos morros por problemas de mobilidade, que persistem em existir, apesar das pontes rasteiras construídas na região. Nos últimos anos diversas pontes foram construídas com recursos do Governo Federal, inclusive a nova grande ponte que liga Praia Grande em Santa Catarina a Mampituba no Rio Grande do Sul (Figura 24). Como salientou Juciclei, “pontes mais altas para grandes volumes de água”.

⁶²³ Juciclei Goulart Patrício, op. cit.

Figura 24: Divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Destaque para a ponte rasteira e ao longe a nova ponte.



Foto: Alfredo Ricardo Silva Lopes, 2012.

Ainda na trilha das memórias de Juciclei, a professora se mostra bem consciente da falta de explicações sobre ocorrência das enchentes, valendo-se até do nome da Universidade Federal de Santa Catarina para explicar a interação entre seres humanos e natureza na produção do desastre. Entretanto, na parte final de seu testemunho surge a ferramenta mais útil que usou para definir os locais onde poderia morar. A professora explica que, no seu ponto de vista, apesar da explosão industrial que se vê hoje na região, existem ciclos da natureza que não podem ser contidos pela iniciativa humana, “Agora as consequências de morte e área de risco e moradia, isso o homem tem completa responsabilidade, [...] a minha mãe morou aqui antigamente, ela sempre disse: ‘nunca more perto de onde já passou o rio’”.⁶²⁴

Para a falta de uma explicação ao acontecimento dos desastres surge uma certeza, um legado familiar que Juciclei carrega consigo, a experiência da mãe com a vida em Araranguá produziu percepções de

⁶²⁴ Juciclei Goulart Patrício, op. cit.

vulnerabilidade que são contadas pela filha como uma espécie de herança familiar. A diferença entre essa percepção e tantas outras trazidas no meio do capítulo está na ordem da aplicabilidade, pois este conhecimento tem se feito presente vida de Juciclei, e por causa dele tem feito escolhas para diminuição de risco em nível familiar.

Mostrou-se curioso o caso de Tubarão, apesar da grande quantidade de informação sobre a vulnerabilidade e o risco em nível local, medidas adaptativas ao ambiente foram rarefeitas ou nem surgiram nas entrevistas, com exceção da entrevista de Rafael Marques, que enfatizou a criação dos seminários municipais e da estação de monitoramento do nível do Rio Tubarão. Isto não significa que as iniciativas para adaptação não existam, elas simplesmente não foram lembradas, o que será o tema da última parte deste capítulo.

3.3.2 Ações coletivas: Solidariedade e o Papel do Estado

Lembranças de ajuda comunitária, a ajuda de um vizinho e/ou recebimento de mantimentos e remédios das instituições governamentais estão presentes em todos os relatos. Esta seção debruça a sua análise sobre quais lembranças, como elas aparecem nas entrevistas e de que maneira estas ações transformam a relação das pessoas com o ambiente.

Como destacado no início do segundo capítulo, usando as palavras da historiadora Lise Sedrez, todo desastre requer um tipo de resposta da sociedade.⁶²⁵ Em alguns lugares a produção dessa resposta já está fortemente institucionalizada e dependente, em virtude das vulnerabilidades locais, do empenho estatal. Com a avaliação das memórias sobre as ações coletivas e institucionais no sul de Santa Catarina, percebe-se uma transformação na percepção do papel do Estado no que se refere às respostas aos desastres. Contudo, a direção para qual cada percepção focaliza suas ferramentas para compreensão da realidade também depende do tipo de interação com o ambiente.

⁶²⁵ SEDREZ, op. cit., p. 196

No extremo sul do Estado, invariavelmente quando perguntados sobre a “ajuda” os entrevistados respondiam que “não havia ou não chegava ajuda ali”. Em Araranguá, a ideia de má distribuição da “ajuda” também foi geral. Na Bacia do Rio Tubarão, nos 40 anos da grande enchente, há a necessidade do controle imposta pela magnitude da tragédia. Finalmente, em Sombrio e Balneário Gaivota, o envio de telhas era tudo que surgia nas memórias dos entrevistados no tocante à ação do Estado. Um adendo metodológico que vale ser ressaltado, a palavra “ajuda” foi usada nas entrevistas pelos diversos significados que ela tem, dessa forma se relacionaria com a maior diversidade possível de memórias trazidas pelos entrevistados.

A socióloga Norma Valencio produziu uma série de pesquisas que focalizam o papel do Estado nas situações de desastre e pós-desastre. Em um de seus trabalhos analisa o discurso institucional e as práticas de defesa civil no contexto brasileiro. Segundo a autora, um dos grandes problemas é que a estrutura de planejamento atual da Defesa Civil não considera a complexidade social no momento de contabilizar as vulnerabilidades nos locais de risco. Por isso, a instituição não consegue cumprir o papel que lhe é atribuído. Na conclusão, Valencio caminha na direção da necessidade de ampliação da participação dos diversos grupos sociais.⁶²⁶

3.3.2.1 Balneário Gaivota e Sombrio: telhas e mais telhas

Como destacado no começo do capítulo para explicar a dinâmica da memória na sua relação com cada evento desastroso, as memórias associadas à passagem do Furacão Catarina são marcadas pela excepcionalidade. Os poderes Estaduais e Municipais se mobilizaram para trazer de volta a situação de normalidade, refazendo redes elétricas, organizando o recebimento e entrega de doações, contudo a memória dos caminhões do Exército transportando as telhas de um lado para o outro nas cidades parece ser a mais marcante.

⁶²⁶ VALENCIO, op. cit.

E.: O senhor lembra de depois do acontecido ver algum órgão público trabalhando?

P.R. de O.: E... existiu assim... como as, as casa... a maioria ficaram destelhada, aquela que não caiu no caso, então tinha pessoas que não tinham condições financeira, de repente, “pra” repor os telhados, aí houve assim umas doações de telhas, repassadas do governo estadual, federal não sei de onde que vinha, e aqui era distribuído de acordo com a necessidade de cada um. Mas tanto que naquele momento não existia telha que chegasse, “pra”... os depósitos ficaram sem telha, a fábrica não dava conta de entregar telha, porque de tanta telha que precisou.⁶²⁷

A falta de telhas também marcou de sobremaneira a lembrança de Paulo, durante o contínuo envio de telhas, em alguns momentos as trazidas para a região não tinham secado ao sol o tempo necessário para se tornarem rígidas, e quando manuseadas normalmente suas extremidades se quebravam com muita facilidade.

A professora Eliane Vefago, provavelmente por não ter tido muitos estragos em sua casa, cita as telhas sem muito valor na sua entrevista, explica que uma série de seminários foi realizada na região, mas nada que levasse ao entendimento do fenômeno.⁶²⁸

O comunicador Alfredo Feijão Lopes também tem nas telhas uma das memórias principais do desastre, entretanto ainda oferece um relato mais detalhado das medidas empreendidas em nível estadual.

E.: O senhor lembra de alguma ação dos órgãos do governo depois da passagem do furacão, seja em nível estadual, municipal ou federal?

A.R.L.L.: O que nós percebemos em função do nosso trabalho de imprensa é que no dia seguinte o governador do estado junto com... Não no dia seguinte houve uma reunião em Criciúma para a avaliação do estado reunindo as duas secretarias regionais, a de Araranguá e a de Criciúma. Nos

⁶²⁷ Paulo Roberto de Oliveira, op. cit.

⁶²⁸ Eliane Vefago, op. cit.

próximos dias aconteceram aí as visitas, integradas, do governador de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná, onde a primeira medida foi a destinação de telhas de brasilite de 6 milímetros que foram aí distribuídas à população com a ajuda do Exército para poder aí cobrir as casas que estavam sem telhado.⁶²⁹

Os detalhes sobre as reuniões e atuações das autoridades oferecem um panorama melhor para entender o nível da emergência que se abatia sobre o extremo sul. Mas as telhas só chegaram alguns dias depois do ocorrido, várias famílias que não possuíam condições financeiras tiveram que depender das lonas oferecidas por algumas prefeituras ou, sem escolha, tiveram que esperar pelas telhas. Um detalhe importante na memória de Alfredo é a lembrança da distribuição de telhas pelo Exército, essa distribuição não foi a primeira escolha das autoridades locais, ela ocorreu em virtude de uma série de desvios em nível municipal.

A agricultora do interior de Balneário Gaivota, Seoni Leandro, conta que não recebeu nenhuma ajuda das autoridades.

E.: E tu lembra de alguma ação do governo depois do Catarina? Os órgãos municipais, estaduais, alguém veio falar com vocês, perguntar se estava tudo bem?
S.B.L.: Aqui em casa não “teve” ninguém. A notícia que eu soube que o prefeito na praia, dava “pra” quem não tinha estragado, “praqueles” que não tinha estragado que ele dava. “Pra” quem geralmente estragou ele não deu. Nós não “ganhamo” um prego! [Pausa] Nem apareceu nenhum aqui “pra”... nem “pra” sabe se a gente “tava” vivo.⁶³⁰

Seoni percebe o poder que tem ao dar a entrevista e como estratégia oferece a imagem do Prefeito de Balneário Gaivota que não governa para o meio rural, governa só para a praia, área tida como mais importante em função do turismo. Em seguida, atesta que o desvio das

⁶²⁹ Alfredo Ricardo Lucas Lopes, op. cit.

⁶³⁰ Seoni Baltazar Leandro, op. cit.

telhas é uma prática constante. Na parte final, Seoni frisa porque o Furacão se faz presente na sua vida até o dia da entrevista.

E.: Tem mais alguma lembrança, informação que tu queira deixar registrado?

S.B.L.: Não, acho que é tudo, o Catarina o que a gente viveu foi isso né, digamos assim..., as perda e as lembranças que a gente tem hoje, as dívida que a gente ainda “tá” pagando, porque daí a gente teve que ir nos banco pega dinheiro, essas coisas assim, então a gente não esquece do Catarina por motivo desse aí... que ele ainda tá rendendo. E a gente não teve a ajuda financeira de ninguém.⁶³¹

Esse passado que se faz constantemente presente na memória da perda é um pouco diferente da economia do trauma, onde o passado é repetido no presente que não consegue fazer o trabalho do luto e aceitar que o lugar de certos acontecimentos é no passado. A condição de vulnerabilidade social em que a agricultora está inscrita e a falta de reais e sérias medidas para lidar com o desastre levam Seoni e sua família, por mais que queiram esquecer, a lembrar constantemente do Catarina, pois “ele ainda tá rendendo”.

3.3.2.2 São João do Sul, Praia Grande, Timbé do Sul e Jacinto Machado: 1974 e a ajuda de fora

A enchente de março de 1974 transformou, coletiva e institucionalmente, as formas dos humanos lidarem com o ambiente. No extremo sul do Estado pela primeira vez a ajuda institucional chegou de forma prática às localidades de São João do Sul, Praia Grande, Timbé do Sul e Jacinto Machado. Antes disso aconteceram outros desastres, como por exemplo, diversas enchentes e o grande incêndio de 1951 que foi originado em Bom Jesus-RS e se espalhou até próximo de Criciúma-SC durante uma forte estiagem, contudo nesses momentos cabia apenas aos moradores e o

⁶³¹ Idem.

poder público em nível local lidar com os problemas gerados pelas adversidades.

O escritor e fotógrafo Gilberto Bonsani explica que antes de 1974 a única assistência que Praia Grande recebeu foi referente ao incêndio de 1951.

Uma consequência do grande incêndio de 1953, Praia Grande estava completamente sem escola, sem nada. Vem aqui Nereu Ramos, só olhando os livros de história, ou Irineu Bornhausen, uma coisa assim. Olhando o livro tu vê, tem uma matéria sobre as criações das escolas todas. Daí tu vê sobre o Grande Incêndio. Daí, o que aconteceu? Quando foi criada a escola aqui. O que nós estávamos falando mesmo?

E.: Do incêndio e que foi criada a escola?

G. B.: Então com a visita do Governador por causa do incêndio, o ex-Prefeito falou: “bah, mas não sei o que, nós estamos precisando de uma escola aqui”, tem toda história no livro. Daí o Governador: “não, só tu conseguir o terreno aí que a escola tá ganha”. Aí vira e mexe para cá, olha tá adquirido o terreno, que é onde tem o colégio agora. Daí já saiu o dinheiro e construíram o colégio. Mas, por influência do Grande Incêndio, aquele incêndio foi muito grande.⁶³²

Uma das explicações para a falta de ajuda, para o fotógrafo, é a má condição das estradas. A pavimentação total da BR-101 de Florianópolis a Porto Alegre – capitais de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, respectivamente – foi concluída em 1971 e só na década de 1980 que Praia Grande e São João do Sul através da SC-450 estabeleceram contato pavimentado com a rodovia nacional. O atual Colégio Estadual Bulcão Vianna surge como a primeira medida do Governo Estadual para suprir algum tipo de necessidade local frente aos desastres, contudo tal medida possui um caráter puramente compensatório, em nada relacionado à destruição causada pelo incêndio.

⁶³² Gilberto Ronsani, op. cit.

Os agricultores do extremo sul normalmente atestaram não ter recebido algum tipo de ajuda governamental após o desastre de 1974, alguns chegaram a afirmar a existência de linhas de crédito para restauração das propriedades, apenas um de São João do Sul manifestou ter memória de tal acontecimento.

E.: E atrapalhou muito o senhor na agricultura? O feijão que o senhor tinha foi?

A.O.C.: Não sobrou nada. O milho tava granado, né.

E.: Granado é quando tá pronto?

A.O.C.: É quando já está pronto para fazer pamonha.

E.: Ah, tá.

A.O.C.: Aquele ali foi tudo. Naquele tempo não tivemos cobertura de nada.

E.: Não teve ajuda aqui?

A.O.C.: Nada, nada.

E.: O senhor soube de alguém que teve ajuda do governo?

A.O.C.: Olha, aqui por perto eu não sei.

E.: Mas o pessoal na região se mobilizou para ajudar as pessoas?

A.O.C.: Ah, teve. Tem pessoas que se atendem.

E.: Também por ser interior?

A.O.C.: Ah, sim, sim.⁶³³

Uma confusão ao longo de todas as entrevistas se fez ao redor da palavra “ajuda”, pois sempre que era trazida pelo entrevistador, a palavra vem com uma ambiguidade que é resolvida pela interpretação do entrevistado. Nestes casos, a ajuda era sempre interpretada como o auxílio que viria de fora, um auxílio institucionalizado que foi naturalizado como a forma comum de lidar com os desastres.

Diferente da ajuda institucionalizada, os vínculos de apoio vicinal se mostraram fortes e constantes ao longo de todas as entrevistas. Não se trata de valorizar os elos de comunidades rurais envoltas em um passado de harmonia e comunhão, mas, sim, considerar estratégias locais de auxílio, que existem desde a estabilização das comunidades, para lidar com as

⁶³³ Alcino Orestes Cândido, op. cit.

intempéries. Foram muitos os casos de pessoas que só sobreviveram graças à ajuda de vizinhos.

É que a praça tava cercada, o rio passava no lado e abria mais em cima e cercava a praça, uma pracinha pequena onde tem a Igreja, e eu morava perto da Igreja. Aí a gente saiu, já pra sair foi ajudado... a gente já foi ajudado por outras pessoas.⁶³⁴

Entretanto, as práticas locais de auxílio durante e após a enchente parecem ter se transformado como explica o professor Gustavo.

E.: E como é que fica a cidade depois da enchente?
G. S. dos R.: Na verdade, no primeiro momento assim, todo mundo quer sair para ver o estrago. O pessoal sai para ver o estrago e alguns saem para ajudar quem foi atingido. Depois é aquela de contar os estragos para ver o que aconteceu, porque a maioria das enchentes é à noite. Ela acontece à noite. Chove durante o dia inteiro e aí durante a noite estoura a enchente. E geralmente são à noite, não lembro de nenhuma enchente durante o dia.⁶³⁵

O morador de Praia Grande vê com desdém as pessoas que só saem para olhar os estragos causados pelas consecutivas enchentes. Esse descontentamento com a forma com que as pessoas estão agindo é fruto de uma expectativa pautada nas formas com que os moradores da cidade agiam no passado. Uma maneira que começou a se transformar quando o helicóptero da Marinha que trabalhava no transporte de pessoas e mantimentos chegou à Praia Grande em março de 1974.

Com exceção de créditos emergenciais para a agricultura e do envio de roupas e alimentos, nenhuma obra, além das pontes, foi realizada para mitigar o efeito das enchentes. Entretanto, em diversos momentos o assunto “barragem” veio à tona como possível medida para diminuir o impacto das cheias. Ao ser perguntado se há alguma maneira de conter a enchente, o entrevistado foi categórico ao afirmar que:

⁶³⁴ Maria Salete Clenhal, op. cit.

⁶³⁵ Gustavo Santos dos Reis, op. cit.

Tem! Tem e já foi criado um projeto e naquele tempo teve gente contrária. E toda a nossa região aqui poderia ser beneficiada! Veja só... Nós temos uma fonte de água aí que [inaudível] para fazer um reservatório de água, nesse reservatório o que é que tu pode ter? Luz própria, água encanada para todo o agricultor nunca pensar em falta de água. Terminava com esse negócio de bomba. Canalizava uma água que venha a cobrir todas as áreas, no mais alto né, para que todo o agricultor fique servido. Então, o agricultor tá pagando hoje uma taxa, com a cooperativinha da água que nós temos, né, para juntar as papeladas e ficar mais ou menos dentro do Meio Ambiente, né. Para ter o direito de pegar essa água, né?⁶³⁶

Para o agricultor a construção da barragem não só diminuiria o efeito dos desastres como também alimentaria a irrigação do arroz nos períodos de estiagem. Desta forma, não é cogitável pensar na mitigação das enchentes, sem pensar nos possíveis destinos dados aos recursos hídricos. No ponto de vista dos agricultores, a construção de uma barragem tanto ajudaria os núcleos urbanos na região, quanto solucionaria o problema intermitente da falta de água.

Em Jacinto Machado a ideia da barragem também parece ganhar mais força nos momentos de seca, ao invés de ser produzida para mitigação das enchentes. Sidnei Candioto explica que além de conter a força da água da chuva, a barragem também abasteceria os agricultores.⁶³⁷ Na compreensão dos agricultores a seca se mostra como um desastre bem pior do que a enchente. À medida que as implementações agrícolas foram realizadas para corrigir as características do solo e melhorar a produção agrícola, a alta demanda hídrica produziu um novo problema na região, a seca.

⁶³⁶ Alcino Orestes Cândido, op. cit.

⁶³⁷ Sidnei Candioto, op. cit.

Entretanto, a compreensão das vulnerabilidades da região se mostra multifacetada. As diferentes percepções de risco fizeram com que os habitantes se organizassem em Praia Grande para impedir que a ideia da construção de uma barragem fosse adiante.

A. da R. C.: É isso! Eu nunca falei com um geólogo de verdade. Mas é que nós estamos, na nossa opinião, de leigo, nós estamos muito perto da serra, aí a água vem com tudo e passa com uma força tão grande que ela vai levando tudo pela frente. E aí quiseram fazer barragem uma época lá na Costa da Serra, e a gente fez até um abaixo assinado para não. Por que vamos então que fazem uma barragem lá, evita a enchente? Evita. Mas o dia que vem uma dessas de 1974 eu pergunto para ti, vai ter barragem que agente? Se a barragem não aguentar, passa por cima.

E.: A barragem vai ajudar a piorar?

A. da R. C.: E se a barragem estoura? Vemos que em várias já aconteceu.

E.: É verdade.

A. da R. C.: A Praia Grande sai do mapa de Santa Catarina e não pode!⁶³⁸

A proximidade às escarpas da Serra Geral é compreendida por Avanilda como fundamental para qualquer avaliação sobre ações mitigativas. Na avaliação da moradora de Praia Grande, construir uma barragem é perigoso, ela aceita que pequenas enchentes podem ser mitigadas com a iniciativa, mas, por outro lado, a barragem também pode aumentar o potencial destrutivo de grandes desastres, como a enchente de 1974. Neste contexto, a atitude da comunidade demonstra a aceitação de um nível conhecido de risco, a novas conjunturas de incerteza e medo.

3.3.2.3 Araranguá: A Barra da Barranca

Os debates sobre os desastres encontram-se bem vivos em Araranguá, a cidade quase anualmente é alvo de enchentes que

⁶³⁸ Avanilda da Rosa Cardoso, op. cit.

transformam a “normalidade” da vida na Barranca. Outro fator importante para a oxigenação do debate é a possível abertura da barra na foz do Rio Araranguá, o que, a princípio, aumentaria a vazão da água durante as enchentes e tornaria a região menos vulnerável às enchentes.

Hadnoer lembra bem como eram as coisas antes de 1974, quando os desastres eram vistos como obra da natureza ou da fúria de Deus, o que eximia as autoridades de qualquer obrigação na assistência aos flagelados.

Prefeito Zé Rocha em 72 teve uma enchente assim e eu fui com ele até os vagões ali. Teve até um cara que ficou brabo com a gente, o prefeito falou “Não eu to aqui pra socorrer eu vim aqui porque se tiver alguém doente eu trago médico aqui ou eu levo daqui para o hospital”. E o cara ficou bravo.⁶³⁹

O aposentado explica que em 1974 até autoridades policiais apareceram na sua porta para tirar toda a família de casa, algo inconcebível até então.⁶⁴⁰ A percepção sobre as funções do poder público pairavam sobre as necessidades dentro da normalidade, como por exemplo, a condição de saúde dos moradores do município.

Comparando a Barranca com outras localidades mais ao sul em Santa Catarina, ela pode ser considerada um bairro “privilegiado”. A proximidade com a BR-101 facilita tanto o recebimento de doações, quanto permite que a calamidade da comunidade seja vista por aqueles que trafegam pela rodovia, principal via de acesso ao Rio Grande do Sul. Este pode ser um dos fatores que ajudam a explicar a dinâmica de relação com as enchentes no local.

Para Hadnoer, foi depois de 1974 quando a responsabilidade da ajuda foi se institucionalizando que ele começou a ficar cansado de tentar ajudar as pessoas.

⁶³⁹ Hadnoer José Alves, op. cit.

⁶⁴⁰ Idem.

E.: Tem lugar que o pessoal fica muito alarmado quando começa a enchente, o pessoal aqui...

H. J. A.: Olha o grande problema é o seguinte, grande parte é muito interesse de ganhar as coisa. Porque acontece o seguinte, eu tive todo esse tempo aí trabalhava toda a vida tirando gente. Aí tira uma família com 10, 15 pessoas... Porque que os filho não ficam aqui ajudando a gente? Eles vão embora eles nem vem mais aqui, então eu acho que eles tinham que vim aqui e fica ajudando a gente não era?⁶⁴¹

O aposentado presenciou uma fase de transição em que a ajuda vicinal era imprescindível não para a sobrevivência, mas para o manutenção dos bens. Na sua memória “esse negócio de todo mundo se ajudar” não existe mais, ficou em algum lugar do passado onde as pessoas precisavam realmente umas das outras. Esse desencantamento do mundo traz na esteira até os problemas políticos em nível local, no qual as disputas por poder minam aquele comunitarismo do passado. Para ele, na Barranca agora o que manda é o interesse, por isso suas perspectivas para o futuro são incertas.

E.: E como é que é a vida depois da enchente aqui? Como é o esforço do pessoal? O senhor falou que o pessoal fica fora lá...

H. J. A.: A realidade é o seguinte a gente tem uma surpresa desagradável que eu vou te dizer. O pessoal aqui ganha casa... se eu quiser levantar minha casa aqui a Caixa Econômica não me financia, porque é Área de Risco, certo?

E.: Certo.

H. J. A.: Aqui não tem como, mas eles vão dão uma casa pro cara ali o cara mora lá, vende a casa lá, e depois vem mora aqui atrás da casa do pai, bota uma barraca na beira do rio, tem uma porção de caso. Oh aquele que mora ali depois da estação aquela casa ali, ele ganhou uma casa lá. Agora ele já pegou outro lotezinho ali, pode olhar ali, já vendeu pra outra pessoa e vai fazer um casebre ali ainda, aí ele fincam

⁶⁴¹ Idem.

quatro paus ali e fazem outra casa ali. Tu tá entendendo?⁶⁴²

O entrevistado busca se diferenciar dos demais deixando clara sua condição, de não esperar ou depender de ajuda. Apesar de residir em área de risco como os outros moradores da Barranca, ele não se vê como parte do problema por não participar compulsoriamente nesse processo de estigmatização da localidade. Para Hadnoer, a única saída seria pela imposição de um agente externo, como a Defesa Civil, por exemplo, mas esse órgão não predispõe dos meios necessários para manter as pessoas longe da localidade.

A professora Juclei G. Patricio de Praia Grande, que mora em São João do Sul e cresceu na Barranca, tem um ponto de vista que difere de Hadnoer em alguns aspectos, no que se refere à situação da Barranca.

A Barranca, imagina, esses anos todos, e agora que estão construindo uma outra ponte de acesso, na realidade é um bairro praticamente abandonado, no sentido de obras vamos dizer do âmbito estadual e federal.

E.: A preocupação com a Barranca, é só com a enchente?

J. G. P.: É assistencial que se diz, né? Ela não é preventiva, ela foi sempre assistencial, ou seja, depois que aconteceu eles vão lá e dão uma recup... socorrem rápido né, então não tinha uma preocupação antes disso. Lá não tem uma empresa que dê emprego, não tem nada. A única escolinha que sempre teve é do mesmo tamanho, do mesmo jeitinho, nos mesmos modos, de décadas, e décadas, e décadas que as coisas evoluíram, ela está do mesmo jeito. A casa dos meus avós já não existem mais do jeito que era, mas a rua é a mesma, o mesmo jeito. Isso, vamos dizer assim, há mais de trinta anos. É um bairro que as pessoas... são praticamente as mesmas famílias que estão lá, e não querem sair de lá, mas poderiam ter um estilo de vida talvez bem melhor... se existisse essa preocupação a nível de estado ou

⁶⁴² Idem.

federal, mas promessas vêm, todos os anos. Politicamente sabe-se que vários candidatos vão lá, visitam e sabem mas depois não tem um retorno.⁶⁴³

Juciclei esclarece que diferente do que encontra em cidades como São João do Sul e Praia Grande, a Barranca foi abandonada. Na memória que dialoga com a percepção, um importante elemento que mostra essa situação é a escola, a falta de investimento em obras de infraestrutura potencializa ainda mais a condição de vulnerabilidade social dos indivíduos ali inseridos. Nessa perspectiva, percebe que as ações assistencialistas não oferecem respostas concretas para um problema que, na memória coletiva local, foi “terceirizado” para os ombros dos moradores em maior grau de vulnerabilidade social.

No final da entrevista, Hadnoer José Alves mostra um recorte de jornal de junho de 2008, com o posicionamento do então governador de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira com uma alternativa eficiente e rápida para acabar com o problema das enchentes em Araranguá.

H. J. A.: Olha o que o Governador propôs aqui, olha aí, olha aí “Governador propõe o fim da Barranca”.
[risos]

E: Como é que vai acabar com a Barranca?

H. J. A.: Esse cara tá viajando. Eles estavam no rádio, eu liguei daqui perguntando para eles: “O senhor quer acabar com a Barranca? Por que o senhor não acabou com Joinville? Lá nunca deu enchente em Joinville por acaso?”. Todo mundo sabe que dá enchente lá também gente. “Por que o senhor diz besteira aí?”.⁶⁴⁴

A proposta do Governador seria rápida e eficiente, mas em nada simples. Hadnoer ridiculariza a ideia, indagando se o Governador faria o mesmo em Joinville, cidade constantemente atingida por enchentes, polo industrial do norte catarinense e celeiro eleitoral de Luiz Henrique da Silveira. O que o aposentado de Araranguá não consegue, ou não quer, entender é que para as autoridades distantes, a Barranca, diferente de Joinville, é insignificante. Já em nível local, a Barranca teria outras funções

⁶⁴³ Juciclei Goulart Patrício, op. cit.

⁶⁴⁴ Hadnoer José Alves, op. cit.

no jogo político, como já lembrou a professora Juciclei. Mas é Daniel Afonso que na primeira seção deste capítulo já explicou a necessidade local de se manter a Barranca vulnerável às enchentes para conservar o fluxo de verba Estadual e Federal e manter os vínculos de necessidade entre os políticos locais e seus eleitores.

Se abrir a Barra acabou-se, mais verba para quê? E tu acha que eles... Então é assim, né? A população quer, e os governantes será que eles queriam isso? “Será que vale a pena se abrir a Barra. Mas a enchente só atinge a Barranca, deixa ela aí”. E tu sabe que aqui é o bairro mais antigo de Araranguá, tu sabe, né?⁶⁴⁵

A importância da Barranca é histórica, segundo Daniel. Foi ali que a cidade de Araranguá começou, mas a cidade foi crescendo para o outro lado do rio, ao sul. Mesmo que seja consenso que a abertura da barra na foz do Araranguá diminuiria o impacto das enchentes na localidade, o tema a ainda é controverso. O ambientalista Tadeu dos Santos explica que é a favor, mesmo sabendo que a abertura modificaria a dinâmica hídrica nos tempos de normalidade, por entender que o Rio Araranguá está morto, em função da degradação ambiental produzida pela extração de carvão na parte norte da bacia. A abertura da barra tornaria pelo menos o Rio Araranguá navegável, segundo ele.⁶⁴⁶

3.3.2.4 Tubarão: o controle estatal

Cada uma das microrregiões analisadas até agora possui formas particulares de relação com os desastres, bem como percepções e dinâmicas de memória. A Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão não foge a essa regra, a capacidade destrutiva da enchente de 1974 somada às interações com o meio produzidas pelas pessoas gerou uma forma específica de lembrar a enchente e dos deslizamentos, onde a institucionalização das formas de

⁶⁴⁵ David Moreira Afonso, op. cit.

⁶⁴⁶ Tadeu dos Santos, op. cit.

ajuda e salvamento foram vistas como fundamentais para evitar o colapso da região.

A historiadora argentina María del Rosario Prieto, ao analisar as enchentes no Rio Paraná ao longo do período colonial espanhol, sublinha que a relação de povos de origem hispânica e os indígenas com o ambiente foi moldada significativamente conforme os ritmos das enchentes. Nesse caminho, foram produzidas estratégias adaptativas bem sucedidas que permitiram a sobrevivência das pessoas em um ambiente rigoroso. Entretanto, atualmente dada à distância temporal dos acontecimentos desastrosos, os habitantes não percebem mais as enchentes como parte das dinâmicas da natureza, nem como parte da própria cultura, porém como eventos excepcionais, desconectados da própria experiência.⁶⁴⁷

Tal falta de conexão com os ritmos naturais não pode ser usada para explicar a situação de Tubarão, todavia a excepcionalidade do desastre é um elemento marcante na forma de lembrar aquele março de 1974. Não se pode evidenciar aqui o caso de memórias perdidas, esquecimentos que marcariam a falta de contato com um passado de dor e destruição, mas pode-se perceber um distanciamento que depois de 40 anos se mostra muito oportuno. Tal distanciamento da enchente só é possível pela falta de grandes enchentes, ou enchentes que chegassem ao centro da cidade e garantissem alguma visibilidade. Diferente da Barranca em Araranguá, o bairro da Madre fica na área rural da cidade e longe da BR-101; diferente de Praia Grande, as enchentes na localidade mais vulnerável de Tubarão são graduais e não provocam grandes estragos.

Pelo crescimento da cidade, como já se viu no Capítulo 2 desta tese, a institucionalização da forma de lidar com os desastres em Tubarão já havia ocorrido antes da enchente de 1974. Contudo, o que se pode perceber através das entrevistas é que a responsabilidade do poder público se estendia até os limites do perímetro urbano, na área rural da Bacia o helicóptero era tanta novidade quanto em Praia Grande e São João do Sul.

Nessa cidade, em estado de calamidade, que o controle do Exército se mostrava fundamental para lidar com as pessoas quem não sabiam o que fazer diante da iminência do pior. Elizabete Tonon Fernandes lembra que a

⁶⁴⁷ PRIETO, op. cit.

ação do Exército e da Prefeitura Municipal foi fundamental para tirar as pessoas das casas. “Um dia antes a prefeitura bateu nas portas, ‘ó não se esqueçam!’”. E eles batiam, ‘tem que sair, porque o rio tá subindo’”.⁶⁴⁸ As filas e a limpeza da cidade são pontos fortes das narrativas, a distribuição dos alimentos pelo Exército se mostrava como a única forma de evitar o caos.⁶⁴⁹

Entretanto, o controle da cidade não se mostrava tão hegemônico. Elizabete explica que é incompreensível que as pessoas tenham voltado para suas casas e lá tenham permanecido na noite de domingo para segunda.

Eu com 17 anos nem acreditava muito que o rio fosse transbordar, a gente via ali, mas não dava muita importância para essas coisas. Tu vê, a Prefeitura avisou, tiraram o pessoal. O pessoal voltou e naquela noite foi assim. Depois a maioria não quis sair, “não, vai baixar como baixou na noite anterior”, e não [baixou].⁶⁵⁰

A explicação convencional para a volta das pessoas às suas casas está relacionada a falta de percepção dos indivíduos aos perigos da enchente. O que não deixa de ser verdadeiro, mas é preciso complementar essa situação com outro elemento tão devastador quanto a enchente, os saques.

Então, a noite foi dado toque de recolher, a partir eu acho das 18 horas, não se podia andar na rua. Porque houve saques no domingo, quando tava acontecendo o evento invadiram os supermercados. No dia seguinte, acho que de 25 para 26 quando as pessoas estavam ilhadas não tinha comida, também saquearam o antigo supermercado Angeloni, que era o maior da cidade na época. Então, em função disso tudo o Exército tomou conta, então a cidade ficou ordenada. A população não tinha liberdade, né? O

⁶⁴⁸ Elizabete Tonon Fernandes. Entrevista concedida a Alfredo Ricardo Silva Lopes. Tubarão, outubro de 2012.

⁶⁴⁹ Rafael Marques, op. cit.

⁶⁵⁰ Elizabete Tonon Fernandes, op. cit.

horário tinha que fixar. E na alimentação tinha ordem até na fila, tu deve ter conseguido fotos.⁶⁵¹

A explicação contida nos periódicos estaduais e nacionais para o toque de recolher é, simplesmente, manter a ordem. Não surge nenhuma elucidação sobre o que ou quem teria pervertido a ordem durante o pós-desastre, logo, o controle estatal não se mostrava tão absoluto na prática, quanto se fazia nos periódicos. A possibilidade de saques, práticas comuns nos desastres como visto no Capítulo 2, levou as pessoas a voltarem a suas casas, este conjunto de relações entre vulnerabilidade natural e social, potencializou uma situação de risco que depois veio a se concretizar.

As práticas para lidar com a enchente no interior da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão são bem semelhantes àquelas encontradas no extremo sul de Santa Catarina. O monitoramento do rio é uma tarefa constante e coletiva, como dito anteriormente, destinada geralmente aos homens, às mulheres cabiam os afazeres domésticos do pré-enchente, levantar os móveis e separar mantimentos para o pós-desastre.

O meu cunhado tava olhando o rio, que tava muito cheio. Porque o meu sogro tinha muita coisa na feclularia, aí estavam preocupados porque ia molhar. Só que quando ele olhou para cima, ele disse que viu que vinha. Aí ele gritou e correram para cima, aí onde caiu destruiu.⁶⁵²

Em Treze de Maio, onde a história de sobrevivência de Alcides se tornou simbólica, as ajudas institucionais apareceram de forma rarefeita na memória dos agricultores, de forma semelhante à Praia Grande e São João do Sul.

E.: E como é que foi a ajuda depois da enchente? Veio ajuda de fora? As pessoas se ajudaram?

⁶⁵¹ Rafael Marques, *op. cit.*

⁶⁵² Marina Botega Fontana, *op. cit.*

N. de M. V.: Olha eu acho que não, aqui não. Porque, não tenho certeza. Porque Tubarão tinha sido bem pior, e aí aqui, claro que teve essa família.

E.: Sim.

N. de M. V.: Mas o resto não porque cada um perdeu a sua lavoura, o problema foi seu. Perdeu e pronto. E Tubarão tinha sido bem pior, então eu acho que se veio ajuda foi lá. Aqui não. Aqui o que se ajudava era um ao outro.

E.: Sim.

N. de M. V.: Mas era nada de ajuda assim.⁶⁵³

Novamente a noção de ajuda, quando evocada pela memória, direciona sua percepção à ajuda institucionalizada que se cristalizou na memória coletiva como elemento primário, resultado de uma memória enquadrada nos moldes daquilo que Paul Ricoeur, como uma forma elementar de direcionar o processo de rememoração.⁶⁵⁴ Esse processo que pode ser visualizado em todo o sul de Santa Catarina, surge como resultado do espraiamento do poder institucionalizado em nível estadual que se consolidou depois de 1970, com a construção de estradas de rodagem que ligavam todo o território catarinense.⁶⁵⁵

Em virtude da dimensão dos estragos em Tubarão, aproximadamente dois terços da cidade foram destruídos, diversas estratégias para conter possíveis novas enchentes foram idealizadas. Como destacado no capítulo dois deste trabalho, depois dos esforços para trazer a cidade para a normalidade, a única obra empreendida foi a dragagem e retificação do Rio Tubarão dentro do perímetro urbano, na ocasião também foram plantadas árvores nas margens do rio para evitar que os materiais trazidos pelo rio durante as enchentes se dirigissem ao centro da cidade.

⁶⁵³ Nilza de M. Vieira, op. cit.

⁶⁵⁴ RICOEUR, op. cit. ,p. 93.

⁶⁵⁵ MARTINELLO, A. S. **Insulares Santos Catarina: construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2012.

O engenheiro Rafael Marques explica que de maneira diletante empreendeu a instalação de uma unidade meteorológica e de medição do nível do rio no centro da cidade. O monitoramento do nível do rio em tempo real muitas vezes deixava as pessoas alarmadas, até da Defesa Civil ele recebeu ligação telefônica, pedindo para que tirasse o site do ar, pois as pessoas estavam começando a entrar em pânico. Rafael entende que esse tipo de situação é necessária para colocar as pessoas em contato com os debates sobre a situação da Bacia do Rio Tubarão. Ele conta ainda, que a ajuda de alguns políticos foi fundamental para a organização dos seminários e que agora as pessoas parecem estar mais abertas a esse tipo de diálogo.⁶⁵⁶

Os motivos que levam as pessoas em Tubarão a participar dos seminários e voltar a lembrar do desastre de 1974 serão debatidos na próxima parte deste trabalho, onde será discutido também o lugar do esquecimento nas dinâmicas formas de rememorar o passado.

Ainda sobre a dinâmica das formas de lidar com as situações limites na região, não se pode afirmar que, em contrapartida ao espraiamento da institucionalização das formas de ajuda e sua fixação na memória como forma única de ação no pós-desastre, as estratégias locais comunitárias de ajuda teriam desaparecido. O fato de elas não surgirem nas primeiras memórias aponta que tais ações deixaram de existir à medida que novos desastres aconteciam na região, mas que atualmente os indivíduos esperam que o Estado em todos os seus níveis apresente alternativas tanto para lidar com o pós-desastres, quanto para diminuir o impacto de novas adversidades.

3.3.3 Os Lugares do Esquecimento

Escrever sobre o esquecimento sempre parecerá ser algo paradoxal, pois, à primeira vista, assim que a escrita vai se desenrolando, no entendimento humano o esquecimento passa a perder terreno nos meandros da memória. Por outro lado, também pode parecer impossível a

⁶⁵⁶ Rafael Marques, op. cit.

empreitada de analisar o esquecimento, uma vez que o objeto da apreciação se esquecido, é considerado perdido no passado. Desta forma, na última parte do terceiro capítulo diversas discussões sobre a problemática do esquecimento servirão de base para debater as possíveis funções do esquecimento nas memórias dos desastres.

Mas se sobre o estatuto do esquecimento são colocados todos os acontecimentos que foram perdidos no passado e jamais poderiam ser trazidos ao presente, como se pode analisar tal fenômeno? Ou até mesmo, como se pode atribuir função ou, de forma audaciosa, um lugar para esquecimento na vida daqueles que sobreviveram aos desastres?

A estratégia utilizada nesta seção do trabalho dialoga com as informações levantadas ao logo da tese. Isso para que, com base nas entrevistas e nas formas locais de lembrar os desastres e elencar riscos e vulnerabilidades, possa se assinalar como o recordar coletivo dos desastres se vale do esquecimento. E, ainda, destacar os perigos que o direcionamento das formas de lembrar ou a falta de percepção das vulnerabilidades sociais e ambientais podem produzir quando deixam de estar incluídas nas iniciativas coletivas de lembrar.

Nesse caminho, a definição de memória cultural que Aleida Assmann oferece é valiosa para entender as constantes estratégias coletivas de recordação que iluminam parcialmente o passado, produzindo as maneiras como indivíduos e grupos constroem sentidos, identidades e orientações para a vida. Esse trabalho de iluminação que enfoca e concentra, implica em esquecimento, pois à medida que ilumina a percepção em uma direção, escurece outra.⁶⁵⁷

Na construção dessa memória cultural, a pesquisadora da memória com formação em linguística e literatura inglesa, enfatiza que atualmente as formas de lembrar dos grupos sociais recebem suporte da mídia e, ainda, da totalidade do conhecimento que governa o comportamento humano.⁶⁵⁸ Essa percepção de novas formas de produção de memórias surge como resposta às indagações de Pierre Nora sobre o “fim da memória” e a

⁶⁵⁷ ASSMANN, A. **Espaços de Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011. p. 437.

⁶⁵⁸ Idem.

institucionalização dos lugares de memória, como estratégias centralizadoras, portanto, uniformizadoras do lembrar.

No final de sua obra, Aleida Assmann também relaciona a ação individual de relembrar e, consecutivamente, reordenar a própria realidade ao exemplo do lixo.

Da recordação – eis uma tese que perpassa esse livro – não se pode desvincular o esquecimento; ela necessariamente participa dele e nele se dilui. No final do livro o vínculo entre recordar e esquecer, em sua forma paradoxal, voltou a revelar-se no exemplo do lixo, tematizado por artistas e escritores como um arquivo inverso. A dedicação memorativa ao lixo e ao esquecimento não é implausível de uma cultura que desde a era moderna apostou programaticamente em inovação e por isso encheu até as bordas o cesto de lixo da história.⁶⁵⁹

Esse lixo seria a materialidade do mundo que insiste em oferecer às lembranças novos suportes, amparados em novas percepções e/ou em novas formas de visitar as antigas memórias. Diferente de Pierre Norra, que era seu próprio editor, Assmann não acredita em desaparecimento da memória, mas, sim, que determinadas culturas em determinados contextos históricos conferem mais ou menos créditos a diferentes formas de lembrar o passado.

Com base nas reflexões do filósofo Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*, o esquecimento foi constantemente relacionado à finitude da existência humana e nessa competição escrever se tornou equivalente a inscrever para a eternidade. Lembra Ricoeur que o esquecimento também “é o emblema da vulnerabilidade da epistemologia da história” e dirige sua crítica contra o ambicioso anseio da reflexão total.⁶⁶⁰

O filósofo então explica que a justa memória, uma noção muito cara a ele, teria algo em comum com a renúncia da reflexão total. A noção

⁶⁵⁹ Ibidem, p. 440.

⁶⁶⁰ RICOEUR, op. cit., p. 423.

de justa memória, defendida por Ricoeur no seu livro síntese, relaciona-se tanto com o “dever de memória”,⁶⁶¹ quanto com os excessos da memória⁶⁶², neste caso a defesa de uma política da justa memória está inclusa na possibilidade de uma memória esclarecida pela historiografia.⁶⁶³ A falta de uma definição precisa de como esta justa memória deveria agir é condizente com o entendimento de que a política de justa memória é um empreendimento de equalização da memória coletiva conforme as demandas sociais e culturais dos diferentes grupos humanos.

Nessa perspectiva, também se poderia defender a noção de justa memória para lembrar os desastres, como uma iniciativa capaz de aprimorar a resiliência dos indivíduos inseridos em situação de risco. Nesse ponto, o esquecimento desempenharia um papel que, ao extinguir a lembrança do desastre, aumentaria a situação de risco em que as pessoas se encontram. Entretanto, como o próprio Ricoeur destaca, existem dois tipos de esquecimento. O primeiro, esquecimento de reserva, não dissipa totalmente as lembranças de experiências pretéritas, ele as inscreve na memória para situações futuras. Como exemplo, para esta maneira de lidar com o passado tem-se o trabalho de luto. A segunda forma de esquecimento, o definitivo, não contempla nem os rastros deixados pelas reminiscências, no estatuto do esquecimento definitivo estão os acontecimentos que individualmente não poderão mais ser acessados.⁶⁶⁴

⁶⁶¹ A formulação de dever de memória, relacionada à verdade e justiça, e tendo o holocausto como um modelo de ação para outros grupos que buscam afirmar suas memórias no espaço público, memórias que evocam processos de violência ou de discriminação. HEYMANN, L. Q. “O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos”. In: GOMES, A. de C. (Coord.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 15-43.

⁶⁶² Por excessos da memória pode se compreender os empreendimentos de cristalização da memória coletiva ou histórica que, como por exemplo as comemorações cívicas, contribuem para definir as identidades e as legitimidades políticas. Todavia, elas não constituem somente um simples meio de produzir consenso; ao contrário, elas podem revelar tensões e conflitos. FERREIRA, M. de M. *História oral, comemorações e ética. Projeto História, Ética e história oral*, São Paulo, n. 15, p.157-164, abr. 1997.

⁶⁶³ RICOEUR, op. cit., p. 421.

⁶⁶⁴ *Ibidem*, p. 427.

Apesar de momentos demasiado funcionalistas como o “cérebro recorda a memória útil”⁶⁶⁵, o filósofo não traz um ponto final para o lugar do esquecimento na memória, para ele o esquecimento destruidor é também fundador, pois “não há, para vistas humanas, ponto de vista superior de onde se vislumbraria a fonte comum ao destruir e ao construir. Não há, para nós, balanço possível dessa grande dramaturgia do ser”.⁶⁶⁶

Para Jeanne Marie Gagnebin “a aproximação elaborada por Ricoeur entre trabalho e elaboração, é que permite sair da repetição, finalizando o trabalho de luto, que possibilita uma nova ancoragem para a vida”.⁶⁶⁷ Ainda defende que o lembrar ativo é fruto de um trabalho de elaboração e de luto do passado, onde esforço de compreensão e esclarecimento são a tônica para encontrar o passado por meio do presente, “um trabalho que, certamente, lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas também por amor e atenção aos vivos”.⁶⁶⁸

A materialidade do esquecimento também deve ser levada em consideração ao se analisar as possíveis funções do esquecimento em se tratando de desastres. O neurologista Ivan Izquierdo em *A Arte de Esquecer* elenca uma série de pesquisas médicas em que o cérebro “trabalha” para produzir o esquecimento de determinadas lembranças, como exemplos: a dor de um parto, uma crítica feroz, o número do telefone do médico. O leitor de Jorge Luis Borges vale-se de uma escrita simples para explicar os mecanismos cerebrais que produzem a saturação das memórias de curto e longo prazo, defendendo o argumento de que esquecer é central à vida humana. Izquierdo explica que o esquecimento é um processo adaptativo em que a falta de atividade de caminhos neurais dá espaço ao emaranhamento de outros caminhos.⁶⁶⁹

⁶⁶⁵ Ibidem, p. 448.

⁶⁶⁶ Ibidem, p. 451.

⁶⁶⁷ GAGNEBIN, op. cit., p. 105.

⁶⁶⁸ Idem.

⁶⁶⁹ IZQUIERDO, I. *A Arte de Esquecer: cérebro e memória*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.

3.3.3.1 *Um furacão para esquecer: Balneário Gaivota e Sombrio*

Onze anos depois da passagem do Furacão Catarina, o primeiro de seu tipo no Atlântico Sul, o esquecimento começa a rondar este acontecimento. Mesmo que em algumas entrevistas de Araranguá, São João do Sul e Praia Grande lembranças do furacão tenham surgido, eram memórias marginais com menos importância que as recordações das constantes enchentes. Nesse ponto, as memórias de Sombrio e Balneário Gaivota são mais “puras”, no sentido de que pela falta de experiência com as enchentes, o Catarina, antes de ser lembrado como desastre, categoria generalizante, é lembrado como furacão.

Desta maneira, ao utilizar a chave de interpretação da percepção de desastres naturais pode-se compreender melhor a forma como o Furacão é rememorado pelos entrevistados. Antes mesmo da importância e/ou consequência dos desastres, a primeira ferramenta trazida para compreender a percepção das pessoas é a frequência⁶⁷⁰, pois quando a baixa ou rara constância das ocorrências se torna característica os acontecimentos desastrosos como o Catarina, tendem a ser subestimados. Um exemplo claro encontrado nas entrevistas é relacionado à falta de medidas, em âmbito familiar e individual, para se preparar para futuros furacões, apesar de as pessoas acreditarem que podem acontecer desastres futuramente.

No tocante à vulnerabilidade climática, a contribuição do estudo de Rafael Marques sobre a dinâmica atmosférica no sul de Santa Catarina é importante para perceber as similaridades entre a enchente de 1974 e a ocorrência do furacão em 2004. No Catarina foi constatada a predominância do vento no quadrante leste, promovida pelo sistema de alta pressão (idêntico ao de 1974) com a presença de um Vórtice Ciclônico em média altitude que deixaram o ar instável e que também pode carregar a umidade para níveis mais altos e frios, produzindo o aumento da precipitação.⁶⁷¹

⁶⁷⁰ BURTON; KATES, op. cit.

⁶⁷¹ MARQUES, op. cit, p. 74.

As ações em nível local, não necessariamente para lembrar o evento, mas para de alguma forma promover medidas mitigativas, são raras. Como exemplo se pode citar a iniciativa da então acadêmica de Letras Eloisa da Rosa Oliveira, que desenvolveu um trabalho que veio a se tornar o primeiro artigo a analisar a memória coletiva da população sobre a passagem do Furacão. Na ocasião desenvolveu-se um trabalho com os alunos do 7º ano da Escola de Ensino Fundamental Darcy Ribeiro em Balneário Gaivota-SC, cujo objetivo era produzir um caderno de memórias da turma. Neste, os alunos registraram suas memórias e acontecimentos que presenciaram no dia 28 de março de 2004. A iniciativa buscou fazer com que as crianças dialogassem com a família para poder compor o caderno de memórias e compartilhar essas lembranças em sala de aula.⁶⁷²

Iniciativas como esta se mostram realmente pontuais. Por mais que a excepcionalidade do acontecido dialogue com a destruição causada pelo desastre, o fato de não haver mortes diretamente relacionadas ao Catarina e da destruição ter sido mais forte nas classes menos favorecidas, que “naturalmente” são as mais afetadas por desastres, inscreve a memória coletiva do Furacão mais na esfera do extraordinário, fortalecendo a possibilidade do esquecimento.

3.3.3.2 A cultura do recomeço: Praia Grande, São João do Sul, Timbé do Sul e Jacinto Machado

Como destacado na primeira parte deste capítulo, a dinâmica da memória coletiva nas pequenas cidades próximas às escarpas da Serra Geral é marcada pela ideia de recomeço e pela ajuda coletiva. A produção das duas formas de interagir com os desastres estão profundamente amparadas na tradição local de lidar com as intempéries posteriores a 1974. Pois, como visto anteriormente, a enchente de 1974 foi um divisor de águas na forma de interagir com o desastre, antes dessa data, conforme as entrevistas, a intervenção governamental e o envio de roupas e mantimentos não existia. As estratégias utilizadas para relacionar-se com a

⁶⁷² OLIVEIRA, E. da R.; LOPES, A. R. S. Memórias coletivas, narrativas infantis: reflexões sobre o evento do furacão Catarina. **História Agora**, v. 9, p. 1-15, 2010.

imprevisibilidade das enchentes e suas consequências são as mesmas utilizadas no meio rural para lidar com situações que, em âmbito individual ou usando a força de trabalho familiar, os indivíduos não conseguiriam realizar. Outro ponto importante para a concretização desta forma de gerir a lembrança dos desastres é a noção de isolamento, percepção esta que também está inscrita na compreensão onde “a existência de todo o grupo pressupõe a obtenção de um equilíbrio relativo entre as necessidades e os recursos do meio físico”.⁶⁷³

À medida que, depois da enchente de 1974 os Governos Federal e Estadual passaram a atuar no momento pós-desastre na região, o processo de socorro se tornou cada vez mais institucionalizado. A ação também marca o início da transformação da percepção local sobre a ajuda mútua, isto sobre uma perspectiva de que essa dinâmica de auxílio se desenvolvia com base no isolamento local. Cabe ainda destacar que a mudança na forma de lidar com o pós-desastre não se produziu rapidamente naquele março de 1974, mas, sim, paulatinamente a cada nova enchente que descia do costão da serra e teve como marco a enchente e os deslizamentos de 1995.

Vale ainda ressaltar que as condições de vulnerabilidade também se transformaram depois da grande enchente de 1974. Principalmente no que se refere à agricultura, com a implantação do PROVÁRZEAS, posto em ação a partir de 1978, valeu-se das áreas alagadiças do sul catarinense para potencializar a agricultura estadual. Neste contexto, as áreas que anteriormente recebiam boa parte da vazão excedente dos rios foram direcionadas para tal cultivo, o que potencializou o cenário de risco, com o incremento da vulnerabilidade.

A frequência com que as enchentes ocorreram aliadas ao relativo isolamento a que as pessoas estavam submetidas são fatores fundamentais para compreender as ferramentas culturais produzidas para lidar com tais conjunturas. A noção de uma cultura de recomeço é uma das formas de conceber a vida em um ambiente constantemente assolado por enchentes. Não é por acaso que nessas localidades a percepção sobre as

⁶⁷³ CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 2ª Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. p. 27.

vulnerabilidades se mostrou muito precisa, tais informações também são o resultado de conhecimento local compartilhado pela memória coletiva.

A noção do recomeço mantém profundos laços com a religiosidade. A lenda do dilúvio foi trazida em diversas entrevistas como ferramenta para dar sentido às narrativas. Nessa epopeia, o protagonista Noé, passa por diversas provações, mas a sua fé verdadeira na providência divina faz dele o escolhido, a enchente sem fim tem a função de depurar e fortalecer a fé do protagonista. Neste contexto, a ideia de uma compensação divina é crucial para o recomeço frente às adversidades impostas pelos desastres.

Nesse cenário, onde o risco do desastre é uma ameaça constante, o esquecimento definitivo não parece encontrar um lugar central na vida das pessoas, à medida que os traumas das grandes enchentes vão sendo vencidos pela atenção dada ao trabalho e à necessidade do recomeço, as memórias das enchentes são postas de lado, como se caracteriza o esquecimento de reserva. Mas isso não ocorre de uma forma plena de intencionalidade, onde cada um teria a liberdade para escolher quais lembranças seriam mantidas e quais se perderiam no tempo. O esquecimento de reserva opera na lógica da vida, da vida que segue, da vida que precisa seguir.

3.3.3.3 O fim da Barranca, o fim da enchente: Araranguá

O enquadramento da memória em nível local produziu uma forma específica de perceber as enchentes em Araranguá, o que foi chamado anteriormente de estigma da Barranca. Nessa maneira de compreender o desastre não é a cidade que é atingida pelo desastre, mas, sim, o bairro. A vulnerabilidade vista de forma negativa é colocada sobre os ombros dos moradores da comunidade que, aos olhos da maioria, deixaram se tornar dependentes da ajuda institucionalizada.

A adaptação dessas pessoas às condições adversas também teria ocorrido pelas condições do ambiente, pois as enchentes graduais, segundo os moradores, não oferecem real risco de vida. Apesar de sua frequência

anual as enchentes não são vistas com muita importância em virtude dos poucos estragos que causam. Os “aproveitadores” e “preguiçosos”, forma como os moradores da comunidade que recebem socorro institucional são vistos na cidade, sempre têm tempo para preparar a casa e observar o Rio Araranguá subindo.

Cabe também destacar que até o final do ano de 2012 a comunidade, apesar da proximidade com a zona urbana do município, só contava com uma ponte pênsil para pedestres e motos. Como destacaram os entrevistados, a localidade foi paulatinamente sendo abandonada pelo poder público, as únicas obras realizadas em 2010 foram as comportas alocadas na sanga do Merêncio, que impedem pequenas enchentes de chegarem até a comunidade.

Nesse sentido, assistencialismo é marca latente das relações entre poder público e população, uma prática que não minimiza a vulnerabilidade em que os indivíduos estão inseridos. Alguns relatos também destacaram que a vulnerabilidade social e as enchentes também acabaram sendo usadas para fins eleitorais, o exemplo das secas no nordeste brasileiro também foi trazido para exemplificar um cenário onde as autoridades locais não teriam muita pressa em mitigar os efeitos das enchentes.

Mas a transformação da Barranca nessa “zona de sacrifício”, onde alguns dos custos ambientais do incremento da produção agrícola são cobrados não é aceita pela população local, pelo menos segundo os entrevistados. A área de risco criada pela introdução do PROVÁRZEAS é também o bairro mais antigo de Araranguá, antes da expansão da cidade para a margem direita do rio era onde a cidade pulsava. Essa história local foi frequentemente trazida pelos entrevistados para legitimar a importância da localidade, como forma de lidar com os desastres, o estigma da Barranca jogou para o esquecimento parte desse passado.

A abertura da Barra para escoamento das águas das enchentes se mostrou um tema controverso. Mesmo a Defesa Civil municipal já tendo realizado um estudo de impacto ambiental as opiniões são divididas, em alguns casos porque as pessoas esperam por uma medida que realmente acabe com os desastres, em outros por interesses particulares, como o dos rizicultores que temem a salinização da água do Rio Araranguá, o que

impossibilitaria o cultivo do arroz irrigado na parte mais próxima à foz do rio.

Da mesma forma que no extremo sul de Santa Catarina, após a grande enchente de 1974 e com a pavimentação da BR-101, de forma gradual a institucionalização do auxílio aos atingidos foi transformando as maneiras de lidar com a enchente. A visibilidade que a localidade recebeu em nível estadual produziu uma dinâmica diferente de São João do Sul e Praia Grande, apesar das cidades da divisa entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina também serem constantemente alvo de enchentes, a atuação do Governo do Estado é mais significativa na Barranca.

O assistencialismo que se desenvolveu pós-1974 ainda sedimentou a aceitação da má distribuição das consequências ambientais dos desastres. A “terceirização” do impacto das enchentes tenta jogar para o esquecimento tanto a trajetória do bairro, quanto as lembranças dos desastres anteriores a 1974, quando as iniciativas individuais e a ajuda comunitária eram as estratégias mais eficazes para sobreviver ao pós-enchente.

A tratar do enquadramento da memória, Paul Ricoeur exalta a estreita relação entre uso e abuso do olhar para o passado, a fim de direcionar o futuro. Nesse contexto o esquecimento passivo é usado de forma ativa, que acarreta a negligência nas situações de não agir.⁶⁷⁴ Desta forma, o esquecimento surge como consequência da naturalização do risco presente no cotidiano dos moradores de toda a microrregião, não só da Barranca, enquanto o rearranjo distributivo das consequências das desastrosas interações ambientais vai lavando a margem esquerda do Rio Araranguá, se esquece que em 1974 ambos os lados do rio foram tomados pelas águas.

3.3.3.4 *Uma enchente (re)encontrada: Tubarão*

A dinâmica da rememoração da enchente de 1974 na cidade de Tubarão tomou contornos históricos. É apenas nessa cidade que os livros de

⁶⁷⁴ RICOEUR, op. cit., p. 456.

história regional elencam o desastre como parte da história local. Nas publicações, o acontecimento é visto como um fato marcante por ter irmanado os habitantes e dado um novo futuro à cidade. Até 2014 foram realizados seis seminários municipais para discutir as lembranças da enchente e avaliar possíveis medidas para mitigar os danos de futuras intempéries. Como destacado anteriormente, diversos monumentos foram erigidos para lembrar os momentos difíceis e, também, homenagear aqueles que perderam suas vidas. As comemorações dos 40 anos da enchente movimentaram a cidade com exposições, palestras e as crianças da escola municipal, em um ato simbólico, jogaram em março de 2014 no rio Tubarão 199 rosas para honrar os mortos oficiais de março de 1974.

Contudo, foi apenas 35 anos depois do acontecimento que destruiu dois terços da cidade que as experiências individuais passaram a ter mais destaque na composição da memória coletiva local. Tal acontecimento se deve fundamentalmente à existência de um meio capaz de propagar essa experiência e, ainda, ao tempo que se passou desde a eclosão do desastre.

Ao analisar os usos emergentes da história oral nos Estados Unidos da América, a historiadora Mariana Cavalcanti explora o uso de meios digitais pelas pessoas que testemunharam a passagem do furacão Katrina. No trabalho, Cavalcanti debate a produção de testemunho para a construção de narrativas hegemônicas e, ainda, discute a multiplicação dos relatos de vítimas em função da disponibilidade de meios para alocação desses fragmentos, como, por exemplo, o endereço eletrônico Youtube (<http://www.youtube.com>).⁶⁷⁵

Um cenário semelhante se desenvolveu em Tubarão, um conjunto de depoimentos, parte de seminários e programas jornalísticos do canal da Universidade do Sul Catarinense (UNISUL) oferece diversas percepções, lembranças e posicionamentos sobre a enchente de 1974. A tônica das tragédias individuais e a capacidade de recuperação da cidade são os temas mais comuns nas primeiras entradas da pesquisa sobre a enchente, nas matérias produzidas pela UNISULtv o foco recai sobre o risco de novas enchentes no futuro.

⁶⁷⁵ CAVALCANTI, M. Sobre alguns usos emergentes da história oral nos Estados Unidos: o caso do furacão Katrina. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p.196-217, jun. 2009

Para a compreensão desse momento de florescimento das memórias do desastre é necessário novamente se valer de algumas interpretações sobre as formas de lidar com os traumas. O sociólogo Michael Pollak, pesquisador fascinado pelas intencionalidades relacionadas ao esquecimento e ao silêncio no pós-guerra, avalia as estratégias dos sobreviventes para trazer seus traumas individuais, algumas vezes destoantes da memória enquadrada. Um dos pontos altos da narrativa de Pollak é a aceitação de um silêncio temporário por parte de seus entrevistados, que no final da vida, ao sentir a proximidade da extinção da existência, buscam comunicar as experiências traumáticas que há muito estavam sepultadas em zonas ditas esquecidas.⁶⁷⁶

Nessa conjuntura de Seminários, valorização dos monumentos e florescimento de testemunhos nos últimos anos podem ser entendidos como iniciativas de diversos indivíduos que buscam evitar, não o “simples” esquecimento, pois a enchente de 1974 está presente na história da região sul, mas a possibilidade de uma desvalorização do impacto do desastre na vida das pessoas. Uma narrativa que ao flertar com o inexplicável, por tentar descrever sentimentos, pensamentos e traumas, como defende Ricoeur, encontra forças para deixar claro que “quem diz intransmissível não fala indizível”.⁶⁷⁷

A parte urbana da cidade, núcleo irradiador dessa memória coletiva, desde 1974 não sofreu mais a devastação produzida pelas enchentes, apenas algumas áreas mais periféricas foram inundadas, um cenário diferente daquele vivenciado pelas outras cidades no sul de Santa Catarina. A explicação nas entrevistas para a conjuntura toma vários argumentos, desde as obras de retificação realizadas pelo DNOS, até o ciclo das grandes enchentes que se manifesta numa janela de 40 a 50 anos.

Das cidades constantemente ameaçadas por desastres de origem natural, Tubarão possui a mais sofisticada e institucionalizada maneira de lidar com a memória coletiva, o que produz uma forma igualmente mais sofisticada e unificada de enquadramento dos modos de lembrar. Como lembra Ricoeur, todo direcionamento produz um esquecimento passivo, o

⁶⁷⁶ POLLAK, 1989, op. cit.

⁶⁷⁷ RICOEUR, op. cit., p. 459.

problema surge quando a “estratégia ativa [d]esse tipo de esquecimento acarreta a responsabilidade da negligência nas situações de não-agir”.⁶⁷⁸

De forma geral, apesar dos desastres serem constantes no sul de Santa Catarina, ainda são vistos como momentos de excepcionalidade. Em parte, a religiosidade serve como explicação para reprodução desse modelo, ao balizar a experiência na mitologia do dilúvio que oferece ao indivíduo a representação que a sobrevivência ao desastre, da mesma forma que o protagonista Noé, assegura a aprovação pela divindade da existência do sobrevivente.

Mesmo que a região sul do Estado de Santa Catarina se caracterize como um pequeno território, quando comparado a outras partes do Estado, dentro deste limitado espaço memórias diferenciadas foram produzidas com base nas peculiares relações entre sociedade e meio ambiente. Nas cidades localizadas mais próximas as encostas da Serra Geral, notadamente pequenos municípios, as enchentes fazem parte da vida cotidiana, o que resultou na produção de uma cultura de reconstrução tanto das casas, quanto das vidas. Nesses mesmos locais, a percepção das vulnerabilidades se mostrou mais apurada, resultado das experiências com os desastres e do recebimento mais rarefeito de auxílio e socorro nos momentos pós-desastre.

Na cidade de Araranguá, o desastre passou a ser “problema” da localidade da Barranca. Segundo as entrevistas, a memória coletiva passou a relacionar o bairro que margeia o Rio Araranguá a único cenário afetado pelas enchentes. Nesse contexto, percebeu-se que o assistencialismo oferecido a alguns habitantes da Barranca marcou a percepção dos demais moradores do município, que passou a definir o bairro como um lugar de aproveitadores, que só estariam em condição de vulnerabilidade por que insistiam em permanecer na Barranca.

Os entrevistados em Tubarão e região têm vivos muitos dos momentos da enchente e dos deslizamentos de 1974, dois são os principais motivos que explicam melhor essa situação. O primeiro deles foi a magnitude do evento, dessa que até 1983 foi a mais destrutiva enchente que Santa Catarina enfrentou. A segunda razão repousa nas formas encontradas para lembrar a tragédia. Livros sobre o desastre foram escritos, partes das

⁶⁷⁸ Ibidem, 456.

máquinas que fizeram a retilinização do rio após a enchente foram deixada na margem do Rio Tubarão, monumentos foram erguidos para lembrar as vítimas, fotos do desastre foram colocadas nas paredes do Arquivo Municipal. Em Tubarão, o impacto da enchente mudou a história da cidade e, recentemente, o medo de que essa catástrofe seja esquecida preocupa aqueles que viveram o a situação-limite.

Dos três desastres que mais marcaram a memória do povo do sul de Santa Catarina, o mais lembrado é o mais antigo. A enchente e os deslizamentos de 1974 se alastraram por toda a região, transformando a forma de perceber os desastres. Em 1995 a chuva se espalhou por todo o extremo sul, mas a real destruição ficou restrita às comunidades rurais nas encostas da Serra Geral. A excepcionalidade do Furacão Catarina também marcou os relatos, mas essa mesma excepcionalidade igualmente serve de chave para o entendimento da falta de importância dada pela memória coletiva ao primeiro furacão do Atlântico Sul. Nesse contexto, onde a forma de lembrar também determina maneiras de esquecer, a vitimização na experiência dos desastres se mostrou como regra, onde a agência humana de nada, ou muito pouco, foi responsável. Vítimas de uma “vilania” imprevisível e intransigente da natureza, que insiste em mostrar o quanto o ser humano é pequeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese analisou, por meio da história ambiental, se e como a ocorrência dos desastres no sul de Santa Catarina transformou a percepção ambiental das pessoas e, ainda, como a memória coletiva refletiu esta transformação. Partindo de um pressuposto materialista, a percepção dos indivíduos muda a todo o momento, à medida que novas sensações e experiências vão compondo a vida. Essa forma dialética de compreender a percepção também se estende a outros elementos, como por exemplo, o mundo natural, que vai se transformando à medida que as partes que o compõem interagem entre si. O historiador ambiental estadunidense William Cronon explica que apesar das narrativas históricas valorizarem uma cultura estável no desenvolvimento do texto é preciso, segundo Cronon, reconhecer o dinamismo dos sistemas naturais e culturais, para tentar situar parâmetros e comparar os tipos de mudanças.⁶⁷⁹

Como pode ser visto ao longo do trabalho, com a ocorrência dos desastres a percepção dos indivíduos tende a se transformar, novos desastres produzem experiências que vão ditando o ritmo de novas ou esquecidas estratégias para sobrevivência. Contudo, o entendimento acerca da relação entre a ocorrência do desastre e a forma com que os seres humanos lidam com o meio ambiente no sul de Santa Catarina, como foi observado nas entrevistas, não segue linhas claras. No entanto uma incipiente – mas crescente – desnaturalização dos desastres pautada pelos resultados das equivocadas políticas públicas, como por exemplo, o PRÓVARZEAS, começa a despontar na percepção dos entrevistados. Neste caso, é necessário que o poder público compreenda a urgência de repensar estas políticas públicas e oferecer novas estratégias tanto para a produção de alimentos, quanto para a diminuição do risco de desastres.

Ao debater sobre os desafios que os seres humanos encontrarão para mudar as visões da sociedade sobre o meio ambiente no Antropoceno, o geólogo Reinhold Leinfelder enfatiza que a primeira mudança a ser feita é uma *mudança de visão*. Da mesma maneira que no Iluminismo e na

⁶⁷⁹ CRONON, op. cit., p. 14.

Abolição da Escravidão, a sociedade precisa perceber as implicações, neste caso ambientais, de seus atos e com isso gradualmente mudar de atitude.⁶⁸⁰

Os desastres ainda são vistos como acontecimentos excepcionais dentro de uma normalidade de segurança. Até mesmo nas localidades mais vulneráveis, como por exemplo nas encostas da Serra Geral, onde a noção de excepcionalidade toma contornos mais difusos, uma noção de tácita segurança se estabelece para dar sustentação à vida que segue. Esta visão impede que se compreenda a relação dos seres humanos com os desastres como um processo.

Outro ponto central para uma melhor relação com o ambiente que busque a mitigação dos desastres é sua desnaturalização. Por mais que o evento tenha origem nas dinâmicas estritamente naturais, é por meio de ferramentas culturais, tais como ideias, valores e tecnologia, que os seres humanos interagem com o meio ambiente. São essas ferramentas culturais que precisam ser calibradas para lidar com os desafios do Antropoceno.

Algumas diferenças nas percepções das vulnerabilidades e riscos de desastres se mostram evidentes no sul catarinense. A população que habita a região se tornou predominantemente urbana, ao longo dos últimos 60 anos, a segurança proposta pela vida moderna em sociedade fez com que os cidadãos, diferente dos habitantes do meio rural, pouco se importassem com as condições meteorológicas e/ou do solo. Já no meio rural, mesmo com a contínua busca por independência pretendida pela Revolução Verde, a condição de vulnerabilidade é bem diferente do meio urbano, tanto pela possibilidade de prejuízos na colheita, quanto pela distância dos centros urbanos que significa demora ou não recebimento da ajuda no pós-desastre.

As relações de gênero também estão inscritas dentro das características que potencializam a vulnerabilidade. Como visto na seção relacionada à percepção da vulnerabilidade pelos entrevistados, o “lugar” do homem e da mulher durante os desastres é diferenciado. Enquanto o monitoramento do nível do rio torna-se uma atividade estritamente masculina, a tarefa de preparar a casa para a chegada da água, levantando os móveis e preparando gêneros alimentícios, é feminina. Isso inscreve

⁶⁸⁰ LEINFELDER, op. cit., p.15.

cada um dos dois grupos em cenários de vulnerabilidade com mais ou menos perigo dependendo do tipo de enchente.

Leinfelder também defende que uma das formas para transformação é a *mudança pela crise*, nesse ponto cita o potencial transformativo de algumas catástrofes e argumenta que essa é a forma mais comum de um grupo social mudar sua visão e sua atuação com base em uma ou um conjunto de adversidades.⁶⁸¹ A enchente de 1974 não transformou a maneira com que os afetados interagiam com o ambiente, mas transformou a forma com que o Estado lidava com os afetados. Naquele momento, a ausência da ação humana para “domar” o meio era vista com causa principal da magnitude do desastre, tanto que até hoje boa parte da população ainda acredita que barragens e retinizações são a melhor maneira de conter enchentes.

A paulatina laicização do conceito de “afetado por desastres” pode ser entendida como uma tentativa de transformação de visão sobre aquele de alguma forma tocado pelo desastre. Essa mudança amparada pelo amadurecimento das discussões ambientais depois de 1970 e pelo aumento no número de desastres, por mais que busque evadir o significado sobrenatural do desastre esbarra em traços milenares de religiosidade. Desta forma, as estratégias para lidar com as situações-limite carecem de um olhar mais apurado para perceber os universos de significação que emergem em cada local.

A partir de 1974 a forma com que as pessoas lidavam com desastres no sul de Santa Catarina mudou drasticamente, e o principal motivo foi a magnitude do evento e seu potencial destrutivo. Outras causas da mudança na forma de lidar com os desastres se deve à chegada de ajuda via a recém-pavimentada BR-101, a possibilidade do desmantelamento da cidade de Tubarão e da atividade carbonífera para o sul catarinense, que não poderiam acontecer em um cenário onde o Regime Civil-Militar buscava a todo momento legitimar sua autoridade. Nesse cenário o papel das Forças Armadas, dos Governos Federal e Estadual foi fundamental para que a cidade desmonetarizada e semidestruída não se transformasse uma cidade fantasma.

⁶⁸¹ Ibidem, p. 19.

Apesar das obras de infraestrutura realizadas depois da grande enchente, o principal legado de 1974 para os outros desastres arquétipos que a Defesa Civil de Santa Catarina teve que lidar foi o assistencialismo emergencial. Esta forma de lidar com os desastres deixou suas marcas também em Araranguá, onde a Barranca, bairro onde a cidade “começou”, passou a servir de exemplo. Talvez, se outras enchentes menores chegassem à parte central de Tubarão como chegaram a Araranguá, casos como o da Barranca seriam mais comuns. O assistencialismo se tornou marca indelével das ações governamentais na Barranca, a ponto da condição de vulnerabilidade às enchentes ser vista pela população cidadina como uma escolha daqueles que habitam o local. Nesse sentido, torna-se importante destacar que mesmo as forças políticas se mostrando incapazes de lidar de forma satisfatória com as vulnerabilidades, produzindo desarranjos sistêmicos, permanecem inatingíveis, desde que as doações continuem a se dirigir para as áreas afetadas.

Outro ponto que marca a transformação na percepção dos desastres é a mudança da noção de ajuda. Pois quando surgia a pergunta “vinha ajuda depois do desastre?”, todos os entrevistados faziam relação à ajuda das instituições governamentais no primeiro momento, depois quando inquiridos sobre ajuda dos vizinhos e de outras pessoas surgiam novas séries de narrativas sobre salvamentos realizados pelos vizinhos e doações apareceram. Nas áreas rurais próximas às escarpas da Serra Geral ainda surgiu a reclamação de que a ajuda dos vizinhos não era mais aquela como no passado, algumas pessoas saíam de casa só para espiar os estragos, não para ajudar. De certa forma, essa transformação na noção de ajuda, à medida que monopoliza a ação nos braços das instituições públicas, torna os indivíduos mais vulneráveis aos impactos dos desastres.

Por outro lado, nos desastres apresentados pelos periódicos a ação do Estado, ou até mesmo a falta dela como em 1995, é, normalmente, propagandeada como acertada e fundamental. O envio contínuo de doações de todas as partes do Brasil em 1974 deve-se muito aos periódicos e às rádios que naquele momento eram os veículos de comunicação com mais alcance. Ao legitimar a ação militar e a necessidade do toque de recolher os periódicos criavam uma imagem de que a única coisa que Tubarão e a região sul precisavam eram doações, pois o apoio e verbas governamentais

eram irrestritos. Do levantamento de CR\$ 430 milhões⁶⁸² chegaram até a Prefeitura Municipal de Tubarão CR\$ 16.319.326,79,⁶⁸³ ou seja, apenas 3% do valor estimado enviado ao Governador Estadual Colombo Salles, ainda que Tubarão seja apenas uma cidade em todo o sul de Santa Catarina, foi o local considerado o “epicentro” do desastre. Neste contexto, percebe-se que o principal motivo que evitou o desmantelamento da cidade foi o contínuo recebimento de mantimentos e roupas que vinham até do exterior.

Ao mesmo tempo em que o drama das pessoas aumentava a tiragem dos jornais, estes fundamentais para o contínuo envio de doações às áreas atingidas por desastres, as ações governamentais no pós-desastre, principalmente durante a Ditadura Civil-Militar eram legitimadas pelas matérias dos periódicos. A cumplicidade entre os principais órgãos de imprensa e os governos, como visto, por exemplo, em 1995, quando o então Governador de Santa Catarina postergava o envio de verbas, fica evidente nas sempre “acertadas” justificativas estampadas no periódico Diário Catarinense.

O desastre pode ser visto como a situação de crise que Leinfelder interpreta como redentora em determinadas sociedades, mas isso só seria possível em uma sociedade que perceba este evento fora da chave da “anormalidade”. Nesta tarefa, outra mudança pode facilitar o processo de transformação da visão social sobre o desastre, a *mudança através do conhecimento científico*. Entretanto, essa forma de mudança não necessita apenas que o conhecimento científico exista, mas que legisladores sejam convencidos a atuar com base nesse conhecimento.⁶⁸⁴ O grande problema é que muitas vezes se percebem as consequências das ações humanas só muito depois, quando não é mais tão simples de revertê-las.

Os grandes desastres no sul catarinense tiveram elementos em comum que podem ser analisados para uma efetiva ação mitigativa. Em 1974 e 1995 duas dinâmicas diferentes saturaram o potencial de absorção da água da chuva. Em 1974 foi o excesso de água e o desmatamento que fizeram com que a elevada precipitação produzida à noite chegasse com

⁶⁸² Cálculo dos prejuízos já alcança 430 milhões. **Jornal de Santa Catarina**, 6 abr. 1974, ano III, n. 776, caderno 2 do Arquivo Histórico Municipal de Tubarão.

⁶⁸³ ALBEIRICE, op. cit.

⁶⁸⁴ LEINFELDER, op. cit., p. 19.

força total até as partes litorâneas da planície costeira. Já em 1995 foi a longa estiagem que compactou o solo, o que produziu tanto o seu desprendimento, quanto evitou que a água que descia das encostas da Serra Geral fosse mais facilmente absorvida. De forma semelhante a 1974, quando o bloqueio atmosférico e o posicionamento do anticiclone polar foram responsáveis pela circulação de massa de ar fria e saturada que origina o vento de sudeste, em 2004 o bloqueio atmosférico contribuiu para a transição tropical e posterior formação do Furacão Catarina.

Nas encostas da Serra Geral em função das enchentes, o canal dos rios tende a variar constantemente. Nas enchentes arquetípicas até os grandes rios têm sua trajetória transformada pela força dos sedimentos carregados pela água. Na planície litorânea a nova dinâmica estabelecida entre as características do solo, a falta de cobertura vegetal, a rizicultura implantada pré-germinada irrigada – que aumentou exponencialmente a produção de arroz -, facilitou o processo erosivo do solo, aumentou a velocidade de escoamento da água durante as enchentes e possibilitou a movimentação da calha dos rios que antes era protegida pela mata ciliar. Neste caso, pode-se observar que o desenvolvimento tecnológico que possibilitou a transformação da paisagem no sul catarinense, serviu também para um melhor entendimento das relações entre todas as variáveis que compõem a equação do desastre. O próximo passo na busca pela mitigação dos impactos dos desastres no sul de Santa Catarina e em todo o Brasil consiste, como explicou Leinfelder, na produção de políticas públicas que dialoguem com esse tipo de conhecimento tecnológico.

A última possibilidade de mudança vista por Leinfelder para que a espécie humana seja capaz de lidar com os problemas que definem o antropoceno é a *mudança através de inovação técnica*. Nesse âmbito podem ser encontradas mudanças de todos os tipos, positivas e negativas, como exemplos: o fogo e produção de armas na Idade da Pedra; os novos métodos agrícolas na Revolução do Neolítico; a máquina a vapor no século XIX; a comunicação, a partir da segunda metade do século XX. Entretanto, para que as transformações técnico-científicas tenham realmente um alcance social, é necessária a participação da sociedade e o constante

monitoramento social e ambiental das condições para o ensino e democratização destes procedimentos científicos.⁶⁸⁵

A transformação social por meio de um antropoceno sustentável implica consequências eticamente relevantes para o pensamento individual e social, estilos de vida e ações. Tudo isso precisa ser baseado no conhecimento disponível junto com experiências pessoais, pensamentos refletivos normativos e bem estar social, o aprendizado para o antropoceno, é, portanto, um dos pré-requisitos mais importantes.⁶⁸⁶

Justamente nesse ponto é que a presente tese tem contribuições a oferecer no intuito de debater sobre o uso da memória coletiva como ferramenta para redução de riscos de desastres. Por mais que inicialmente essa afirmação evoque a ideia de que a lembrança dos desastres que ocorreram no passado pode diminuir o impacto dos desastres no futuro, para o uso da memória coletiva como real estratégia para mitigação é necessário se levar em consideração que existem diversas formas de lembrar e esquecer.

Uma das assertivas usadas na busca pelo entendimento das memórias dos desastres no sul de Santa Catarina reside na compreensão de que cada localidade, com base nas suas relações sociais e ambientais, produz diferenciadas formas de lembrar os desastres. De forma representativa as localidades de Praia Grande, Araranguá e Tubarão produziram diferentes formas de lidar com a memória e com o esquecimento dessas situações-limite. Entretanto, em virtude da proximidade regional e do compartilhamento de diversas ferramentas conceituais, tais como excepcionalidade e religiosidade, não se percebe um distanciamento radical entre as lembranças das perdas e da destruição em toda a região.

No entanto, é com base na ligação entre passado e presente realizada pela evocação da reminiscência que a diferenciação microrregional é produzida ao longo dos últimos 40 anos. Na enchente de

⁶⁸⁵ *Ibidem*, p. 21.

⁶⁸⁶ *Ibidem*, p. 25. (tradução livre)

1974, em Tubarão, foi a falta de lembrança nas enchentes do passado que fez com que os moradores voltassem para suas casas ou simplesmente fossem dormir na noite do dia 24 de março. É o medo desse mesmo esquecimento que faz a cidade rememorar coletivamente a enchente desde 2008. Uma comemoração ambígua que busca alertar para futuras enchentes ao mesmo tempo que de forma simplória vitimiza os afetados e mortos do passado.

Nesse caminho, cabe a problematização da função dos lugares de memória com base nas problematizações éticas de Leinfelder, pois as intencionalidades que normalmente compõem estes artefatos para memória não são produtos de participação social. Muito pelo contrário, não raro se espera que o monumento guie a ação popular através do direcionamento da forma de lembrar. Enquanto os monumentos, como as peças das máquinas colocadas ao lado do rio Tubarão, buscam exaltar apenas a importância da ação humana no domínio da natureza, histórias como a de Alcides – o único sobrevivente do deslizamento em Treze de Maio – são apropriadas pelos moradores da área rural pelo valor simbólico que o sofrimento do agricultor teve para a comunidade.

Nas áreas rurais próximas às encostas da Serra Geral onde a frequência das enchentes inibe o total esquecimento dos desastres, as estratégias para sobrevivência gravitam em torno da aceitação do desastre. Foi nesses locais onde citaram nas entrevistas as poucas estratégias para interagir com o ambiente. Uma delas era a cultura de reconstrução, defendida pela entrevistada como uma escolha, pois ali não poderia haver uma cultura da enchente. À medida que a ausência de eventos produzia uma necessidade de relembrar a enchente em Tubarão, nas encostas da Serra Geral a frequência anual ou semestral dos desastres não permite que o esquecimento ocorra. Nessas situações, o remorso ou o trauma tem que ser retirados de dentro de casa junto com tudo mais que a enchente trouxe assim que a água começa a baixar.

Na bacia do Rio Araranguá, que também apresenta frequentemente a ocorrência de desastres, a memória coletiva já “terceirizou” o impacto dos eventos, não é mais notadamente Araranguá que sofre com a enchente, e sim a Barranca. Nesse processo de cristalização da segregação espacial, o poder público morosamente espera que a enchente limpe a própria sujeira, varrendo do mapa a localidade. O que se deixou escondido no passado foi a

importância da localidade na formação do município, uma importância deixada de lado porque não condiz com o atual *status* conferido à localidade.

No extremo sul como um todo a excepcionalidade do Furacão Catarina lhe conferiu diferentes predicados. Se por um lado serviu de “atestado” para explicar que algo até agora incompreensível está acontecendo e transformando a dinâmica dos oceanos com a atmosfera, por outro, a mesma excepcionalidade traz a ideia de que é impossível que o fenômeno se repita. O esquecimento surge como antídoto para a falta de respostas.

Apesar do cenário desanimador, a forma com que o Estado brasileiro vem olhando para os desastres vem mudando. Com a aprovação da Lei 12.608 de 2012 foi instituída a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, a produção da lei tomou impulso depois da enchente e dos deslizamentos que ocorreram na região serrana do Rio de Janeiro, onde aproximadamente mil pessoas morreram. Se essa lei tivesse sido aprovada, por exemplo, antes da passagem do Furacão Catarina, a estratégia de não divulgar abertamente a chegada do Furacão através da mídia orquestrada pelo Governo do Estado de Santa Catarina seria vista como criminal.

No sul de Santa Catarina, bem como em outras partes do Estado, apesar dos desastres serem um elemento constante na vida das pessoas, ainda são vistos como momentos únicos e excepcionais. Esta percepção se perpetua tanto pela base religiosa, que em última medida inscreve o evento na chave de interpretação do sobrenatural, quanto pela sensação de segurança derivada da vida em sociedade, mais especificamente nas cidades, um ambiente controlado e mensurado, em que as forças naturais deveriam estar sob controle.

Para lidar com o problema da monumentalização da memória, Paul Ricoeur cunhou o termo “justa memória”.⁶⁸⁷ A polissemia presente nessa “justa memória” é basilar para se compreender o posicionamento do autor, sob essa categorização repousa a crença de que o esquecimento pode ser salutar. Ricoeur defende que em termos individuais e coletivos, a memória feliz é aquela que encontra coerência entre lembrar e esquecer. No intuito

⁶⁸⁷ RICOEUR, op. cit.

de manter vivas as memórias para diminuir o risco de novas intempéries, o estudos sobre a memória dos desastres socioambientais precisam situar-se na difusa fronteira entre a vontade de lembrar e a necessidade esquecer.

REFERÊNCIAS

ALBEIRICE, P. **Tubarão 74 – A Catástrofe**. Tubarão: Dehon, 1981.

ALBERTI, V. Histórias dentro da História. In: ____ PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ALEXANDRE, N. Z. **Análise integrada da qualidade das águas da bacia do Rio Araranguá (SC)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2000.

ALIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ANDRADE, W.K.G. de. **A relação entre percepção e memória no pensamento de Henri Bergson**. São Paulo: UFSCar, 2009. Disponível em: <http://www.dfmc.ufscar.br/uploads/publications/4f05e0387949b.pdf>.

Acesso em: 12 set. 2014.

ARAÚJO, H. da C. **Caminho das tropas**. Florianópolis: Insular, 2003.

ARMANI, G. e J. R. TARIFA. Variação Temporo-espacial da Pluviosidade na Região da Barragem de Barra Bonita (FOLHA BAURU– SF-22-Z-B). In: IV Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica-Clima & Ambiente, 2000. **Anais ...** Rio de Janeiro, 2000. p. 1-16. Apud MONTEIRO, M. A. **Dinâmica atmosférica e a caracterização dos tipos de tempo na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2007.

ASSMANN, A. **Espaços de Recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1996.

BACK, A. **Determinação da precipitação efetiva para irrigação suplementar pelo balanço hídrico horário: um caso de estudo em**

Urussanga, SC. Tese (Doutorado em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, Porto Alegre, 1997.

BANKOFF, G. Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters. **Historical Social Research**, Köln, v. 32, n. 3, p.103-114, 2007.

BANKOFF, G. Cultures of Disaster, Cultures of Coping: Hazard as a Frequent Life Experience in the Philippines. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history**. Plymouth: Lexington Books, 2009.

BARDINI, A. **Conhecer para Amar**. Treze de Maio: Ed. do Autor, s/d.

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BENDER, M. **Zoneamento Ambiental e Avaliação dos Recursos Hídricos na Sub-bacia do Rio Rocinha, Município de Lauro Müller, SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

BENJAMIM, W. **Magia e técnica**. Arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERGSON, H. **Matéria e Memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BLACKBOURN, D. “Conquest from Barbarism”: taming nature in Frederick the Great’s Prussia. In: MAUCH, C. **Nature in German History**. New York:Berghahn books, 2004.

BORDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRIGHTWELL, M. das G. S. L. **Os parques nacionais de Aparados da Serra Geral e Serra geral e o município de Praia Grande/SC: dimensões escalares e conflitos.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2006.

BUDDE, L. **Jornadas Impressas: O Estado e Florianópolis (1985-2009).** Tese (Doutorado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2013.

BURKETT, W. **Jornalismo científico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

BURTON, I.; KATES, R. W. The perception of the natural hazard in resource management. *Natural Resources Journal*, v. 3, n. 3, p. 412-441, 1964. In: KUNREUTHER, H. ROSE, A.Z. (Orgs.). **The economics os natural hazards.** Cheltenham: Edward Elgar, 2004.

BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. ; SCHEIBE, L. F. . É, ninguém escapa do rio. *Geografia de uma catástrofe natural. Geosul (UFSC)*, Florianópolis, SC, v. 15, n. 29, 2000.

BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. Paisagem na Bacia do Rio Araranguá. In:____. SCHEIBE, L.F.; BUSS, M. D. ; FURTADO, S. M. de A. **Atlas ambiental da Bacia do Rio Araranguá.** Florianópolis: UFSC: Cidade Futura, 2010.

CAMPOS, B. de S. **Memórias do Araranguá.** Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito.** 2ª Ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CARVALHO, M. M. X. ; NODARI, E. S. ; NODARI, R. O. Avanço no Uso de Agrotóxicos e das Intoxicações Humanas em Santa Catarina. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, 2009.

CASTRO, C. M. de; PEIXOTO, M. N. de O.; RIO, G. A. P. do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2005.

CAUQUELIN, A. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAVALCANTI, M. Sobre alguns usos emergentes da história oral nos Estados Unidos: o caso do furacão Katrina. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p.196-217, jun. 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHESTER, D.; DUNCAN, A.M.; SANGSTER, H. Religious interpretations of disaster. In.: WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.). **Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction**. Routledge: Abingdon, Oxfordshire, 2012.

CLIMANÁLISE. **Boletim de Monitoramento e Análise Climática**, v. 10, n. 11, 1995d.

CLIMANÁLISE. **Boletim de Monitoramento e Análise Climática**, v. 10, n. 12, 1995e.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Plano Regional de Pastoral 2012-2015**. Florianópolis: CNBB, 2011.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

COSTA, J. M. da. **Sistema de Defesa Civil do Estado de Santa Catarina**. Monografia (Curso de Especialização em Gestão de Defesa Civil), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CRONON, W. The Uses of Environmental History. **Environmental History Review**, Durham, 1993.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CROSBY, A. W. The Past And Present Of Environmental History. **American Historical Review**, n. 4, 1995, p. 1177-1189. Historical Abstracts, EBSCOhost. Acesso em: 28 set. 2009.

DALL'ALBA, J. L. **Histórias do Grande Araranguá**. Araranguá: Gráfica Orion Editora, 1997.

DELEUZE, G. **Bergsionismo**. São Paulo: Editora 34, 2012.

DIAMOND, J. **Armas, germes e aço**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DIAS, L. C. Prefácio. In SCHEIBE, L. F.; DORFMAN, A. (Orgs.). **Ensaio a partir de “A Natureza do Espaço”**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

DUARTE, G. M. **Depósitos cenozoicos costeiros e a morfologia do extremo sul de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Geociências), Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

DUARTE, R. **Diretas Já em Santa Catarina: o movimento de redemocratização nos textos e imagens dos jornais O Estado, A Notícia e Jornal de Santa Catarina (1984)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

ENARSON, E., FOTHERGILL, A., PEEK, L. Gender and disaster: Foundations and directions. In: RODRÍGUEZ, H.E., QUARANTELLI, L., DYNES, R.R. **Handbook of disaster research**. New York: Springer, 2006.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S.; LOPES, A. R. S. Situação pós-desastre de 2008 no complexo do Morro do Baú, Ilhota - Vale do Itajaí: a (re)produção social do risco. **Cescontexto**, v. 1, p. 440-463, 2013.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Enchentes inesperadas? vulnerabilidades e políticas públicas em Rio do Sul - SC, Brasil. **Esboços**, v. 20, n. 30, p. 9-34, dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2013v20n30p9>. Acesso em: 23 mar. 2015.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S.; LOPES, A. R. S. História Ambiental e Interdisciplinaridade na análise de desastre. In: SIIPE Simpósio Internacional sobre Interdisciplinaridade no Ensino, na Pesquisa e na Extensão - Região Sul, 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis - SC: UFSC, 2013. p. 1-11.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S.; LOPES, A. R. S.. Considerações sobre a degradação ambiental em Florianópolis: o caso dos bifenilos policlorados (ascarel) na malacocultura. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento Histórico e Diálogo Social. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2013.

ESPÍNDOLA, M. A. Aspectos ambientais da estiagem no Oeste catarinense. **Revista História Catarina**, v. VII, 2013.

ESPÍNDOLA, M. A.; NODARI, E. S. Relações complexas: as estiagens no Oeste de Santa Catarina. In: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. de S. (Org.). **Migrações e Natureza**. São Leopoldo/RS: Oikos, 2013.

EYRE, A. Remembering: community commemoration after disaster In: RODRÍGUEZ, H.; QUARANTELLI, E. L.; DYNES, R. (Eds.). **Handbook of Disaster Research**. New York: Springer, 2007. p.441-455.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERREIRA, F. **Aspectos da vegetação e do uso do solo da microrregião costeira sul do Estado de Santa Catarina, Brasil**. Dissertação (Mestrado

em Biologia Vegetal), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal, Florianópolis, 2006.

FERREIRA, M. de M. História oral, comemorações e ética. **Projeto História - Ética e história oral**, São Paulo, n. 15, p.157-164, abr. 1997.

FOGARTY, C. T. 2002: Operational forecasting of extratropical transition. Preprints, **25th Conf. on Hurricanes and Tropical Meteorology**, 29 April - 3 May 2002, San Diego, CA, Amer. Meteor. Soc.

FONTANA, G. B. **História de Minha Vida**: memórias, imigração e outros fatos. Florianópolis: Agnus, 1998.

FORDHAM, M. Gender, sexuality and disaster. In: WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.). **The Routledge Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction**. New York: Routledge, 2012.

FOSTER, J.B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRASSON, M. M. **A enchente de 1974 em Tubarão-SC**: a construção de um desastre natural. Trabalho de conclusão de Curso da Graduação em História da UNESC. Criciúma, 2011.

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. **Cobertura Vegetal do Estado de Santa Catarina**. FATMA: Florianópolis, 1995.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GALLINI, S. Compressed Cosmopolization. In: CULVER, L. et al. **Revisiting Risk Society**: A conversation with Ulrich Beck. Munich: Rachel Carson Center Perspectives, 2011.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991

GOTHE, C. A. de V. **Avaliação dos impactos ambientais da indústria carbonífera nos recursos hídricos da região sul Catarinense**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1993.

HADLICH, G. M. et al. Caracterização do Meio Rural em Sombrio. In: ___. SCHEIBE, L. F.; PELLERIN, J. **Qualidade Ambiental de Municípios de Santa Catarina: O município de Sombrio**. Florianópolis: FEPEMA, 1997.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HERRMANN, M. L. de P. (Org.). **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005.

HILHORST, D.; BANKOFF, G. Introduction: mapping vulnerability. In.: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. **Mapping Vulnerability: disasters, development and people**. London: Earthscan, 2008.

HOBOLD, P. **História de Araranguá: reminiscências desde os primórdios até o ano de 1930**. Porto Alegre: Palmarinca/EST, 1994.

HOLANDA, S. B. de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso: 30 out. 2014.

IZQUIERDO, I. **A Arte de Esquecer: cérebro e memória**. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2010.

JAMUNDA, T. **Os Carijos lá nas raízes**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1987.

JURAS, I. A. G. M. Aquecimento global e mudanças climáticas: uma introdução. **Plenarium**, Brasília, v. V, n. 5, 2008.

KLEVESTON, R. **Efetividade do procedimento classificatório na avaliação da relação de uso e manejo das terras**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Florianópolis, 1997.

KOBIYAMA, M., MENDONÇA, M., MORENO, D.A., MARCELINO, I.P.V.O., MARCELINO, E.V., GONÇALVES, E.F., BRAZETTI, L.L.P., GOERL, R.F., MOLLERI, G.S.F. & RUDORFF, F. **Prevenção de desastres naturais: Conceitos básicos**. Curitiba: Organic Trading, 2006.

KREBS, A. S. J. **Contribuição ao conhecimento dos recursos hídricos subterrâneos da bacia hidrográfica do Rio Araranguá, SC**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2004.

LAGO, P. F. **Calamidade: a enchente do Rio Tubarão-1974**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LEACH, E. Natureza/Cultura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Porto: Einaudi, 1984. v. 5. Anthropos-Homen.

LEANDRO, J. A. A roda, a prensa, o forno, o tacho: cultura material e farinha de mandioca no litoral do Paraná. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, 2007.

LOPES, A. R. S. A natureza do risco: paisagem e risco na análise dos desastres socioambientais. **Esboços**, v. 20, p. 52-66, 2013.

LOPES, A. R. S.; OLIVEIRA, E. da R. Memórias coletivas, narrativas infantis: reflexões sobre o evento do furacão Catarina. **História Agora**, v. 9, p. 1-15, 2010.

LOPES, A.R.S. “**A Lagoa do Sombrio corre que desaparece**”: uma história ambiental da degradação e o atual debate sobre a preservação da

Lagoa de Sombrio (1960-2010). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

LOPES, A. R. S.; ESPÍNDOLA, M. A. ; NODARI, E. S. Uma análise histórica e ambiental do deslocamento da pedra do Morro da Mariquinha - Florianópolis (SC). **Revista Latino-Americana de História**, v. 2, p. 94-114, 2013.

LÜBKEN, U. On the role of natural hazards catastrophes. In: CULVER, L. et al. **Revisiting Risk Society: A conversation with Ulrich Beck**. Munich: Rachel Carson Center Perspectives, 2011.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In:___ PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

LUMMERTZ, F. C. **A roça da estância: memória e experiência de trabalhadores rurais nos aparados da Serra, 1940-1986**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2014.

MACHADO, C. do C. **Tubarão 1974: fatos e relatos da grande enchente**. Tubarão: Ed. da UNISUL, 2005.

MAIA, A. C. N. SEDREZ, L. F. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. **História Oral**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 221-254, 2011.

MARCELINO, E. V. et al. Furacão Catarina. HERRMANN, M. L. de P. **Atlas de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005.

MARCELINO, E. V., RUDORFF, F. M., GOERL, R. F., HAAS R. Observações "in loco" realizadas durante a passagem do Furacão Catarina. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 9, n. 25 mar. 2008.

MARCELINO, I. P. V. O.; SATO, S. M. ;MARCELINO, E. V.; GOERL, R. F.; MOLLERI, G. S. F. Análise dos questionários aplicados nas comunidades catarinenses mais atingidas pelo Ciclone Catarina. In: Simpósio Brasileiro de Desastres Ambientais, 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 719.

MARQUES, R. **Variabilidade da precipitação na Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão/SC de 1946 a 2006**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

MARTINELLO, A. S. **Insulares Santas Catarina: construção territorial, vínculos de pertencimentos e discursos da desintegração (1950-1970)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2012.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARX, K. **Manuscritos Econômico Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATA, M. M. S. da. **Jornal O Estado: uma história em construção (1915-1931)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MAUCH, C. Introduction. In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history**. Plymouth: Lexington Books, 2009.

MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.). **Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history**. Plymouth: Lexington Books, 2009.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: UNESP. Brasília: NEAD, 2010.

MCNEILL, J. R. Observations on the Nature and Culture of Environmental History. **History and Theory**, v. 42, n. 4, Theme Issue 42: Environment and History. Blackwell Publishing: 2003.

MCTAGGART-COWAN, R. et al. Analysis of Hurricane Catarina (2004). **Monthly Weather Review**, v. 134, nov. 2006.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e clima do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Relatório Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/relatoriotragediarj_182.pdf. Acesso em: 3 nov. 2014.

MONTEIRO, C. A. de F. **Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

MONTEIRO, M. A. **Avaliação das condições atmosféricas no entorno do complexo termelétrico Jorge Lacerda para controle da qualidade do ar**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1997.

MONTEIRO, M. A. **Dinâmica atmosférica e a caracterização dos tipos de tempo na Bacia Hidrográfica do Rio Araranguá**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2007.

MONTENEGRO, A. T. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In.: ___ MOREIRA, R. (Org.). **Geografia: Teoria e Crítica. O saber posto em questão.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1982.

NAPOLITANO, M. A História depois do papel. In: ___ PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

NEVES, F. de C. **A Multidão e a História:** saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário.** Campinas: Papirus, 2008.

NIETZSCHE, F. **Escritos sobre história.** Rio de Janeiro: PUC-RIO. São Paulo: Loyola, 2005.

NODARI, E. S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 9, 2009.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Márcio Mauro. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 16, maio/ago. 1999.

OLIVEIRA, R. de; OLIVEIRA, R. de; ESTIVALLET, J. Climatologia e sazonalidade em 33 anos de eventos tornádicos em Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE METEOROLOGIA, 17, 2012, Gramado. **Anais...** Gramado: CBMet, 2012. Disponível em: <http://www.ceped.ufsc.br/biblioteca/outros-titulos/climatologia-e-sazonalidade-em-33-anos-de-eventos-tornadicos-em-santa-cata>. Acesso em: 17 out. 2014

OLIVER-SMITH, A. Theorizing Disasters. In. OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S.M. (Orgs). **Catastrophe & Culture: Anthropology of Disaster.** New Mexico: School of American Research Press, 2001.

OLIVER-SMIYH, A. "What is a Disaster": Anthropological perspectives on a persistent question. In: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN S. M. (Orgs.). **The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective**. London: Routledge, 1999.

PADUA, J. A. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.

PAULA, S. M. ; NODARI, E. S. ; ESPÍNDOLA, M. A. . O crescimento urbano e as enchentes em Blumenau (SC). **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 8, p. 201-212, 2014.

PAULA, S. M. **A Construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil: o caso das enchentes em Blumenau (1850 - 1957)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2012.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, Editora UNESP, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2006.

PELLERIN, J.; DUARTE, G. M.; SCHEIBE, L. F.; MENDONÇA, M.; BUSS, M. D.; MONTEIRO, M. A.; CARDOSO, C. Timbé do Sul-Jacinto Machado: Avaliação Preliminar da Extensão da Catástrofe de 23-24/12/95. **GEOSUL**, Florianópolis, v. 12, n. 23, p. 71-86, 1997.

PELLERIN, J.; GAMA, Â. M. R. C.; NASCIMENTO, E. E. D. J. ; VALDATI, J. ; PAISANI, Julio Cesar; PONTELLI, M. E. Zoneamento e efeitos morfodinâmicos da enxurrada do dia 23/12/1995 nas Bacias dos rios Figueira e Pinheirinho - SC. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 15, 1996.

PERES JUNIOR, V. Praia Grande no lombo das mulas: o transporte de alimentos. In: BRIGHTWELL, M. das G. S. L.; NODARI, E. S.; KLUG, J. (Orgs.). **Saberes e sabores de Praia Grande: práticas alimentares, memória e história**. Florianópolis: [s.n.], 2005.

PFISTER, C. **“The monster swallows you”**: Disaster Memory and Risk Culture in Western Europe, 1500-2000. Rachel Carson Center: Munich, 2011.

PIAZZA, W. F. **A Colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3. 1989.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

PORTELLI, M. E. **Cartografia das alterações em depósitos de leques aluviais com base para uma estratigrafia relativa. Bacias dos rios Amola Faca e Rocinha, Timbé do Sul, SC**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 1998.

POSSAMAI, Z. R. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2008.

PRATT, M. L. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. 393p.

PRESA, J. B. **O Arroz no espigão e o milho no banhado**: Programa Provárzeas - o desenvolvimento de uma política pública e o cultivo do arroz em municípios da bacia do Rio Araranguá. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

PRIETO, M. del R. The Paraná River Floods during the Spanish Colonial Period: Impact and Responses In: MAUCH, C.; PFISTER, C. (Orgs.).

Natural disasters, cultural responses: case studies toward a global environmental history. Plymouth: Lexington Books, 2009.

RADFORD, T.; WISNER, B. Media, communication and disaster. In: WISNER, B.; GAILLARD, J.C.; KELMAN, I. (Eds.). Handbook of Hazards and Disaster Risk Reduction. Routledge: Abingdon, Oxfordshire, 2012.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

RICOEUR, P. **A Memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

RONSANI, G. **Praia Grande:** Cidade dos Canyons: 180 anos de história. Praia Grande: Ed. do Autor, 1999.

ROSSO, A. L. D. **A Influência da política na produção jornalística: uma análise sobre a editoria de política do jornal Diário Catarinense.** Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2011.

SANTA CATARINA. **A Evolução Histórica da Defesa Civil no Mundo e no Brasil.** Florianópolis: CEPED, s/d.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.** Bacias hidrográficas do estado de Santa Catarina: diagnóstico geral. Florianópolis, 1997.

SANTOS, I. dos.; CIGOLINI, A. Tudo que existe é: considerações sobre a ideia de natureza em Milton Santos. In: ___ SCHEIBE, L. F.; DORFMAN, A.(Orgs.). **Ensaio a partir de “A Natureza do Espaço”.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1992.

SANTOS, S. C. dos. **Os Índios Xokleng**: memória visual Florianópolis: Ed. da UFSC/Ed. da UNIVALI, 1997.

SANTOS, S. C. Sobre a existência de índios Xokleng não contactados na Serra do Tabuleiro, em Santa Catarina. In: **Anais do Museu de Antropologia**, Florianópolis, v. 5, n. 5, 1972.

SCHMIDT, M. L.; MAHFOUD, M. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, 1993.

SEDREZ, L. Desastres socioambientais, políticas públicas e memória. In.: NODARI, E. S.; CORREA, S. M. de S. **Migrações e Natureza**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

SELAU, M. da S. **A ocupação do território Xokleng pelos imigrantes italianos no sul catarinense (1875-1925)**: resistência e extermínio. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, 2006.

SILVA, C. A.; SCHEIBE, L. F. A dinâmica territorializadora da rizicultura na bacia do rio Araranguá. **Ágora** (UNISC), Santa Cruz do Sul, v. 12, p. 87-98, 2006.

SILVA, D. F. da; GALVÍNIO, J. D. Estudo da Influência da Oscilação Decadal do Pacífico no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 4, p. 665-676, 2011. Disponível em: <http://www.ufpe.br/rbgfe/index.php/revista/article/viewFile/142/198>.

Acesso em: 15 abr.13.

SILVA, D. I. da. História oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. **História Oral**, n. 6, 2003.

SILVA, H. R. da. “Rememoração”/comemoração: as utilizações sociais da memória In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

SIMON, A. A. **Análise histórico-crítica dos trabalhos em microbacias hidrográficas em Santa Catarina-1984/1990**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas, Florianópolis, 1993.

SPRÍCIGO, A. C. **Sujeitos esquecidos sujeitos lembrados: entre fatos e números, a escravidão registrada na Freguesia do Araranguá no Século XIX**. Caxias do Sul: Murialdo, 2007.

STEINBERG, T. **Acts of God - The Unnatural History of Natural Disaster in America**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

STEPHEN, L. Vulnerable regions versus vulnerable people: An Ethiopian study case. In.: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. **Mapping Vulnerability: disasters, development and people**. London: Earthscan, 2008.

TAVARES, M. W.; LEVIEN, C. R. C; GOMES, R. G. Furacão Catarina e a Análise do Bloqueio Atmosférico Através do Índice de Bloqueio Desenvolvido por Lejenas (1984). In: IX Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica - Climatologia e Gestão do Território, 2010, Fortaleza. **Anais...**, Fortaleza: UFC, 2010.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In.: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.). **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, E. P. **Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 19, 2010.

VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VENDRAMINI, S. R. Experiência e coletividade em E. P. Thompson. In.: DUARTE, A. L.; MÜLLER, R. G. E. P. **Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012.

VEITTORETTI, A. **História de Tubarão**: das origens ao século XX. Tubarão: Prefeitura Municipal de Tubarão, 1992.

VEYRET, Y(Org.). **Os Riscos**: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

VILLELA, S. M.; MATTOS, A. **Hidrologia aplicada**. São Paulo: McGraw-Hill, 1977.

WORSTER, D. **Dust Bowl**: The Southern Plains in the 1930's . Oxford: Oxford University Press, 2003.

WORSTER, D. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**, v. V, n. 2, ago./dez. 2002.

FONTES

AUDIO VISUAL

PAULINO, Valdir. [Filme-vídeo]. Jacinto Machado, KR Produções, 1995. Gravação em fita K7, convertida para DVD, 1:59'17".

REDE GLOBO. [Filme-vídeo]. Globo Repórter Atualidade. Rio de Janeiro, Central 1974. Filmagem em preto e branco, convertida para meio virtual, 25'05".

PERIÓDICOS

O Estado, Florianópolis, 1974.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1974-1976, 1995 e 2004.

Jornal de Santa Catarina, Joinville, 1974.

Diário Catariense, Florianópolis, 1995 e 2004.

ARQUIVOS

Arquivo de periódicos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Arquivo Municipal de Tubarão.

Arquivo Municipal de Criciúma.

Arquivo Municipal de Araranguá.

Arquivo Digital de Periódicos da Biblioteca Nacional. www.memoria.bn.br

Arquivo de Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.br

ENTREVISTADOS(AS)

Airton Mendes da Silva - Tubarão.

Alcides Salvador Medeiros -Treze de Maio.

Alcino Orestes Cândido - São João do Sul.

Aldoir Bristot - Jacinto Machado.

Alfredo Ricardo Lucas Lopes - Balneário Gaivota.

Antônio de Oliveira - Tubarão.

Avanilda da Rosa Cardoso - Praia Grande.

Daniel Viriato Afonso - Araranguá.

David Moreira Afonso - Araranguá.

Elizabeth Tonon Fernandes - Tubarão.

Flávio Rosa da Silva - São João do Sul.

Gilberto Ronsani- Praia Grande.

Gustavo Santos dos Reis - Praia Grande.

Hadnoer José Alves - Araranguá.

Ivete Scandolara da Silva - São João do Sul.

Josiana da Silva Vilela - Praia Grande.

Juciclei Goulart Patrício - Praia Grande.

Maria Fernandes Correa - Tubarão.

Maria Salete Clenhal - Praia Grande.

Marina Botega Fontana -Treze de Maio.

Marisa Scandolara da Silva German - Praia Grande.

Nevol de Lima Maciel - São João do Sul.

Nilza de Medeiros Vieira -Treze de Maio.

Rafael Marques - Tubarão.

Seoni Baltazar Leando - Balneário Gaivota.

Sidnei Candioto - Jacinto Machado.

Tadeu dos Santos - Araranguá.

ANEXOS

Anexo 1

Roteiro de Entrevistas

Nome?

Ocupação?

Idade?

Onde reside e há quanto tempo? Seus Familiares eram da região?

Quando eu falo “desastre” qual é a primeira coisa que vem na cabeça?

Lembra de alguma enchente ou algo desse tipo que tenha acontecido na região? O que foi mais marcante?

Falam ou falavam da chegada da enchente com antecedência?

Como as pessoas ficam durante a enchente? O que é mais marcante?

O que você fez durante a enchente? E sua família como reagiu?

Quem é mais ativo nessa hora? Homem ou mulher? Quem é o chefe da família? Quem tem mais desvantagens nessa hora?

Como é a vida depois do desastre? Quem é mais ativo?

Existem grupos na comunidade?

Como fica a cidade depois da enchente?

Qual parte da cidade é a mais afetada?

E como é a ajuda? Os vizinhos se ajudam? Vem ajuda do governo?

Por que acontecem tantas enchentes na região?

Sempre foi assim? No que se refere à quantidade, as enchentes aumentaram ou diminuíram?

Acha que o clima está mudando?

Acha que é possível evitar que as enchentes continuem acontecendo?
Como?

Autoriza a utilização desta entrevista apenas para fins educacionais e de pesquisa, sem qualquer fim lucrativo para ambas as partes?